

Elisângela Chaves
Hélder Ferreira Isayama
Mirleide Char Bahia
(organizadores)

OS ESTUDOS DO LAZER, ÓCIO E RECREAÇÃO NA IBERO AMÉRICA



MERCADO®
LETRAS

Elisângela Chaves
Hélder Ferreira Isayama
Mirleide Char Bahia
(organizadores)

OS ESTUDOS DO LAZER, ÓCIO E RECREAÇÃO NA IBERO AMÉRICA



MERCADO®
LETRAS

Elisângela Chaves
Hélder Ferreira
Mirleide Char
(organizadores)

**OS ESTUDOS DO LAZER,
ÓCIO E RECREAÇÃO
NA IBEROAMÉRICA**

MERCADO[®]
LETRAS

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP

Prof. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP

Profa. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp

Prof. Dr. Elton Luiz Nardi – Unoesc

Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp

Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR

Prof. Dr. Lucídio Bianchetti – UFSC

Profa. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp

Profa. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas

Profa. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp

Profa. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS

Profa. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS

Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI

Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp

Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR

Profa. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário

Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada

Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aveiro

Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Profa. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada

Profa. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho

Profa. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján

Profa. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata

Profa. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Os Estudos do lazer, ócio e recreação na Iberoamérica [livro eletrônico] /
organização Elisângela Chaves, Hélder Ferreira Isayama, Mirleide Chaar Bahia.
– Campinas, SP : Mercado de Letras, 2021.

ISBN 978-65-86089-83-7 [ebook]

1. Educação 2. Lazer 3. Ócio 4. Recreação I. Chaves, Elisângela. II. Isayama,
Hélder Ferreira. III. Bahia, Mirleide Chaar.

21-77314 CDD-790.0135

Índices para catálogo sistemático:

1. Recreação e lazer 790.0135

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras
revisão final: dos autores
produção do e-book: DPG Editora
bibliotecária: Aline Grazielle Benitez – CRB-1/3129

Publicado com verba da PROAP-CAPES do PPG
em Letras Estrangeiras e Tradução (PPG-LETRA/USP)

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®
VR GOMIDE ME
Rua João da Cruz e Souza, 53
Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116
Campinas SP Brasil
www.mercado-de-letras.com.br
livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição
2021
FORMATO DIGITAL
BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução ou armazenamento
parcial ou total ou transmissão de qualquer
meio eletrônico ou qualquer meio existente
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Elisângela Chaves, Hélder Ferreira Isayama e Mirleide Chaar Bahia

LAZER, OCIO E RECREACIÓN NOS PAÍSES DA IBERO-AMÉRICA: REFLEXÕES SOBRE AS PARTICULARIDADES LATINO-AMERICANAS

Christianne Luce Gomes

LA FORMACIÓN DE PROFESIONALES DE OCIO, TIEMPO LIBRE Y RECREACIÓN: EL CASO DE MÉXICO

Lupe Aguilar Cortez

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISAS E PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DO LAZER (ANPEL): REFLEXÕES, POSICIONAMENTOS E ATUAÇÕES EM TEMPOS DE CRISES

Junior Vagner Pereira da Silva, Raquel da Silveira, Coriolano Pereira da Rocha Junior e Olívia Cristina Ferreira Ribeiro

CARTOGRAFIAS DOS ESTUDOS CULTURAIS: PRESSUPOSTOS PARA A CONTEXTUALIZAÇÃO DOS CONCEITOS DE LAZER E ÓCIO

Maria Joana Alves Pereira

LAZER E INTERDISCIPLINARIDADE: POTENCIALIDADES DO DESCONFORTO

Victor Andrade de Melo

O CRUZAMENTO COM AS INTERSECCIONALIDADES DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE: ARTEFATOS CULTURAIS E O LAZER

Cathia Alves

LAZER EM TEMPO DE CRISE PANDÊMICA, DISTANCIAMENTOS, O ENCONTRO COM O OUTRO E COMO FUTURO

Silvio Lima Figueiredo

LAZER & COVID-19: CORPOS PROIBIDOS E ALTERAÇÕES NAS DINÂMICAS DE LAZER
NA CIDADE DA MAIA – PORTUGAL

Fernanda Gonçalves de Castro e Maria Manuel Baptista

CONEXÕES E PERSPECTIVAS: REFLEXÕES SOBRE A DANÇA E LAZER COMO
RESISTÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE

Elisângela Chaves

IMPORTANCIA, CARACTERIZACIÓN Y BENEFICIOS DEL OCIO EN LOS BORDES
COSTEROS: EL CASO DE LA COSTANERA DE VILLARRICA (CHILE)

Andrés Ried Luci, María Jesús Monteagudo, Josefina Cortés e Laura Benkel

O LAZER DA PERIFERIA DE BELÉM (PA): PARA ALÉM DO CONVENCIONAL E DO
INVISIBILIZADO

Flavio Henrique Souza Lobato e Mirleide Chaar Bahia

ESTILOS DE OCIO Y TURISMO EN JÓVENES DE MONTEVIDEO

Ricardo Lema Álvarez, Roberto Volfovicz Leon e María Eugenia González Panuncio

SOCIABILIDADE E JUVENTUDES: O LAZER NOTURNO EM ESPAÇOS URBANOS

Saulo Kuster, Heloisa Heringer Freitas, Ana Carolina Capelini Rigoni e Liana Romera

OCIO Y NEGOCIO: FESTIVAL HIP HOP AL PARQUE DE BOGOTÁ

John Jairo Uribe Sarmiento e Astrid Bibiana Rodríguez Cortés

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE LAZER NO CONTRATURNO ESCOLAR EM BELO
HORIZONTE/MG

Marcília de Sousa Silva e Hélder Ferreira Isayama

DETERMINAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS NA CONSTITUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
DE LAZER NO BRASIL

Shaiane Vargas da Silveira

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

APRESENTAÇÃO

Lazer, ócio e recreação têm sido temáticas de estudo de pesquisadores/as, estudantes e profissionais oriundos/as de diferentes áreas de conhecimento e de um número significativo de países ao redor do mundo. Esta dimensão da cultura que dialoga com especificidades culturais de sujeitos, grupos e sociedades, estabelece relações diversas no contexto global e definições tornam-se cada vez mais um risco de reducionismo. Por isso, optamos por utilizar as palavras lazer, ócio e recreação mesmo sabendo dos limites impostos por esses termos. Em reconhecimento à pluralidade terminológica com que estas questões vêm sendo tratadas e, por isso, consideramos que são as palavras mais utilizadas pelos pesquisadores que mobilizam esse campo de estudos nos países ibero-americanos.

A análise do campo de estudos do lazer, ócio e recreação, nos permite dizer que, nas duas últimas décadas, diversas ações foram criadas e têm movimentado a produção e a difusão de conhecimentos no campo. Assim, destacamos o investimento financeiro de órgãos de financiamento de pesquisas; a criação de Programas de Pós-graduação; a editoria de periódicos científicos; a realização de eventos acadêmicos; o desenvolvimento de estágios de pesquisas com colaborações internacionais e a constituição de redes de pesquisa.

Com objetivo de contribuir com o desenvolvimento humano, por meio de ações de pesquisa, inovação, formação e difusão dos estudos de ócio, lazer, recreação e temáticas afins (tempo livre, cultura, turismo e desporto), foi concebida a Rede Otium – Associação Ibero-Americana de Estudos de Ócio.

Criada no ano de 2007, na Universidad de Deusto (Bilbao/Espanha), inicialmente contou com a participação de 9 Universidades, 8 delas procedentes da América Latina.

A referida Associação atua em prol da integração do saber, promovendo o diálogo entre diferentes universidades e instituições da Ibero-América, tendo em vista uma reflexão crítica e interdisciplinar sobre tais fenômenos, bem como a intenção em compartilhar a produção de conhecimentos e contribuições da comunidade científica Ibero-Americana de estudos nessas áreas, por meio de publicações e eventos científicos.

Atualmente a Rede *Otium* é composta por 21 universidades, de 8 países (Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, México, Porto Rico, Portugal e Uruguai), empenhadas no desenvolvimento de ações de pesquisa, inovação, formação e difusão dos estudos em questão. Dentre as ações da Rede *Otium* está a realização de um evento científico, organizado por uma das universidades associadas à Rede. Esta ação itinerante já percorreu diversos países e universidades da Ibero-América, dentre eles: Brasil, Chile, Espanha, México, Uruguai e Portugal, reunindo palestrantes e congressistas de diferentes países nacionalidades, com diferentes formações, sendo uma excelente oportunidade de troca de conhecimentos e de experiências.

Este livro é uma proposta de divulgação do resultado de amplas pesquisas dos componentes da Rede *Otium*, em que traz uma diversidade de debates sobre a área em questão, muitos destes apresentados e debatidos no XIV Encontro Internacional Científico *Otium* e Congresso Ibero-americano de Estudos do Lazer, Ócio e Recreação (Cielor), evento realizado em 2020, organizado pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer (PPGIEL) e o Departamento de Educação Física da EEFFTO, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o Instituto Federal de São Paulo (IFSP), a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer da Prefeitura de

Belo Horizonte (PBH) de Minas Gerais, a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), em parceria com a Rede *Otium*.

Portanto, esse livro é resultado de um esforço de pesquisadores/as e instituições e dá continuidade à proposta de publicização do conhecimento e da produção científica, após a realização do referido evento anual da Rede *Otium*. Em função da pandemia do COVID-19, o evento do ano de 2020 ocorreu integralmente *online* e foi realizado frente às dificuldades enfrentadas por todos os países do mundo. Diante disso, mais uma vez gostaríamos de agradecer aos/às autores/as que não mediram esforços para contribuir com o êxito desse projeto coletivo.

Agradecemos também às instituições parceiras e aos integrantes da Rede *Otium* pela confiança depositada nesse grupo para a realização do evento e dos seus desdobramentos.

Esperamos que vocês possam aproveitar a leitura e conhecer um pouco mais do universo da Rede *Otium*, por meio das pesquisas realizadas pelos países integrantes, de suas instituições e seus pesquisadores/as.

Os/As organizadores/as

LAZER, OCIO E RECREACIÓN NOS PAÍSES DA IBERO-AMÉRICA: REFLEXÕES SOBRE AS PARTICULARIDADES LATINO-AMERICANAS

Christianne Luce Gomes

Agradeço aos organizadores deste livro pelo convite para registrar, neste texto, algumas ideias que tive a satisfação de compartilhar na mesa redonda dedicada à temática “Lazer, Ócio e Recreação nos países da Ibero-américa”. Esta mesa redonda integrou a programação científica do Congresso Ibero-americano de Estudos do Lazer, Ócio e Recreação (CIELOR), realizado virtualmente em novembro de 2020. Os diálogos empreendidos com os participantes do evento geraram instigantes reflexões sobre o tema, e algumas delas foram incluídas neste texto.

Como ponto de partida, esclareço que há controvérsias acerca da abrangência do contexto ibero-americano. De acordo com Pérez Porto e Merino (2020), geralmente se consideram como membros da Ibero-América os dois países europeus que ocupam a maior parte da península Ibérica (Espanha e Portugal), e 20 países latino-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Contudo, segundo o Dicionário da Real Academia Espanhola (RAE), a Ibero-América é constituída pelos países do continente americano que, no passado, integraram os reinos da Espanha e de Portugal.

Estejam esses dois países europeus incluídos formalmente, ou não, no conceito oficial de Ibero-América, quando se pensa nesse contexto não se pode negligenciar os diferentes fatores que interferem na configuração histórica, econômica, geopolítica, social e cultural que envolve parte de dois continentes. Entre eles, vale mencionar as assimetrias verificadas, por um lado, entre a Europa e a sua porção Ibérica e, por outro lado, entre esta e a América Latina, de uma forma geral. Além disso, destaco a relevância de reconhecer que o passado colonial marcou, profundamente, os diferentes países que compõem não apenas a América Latina,¹ mas também a África e a Ásia.

As nefastas consequências sociais, políticas, econômicas e culturais da colonialidade do poder e do saber (Quijano 2005), assim como a colonialidade do ser (Maldonado-Torres 2007), se fazem presentes nos contextos do Sul Global até os dias de hoje (Ballestrin 2013). Seguindo esta linha de interpretação, é preciso ampliar espaços para as chamadas Teorias e Epistemologias do Sul (Santos e Meneses 2010), compreendendo esse processo com o auxílio do pensamento decolonial (Mignolo 2007; Castro Gómez e Grosfoguel 2007; Oto 2008).

Essas sistematizações ainda são recentes, pouco conhecidas e raramente apropriadas por estudiosos do Lazer/Recreação.² Entretanto, sob as mais diferentes vertentes, esses fundamentos já mobilizaram alguns estudos que buscaram problematizar os limites do projeto moderno, ocidental e eurocêntrico de ciência que conforma o campo do Lazer/Recreação na região latino-americana (Gomes 2010, 2011; Gomes e Elizalde 2012; Tabares Fernández e Molina Bedoya 2012; Noya 2017; Noya e Gomes 2019). Como esse exercício ainda é incipiente, o campo do Lazer/Recreação na América Latina demanda a realização de mais pesquisas comprometidas com o aprofundamento do tema.

Ciente dessas pendências e limites, este texto representa uma modesta contribuição para este debate. Ele objetiva problematizar algumas particularidades que constituem o campo do Lazer/Recreação na região latino-americana. Ele se configura como um mosaico constituído por diferentes elementos, todos eles relevantes e próprios do território em questão.

A primeira particularidade a ser salientada está relacionada com o *legado e as influências estrangeiras* que, desde o início do século 20, incidem sobre o campo do Lazer/Recreação na América Latina. Nesse âmbito, destacam-se as influências dos Estados Unidos desde a propagação do movimento recreacionista, e também de outros países, principalmente europeus, que configuraram o lazer como um contraponto do trabalho, no bojo das transformações geradas nas modernas sociedades industriais capitalistas (Gomes 2003).

Essas influências podem ser notadas em alguns capítulos de um livro que contou com a participação de estudiosos latino-americanos do Lazer/Recreação, atuantes nos seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, México, Uruguai e Venezuela (Gomes *et al* 2009). Ao averiguar como a recreação e o lazer foram construídos social, política e historicamente nesses diferentes países, constatou-se que, em geral, o ponto de partida para muitas intervenções recreativas no contexto latino-americano situa-se na transição do século 19 para o século 20. Sobretudo, em decorrência do recreacionismo que foi difundido, na região, pela YMCA (sigla internacional da Associação Cristã de Jovens) e pelo movimento *Boy Scout*.

Os capítulos dessa obra que são dedicados aos países latino-americanos de língua espanhola dão ênfase à *recreación*. Se por um lado essa temática é situada no âmbito do chamado *tiempo libre*, por outro lado o *ocio* é omitido

ou abordado de forma pejorativa. Enquanto o *ocio* é apontado como algo nocivo, a *recreación* é enaltecida como uma estratégia para evitá-lo ou combatê-lo (Gomes *et al.* 2009).

Sobre isso, destaco mais uma peculiaridade que marca o campo do Lazer/Recreação na América Latina: os *significados incorporados por esses termos na região*. Nos países latino-americanos de língua espanhola, a palavra *recreación* é muito mais utilizada do que *ocio*, tanto no vocabulário corrente, como nos estudos sobre a temática. Mesmo que cada país tenha suas próprias singularidades, geralmente o *ocio* é associado com preguiça e vadiagem, confundindo-se com ociosidade. Nas publicações sobre o tema verifica-se, ainda, a presença, ausência ou justaposição das palavras *recreación* e *ocio*.

Entretanto, ultimamente, observa-se que alguns autores latino-americanos vêm usando com mais frequência o termo *ocio* por considerá-lo mais amplo do que a *recreación*. A ressignificação do *ocio* também representa uma tentativa de superar a característica operacional que muitas vezes é atrelada à *recreación* (Tabares Fernández, Molina e Bedoya 2012). Apesar da recente abertura do campo acadêmico latino-americano de língua espanhola para acolher os estudos sobre o *ocio*, a palavra mais difundida e legitimada nesse contexto continua sendo *recreación* (Gomes 2017). Outros termos bastante utilizados na região são *tiempo libre* e *animación sociocultural*, por exemplo.

No Brasil, apesar da recreação ter mobilizado práticas e fundamentações na primeira metade do século 20, desde essa época o lazer vem ganhando um certo protagonismo, especialmente no que se refere aos estudos acadêmicos desenvolvidos, sobre o tema, nesse país. Convivem, no entanto, diferentes significados de lazer e de recreação, que seguem perspectivas diferentes e, por vezes, divergentes. Isso desafia os estudiosos a compreenderem o campo

multifacetado e complexo que abarca essas temáticas. A recreação é comumente associada a jogos e brincadeiras desenvolvidos para pessoas de diferentes idades, especialmente para crianças. De modo geral, hodiernamente a recreação carece de sistematizações teóricas atualizadas, aprofundadas, críticas e contextualizadas. O ócio, no vocabulário corrente deste país, geralmente é visto como sinônimo de não fazer nada. São mais recentes as sistematizações efetuadas por autores brasileiros que o entendem como uma manifestação cultural relevante. Isso se deve, entre outras razões, ao fato de o ócio desafiar a ética do trabalho que prevalece nas sociedades contemporâneas.

As preferências quanto ao uso desses e de outros termos nos diferentes países latino-americanos não são um simples detalhe, pois, expressam distintivos de base histórico-social, político-ideológica e cultural. Além disso, as palavras recreação/*recreación* e lazer/ócio/*ocio* ficarem vulneráveis a problemas de tradução entre as línguas portuguesa e espanhola, gerando confusões entre os profissionais inseridos nesse campo. Nesse sentido, a *imprecisão conceitual* dos termos lazer, *recreación*, *tiempo libre* e *ocio* é outra peculiaridade ressaltada por diferentes autores latino-americanos:

Se siguen utilizando las definiciones de ocio, recreación y tiempo libre de manera indistinta. Esto debido en primera instancia por la confusión que sigue prevaleciendo sobre estos conceptos. (Aguilar 2009, p. 307)

(...) en los círculos académicos se utiliza indistintamente los conceptos de recreación, animación sociocultural y ocio, reflejando de este modo una desprolijidad y despreocupación por la investigación y generación de conocimiento en este campo de estudio. (Ried et al. 2009, p. 181)

Al hacer un análisis acerca de cómo se plantea el concepto de recreación en estas discusiones se observa que se mantiene una relación, no siempre diferenciada, entre

ocio, recreación y tiempo libre; y aunque se observa a través del periodo de tiempo analizado un posicionamiento de la recreación, desde su misma nominación, se mantiene en algunos escritos su utilización como sinónimos. (Osorio 2009, p. 228)

Para muitos, a imprecisão conceitual em torno dos termos *recreación*, *ocio* e *tiempo libre* persiste e dificulta o avanço da produção teórica latino-americana. Essa dificuldade também foi constatada em uma recente pesquisa que objetivou identificar e compreender algumas das fragilidades e avanços no campo de estudos do Lazer/Recreação no contexto latino-americano atual. Essa investigação contou com a participação de 14 especialistas da região (Gomes 2018).³

As imprecisões conceituais apareceram nas respostas de vários participantes da pesquisa como uma fragilidade desse campo, evidenciando a permanência deste problema.

Fragilidades: La delimitación del objeto de estudio. (...) muchas veces, los abordajes se circunscriben a las actividades y juegos que se realizan, invisibilizando la complejidad del concepto (Suárez, Argentina, in: Gomes 2018).

Debilidades: confusión por los términos que se emplean (recreación, ocio, esparcimiento, leisure, lazer), sobre todo en español. No hay consenso. (Salazar, Costa Rica, in: Gomes 2018)

Fragilidades: Empleo de categorías ocio, tiempo libre, recreación, animación, juego, con significados diversos en ocasiones de las mismas fuentes que confunden a los investigadores principiantes. (Cervantes, México, in: Gomes 2018)

Esse problema também foi também identificado na pesquisa desenvolvida por Noya (2017) em países da comunidade andina. A autora constatou imprecisões conceituais nas leis e planos referentes à *recreación* em quase todos os contextos nacionais/municipais estudados, e também nos

entendimentos da maioria dos gestores que atuam nessa área, que foram entrevistados.

Esclareço que a diversidade de termos que são comumente utilizados pelos profissionais e estudiosos latino-americanos não me parece ser um problema. Lazer, recreação, ócio, tempo livre, animação cultural, ludicidade e *esparcimiento* são alguns dos termos que circulam na região: alguns são mais utilizados, outros menos, dependendo do país. Precisamos aprender a conviver com essa pluralidade, pois, ela é uma das marcas distintivas do campo de estudos do Lazer/Recreação na América Latina.

Obviamente, a construção desse campo é fruto de um processo histórico impulsionado por diferentes princípios, valores, culturas, práticas, conceitos, normas, marcos legais, contradições, retrocessos e avanços. Por essas razões, os interessados no assunto precisam se apropriar de concepções diversas, decifrando até mesmo os conceitos divergentes que integram o campo do Lazer/Recreação em cada contexto histórico e social.⁴

Conforme afirmado por Bourdieu (2004), só pode ser considerado acadêmico aquilo que for passível de discussões. Desse modo, a polêmica, o debate e o estudo de questões teórico-conceituais são bem vindos. Entretanto, é problemática a falta de compreensão, de sistematização e de aprofundamento, por parte de profissionais e estudiosos latino-americanos inseridos no campo do Lazer/Recreação, acerca dos sentidos e significados incorporados por esses diferentes termos em nossos contextos, ao longo dos tempos. Essa limitação precisa ser superada, urgentemente.

Na pesquisa anteriormente mencionada (Gomes 2018), foi solicitado aos voluntários latino-americanos que explicitassem os conceitos de recreação e de lazer mais utilizados em seus países. Esse exercício evidenciou uma multiplicidade de visões. Com relação ao conceito de recreação, as diferentes respostas podem ser sintetizadas nos seguintes tópicos:

- Atividades planejadas e dirigidas por um animador (Brasil, Chile, República Dominicana); conjunto de práticas realizadas no tiempo libre do trabalho, que geram satisfação e promovem o desenvolvimento (Costa Rica, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Porto Rico).
- A discussão que engloba a ludicidade, as relações com a educação, a dimensão tempo, o papel do jogo, a liberdade (Colômbia).
- A recreação é constitutiva de sujeitos com liberdade de viver uma experiência transformadora. (Argentina, Venezuela).
- A recreação é uma intervenção educativa (Lema e Machado 2013) no tempo libre, e para o tempo livre (Waichman, 2004), que impacta o desenvolvimento humano (Osorio 2008) (Uruguai).

No que diz respeito aos conceitos de lazer/*ocio* mais adotados pelos estudiosos desse tema, as respostas dos especialistas dos 14 países latino-americanos evidenciam os aspectos listados a seguir:

- O termo *ocio* aparece com menos frequência nos estudos. Na Academia, sua utilização se refere ao mesmo sentido dado para o conceito de *recreación* (Argentina). Em relação ao *ocio*, as discussões se acercam ao que diz respeito à *recreación* (Colômbia).
- O conceito de *ocio* é algo inacabado, devido ao pouco conhecimento que se tem sobre este fenômeno (República Dominicana); *ocio* é um conceito negativo (Costa Rica); é a atitude frente a diversas situações próprias do indivíduo (Peru).
- Conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode se entregar livremente, segundo Dumazedier (Brasil, Porto Rico).
- Está muito mais associado ao tempo (Paraguai, Venezuela).

- Boa parte dos recreadores tradicionalmente renegava o conceito de *ocio* e preferia falar de *tiempo libre* desde o paradigma marxista sintetizado por Munné (Uruguai); são relevantes os fundamentos de Frederic Munné, que rechaçam a identificação de *tiempo libre* com *ocio* (Cuba).
- Não se adota uma tendência clara, mas os mais significativos são: a) *Ocio* como conteúdo e emprego do *tiempo libre* que inclui a *recreación* como uma de suas dimensões; b) *Ocio* como meio cultural para potencializar o desenvolvimento humano (México).
- A concepção de *Ocio valioso* de Cuenca e seus referentes anteriores (Chile). Muitos dos estudiosos das novas gerações toman o conceito de *ocio humanista* sintetizado por Cuenca (Uruguai). “*Experiencia humana necesaria capaz de proporcionarnos autorrealización, derecho y calidad de vida*” (Cuenca) (Equador).

Não será possível, no presente texto, analisar os diferentes conceitos de recreação e de lazer apresentados pelos participantes da pesquisa. Contudo, considero relevante fazer três apontamentos sobre esse assunto. A primeira reflexão diz respeito à *associação entre os termos recreação e lazer no contexto latino-americano*. Conforme já mencionado, essa é uma peculiaridade da região, por isso precisa ser acolhida e legitimada por todos aqueles que estão inseridos nesse campo. Essa associação pode continuar sendo feita, mas é preciso ter clareza que ela é resultante de dois aspectos: das influências estrangeiras que nem sempre são completamente compreendidas, e das imprecisões conceituais que demarcam o campo do Lazer/Recreação na América Latina. Espera-se que em futuro próximo alguns avanços nessa direção sejam feitos pelos autores interessados no assunto.

Como se vê, embora a temática seja trabalhada em alguns países da região há mais de um século, ainda persistem dificuldades terminológicas e conceituais. Soma-se a isso o fato de que muitos países latino-americanos ainda contam com desenvolvimento teórico incipiente ou inexistente. O desenvolvimento acadêmico do Lazer/Recreação na América Latina é heterogêneo e desigual, sendo notórias as assimetrias entre os países que compõem esse território. Isso faz com que, por vezes, a reprodução de conhecimentos prevaleça sobre a produção de conhecimentos contextualizados, críticos e inovadores sobre a temática.

Dito isso, a segunda reflexão aqui enunciada refere-se à relevância de *superar o uso descontextualizado das teorias no campo do Lazer/Recreación*. Mesmo que pareça ser apenas uma abstração universal, neutra e imparcial, toda produção teórico-conceitual é política e ideológica. Como nem sempre isso é percebido, é necessário ter clareza que toda teoria expressa pontos de vista particulares. Eles refletem as percepções, imaginários sociais, identidades, subjetividades, visões de mundo, ideologias, projetos políticos de sociedade, construções intelectuais e modos de intervenção que são próprios de quem os elaborou (Gomes 2011).

Esse exercício, contudo, está repleto de desafios. Afinal, o cotidiano vivido é muito mais complexo do que nossas interpretações e teorizações sobre ele. Além disso, mesmo que algumas características sejam partilhadas pelos diferentes países latino-americanos, a região abarca realidades heterogêneas. Isso é próprio de territórios tão vastos, complexos e diversos como a América Latina (Ianni 1993).

Nessa direção, é imprescindível produzir conhecimentos sobre a recreação e o lazer que dialoguem com as particularidades históricas, culturais, políticas, econômicas, sociais e étnico-raciais, entre outras, que são partilhadas pelos países e territórios da América Latina. Não se trata de

desvalorizar o conhecimento produzido por autores dos países centrais, mas de assumir uma postura consistente, situada e crítica diante dessa produção, elegendo temas prioritários para serem pesquisados e sistematizando novos conhecimentos que possam enriquecer o campo de estudos do Lazer/Recreação (Gomes 2018).

Finalmente, a terceira reflexão refere-se à importância de *suplantar a lógica da recreação alicerçada no empirismo e na técnica* que, frequentemente, caracteriza esse fenômeno em praticamente toda a América Latina. Como contraponto ao viés recreacionista, alguns autores adotam a compreensão de recreação como uma intervenção educativa. O desenvolvimento de experiências coerentes com este tipo de concepção pode ser uma alternativa interessante para superar o “fazer por fazer” que ainda está atrelado ao recreacionismo latino-americano.

De acordo com Lema (2015, p. 82), a recreação educativa é uma prática pedagógica que intervém “*en las posibilidades de disfrute del tiempo libre en un grupo o comunidad, movilizand o la capacidad lúdica del sujeto para recrear su entorno.*” Entendida desta forma, a recreação consiste em uma intervenção educativa que busca criar condições para que a comunidade participe de seu próprio processo de desenvolvimento humano, visando a construção da autonomia dos sujeitos envolvidos.

No que se refere ao lazer/*ocio*, esse fenômeno vem sendo compreendido de diferentes maneiras pelos profissionais e estudiosos inseridos nesse campo, conforme foi abordado na síntese exposta anteriormente (Gomes 2018). Alguns participantes da pesquisa ressaltaram os conceitos de *ocio* humanista e *ocio* valioso formulados por Manuel Cuenca. O autor refere-se ao *ocio* como uma experiência vital, como um âmbito do desenvolvimento humano que se apoia em três pilares fundamentais: “*elección libre, fin en sí mismo (autotelismo) y sensación gratificante. Este modo de entender el*

ocio, que es el fundamento del ocio humanista” (Cuenca, 2000), es el único ocio que se hace realidad en la vivencia de cada uno de nosotros” (Cuenca 2014, p. 3). Vinculado a este conceito, como um aprimoramento do mesmo, está o chamado ocio valioso. Ele consiste na afirmação “*de un ocio con valores positivos para las personas y las comunidades, un ocio basado en el reconocimiento de la importancia de las experiencias satisfactorias y su potencial de desarrollo social*” (Cuenca 2013, p. 6).

Este e outros autores espanhóis estão vinculados ao *Instituto de Estudios del Ocio* e, há algumas décadas, essa instituição vem formando profissionais, professores e pesquisadores latino-americanos, tanto no nível de mestrado como de doutorado. Muitos fundamentos sistematizados por professores desta instituição são assimilados e difundidos na Ibero-américa.

Como visto, diferentes conceitos de lazer/*ocio* circulam neste campo. O entendimento de lazer como uma dimensão da cultura é frequentemente contemplado na produção acadêmica brasileira. Entretanto, essa interpretação ainda é circunscrita ao campo de estudos do lazer no Brasil. Ela não tem muita visibilidade fora desse país e raramente é inserida por autores estrangeiros nos debates teórico-conceituais, tanto na Ibero-América, como nas demais regiões do mundo.

Muitos conceitos de lazer acabam negligenciando as complexidades, contradições e ambiguidades do lazer, culminando no que Santos (2002) denomina de produção da “não existência”. Ou seja, mesmo que tenham relevância nos contextos locais, muitas experiências de lazer não necessariamente ocidentalizadas, industrializadas, urbanizadas, comercializadas e fragmentadas podem ser invisibilizadas e produzidas como “não existentes” no contexto mais amplo. Como observa o autor, isso acontece com diversos tipos de práticas sociais não hegemônicas (Gomes 2010, 2011).

Compreendo o lazer como um campo de práticas culturais lúdicas historicamente situadas. Assim, é necessário ter em mente que diferentes modos de vida acontecem nos dias atuais, apesar de serem pouco conhecidos. Como exemplo, podem ser citadas as coletividades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e ciganas, entre várias outras. Nos contextos minoritários, em particular, nem sempre há uma palavra similar a “lazer” encarregada de nomear as práticas sociais que são vividas, localmente, como possibilidades de desfrute sociocultural cotidiano. Entretanto, reconhecer a existência do lazer unicamente por meio de uma palavra seria um encaminhamento restrito e insuficiente quando se considera o desafio de problematizá-lo e compreendê-lo de modo situado, isto é, levando em conta as peculiaridades históricas, culturais, sociais, políticas, éticas e estéticas, entre outras, que expressam diversidades e singularidades locais (Gomes 2014).

As festas e celebrações, as práticas corporais, os jogos presenciais e virtuais, as músicas, as conversações e outras experiências de sociabilidade têm significados e sentidos singulares para os sujeitos que as vivenciam ludicamente, revelando a existência do lazer enquanto uma prática social cotidiana, complexa e contraditória. O reconhecimento dessa diversidade apresenta muitos desafios para aqueles buscam problematizá-lo em diferentes realidades.

Nessa perspectiva, o lazer pode ser compreendido como uma necessidade humana e uma dimensão da cultura, caracterizada pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo/espço social. Seguindo essa linha de interpretação, o lazer constitui um campo de práticas sociais vivenciadas ludicamente pelos sujeitos, estando presente na vida cotidiana em diferentes tempos, lugares e contextos. Essa compreensão faz parte de um contínuo processo de reflexão/ação sobre o lazer, tendo em vista as diversas

pesquisas teóricas e empíricas que já tive a oportunidade de desenvolver e orientar. Como exemplo desse contínuo processo de produção do conhecimento, é possível citar algumas publicações (Gomes 2018, 2014, 2011, 2010, 2008, 2004, 2003).

Em suma, essas são algumas das ideias a serem compartilhadas neste texto. Elas foram desenvolvidas com o intuito de problematizar algumas das particularidades que constituem a Lazer/Recreação na região latino-americana. Enquanto algumas delas evidenciam as fragilidades, outras denotam os desafios pendentes e as conquistas verificadas nesse campo. Para que esse processo continue sendo incrementado é essencial que pesquisadores, professores, estudantes e profissionais engajados no campo se comprometam, coletivamente, em superar esses desafios em prol de conquistas comuns.

Além disso, neste século 21, novos avanços serão alcançados à medida que os profissionais, estudantes, pesquisadores e instituições de diferentes continentes estejam dispostos a compreender o lazer no bojo das transformações que acometem o mundo inteiro, em função da pandemia da Covid-19, e que estejam abertos a estabelecer parcerias.

Esse intercâmbio de conhecimentos e experiências é fundamental para a construção de propostas comuns, baseadas em relações de reciprocidade, interdependência e solidariedade. Em um cenário de cooperação bilateral, é imprescindível construir propostas onde prevaleçam o respeito e valorização das particularidades locais (Ulrich e Carrion 2015). Isso é relevante quando se pensa nos diferentes países que constituem a América Latina, a Ibero-américa e também outros continentes do mundo.

Referências

- AGUILAR, L. “El desarrollo de la formación y la investigación en la recreación y el tiempo libre en México”, in: GOMES, C. et al. (orgs.) *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latino-américa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- BALLESTRIN, L. (2013). “América Latina e o giro decolonial.” *Revista Brasileira de Ciência Política*, 1, pp. 89-117.
- BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CASTRO GÓMEZ, S. e GROSGOUEL, R. “Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico”, in: *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, pp. 09-23.
- CUENCA, M. *Ocio humanista: Dimensiones y manifestaciones actuales del Ocio*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2000.
- _____. “Ocio valioso en tiempos de crisis”, in: TORÍO LÓPEZ, Susana et al. (orgs.) *La crisis social y el estado del bienestar: las respuestas de la Pedagogía Social. Anais...* Seminario Interuniversitario de Pedagogía Social, 26, Oviedo, 2013, pp. 5-20. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4481143>.
- _____. “Aproximación al Ocio Valioso.” *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, vol. 1, nº 1, Belo Horizonte, 2014, pp. 21-41, jan/abr.
- GOMES, C. L. “Estudos sobre a temática do lazer na América Latina: um panorama.” *Revista do Centro de Pesquisa e Formação/SESC*, vol. 8, São Paulo, pp. 55-65. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/12430_CHRISTIANNE+LUCE+GOMES.
- _____. *Significados de recreação e lazer no Brasil: Reflexões a partir da análise de experiências institucionais*. Tese de Doutorado em Educação. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2003.
- _____. *Lazer, trabalho e educação: Relações históricas, questões contemporâneas*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- _____. et al. (orgs.). *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

- _____. “Ocio, recreación e interculturalidad desde el “Sur” del mundo: desafíos actuales.” *Revista Polis*, vol. 9, n° 26. Santiago: Universidad Bolivariana, 2010, pp. 199-217. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0718-65682010000200010&lng=es&nrm=iso.
- _____. “Estudos do Lazer e geopolítica do conhecimento.” *Revista Licere*, vol. 14, n° 3, Belo Horizonte, 2011, pp. 1-25, set. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/762>
- _____. “Lazer: Necessidade humana e dimensão da cultura.” *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, vol. 1, n° 1, Belo Horizonte, 2014, pp. 3-20, jan/abr. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/430>.
- _____. “Leisure in Latin America: A Conceptual Analysis”, in: SPRACKLEN, K. *et al.* (eds.) *The Palgrave Handbook of Leisure Theory*. Londres: Palgrave Macmillan, 2017, pp. 71-85.
- GOMES, C. L. e ELIZALDE, R. *Horizontes latino-americanos do lazer/Horizontes latinoamericanos del ocio*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- IANNI, O. *O labirinto latino-americano*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- LEMA, R. *La recreación educativa como trayecto de formación. Un análisis de prácticas de recreación organizada en instituciones educativas del Uruguay*. Tese de Doutorado. Bilbao: Universidad de Deusto, 2015.
- MALDONADO-TORRES, Nelson (2007). “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”, in: CASTRO-GÓMEZ, Santiago e GROSFOGUEL, Ramon (coords.) *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar
- MIGNOLO, W. D. “El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto”, in: GÓMEZ, S. C. e GROSFOGUEL, R. (orgs.) *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, pp. 25-46.
- NOYA, L. *El derecho a la recreación/ocio en las políticas públicas de las capitales de los países andinos: Posibilidades y limitaciones para su concreción*. Dissertação, Mestrado em Estudos do Lazer. Belo Horizonte: Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, 2017.

- NOYA, L. e GOMES, C. L. *O direito ao lazer nas políticas públicas das capitais dos países andinos*. Belo Horizonte: Utópica, 2019.
- OSORIO, E. “La recreación en Colombia: Un campo en construcción”, in: GOMES, C. *et al.* (orgs.) *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, pp. 217-389.
- OTO, A. (2008). Pensamiento descolonial/decolonial. *CECIES – Proyecto diccionario del pensamiento alternativo II*. Disponível em: <http://www.cecies.org/articulo.asp?id=285>.
- PÉREZ PORTO, J. e MERINO, M. Definição de Iberoamérica. Publicado: 2018. Atualizado: 2020. Disponível em: <https://definicion.de/iberoamerica/>.
- REID, A.; LEIVA, R. e ELIZALDE, R. “La recreación en Chile: Una mirada desde la actualidad y la precariedad”, in: GOMES, C. *et al.* (org.) *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, pp. 181-216.
- SANTOS, B. S. “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. 63, Coimbra, 2002, pp. 237-280, out.
- SANTOS, B. S. e MENESES, M. P. (orgs.) (2010). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez.
- TABÁRES FERNÁNDEZ, F. e MOLINA BEDOYA, V. A. “Pensamento crítico latino-americano e produção de conhecimento em lazer”, in: GOMES, C. L. e ELIZALDE, R. *Horizontes latino-americanos do lazer/Horizontes latinoamericanos del ocio*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, pp. 9-25.
- ULLRICH, D. e CARRION, R. “Gestão da cooperação internacional para o desenvolvimento sul-sul à luz dos postulados e princípios da gestão social.” *Caderno CRH*, vol. 28, nº 75, Salvador, 2015, pp. 657-669, set/dez. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v28n75/0103-4979-ccrh-28-75-0657.pdf>. Acesso em: 25/03/2018.

-
1. A América Latina é um conceito predominantemente geopolítico: ao sul das fronteiras estadunidenses é que está situada a porção “latina” do continente, que também abarca o Caribe. Dessa maneira, os Estados Unidos são uma referência fundamental para a demarcação da região latino-americana.
 2. Sempre que necessário, o termo Lazer/Recreação será utilizado neste texto para designar o campo de estudos abarcado, o que não significa desconsiderar as possíveis diferenças conceituais entre essas duas palavras (Gomes 2008, 2010, 2017).

3. Os voluntários da pesquisa foram os seguintes: Argentina (Silvana Suárez), Brasil (Ricardo Uvinha), Chile (Andrés Ried), Colômbia (Esperanza Osorio), Costa Rica (Carmen Grace Salazar), Cuba (Aldo Perez Sanchez), Equador (Carmita Quizhpe), México (José Luis Cervantes), Paraguai (Graciela Jara), Peru (Oscar Colque), Porto Rico (Josue Gimenez), República Dominicana (Rosmery Paulino), Uruguai (Ricardo Lema) e Venezuela (Alíxon Reyes). Esses estudiosos foram selecionados mediante alguns critérios: a) ser latino-americano, b) estar inserido profissionalmente no campo do lazer/recreação em seu país, c) ter participado de projetos e ações nesse campo de estudos e intervenções, d) ter proferido palestras e/ou publicado trabalhos sobre a temática, e) ter disponibilidade para responder o questionário no prazo preestabelecido, e f) participar voluntariamente da pesquisa e aceitar os protocolos éticos da investigação (Gomes 2018).
4. “Conceito” é dimensionado, aqui, como equivalente a compreensão, concepção, entendimento e/ou interpretação. Essas palavras podem ser utilizadas com significados aproximados e, do meu ponto de vista, sugerem olhares mais abertos do que o termo “definição” (Gomes 2014).

LA FORMACIÓN DE PROFESIONALES DE OCIO, TIEMPO LIBRE Y RECREACIÓN: EL CASO DE MÉXICO

Lupe Aguilar Cortez

Introducción

Un problema que enfrenta el estudio del ocio proviene de su uso común, con una connotación negativa, ya que se le refiere como vagancia o vicios, todos hemos escuchado frases como: “el ocio es la madre de todos los vicios.” Precisamente por esto la relevancia de familiarizarse con los enfoques teóricos: el ocio como actividad, el ocio como experiencia y el ocio como tiempo.

Para la mejor comprensión del estudio del ocio, el tiempo libre y la recreación, es necesario revisar los diferentes aspectos que conlleva ser profesional del área, sus niveles de formación y los perfiles profesionales que participan de su programación y estudio.

La definición del ocio desde tres enfoques teóricos

Las nuevas áreas del conocimiento enfrentan problemas similares en la formación de profesionales que se involucran en su estudio. Los estudios de

ocio, tiempo libre y recreación como área de conocimiento se ha desarrollado en los países de habla hispana y especialmente en México con dificultades. En este documento se analizan dos: a) La definición del ocio desde tres enfoques teóricos y b) la formación de recursos humanos

El problema de la conceptualización y definición se revisa de forma breve iniciando con su significado.

Significado del ocio

Al definir el ocio encontramos una serie de significados que a través de los años le han dado sociólogos, filósofos, economistas, etc. Podemos encontrar tres enfoques fundamentalmente: el ocio como actividad, el ocio como experiencia y el ocio como tiempo.

FIGURA 1 – Tres enfoques teóricos del ocio

Tres enfoques del ocio		
1. El enfoque del ocio como actividad	2. El enfoque del ocio como experiencia	3. El enfoque del ocio como tiempo

Fuente: elaboración propia.

El enfoque del ocio como actividad

El ocio como actividad se relaciona con la participación en actividades tales como: deportes, ver televisión, cenar fuera e ir de compras. A estas acciones se les clasificaría como actividades. Edginton (2004), categoriza trece formas de actividades de ocio, en las que incluye las artes escénicas, visuales, nuevas artes, actividades literarias, actividades de superación personal o educativas, deportes y juegos, acuáticas, recreación al aire libre, actividades de bienestar, hobbies, recreación social, viajes y turismo y servicios voluntarios.

Continuando con esta idea, Sue (1982) precisa que el ocio puede ser todo tipo de actividad que, de forma consciente e intencionada, podríamos realizar para ocupar el tiempo libre, ya sean actividades intelectuales, culturales, artísticas, deportivas, recreativas, contemplativas o simplemente no hacer absolutamente nada, pero teniendo conciencia intencionada de este hecho. Puede servir de descanso, liberación, recuperación de energías perdidas o también de idealización.

El enfoque del ocio como experiencia

Una de las referencias más antiguas es la desarrollada Nash (1960) fue uno de los primeros autores que sugirió una traslación de la idea de la pirámide de Maslow al ámbito del ocio. Propuso una escala de cuatro niveles donde describe de manera general valores asociados a la participación en las experiencias de ocio, que tendrá gran influencia en estudios posteriores. En la base de dicha pirámide, colocó dos niveles más: el cero y subcero, donde ubica el tipo de actividades relacionadas a excesos y delincuencia que originan valores negativos, que lesionan tanto al

individuo como a la sociedad. En el nivel cuatro, el más alto de la pirámide, sienta aquellas actividades de aportación creativa, que tienen que ver con el individuo creativo e inventor. El tercer nivel sitúa las actividades de participación activa, que generan al individuo dinámico e interactivo. En el segundo, están las actividades emocionales donde participan personas motivadas. Finalmente, en el nivel uno reside las actividades de entretenimiento y diversión, donde advierte individuos que solo combaten el aburrimiento.

Paradójicamente encontramos, en la cúspide de la pirámide, que las actividades más positivas tienen menor proporción de participación en comparación con las inferiores, que corresponden a actos negativos contra la persona y la sociedad. Para Nash (1960), la capacidad para seleccionar las actividades más deseables es uno de los rasgos más importantes en el uso del tiempo de ocio. La libertad de elección depende del conocimiento, habilidades, actitudes y conceptos que tiene un individuo. Si las experiencias previas de un individuo son escasas, sus actividades de ocio serán limitadas. Sin embargo, la variedad de acciones seleccionadas es importante para el equilibrio. El sujeto no necesita solamente participación creativa, sino que sus actividades de ocio deben de estar apropiadamente liberadas. Lo que va a determinar cada nivel es la actitud del individuo y su compromiso hacia la actividad.

FIGURA 2 – Pirámide de los valores asociados a la participación en ocio



Fuente: Adaptado de Nash (1960).

Esta pirámide es útil para los individuos que tratan de eliminar las actividades que dañan a la persona y a la sociedad, y pretenden incluir actividades saludables, de autodesarrollo y autorrealización. Las personas pueden conseguir, gracias al ocio y al tiempo libre, satisfacer sus necesidades de emoción y desafío, aceptación social y amistad, sentimientos de logro y el mismo dominio creativo, consiguiendo con ello, la mejora de su salud física y emocional.

En un estudio de Kleiber, Larson, y Csikszentmihalyi (1986), se solicitó a los sujetos que respondieran a la pregunta: «¿qué significa la palabra ocio para usted en cinco palabras o menos?», el resultado fueron cinco categorías: (1) relajación/hacer nada, (2) tiempo libre, (3) libre elección, (4) disfrute y (5) actividades. En este estudio, también se analizaron las diferencias basadas en el género. En esta última categoría las mujeres definieron el ocio como relajación/hacer nada y libertad de elección, mientras los hombres definieron el ocio como disfrute o actividades.

Cuenca (2000) menciona que una experiencia de ocio no es algo informal, sino estructurado, procesual y direccional. Organizado en el conjunto de nuestra vida y nuestras experiencias vitales; procesual en su vivencia y en su valoración; direccional porque el ocio nos permite acceder a lo satisfactorio y positivo. Pero el ocio es, fundamentalmente, una experiencia personal y cada ciudadano participa del fenómeno del ocio de manera distinta. Es decir, cada persona configura una experiencia de ocio cuantitativa y cualitativamente distinta. De lo que se deriva que el ocio es, ante todo, una experiencia humana, cargada de contenidos y símbolos dispares según la edad, sexo, lugar donde uno vive, el nivel educativo y formativo alcanzado, la renta de que se dispone, los recursos que la comunidad pone a su disposición, el estado de salud, etc. todo ello exige igualmente, una reflexión más calmada y profunda del fenómeno.

Amplia Cuenca (2004) que el ocio basado en los intereses de cada individuo se convierte en una experiencia personal e integral. Esta práctica es multidimensional, autotélica, es decir tiene un fin en sí misma, y concebida en diferentes coordenadas que le dan la direccionalidad (autotélica, exotélica, nociva y ausente).

FIGURA 3 – Direccionalidad del ocio

Coodenadas del Ocio	Direccionalidad		Dimensiones	Tracendencias
	Autotélica	Positiva	1. Lúdica 2. Creativa 3. Solidaria 4. Ecologica-ambiental	Individual
	Exotélica	Positiva	1. Productiva 2. Educativa 3. Terapéutica 4. Distintiva	Social
	Ausente	Negativa	No tienes dimensiones, tienes causas 1. Ausencia por imposibilidad 2. Y ausencia por incapacidad	Individual
Nociva	Negativa	1. Instintiva 2. Adictiva 3. Inconveniente 4. Ilegal	Social	

Fuente: elaboración propia.

Desde una postura humanista, Cuenca (2000) afirma que el ocio es una vivencia integral relacionada con el sentido de la vida, valores de cada uno y coherente con ellos, una experiencia de re-creación, que crea ámbitos de encuentro o desencuentro. Se diferencia de otros tipos de ocio por su potencialidad para llevar a cabo encuentros creativos que originen desarrollo personal.

El enfoque del ocio como tiempo

Se ve al ocio relacionado y definido con el trabajo y el tiempo libre del mismo. Esta perspectiva implica que el ocio es solamente tiempo libre de trabajo (Kraus, 2000), tiempo fuera de las obligaciones personales, tareas del hogar y personales. Se ve como tiempo discrecional en el cual las personas seleccionan sus actividades, este enfoque es simplemente visto como la medición de las conductas personales de ocio. Kelly (1999), Dumazedier (1968), y Sue (1982), lo relacionan con un tiempo de descanso y suspensión temporal del trabajo, que ha sido posible gracias a la reivindicación de los obreros. Para Dumazedier, (1968: 9), el ocio «es un tiempo de trabajo liberado por los progresos técnicos» y lo considera como:

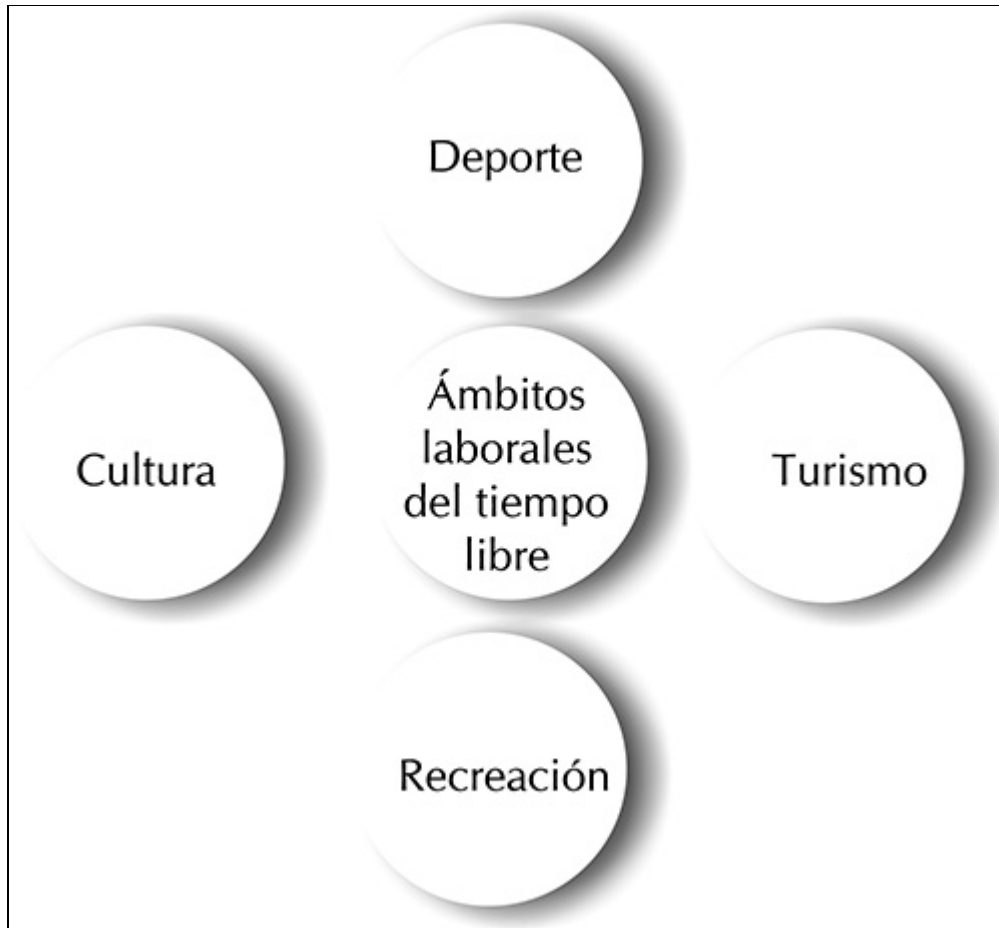
Un conjunto de ocupaciones a las que el individuo se puede dedicar voluntariamente, ya sea para divertirse, o para desarrollar su información o su formación desinteresada, su participación social voluntaria o su libre capacidad creadora, después de estar desligado de sus obligaciones profesionales, familiares y sociales. (Dumazedier 1968, p. 62)

González (2008), resume que el tiempo libre tiene los siguientes aspectos: es el tiempo que nos queda después del trabajo (entendido como actividades productivas, materiales y/o intelectuales, y/o remuneradas o lucrativas). También es el que resta de las necesidades y obligaciones cotidianas y se emplea en lo que uno quiere; es la parte del tiempo fuera del trabajo destinado al desarrollo físico e intelectual del ser humano en cuanto fin en sí mismo. El tiempo libre, es un tiempo personal que se dedica a actividades autocondicionadas de descanso, recreo y creación, con el fin de compensarse y afirmar la personalidad individual y social.

En la sociedad, desde la perspectiva laboral, el ocio se manifiesta en cuatro ámbitos: deporte, cultura, turismo y recreación, estos están

diferenciados por los profesionales que organizan los servicios en cada uno de ellos.

FIGURA 4 – Ámbitos laborales del ocio



Fuente: elaboración propia

La recreación como ámbito laboral del tiempo libre

Un primer abordaje, remite a la utilización del término recreación y tiene en sus orígenes en los Estados Unidos de América (EE.UU.). Resultados

tangibles de este modo de entender el ocio son los centros de recreación, plazas de deportes y jardines de recreo que se pueden encontrar en varios países latinoamericanos y, muy especialmente, en México. Esto se pudo llevar a cabo gracias a la ayuda de instituciones como la Young Men's Christian Association (YMCA) – Asociación Cristiana de Jóvenes (ACJ) – que, en las primeras décadas del siglo XX, apoyó su difusión por varios países, especialmente en América Latina

De esta manera el conocimiento sobre el desarrollo teórico sobre el tiempo libre, el ocio y la recreación comenzó a utilizarse entre los profesionales de la educación física y el deporte en México. En los años cincuenta, en Estados Unidos, se pone de moda la palabra "*recreation*". En los años noventa se presenta una nueva perspectiva, la de los programas de recreación como un servicio que debe estar acorde a las necesidades de la comunidad. Estos programas se caracterizan por fomentar principalmente la recreación al aire libre, pero, además, aparecen programas recreativos relacionados con la salud. Programas de recreación que hoy se conocen como recreación terapéutica o como ocio terapéutico.

FIGURA 5 – Tipos de recreación especializada



Fuente: elaboración propia.

Desde la perspectiva de la gestión, el autor que más influencia ha tenido en México, es Richard Kraus (2000). Él define la programación de la recreación desde un contexto social. La programación es fundamental y debe estar diseñada para dar un servicio de enriquecimiento personal, desarrollo mental, físico y social, sin hacer ninguna distinción entre las personas de cualquier edad y sin distinción de clases sociales. Otra definición, cercana a la de Kraus, es la de Neumeyer (2012) que ve la recreación como una actividad. Sugiere que puede ser cualquier actividad que se lleve a cabo durante el tiempo libre, ya sea individual o colectivamente, siempre que sea libre y placentera y que no requiera de otro beneficio más allá que el haber participado en ella. La define como una experiencia de ocio socialmente aceptada y que da satisfacción al individuo que participa voluntariamente en ella.

Kraus, Barber y Shapiro (2001), desglosan la definición de recreación en seis puntos

- La recreación es una actividad desde el punto de vista más amplio, en la que se incluyen las acciones físicas, mentales, sociales y emocionales. Esto contrasta con el concepto de pereza.
- La recreación puede incluir un rango amplio de actividades tales como: los deportes, los juegos, las actividades artesanales, las artes escénicas, la música, los viajes, los pasatiempos y las actividades sociales.

FIGURA 6 – Recreación por áreas de expresión

Recreación por áreas de expresión					
Recreación físico deportiva	Recreación all aire libre	Recreación acuática	Recreación lúdica	Recreación manual	Recreación artística
Recreación conmemorativa	Recreación social	Recreación literaria	Recreación técnica	Recreación e entretenimientos aficiones	Recreación y el área de la salud Recreación comunitaria

Fuente: elaboración propia.

- La realización de una actividad es completamente voluntaria y no se debe a presiones externas.

- La recreación es motivada de manera interna y por el deseo de lograr satisfacción personal y no de tener un propósito ulterior.
- La recreación depende en gran medida de un estado de la mente o de una actitud: no es tanto la actividad que uno trata de hacer como la razón para hacerlo y la forma que el individuo siente sobre la actividad lo que realmente lo hace creativo.
- La recreación tiene resultados deseables y potenciales aun cuando la motivación primaria para participar sea el disfrute personal ya que puede resultar en un crecimiento intelectual, físico y social.

Kraus (2000) también incluye la actividad en su definición de recreación. La define como una actividad o experiencia elegida voluntariamente por el participante ya sea porque recibe satisfacción inmediata de ella o porque percibe que puede obtener valores personales o sociales de ella. Se lleva a cabo en el tiempo libre, no tiene ninguna connotación laboral, regularmente se disfruta de ella y se ofrece como parte de un programa de una agencia o institución pública, privada o comercial. Está diseñada para construir metas constructivas y sociales para el participante, el grupo y la sociedad. (Kraus 2000, pp. 35-37).

Un aspecto sobresaliente en la programación de la recreación es su compromiso en satisfacer necesidades y considerar beneficios para los participantes. La programación basada en beneficios (BBP) requiere que los programadores tomen un enfoque de desarrollo mediante la planificación de programas basados en resultados para grupos de usuarios específicos. Para implementar BBP, primero es necesario comprender los beneficios y comprender el compromiso que acompaña la programación de la recreación.

Otras perspectivas de la recreación son: la propuesta por Waichman (2004), denomina recreación educativa y la define como un modelo de

educación no formal centrado en educar para el tiempo libre y es dirigida y grupal. La recreación como proceso permite al ser humano cambios en su forma de ser, obrar, pensar y sentir. Es también un fenómeno psicosocial que forma parte del proceso de producción y reproducción económica, política e ideológica, durante el tiempo libre, como extensión de la jornada laboral. Waichman, promueve un conjunto de conceptos teóricos y metodologías para la acción en las que, partiendo del tiempo disponible, intentará, a través de actividades voluntarias, grupales y de carácter lúdico, generar en los otros la práctica del compromiso social, cultural y político.

La recreación educativa (Lema 2011) es un modelo educativo de animación- mediación, que permite al protagonista cambios de actitud e ideología a través de actividades dirigidas desde fuera. Como proceso, nos plantea Lema que: «Parte de la libertad del tiempo a la libertad en el tiempo. De un continuo de menor a mayor libertad de un grado de heterocondicionamiento a otro de autocondicionamiento».

La formación de recursos humanos

Los niveles de formación en la educación superior son licenciatura, maestría y doctorado. Las licenciaturas relacionadas con el tiempo libre y la recreación, han sido de reciente interés por las instituciones de educación superior, como se revisará a continuación

En México la YMCA (Youngs Men Christian Association/ Asociación Cristiana de Jóvenes) inaugura, al inicio de febrero de 1968, el Centro de Preparación de Profesionales YMCA (CPPY), posteriormente se creó el

Instituto de Preparación Profesional YMCA (IPY), en 1977 cambio su nombre por el de Instituto de Estudios Profesionales para la Administración del Tiempo Libre (IEPATL), se promocionó la Licenciatura en Administración del Tiempo Libre (LATL). En el año 2000 se produce la apertura a la Universidad YMCA, en su programa académico integra, la Licenciatura en Administración del Tiempo libre y dentro del programa de posgrado incluye la maestría en Recreación, con la especialidad en Recreación Laboral y Recreación Turística.

Los estudios sobre el tiempo libre, el ocio o la recreación podemos encontrarlos en cualquiera de las carreras de Administración de Hoteles y Restaurantes, Administración de la Hospitalidad y Administración de Empresas Turísticas. Las asignaturas asociadas al ocio, que hemos podido encontrar en los programas de estas carreras son las siguientes: a) Gestión del tiempo libre, b) Administración del tiempo Libre, c) Animación y recreación turística, d) Administración de centros de esparcimiento turístico, e) Operación de centros de entretenimiento, f) Animación turística, g) Recreación turística, h) Animación y recreación de grupos, i) Administración de centros recreativos.

La educación física y la recreación

En varios países en América Latina, ha habido un interés de los educadores físicas por participar en la programación de la recreación, en Mexico, esto se debe en parte, a que en el mapa curricular existía las asignaturas de recreación, campamentos y de juegos. Ya que en los programas oficiales de la secretaría de educación pública, estaban incluidos

proyectos escolares como acantonamientos (campamentos en las escuelas), campamentos y programas vacacionales. En 1988 se aprueba los planes y programas de Educación Física para educación inicial, preescolar, primaria y secundaria. Con enfoque orgánico funcional, que incluía la recreación (campamentos) deporte e iniciación al ritmo. Estos hechos facilitaron que muchos profesores y licenciados en educación física participaran en la oferta laboral de la recreación.

FIGURA 7 – Area de convergencia entre la recreación y la educación física



Fuente: elaboración propia.

Además de los especialistas en educación física, se pueden mencionar a los especialistas en deporte, el trabajo social, la educación preescolar, entre otros, que también han participado en la programación de la recreación que ellos ofrecen no tuvieran enfoques pedagógicos ni de gestión mas adecuados. Algunos de ellos, sin más preparación, que su propia experiencia, promovió que los programas de recreación que ellos ofrecen no tuvieran enfoques pedagógicos ni de gestión mas adecuados.. Algunos de ellos, sin más preparación, que su propia experiencia, promovió que los programas de recreación no tuvieran las características mas adecuadas. En algunos casos, el abuso del juego o de la actividad por la actividad misma. Solo como mero entretenimiento u ocupar el tiempo libre sin beneficio para el participante. Cómo se mencionó previamente, la programación de la recreación se basa en los beneficios que el programa ofrece. Con estas consideraciones, se ha producido lo que se ha denominado como recreacionismo.

FIGURA 8 – El recreacionismo

RECREACIONISMO considera a la recreación como una sumatoria de actividades	
Jueguismo	abuso de juegos en la programación o pensar que la recreación son solos juegos
Activismo	incluir solamente actividades de carácter práctico y fisico
Bufonismo o paisagismo	piensan que si una práctica no es divertida o causa risa, no es recreativa, casi siempre se apoyan en la burla o apodos que se le dan a terceros sujetos, poniendo en estos la causa de la risa del grupo.

Fuente: elaboración propia.

Como se observa en la figura, el recreacionismo incluye, el juegoismo, el activismo y el bufonismo. Que desafortunadamente, aquellos sin la formación requerida, confunden con los contenidos de un programa de recreación.

Por la importancia que tiene el tiempo libre en la sociedad actual, es relevante que se ofrezcan estudios de especialización o de posgrado para que los profesionales interesados en el ocio, el tiempo libre y la recreación, se capaciten de forma adecuada y disminuyan las prácticas relacionadas al recreacionismo.

Conclusiones

Para revisar la definición de ocio, se consideraron los tres enfoques del ocio: el ocio como tiempo, el ocio como experiencia y el ocio como tiempo. ayudan al mejor entendimiento del ocio, alejándolo del ocio como elemento negativo en la sociedad, tan común en nuestra sociedad.

El enfoque como tiempo, apoya la revisión los ámbitos laborales del ocio como tiempo libre, el deporte, la cultura, el turismo y la recreación. Apoyándonos en el enfoque del ocio como tiempo se revisó el ámbito de la recreación.

Como ámbito laboral se analizaron los perfiles profesionales, especialmente los especialistas en recreación, y la relevancia de los educadores físicos. Es innegable la influencia del paradigma norteamericano en las primeras etapas de formación, no obstante el paradigma europeo con

el apoyo de la teoría del ocio humanista (Cuenca, 2000) ha ampliado la visión de los estudios y de los servicios.

Sin embargo, hay un tema que no se reviso en el documento y es el de la investigación, precisamente por la importancia de la misma en la generación de una perspectiva centrada en indagaciones que muestren la realidad mexicana y latinoamericana. Todavía un camino largo por caminar.

En México, la formación especializada en estudios de ocio, tiempo libre y recreación, seguirá fomentándose. De la misma manera, las especializaciones, maestrías y certificaciones, son un área de oportunidad para que los educadores físicos y los otros profesionales interesados en el estudio y en el ámbito laboral sigan participando

Referências

CUENCA, M. (2000). *Ocio Humanista, Dimensiones y manifestaciones actuales del ocio*. Documentos de Estudios del Ocio, nº 16. Bilbao, España: Universidad de Deusto.

_____. (2004). *Pedagogía del Ocio. Modelos y propuestas*. Bilbao: Universidad de Deusto. España.

DUMAZEDIER, J. (1968). *La civilización del ocio*. Madrid. España: Guadarrama.

KLEIBER, D. e LARSON, R.W. and CSIKSZENTMIHALYI, M. (1986). "The experience of leisure in adolescence." *Journal of Leisure Research*, 18, pp. 169-176.

KRAUS, R. (2000). *Recreation Programming: A Benefits-Driven Approach*. EUA: Allyn and Bacon.

KRAUS, R.; BARBER, E. and SHAPIRO, I. (2001). *Introduction to Leisure Services: Career Perspectives*. Champaign, Illinois, EUA: Sagamore Publishing.

KELLY, J. R. (1999). "Leisure Behaviors and Styles: Social, Economic, and Cultural Factors", in: LACKSON, E. L. and BURTON, T. L. (eds.) *Leisure Studies: Prospects for the Twenty-First*

Century. State College, PA, U.S.A. Venture, pp. 35-50.

LEMA, R. (2011). "La recreación educativa: modelos, agentes y ámbitos." *Revista Latinoamericana de Recreación*, 1(1), pp. 77-90.

NASH, J.B. (1960). *Philosophy of Recreation and Leisure*. Dubuque, Iowa: W.C. Brown Co. Publisher

NEWMAYER, M. H., y NEWMAYER, E. S. (2012). *Leisure and Recreation: A study of Leisure and Recreation in their sociological aspects*. EUA: Literary Licensing, LLC.

SUE, R. (1982). *El ocio*. México: Fondo de Cultura Económica

WAICHMAN, P. (2004). *Tiempo Libre, Libertad y Educación*. *Conexoes*, 2.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISAS E PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DO LAZER (ANPEL): REFLEXÕES, POSICIONAMENTOS E ATUAÇÕES EM TEMPOS DE CRISES

*Junior Vagner Pereira da Silva
Raquel da Silveira
Coriolano Pereira da Rocha Junior
Olívia Cristina Ferreira Ribeiro*

Introdução

Caracterizadas como entidades organizadas, as associações científicas são compostas por pesquisadores, professores, estudantes que militam e atuam em áreas específicas. Neste contexto, consomem, disseminam e produzem conhecimentos, vez que seus atores além de se manterem orientados e atualizados por conhecimentos produzidos por terceiros, também figuram como produtores (Silva 2020).

Associações e sociedades científicas são entidades que conectam os interesses de seus associados no que se refere à uma determinada área da ciência. Elas surgiram “em decorrência da necessidade de ampliar o contato e o conhecimento entre cientistas e como forma de se obter o aceite dos pares” (Winter 2007, p. 2). Ao longo do tempo, elas vêm assumindo “papel significativo para o progresso das ciências em nível mundial e para a ampliação dos contatos e debates entre cientistas das diversas áreas de conhecimento” (Bahia 2020, p. 119).

De acordo com Bahia (2020), essas sociedades/associações vêm crescendo em âmbito mundial, ao mesmo tempo que acompanham o desenvolvimento do sistema científico de determinado país, no que se refere à estrutura institucional, como a criação de grupos de pesquisas. Elas se diversificam e criam estímulos para que as ciências e as profissões se desenvolvam nas várias áreas de conhecimento, uma vez que podem agregar futuros pesquisadores ainda em formação (Bahia 2020).

Suas atuações encontram-se alicerçadas, principalmente, em três linhas – política, acadêmica e científica.

A atuação política, inicialmente, ocorre por intermédio da representação por pares. Pautado no princípio democrático da eleição de representantes, os associados elegem a diretoria nacional (algumas associações também dispõem de eleição de secretarias regionais) que representarão os interesses dos associados junto a entidades partidárias, órgãos públicos, comissões e conselhos nacionais, estaduais e municipais (Educação, Esporte, Lazer, dentre outros), com poderes consultivo, deliberativo e/ou normativo (Silva 2020).

Manifesta-se também por meio de posicionamentos frente a questões gerais, como democracia, direitos humanos, diversidade, assim como específicas da área de atuação em defesa de pautas, como aquelas relacionadas à educação, saúde, lazer, esporte.

Isto porque grupos organizados, como associações, figuram como atores políticos, os quais por meio da mobilização de forças e representação, dispõem de condições de influenciar na incorporação de pautas na *agenda setting* por meio de pressão. Neste cenário, a atuação política ocorre em sentido *lato*. Coloca em cena a arte de resolver conflitos sem uso da força, lançando mão, para tanto, de conhecimentos científicos e jurídicos, com ou

sem articulação com outras entidades, para atuar como influenciadores em decisões do executivo, legislativo e judiciário.

No que tange à formação de agenda política, acadêmicos, pesquisadores, consultores e analistas vinculados a grupos de interesse, com centralização da atenção voltada para áreas específicas – saúde, educação, lazer, dentre outras - atuam de modo efetivo na especificação de alternativas (Kingdon 2007):

Muitas ideias [*sic*] são geradas nessas comunidades. Propostas são sugeridas por vários meios: discursos, projetos de lei, audiências no Congresso, informações vazadas para a imprensa, circulação de papers e conversas particulares. Os atores divulgam suas ideias [*sic*] criticam o trabalho dos colegas, aprimoram e revisam essas ideias [*sic*] discutem novas versões. Algumas dessas ideias [*sic*] são acatadas, enquanto outras são descartadas. Contudo, muitas ideias [*sic*] são possíveis e são, de alguma forma, consideradas durante o processo. (Kingdon 2007, p. 231)

Na linha acadêmica, as associações são entidades que dispõem de representatividade, liderança e credibilidade frente a profissionais e estudantes por meio da organização de eventos acadêmicos-científicos que dão identidade a área, abordando temas, por meio de conferências, palestras, mesas redondas, oficinas, cursos, workshops, painéis, que promovem a formação continuada e atualização na área (Silva 2020).

Esses eventos também consistem em oportunidades para manifestação da terceira linha de atuação, a científica, ocasiões em que os conhecimentos produzidos pelos próprios associados ou simpatizantes a área, por meio de submissões de trabalhos científicos em seus diversos formatos de publicação (resumo, resumo expandido, artigos completos) e apresentações (pôsteres ou comunicações orais), são socializados (Silva 2020), o que faz com que o

ciclo da comunicação científica (pesquisa, divulgação, leitura, validação e aceitação pelos pares) se concretize (Oliveira 2005).

Ainda, a atuação das associações frente às questões científicas ocorre com a criação de periódicos, que quando comparados àqueles originários de instituições, apresentam vantagens, pois, segundo Trzesniak (2000), dispõem de elevada especialização de conteúdo, submissão de trabalhos e dinamismo científico favorecido, abrangência e circulação nacional, saudável afinidade dos envolvidos, financiamento privilegiado via agências e aproveitamento do esforço editorial otimizado.

Diante as linhas de atuação as quais as associações estão inseridas, este capítulo, objetiva registrar a constituição e atuação da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Estudos do Lazer (ANPEL), em especial no período de 2018-2021, período mais sensível e delicado (político, econômico, sanitário, acadêmico e científico) vivenciado pela população brasileira após a redemocratização do Brasil, vez que uma série de retrocessos ocorreram no país, retrocessos esses que perpassam a questões macros na política nacional, como um golpe no executivo federal através da derrubada política da presidenta Dilma Rousseff em 2016; aguçamento de medidas neoliberais no governo pós-golpe (2016-2019) por medidas de Michel Temer; eleição de um presidente conservador, patriarcal e ultraliberal, inexperiente e ineficiente, com mandato entre 2019-2022. Somado a isso, em 2020 fomos assolados pela pandemia da Covid-19 a qual atingiu patamares drásticos de mortes e crises políticas, econômicas e sanitárias no mundo.¹

Aspectos históricos da ANPEL

Os estudos do lazer, inicialmente desenvolvidos à luz da sociologia, ao longo de sua história foram adotados como objeto de análise de diversas áreas. Nas últimas décadas, a Educação Física, Pedagogia, Administração, Economia, Arquitetura e Urbanismo, Psicologia, Sociologia, Antropologia (Gomes e Melo 2003; Peixoto 2007), Terapia Ocupacional (Gomes e Melo 2003), Filosofia, História, Geografia, Matemática, Enfermagem, Turismo e Hotelaria (Peixoto 2007), tem investigado temas que dialogam direta ou indiretamente com o lazer.

Neste cenário, a partir da articulação de pesquisadores nacionais ao longo das edições do Seminário “O Lazer em Debate”, em 13 de junho de 2013, em Campinas, na ocasião da décima quarta edição do evento, foi criada a ANPEL, associação científica que “[...] congrega pesquisadores das mais diferentes áreas de conhecimento, que se dedicam à investigação do ‘lazer’ e temas afins, a partir dos mais distintos pontos de vista teóricos e disciplinares” (ANPEL 2020), tendo como objetivos:

- a) estímulo à participação da comunidade nas políticas do país para sua área de atuação, defendendo o aperfeiçoamento profissional e o desenvolvimento teórico, cultural, científico e tecnológico no campo de estudos do “lazer” e temas afins;
- b) representação dos associados, no que couber, junto a órgãos públicos e privados, em particular junto a agências nacionais e estaduais de coordenação e fomento à pós-graduação e à pesquisa;
- c) organização de encontros, seminários, congressos, cursos e outras reuniões, com o objetivo de promover o intercâmbio e a cooperação entre associados, para o desenvolvimento da área, abordagem de problemas comuns e ampliação do conhecimento mútuo sobre pesquisas em andamento;
- d) incentivo ao desenvolvimento de estudos e pesquisas, identificando temas prioritários, problemas e necessidade de avanço do conhecimento na sua área de atuação;
- e) divulgação de estudos e trabalhos na sua área de atuação, inclusive através do estímulo à publicação e difusão dos seus resultados. (ANPEL 2020, p. 1)

Na ocasião de sua fundação, assumiram a primeira gestão (2013-2014) os pesquisadores Hélder F. Isayama – presidente (UFMG), Victor A. Melo – vice-presidente – (UFRJ), Ricardo R. Uvinha (USP) e Sílvio R. Silva (UFMG), secretários.

Fizeram parte de sua instituição vinte e quatro pesquisadores, em sua maioria doutores - Ângela Bretas Gomes dos Santos (UFRJ); Carlos Ferreira Nazareno Borges (UFES); Cheng Nery Chao (UFRN); Christianne Luce Gomes (UFMG); Cinthia Lopes da Silva (Unimep); Débora Alice Machado da Silva (Unimep); Denise Aparecida Corrêa (Unesp); Edmur Antônio Stoppa (USP); Elizara Carolina Marin (UFESM); Fernando Mascarenhas (UNB); Giuliano Gomes de Assis Pimentel (UEM); Helder Ferreira Isayama (UFMG); Juliana Pedreschi Rodrigues (USP); Liana Abrahão Romera (UFES); Luiz Gonçalves Junior (UFSCAR); Luciano Pereira Silva (UFMG); Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco (USP); Ricardo Ricci Uvinha (USP); Rita de Cássia Giraldi (USP); Silvia Cristina Franco Amaral (Unicamp); Silvio Ricardo da Silva (UFMG); Tânia Mara Vieira Sampaio (UCB); Simone Aparecida Rechia (UFPR) e Victor Andrade de Melo (UFRJ).

Após sua fundação, obteve em seus primeiros meses a vinculação de cento e quarenta e oito associados, sendo quarenta e seis na categoria sócio pesquisador doutor e cento e dois, na categoria sócio pesquisador - demais pesquisadores.

Na linha acadêmica, criou-se o “Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer” (CBEL), evento incorporado ao já tradicional “O Lazer em Debate”, com sua primeira edição em 2014, na cidade de Belo Horizonte – MG, Universidade Federal de Minas Gerais. Com o tema “Pesquisa e Pós-graduação em Estudos do Lazer”, no período de 6 a 8 de agosto de 2014. A programação foi composta por duas conferências, uma mesa redonda, grupos de trabalho, sessão de pôsteres, e painéis temáticos, além da assembleia da

entidade. Já a partir deste primeiro evento, se constituiu a organização de coletâneas, com a publicação das produções apresentadas no evento.

A segunda gestão (2014-2016) foi composta pelos pesquisados Ricardo R. Uvinha – presidente (USP), Mirleide C. Bahia – vice-presidente (UFPA) e secretários, Cleber A. Dias (UFMG) e José C. Martins (Unifor).

A segunda edição do CBEL, realizada em Belém, de 14 a 16 de setembro de 2016, contou com a parceria do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido e Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará na organização.

Com o tema “Lazer, Desenvolvimento e Sustentabilidade”, a sessão científica contou com apresentações de trabalhos, organizados em onze Grupos de Trabalhos (Bahia e Figueiredo 2016). Os trabalhos apresentados foram publicados nos Anais do Evento em formato de artigos completos e resumos, organizados por GTT (Grupo de Trabalhos Temáticos).

Na ocasião do evento, foi dado posse a terceira diretoria, com gestão no período de 2016 a 2018, que contou com a presidência de Mirleide C. Bahia (UFPA). Ainda, compuseram a diretoria, Sílvia C. F. Amaral – vice-presidente (Unicamp), Reinaldo T. B. Pacheco – Secretário (USP) e Junior Vagner Pereira da Silva - Secretário (UFMS).

A terceira edição do CBEL foi realizada em Campo Grande - MS, no período de 27 a 30 de abril de 2018, em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Fundação Municipal de Esportes e trouxe como tema: “Lazer e vida com qualidade em tempos de violação dos direitos sociais”. Este evento contou com as seguintes atividades científicas: duas conferências, quatro mesas redondas, painéis de debates, grupos de trabalho temáticos, sessão de pôsteres, reunião institucional e a assembleia. Da mesma forma que nos demais, se produziu os anais do evento.

Outro importante produto relacionado à linha científica vinculada a ANPEL é a Revista Brasileira de Estudos do Lazer (RBEL), criada em 2014, sob a chefia editorial da Prof.^a Dr.^a Christianne Luce Gomes. A revista dispõe de periodicidade quadrimestral, com publicações de manuscritos no formato de dossiês, abordando temas específicos selecionados pela equipe editorial; artigos originais, ensaios, resenhas e entrevistas. Em seu sétimo volume, diversos temas foram foco dos dossiês (Compreensões e significados do lazer; Lazer e turismo; Lazer e meio ambiente; Associações internacionais de pesquisa em lazer; Associações e centros de estudos sobre o lazer; Lazer e esporte; Lazer e cultura; Lazer e cinema; Lazer e megaeventos esportivos; Equipamentos de lazer; Formação profissional em lazer; Aspectos históricos do esporte e lazer; Diversidade de olhares e perspectivas para o lazer no contexto atual; Lazer e saúde; Diversidade temática das pesquisas sobre lazer), o que ratifica a perspectiva multidisciplinar dos estudos vinculados ao lazer.

ANPEL – gestão 2018-2020: atuação política, acadêmica e científica

A gestão 2018-2020 teve na composição, as seguintes pessoas: presidente Junior Vagner Pereira da Silva, da UFMS, a vice presidenta Raquel da Silveira, da UFRGS, a Secretária Olívia Cristina Ferreira Ribeiro, da Unicamp e Coriolano Pereira da Rocha Junior, da UFBA, também como secretário.

Essa diretoria foi eleita no último processo eleitoral realizado no III CBEL (Campo Grande, MS), seguindo os pleitos anteriores que ocorreram

sempre nesse congresso. A posse da atual diretoria ocorreu no Congresso Mundial de Lazer realizado em São Paulo, pelo Sesc São Paulo, em 2018.

Ainda no III CBEL, a diretoria eleita fez a sua primeira reunião com a pauta de elaborar metas e planejamento das ações para os dois anos de gestão. Nessa reunião foi definida a continuidade das ações realizadas pelas gestões anteriores, em especial, em relação a efetivação do CNPJ da ANPEL, a manutenção e apoio da RBEL, a realização do IV CBEL e a atuação política em prol das pesquisas e estudos de lazer em âmbito federal, estadual e municipal. Além disso, foi consensuado a necessidade de um canal de divulgação e diálogo com suas/seus associadas/os, o que resultou em um investimento no site da entidade com manutenções periódicas de publicação.

Comprometida com essa agenda de atuação, a atual diretoria seguiu os compromissos que, desde a fundação da ANPEL, estão voltados para a representação dos interesses de associados e associadas, com ações variadas. Dentre estas, a representação da associação em eventos científicos e acadêmicos que têm o lazer em suas pautas. O primeiro deles foi no Congresso Mundial de Lazer realizado em São Paulo promovido pelo Sesc São Paulo. Nesse importante evento, em que tomamos posse como nova diretoria, aproveitamos a oportunidade para realizar reuniões com componentes das diretorias anteriores da ANPEL, de modo a dialogar sobre as necessidades da entidade, assim como, apresentar as propostas para a gestão que ali se iniciava. Dentre essas destaca-se a realização do IV CBEL na cidade de Porto Alegre/RS, programada, aquela época, para 2020, na UFRGS.

Também estivemos presente no 2º Encontro do Grupo Gestor Nacional dos Centros de Desenvolvimento do Programa Rede Cedes do Ministério do Esporte, realizado em novembro de 2018, ocasião que participamos

ativamente das discussões e elaboração da Carta de Brasília. Nesse encontro, houve o convite por parte da ANPEL, através da Editora responsável da RBEL, prof.^a Dr.^a Christianne Luce Gomes (UFMG), para os núcleos da Rede CEDES do Brasil submeterem manuscritos fruto dos estudos realizados pelos núcleos, para publicação científica junto ao periódico. Esse convite resultou em publicações que estão disponíveis nos números de 2019 e 2020. Essas publicações materializam a parceria entre ANPEL e Rede CEDES, um programa historicamente reconhecido e de grandes contribuições para os estudos e pesquisas sobre lazer em nosso país.

Tem se feito presente em espaços acadêmicos/científicos, realizados em diferentes localidades do país. Como exemplo, podemos apontar o Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer, realizado em Campo Grande/MS; a Jornada Pedagógica do CBCE Bahia em Ilhéus; o 5º Fórum de Pesquisadores da Subárea Sociocultural e Pedagógica em Porto Alegre e o Fórum de Políticas Públicas de Esporte e lazer ocorrido em Belo Horizonte.

Em maio de 2019, a Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul convidou a ANPEL para compor a mesa de instalação da Frente Parlamentar em Defesa do Esporte, Recreação e Lazer. Junto a outras instituições, a ANPEL se tornou parceira para desenvolver e assegurar a defesa das políticas de esporte, recreação e lazer do Estado do Rio Grande do Sul. Nessa instalação esteve presente a vice-presidente (Prof.^a Dr.^a Raquel da Silveira – UFRGS), que defendeu o lazer enquanto direito social e pautou a luta por políticas públicas que garantam esse direito.

Membros da diretoria representaram a ANPEL em outros eventos científicos no ano de 2019: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte – CONBRACE, Encontro Nacional de Recreação e Lazer – ENAREL, Mesa redonda “Memórias do Departamento de Estudos do Lazer/FEF/Unicamp”, I

Colóquio Interdisciplinar de Estudos do Lazer e Encontro Estadual da ANPEL.

No XXI CONBRACE/VIII CONICE, realizado em Natal/RN, entre 16 a 20 de setembro, a diretoria esteve presente na Mesa “Diferentes Protagonismos, espaços e articulações do Lazer no Brasil”, organizada pelo “GTT Lazer e Sociedade”. Na oportunidade, os membros da diretoria apresentaram as principais frentes de trabalho da instituição, destacando a RBEL e o CBEL como principais produtos. A editora-chefe da RBEL destacou a trajetória do periódico, o qual vem se consolidando e tornando-se um veículo de comunicação científica importante para o campo do lazer. Na oportunidade foi possível dialogar com diversos representantes de grupos de pesquisa do Brasil sobre lazer e fortalecer a parceria com o “GTT Lazer e Sociedade” do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE).

Em outubro, a Prof.^a Dr.^a Olívia Ribeiro (Unicamp), membro da Diretoria ANPEL, organizou a mesa “Memórias do Departamento de Estudos do Lazer (DEL)/FEF/Unicamp”, com a participação dos professores Prof. Dr. Antônio Carlos Bramante e Prof. Dr. Lino Castelani Filho e representou a ANPEL no evento, que teve a organização da Biblioteca Asdrúbal Ferreira Batista, FEF/Unicamp.

Em novembro, no período de 14 a 16, em Curitiba/PR, todos os membros da diretoria se fizeram presentes no 30º Enarel, realizado pela aUninter e Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Na ocasião, foi realizada uma reunião com os associados e demais interessados, oportunidade que foi discutida junto aos presentes, os encaminhamentos e estágio do processo de criação do CNPJ; a organização do CBEL; os trabalhos e encaminhamentos dados pelo Comitê Editorial da RBEL, assim como a atuação política e acadêmica que tem sido realizada junto à comunidade em relação às temáticas que violam os direitos sociais.

O presidente e a vice-presidente compuseram a mesa de abertura, assim como os associados Prof. Dr. Antônio Carlos Bramante, Prof. Dr. Hélder Isayama (UFMG), Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha (EACH/USP) e Prof. Dr. Giuliano Pimentel (UEM), atuaram como conferencistas e debatedores. Na ocasião dos Encontros Temáticos Institucionais (ETI) de Professores e Pesquisadores em Lazer, apresentamos a associação aos presentes, suas finalidades e atuações.

Entre os dias 25 e 27 de novembro, também nos fizemos presente no I Colóquio Interdisciplinar de Estudos do Lazer, ocasião que se comemorou os 30 anos do Centro de Estudos do Lazer e Recreação (CELAR) e 13 anos do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, dois marcos importantes e valiosos para os estudos do lazer. A vice-presidente compôs a mesa de abertura, ocasião que destacou a importância do Centro de Estudos e do Programa de Pós-Graduação para a formação de profissionais e pesquisadores em lazer e no desenvolvimento de pesquisas que, junto à ANPEL, expandem uma rede de trabalho em prol dos estudos do lazer no país.

Nos dias 27 e 28 de novembro, aconteceu em Salvador, o primeiro “Encontro Estadual da ANPEL”, realizado juntamente com “Seminário Lazer no presente e no futuro”, organizado pelos Grupos de Pesquisa Corpo e MEL/Faculdade de Educação (Faced) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), sob a coordenação do membro da diretoria da ANPEL Prof. Dr. Coriolano P. da Rocha Junior (UFBA) e do Prof. Dr. Romilson Augusto dos Santos (UFBA), em parceria com a Secretaria de Trabalho, Renda, Emprego e Esporte – Setre e a Superintendência dos Desportos da Bahia – Sudesb, com apoio institucional da ANPEL, do CBCE-Ba e da Rede Cedes BA.

As mesas temáticas versaram sobre o lazer e suas compreensões em passado, presente e futuro, tendo como convidados, respectivamente, Prof.

Dr. Victor Andrade de Melo (UFRJ), Prof. Dr. Augusto César Rios Leiro (UFBA-UNEB) e Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama (UFMG). As mesas institucionais foram realizadas pela própria Setre e pela Sudesb, onde puderam apresentar suas formas de organização, programas e projetos e pelos próprios coordenadores, que lançaram o Curso EaD de formação de gestores de esporte lazer, a ser realizado pela Faced.

No mês de dezembro, ainda daquele ano, a Prof.^a Dr.^a Raquel da Silveira se fez presente no evento “Políticas Públicas de Esporte e Lazer”, na mesa de abertura, ocasião que foi oportuna para estabelecer diálogo com o Secretário Adjunto da Secretaria do Estado de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul sobre as políticas públicas de lazer na atual gestão, o que resultou no convite para contribuir com a elaboração do Plano Estadual de Esporte e Lazer.

No mesmo mês, em Campo Grande – MS, o presidente da associação, Prof. Dr. Junior Vagner Pereira da Silva (UFMS), atuou como palestrante da “1ª Conferência Municipal de Esporte e Lazer”. Na ocasião, dialogou sobre o tema “O papel das políticas de esporte e lazer para toda vida”, assim como estabeleceu diálogo para participação da associação na elaboração do Plano Municipal de Esporte e Lazer de Campo Grande.

A atual gestão, no ano de 2020, apoiou e atuou nos seguintes eventos científicos internacionais: o Congresso Iberoamericano de Estudos do Lazer, Ócio e Recreação (CIELOR) que ocorreu junto com o XIV Encontro Internacional Científico de *Otium*, organizado pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais e demais parceiros. O evento aconteceu de forma online entre 25 e 27 de novembro. A participação da direção se deu, além das apresentações de trabalho, na coordenação de mesas temáticas; na sessão de

lançamento de livro; na coordenação de grupo de trabalho e na comissão científica.

Além disso, articulou-se para realização da quarta edição do CBEL, que organizado bianualmente em anos pares, deveria ocorrer em 2020. A partir da articulação junto ao curso de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e SESC, o evento foi previsto para ocorrer em novembro, em Porto Alegre. No entanto, a pandemia da Covid-19 nos impediu de realizá-lo presencialmente. Diante ao contexto que foi imposto a toda sociedade, decidiu-se por sua transferência para maio de 2021, com organização *online*. O tema será “Lazer, Trabalho e Cidade: Manifestações e desafios contemporâneos”.

Essa próxima edição será desafiadora, uma vez que será a primeira que a ANPEL irá protagonizar um congresso *online* e teremos desafios em relação às atividades que compuseram as edições anteriores e que estavam propostas, como as oficinas e apresentação de pôsteres. Até o momento da escrita desse capítulo sabemos que esses desafios serão enfrentados de forma coletiva, uma vez que para a realização do IV CBEL teremos o da UFRGS, SESC Porto Alegre, CBCE, PUC-RS, Feevale, Unisinos, Ulbra-Canoas e Fadergs.

FIGURA 1 – Folder de divulgação do IV CBEL

40 CONGRESSO
BRASILEIRO
DE ESTUDOS
DO LAZER

18º Seminário
O Lazer em Debate

30 de Junho
à 3 de Julho
formato virtual

2021

lazer

trabalho

cidade

**manifestações e desafios
contemporâneos**

Entidade também tem se posicionado publicamente acerca de diversos movimentos políticos e econômicos, que de alguma forma tocam o tema lazer e expressado isto em espaços de comunicação. Foram publicadas notas de apoio, de repúdio e de pesar.

No que se refere às notas de repúdio, a ANPEL foi contra a extinção do Ministério do Esporte (no final do ano de 2018) e a limitação do espaço político do esporte na estrutura burocrática-administrativa do Governo Federal à uma Secretaria, o que demonstrou o papel secundário que o esporte teria na gestão 2019-2022. O fim do Ministério e suas ações, denota

um esvaziamento de tal tema na agenda política brasileira, um retrocesso no conjunto de avanços já garantidos nestes tempos e uma limitação na garantia de acesso a esta prática social.

Apoiamos as entidades envolvidas na paralisação nacional de 15 de maio de 2020 contra os cortes de recursos públicos ao fomento do Ensino Superior, Educação Básica e Bolsas de Pesquisa. Nessa nota parabenizamos as Instituições Públicas Federais e Estaduais que, mediante a desvalorização da Educação e Ciência, que seguiram o rito legal e legítimo a qual se pauta a democracia e paralisaram suas atividades, algumas entraram em greve.

Essa diretoria também repudiou as recentes investidas do poder público federal e também os estaduais, contra a educação e a ciência no Brasil em maio de 2020. Fomos contra as ações contrárias à liberdade de cátedra, as ameaças à autonomia política, administrativa e didática das Universidades e Institutos Federais, o corte de verbas, as investidas contra as áreas das ciências humanas e sociais e mesmo contra trabalhadores e trabalhadoras da educação e da ciência, que a nosso ver representam o descaso com o bem maior de uma nação, a educação e demonstram o viés autoritário, antidemocrático e obscurantista daqueles que deveriam primar pelo desenvolvimento e bem-estar da nação.

A ANPEL também publicou uma nota de pesar pelo falecimento do professor e pesquisador Gilmar Mascarenhas de Jesus, professor Associado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro onde atuava desde 1992, em Geografia Urbana e integrava o quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO-UERJ). Nós reconhecemos a notável produção científica e colaborações de Gilmar para com diversas temáticas, em especial, que envolveram lazer e cidade.

Também repudiamos os cortes referente aos recursos à ciência e pós-graduação e recentes cortes de bolsas realizados pela CAPES, via Portaria

34/2020.

Desde seu primeiro momento, a ANPEL tem procurado se constituir a partir de uma representatividade de todas as regiões brasileiras. Para tanto, as Direções foram constituídas na intenção de abarcar em seu quadro pessoas de diferentes lugares e instituições e a Presidência, a cada temporada, contou pessoas de estados e regiões diversas. Além disso, seu evento maior, o CBEL, foi realizado na lógica de a cada edição ser em cenário diferente do país.

Tal intenção, mesmo que não conste em seus regimentos, se pauta numa perspectiva de representatividade plena e de buscar maior participação e envolvimento de pessoas e instituições, em uma associação científica, que efetivamente tenta ser nacional e se marca pela diversidade em sua composição.

Desafios das Associações frente aos tempos futuros

Num cenário em que o mundo e o país passam pela maior crise da história, envolvendo problemas de ordem de saúde pública, político-econômica e social, as instituições científicas representativas se colocam diante de um quadro, em que, ao mesmo tempo, devem fazer enfrentamento a estas crises e suas repercussões, não apenas em seu campo científico, mas na sociedade como um todo e seguir atuando na construção, solidificação e ampliação da cena acadêmica, no nosso caso, o lazer.

Assim, a ANPEL e sua atual gestão têm procurado ao longo do tempo se posicionar frente às questões emergentes, sempre buscando fazer

apontamentos essenciais acerca dos problemas vividos e ainda, fazer projeções acerca de sua própria organização e relação com a comunidade associada.

Num tempo em que a ciência e os direitos sociais têm sido vilipendiados e tratados de forma acintosa, a ANPEL tem seguido com suas ações e para isto, tem atuado na sua organização jurídica, tema que vem sendo demandado desde a primeira gestão e que assume importância fulcral nesta fase, haja vista sua necessidade para a ideal estruturação administrativa.

A busca pela confirmação do CNPJ é ponto decisivo, já que só a partir disso, outros passos administrativos poderão ser dados, tais como: associação a sociedades científicas de caráter nacional ampliada (SBPC), abertura e manutenção de conta bancária específica e jurídica, participação, como entidade em editais de financiamento, manutenção e qualificação (que já vem sendo buscada) dos canais de comunicação com a sociedade e o público associado. Cabe dizer que houve uma profissionalização do site e a criação e ampliação do uso das redes sociais (facebook e instagram).

A crise instalada pela pandemia provocou, não só a mudança de data e de estrutura do CBEL, mas também a ampliação do período de gestão da atual diretoria frente a entidade. Como não foi possível a realização presencial do evento e assim, da assembleia, os associados e as associadas, foram consultados sobre o interesse em prorrogar o mandato da atual diretoria até a data da realização do IV CBEL ou realização imediata de novas eleições por meio virtual, sendo deliberado pela primeira opção, condição de grande relevância para assegurar a construção do Congresso e a sequência das atividades deste grupo diretor.

Como pontos futuros, num mundo que será, certamente e muito propriamente redesenhado, onde o direito ao lazer, mesmo sendo em plano nacional desdenhado como ação pública política maior, se mostrou urgente,

um direito essencial às boas formas de viver, ser e de estar em sociedade, a ANPEL deverá buscar:

- ampliação de seu quadro de associados;
- alargar suas vinculações com a Pós-graduação e com a Graduação no país;
- garantir a continuidade de um perfil representativo nacional em suas direções e no CBEL;
- buscar aproximações com entidades assemelhadas em espaço nacional e internacional;
- continuar suas ações de ordem política para construção e manutenção do lazer como direito social;
- construir participação em entidades colegiadas nas esferas administrativas públicas em lazer;
- seguir com trabalhos de apoio e chancela a produção de eventos e publicações em lazer;
- garantir ações continuadas de consolidação e constante qualificação e representatividade da RBEL no meio científico.

Por fim, entendemos que uma entidade científica não se faz dissociada da luta política e em tempos de uma cena desastrosa em plano nacional, a ANPEL deve garantir ação na afirmação do lazer como direito social e dever do Estado, para tanto, deve seguir atuando de forma participativa e colaborativa com associadas e associados, instituições de ensino e de pesquisa, outras entidades científicas, a fim de se buscar a afirmação do real Estado de direito, num ambiente plural, democrático, participativo e que garanta condições plenas de vida a toda pessoa.

Referências

- ANPEL – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DO LAZER, 2020. Disponível em: www.anpel.com.br. Acesso em: 05/12/2020.
- BAHIA, M. C. e FIGUEIREDO, S. L. *Anais do 2º Congresso Brasileiro de Estudos do lazer*. 16º Seminário “O Lazer em Debate”. Belém: NAEA, 2016.
- BAHIA, M. C. “As sociedades/associações científicas e a importância do CBCE e da ANPEL na divulgação científica e na articulação entre pesquisadores dos estudos do lazer”, in: TSCHOKE, A.; LARA, V. L. e ATHAYDE, P. (orgs.) *Ciências do Esporte, Educação Física e Produção do Conhecimento em 40 Anos de CBCE Lazer e Sociedade*, vol. 10. Natal: UFRN, 2020
- GOMES, C. L. e MELO, V. A. “Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisas.” *Movimento*, vol. 9, nº 3, 2003, pp. 23-44.
- KINGDON, John. “Juntando as coisas”, in: SARAIVA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (orgs.) *Políticas públicas; coletânea*. Brasília: ENAP, 2007, pp. 225-245.
- PEIXOTO, E. M. M. “Levantamento do Estado da arte nos estudos do lazer: (Brasil) séculos XX e XXI – alguns apontamentos.” *Educ. Soc.*, vol. 28, nº 99, 2007, pp. 561-586.
- SILVA, J. V. P. “Perfil acadêmico, profissional e científico dos associados ao CBCE – GTT Lazer e Sociedade.” *Lazer e sociedade*. 116ª ed. Natal: EDUFRN, vol. 1, 2020, pp. 1-94.
- TRZESNIAK, P. “A concepção e a construção da revista científica.” *Anais II Encontro de Editoração Científica e Cultural/IV Feira Pan-Amazônica do Livro*. Belém/PA: MPEG – Museu Paraense Emilio Goeldi/ABEC – Associação Brasileira de Editores Científicos, 2000, pp. 21-34.
- WITTER, G. P. “Importância das Sociedades/Associações Científicas: Desenvolvimento da Ciência e Formação do Profissional-Pesquisador.” *Boletim de Psicologia*, vol. LVII, nº 126, 2007, pp. 1-14.

1. No dia 11 de dezembro de 2020 a Johns Hopkins University & Medicine apontou 69.874.432 pessoas contaminadas no mundo e 1.587.024 mortes pela COVID-19. Nesse mesmo dia, o Brasil tinha 6.781.799 pessoas contaminadas e 179.765 mortes pela doença. Dados disponíveis em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 11/12/2020.

CARTOGRAFIAS DOS ESTUDOS CULTURAIS: PRESSUPOSTOS PARA A CONTEXTUALIZAÇÃO DOS CONCEITOS DE LAZER E ÓCIO

Maria Joana Alves Pereira

Introdução

Este artigo nasce da vontade de concentrar em algumas páginas as origens dos Estudos Culturais e os principais autores/pensadores que os evidenciaram no panorama acadêmico e científico, desde meados do século XX. Não só os Estudos Culturais mudaram a forma como se estuda a cultura, como também estabeleceram diretrizes para analisar fenômenos sociais de forma interdisciplinar, criando condições para a discussão teórica de conceitos que anteriormente estavam circunscritos a estruturas fixas, como por exemplo os conceitos de cultura, identidade ou ideologia.

Para cumprir este objetivo, procurou-se fazer uma extensa revisão bibliográfica, com leituras que atravessam os princípios edificadores dos Estudos Culturais e passam depois por teorias já estabelecidas e reconhecidas acadêmica e cientificamente até aos dias de hoje, no seio das ciências sociais e humanas. Reconhecer a importância de Richard Hoggart, Raymond Williams, Edward P. Thompson e Stuart Hall e, por consequência, do Centro para os Estudos Culturais Contemporâneos – CCCS, da Universidade de Birmingham, como fundadores da linha intelectual de

investigação que levou à fundação dos Estudos Culturais, torna-se fundamental.

As primeiras páginas deste artigo vão clarificar a importância dos Estudos Culturais nos estudos da cultura e da sociedade, inserindo na discussão conceitos como Indústrias Culturais, *media*, política, cotidiano, ócio/lazer, sempre com recurso a obras, teorias e autores de renome nesta área de estudo.

A segunda parte deste artigo introduz o contributo fulcral de Stuart Hall (1983, 1997, 2006, 2016, 2018), na evolução dos Estudos Culturais, particularmente no que diz respeito à teoria da identidade / subjetividade. Stuart Hall procurou mostrar a importância dos Estudos Culturais como campo interdisciplinar de estudo centrado na cultura, e qual a sua aplicabilidade na análise do sujeito. No centro desta discussão são ainda referidos autores como Grosseberg (2015), e Hoggart (1975), que apresentam os Estudos Culturais como única área interdisciplinar capaz de estudar os contextos socioculturais e, também, como lugar de resistência.

Os Founding Fathers dos Estudos Culturais: Breve Panorama Histórico

Numa primeira reflexão sobre os Estudos Culturais, diremos que este campo de estudo não é mais do que aquele que, com atenção e profundidade, observa e interroga, para tentar compreender e conhecer a cultura nas suas múltiplas dimensões.

A partir dos Estudos Culturais, que têm a sua origem na década de 1960, tentaremos encontrar, antes de mais nada, um significado de cultura que faça sentido em pleno século XXI. A génese dos Estudos Culturais, inclui uma multiplicidade disciplinar singular, a partir do aproveitamento de várias linhas teóricas de análise das ciências sociais e humanas, que nos vão permitir pensar a Cultura e a Sociedade e ainda fazer a sua conexão com os conceitos de ócio e lazer.

Os Estudos Culturais são desenvolvidos com base num trabalho interdisciplinar, sobretudo com a utilização crítica das matérias que tornam o estudo um campo horizontal, desligando-se da verticalidade do ensino tradicional. Nas palavras de Baptista (2009), “os investigadores têm revelado ao longo dos anos a invariável e persistente vontade em se comprometerem com a complexidade do fenómeno cultural, colaborando na construção do que poderíamos designar por (inter)disciplina ou pós-disciplina que é hoje o domínio de investigação dos Estudos Culturais” (Baptista 2009, p. 459).

Fica evidente, portanto, que o tipo de formação associada aos Estudos Culturais é não tradicional, relacionando-se, historicamente, com a formação de adultos e com o ensino noturno do pós-guerra, feito à margem das universidades. Aborda questões teóricas sobre cultura e criatividade, fazendo aplicações concretas à sociedade e ao seu quotidiano e, ainda reflete sobre a evolução das temáticas para o futuro.

Foi nesse contexto, com o sentido de dar visibilidade e avançar com o aprofundamento teórico destas problemáticas, que Richard Hoggart criou o Centro para os Estudos Culturais Contemporâneos (CCCS), na Universidade de Birmingham, a quem se juntou Raymond Williams, Edward P. Thompson e, logo depois, Stuart Hall. Estes quatro grandes pensadores criaram então

uma linha intelectual de investigação que conduziu à instituição dos Estudos Culturais.

Houve três grandes momentos que contribuíram para o nascimento dos Estudos Culturais. Um primeiro, que se dá com o aparecimento do livro de Hoggart, intitulado “Cultura e Sociedade”; um segundo, marcado pelo lançamento do livro de Williams, “*The Long Revolution*”; e, um terceiro momento, com o livro “A formação da Classe Operária Inglesa”, de Thompson, apesar deste ter surgido um pouco mais tarde. “Esses três livros constituíram a cesura da qual – entre outras coisas – emergiram os Estudos Culturais” (Hall 2018, p. 145).

Por isto mesmo, estes três nomes - Hoggart, Williams e Thompson -, foram considerados como os “*Founding Fathers*” deste novo campo de conhecimentos denominado Estudos Culturais, embora muitos outros autores tenham contribuído de forma significativa para o desenvolvimento do referido campo de estudo. Falamos, nomeadamente, de Stuart Hall que sempre se manifestou como sendo uma testemunha ocular, recuando na sua postura de fundador (Sovik 2018).

Os Estudos Culturais têm, portanto, como objetivo central, a aproximação da cultura aos grupos sociais e aos seus estilos de vida, enquanto se afastam de uma perspetiva rígida e hermética, apresentando-se em oposição às áreas denominadas como “duras” ou “objetivistas”.

Num primeiro olhar sobre os Estudos Culturais, Williams (2000, p. 11), enquadra a definição de cultura em três categorias. Primeiro, define-a como ‘ideal’, em que “a cultura é um estado ou processo de perfeição humana” em relação a determinados valores universais.

Williams (2001), indica uma segunda categoria, na qual define a cultura como “documental”, em que o centro seria o corpo de trabalho intelectual e

criativo, que regista a experiência humana detalhadamente nas suas múltiplas expressões, incluindo a dimensão histórica.

Numa terceira categoria, na perspectiva de uma dimensão social, Williams (2001) se refere ao fato de que a cultura seria a descrição de modos de vida que expressam determinados sentidos, tanto na arte e na aprendizagem, como, também, nas instituições e no comportamento cotidiano. A cultura seria vista como uma expressão de vida e não como condicionante da mesma ou, sequer, um estilo de vida. Stuart Hall afirma, também, que a cultura tem de ser incorporada através da “experiência vivida, a experiência interpretada e a experiência definida” (Hall 2016, p. 33).

Adentrando nos estudos de Hoggart (1975), podemos constatar que este se aprofunda no cotidiano da classe trabalhadora, identificando-o como vida cultural, ao valorizar as peculiaridades consideradas banais, indicando de que forma vivências como a música, o jogo e o álcool se tornam determinantes da cultura. Esse autor percebe que a concepção do papel da mulher e da família é muito conservadora, colocando a questão da produção em massa como decisiva na alteração dos valores da classe trabalhadora – classe esta que se tornou ambiciosa, competitiva, consumista e individualista, ainda que com resistências pontuais. Também critica o nível de vulgarização que os novos meios de comunicação promovem, em função apenas dos desejos das audiências, causando nos indivíduos a sensação de pertença ao grande grupo de consumo, pois, segundo Deleuze e Guattari, “a máquina é desejante e o desejo é maquinado” (Deleuze e Guattari 1995, p. 297). Nesse sentido, Hoggart acusa os meios de comunicação de promoverem o novo, o excitante e o invulgar à categoria de expressão de liberdade, em nome de um acesso democrático, apresentando recorrentemente o avulso, o fragmentado e o a-histórico como resposta à

necessidade de constante entretenimento por parte das massas. Aqui vale lembrar Moisés Martins (2011, p. 68), que defende até que os “*media* são o pensamento da nossa modernidade trágica, que recita sempre o mesmo melancólico conto de uma permanente hemorragia do Humano”.

Esta ideologia do progressismo e da adoção do novo, cultura advinda essencialmente dos Estados Unidos e adotada por locutores de rádio, jornalistas e apresentadores de concursos, é dirigida a um “proletariado”, de formação educacional demasiado fraca para desenvolver sentido crítico. Acontece então aqui, a subversão daquela que foi originalmente a estratégia pensada como democratização da arte, a chamada Indústria Cultural que, com o aparecimento da televisão e do rádio, se transformou em algo ligado ao consumismo e à subversão da arte.

Ainda em referência a Hoggart (1975) e, no contexto de uma comunicação mais globalizada, o fenômeno da bisbilhotice, do boato, do rumor, das *fake news*, torna-se universal, de grande extensão, e é utilizado para manipulação social, criando ansiedade social, em prol de um amplo acesso à informação num horário de lazer. De acordo com Hoggart (1975), os meios de comunicação, como livros, jornais, revistas e músicas, tornaram-se “superficiais, frívolos, sexualizados, sensacionalistas, medíocres” (Hoggart 1975, p. 77), ligados à expansão das Indústrias Culturais na Inglaterra, e ao exagero do apelo ao sonho, à evasão, à curiosidade, à intimidade das pessoas, à ironia e à imagem da sexualidade, em nome da modernidade e do progresso, prometendo a integração no grupo (do consumidor) e uma individualização (do leitor).

Conclui-se então, que a comunidade vivia da palavra e agora a tribo vive das emoções, de forma bastante irracional (Hoggart 1975), acrescentando que, neste sistema, a maior virtude é a insignificância, o amor substitui e passa a ser a nova religião, difuso desde as canções às publicações escritas.

Hoggart (1975), continua a desconstruir a existência dos novos meios de comunicação, afirmando que, apesar das notícias terem sido simplificadas e fragmentadas, a classe operária dos ingleses do pós-guerra passou a saber ler em maior quantidade, contudo, tendo a leitura de ser feita, unicamente, com grande velocidade. As publicações de massa passam a fornecer grande quantidade de material para ler com grande velocidade, não sendo esta adequada a “leituras sérias” (Hoggart 1975, p. 89). Tomando aqui a expressão de “leituras sérias”, como aquilo que, nas teorias dos estudos de ócio, chamamos de ócio autotélico – aquele que tem um fim em si mesmo e que nos torna, inclusivamente, mais reflexivos e que está intimamente ligado com a cultura:

A correlação entre ócio e cultura tem um dos seus grandes referentes no ócio criativo, que vem a ser a realização atual de um conceito de ócio herdado da cultura clássica: um ócio formativo, reflexivo, cultural e de crescimento pessoal. (Cabeza e Amigo 2013, p. 1)

Desta maneira, a informação torna-se limitada, porque é transmitida muito rapidamente e de forma fragmentada, dando abertura para a manipulação política, pela falta de contexto. Como diz Marek (2018), é impossível compreender uma mensagem recebida num espaço temporal de segundos, sem tempo para a contextualizarmos.

Com efeito, a pressa e a aceleração presentes nesta “Cultura Agorista” e nesta cultura do “Digital” criam, não raras vezes, desequilíbrios, lembrando que, “nesta cultura presentista, a paciência e a perseverança não são bem-vindas” (Pedroza 2008, s/p). Este cenário confirma a teoria de Marx de que a economia entrou em todas as áreas humanas, sendo esta, no nosso entender, uma das grandes justificativas para a necessidade do ócio no cotidiano das pessoas.

A verdade é que o tempo livre, o tempo de não-trabalho, só passa a ter interesse para o sistema económico contemporâneo, enquanto pode ser uma atividade também económica, estando os sujeitos eternos e constantemente convocados para participar do mercado, quer enquanto consumidores quer enquanto produtores de bens. (Baptista 2016, p. 28)

Na conceção Arnoldiana,¹ a boa literatura (a cultura) iria educar o povo, elevá-lo e salvá-lo, deixando de estar restrita às elites. Contudo, e segundo Hoggart (1975), a literatura é utilizada pelos trabalhadores de outra forma: a nova literatura de massas é uma espécie de “gota a gota de leite aguçado que entretém a fome, mas que nos priva do prazer de uma refeição sólida e completa” (Hoggart 1975, p. 92). A literatura de massas promove o conservadorismo e a conformidade, apesar de se apresentar como independente e progressista (Hoggart 1975).

Nesta conjuntura, não se refere mais ao proletariado, como definido por Marx, mas sim a uma subalternidade de pessoas que se encontram nas margens dos sistemas económico, social e cultural. Para Spivak (2010), o subalterno é aquele que faz parte das “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (Spivak 2010, p. 12). O proletariado, única parte considerada como prejudicada na teoria de Marx, passa a tomar múltiplas formas. Os subalternos estão espalhados pela sociedade, de forma imperceptível e dificilmente identificada.

Hoggart (1975, p. 100), faz uma crítica às Indústrias Culturais, utilizando os valores Arnoldianos, ao referir um “rebaixamento do nível cultural do proletariado”, provocado pelos meios de comunicação de massas, ainda que a classe popular resista inconscientemente.

Neste cenário, conseqüentemente, o ócio e o lazer podem ser formas de resistência, mesmo que as publicações de massa “dificultem às pessoas sem propensões intelectuais a aquisição de uma sabedoria própria” (Hall 2016, p. 201). Dentro deste contexto, Hall (2016), foca-se no proletariado a partir da sua própria experiência de vida, das suas limitações e potencialidades, assim como no estudo dos meios de comunicação de massas, emergentes em quase todas as suas vertentes e como crítica às Indústrias Culturais e, à definição de um novo objeto: o cotidiano das classes proletárias.

Retomamos a Indústria Cultural e o contexto em que foi cunhado o conceito por Theodoro Adorno e Max Horkheimer em 1947, criado na seqüência e como consequência da arte feita em função do regime nazista. De acordo com estes autores, o objetivo subjacente à dita Indústria Cultural, seria a criação de uma homogeneidade cultural, transformando assim a arte em mercadoria. Foram desconsideradas as particularidades de cada objeto artístico em prol da massificação. A Indústria Cultural pretendia focar a atenção da massa humana num só ato artístico, fomentando padrões comerciais de fácil reprodução, havendo uma necessidade de ocultação em prol da massificação, com o claro intuito de “cegueira” no que diz respeito às particularidades do indivíduo e do grupo social, o que conduziria à manipulação de pensamento e de *performances* de forma inconsciente. Desse modo, a diversidade não interessaria, visto não ser de fácil controle, e o estabelecimento de uma cultura linear permitiria um maior e mais fácil domínio, facilitando a forma de poder.

Adorno e Horkheimer, no final dos anos 1940, teriam já criticado a suposta “democratização da Arte” que a recém criada “cultura de massas” pretendia advogar ao ser apresentada como arte popular e como criada espontaneamente pela massa popular quando, na verdade, seria exatamente o

oposto, pois, devido à crescente industrialização e evolução tecnológica que se fez sentir no imediato pós-guerra,

em todos os setores, os produtos são fabricados mais ou menos segundo um plano, talhados para o consumo das massas e, em larga medida, determinando eles próprios esse consumo. (...) Integram-se no sistema de forma ordenada e praticamente sem falhas, processo que ficam a dever tanto aos recursos atuais da tecnologia como à concentração económica e administrativa. A indústria da cultura é a integração propositada dos seus consumidores a partir de cima. Ela impõe igualmente a junção do domínio específico da arte maior e da arte menor, domínios que estiveram separados durante séculos. (Adorno 2003, p. 97)

Desta forma, a escola de Frankfurt, introduz, pela primeira vez, o conceito de Indústria Cultural, definindo-a como um mecanismo do capitalismo e um instrumento na matização de uma pseudo-democratização da cultura. Contudo, nessa defesa, estes autores, continuam a querer relegar para segundo plano aquela que à época era considerada baixa cultura, algo que os Estudos Culturais vêm desfazer.

Então, na linha dos Estudos Culturais, pelo contrário e, seguindo o desenvolvimento da linha de definição de cultura de Tylor do final do séc. XIX, estamos perante a observação do ser humano como um ser criativo na interpretação do mundo e, os artistas, como alguém que apenas utiliza uma linguagem diferente nos seus processos de significação, interpretação e criação de realidade. A cultura seria, assim, constituída por modos de vida e pelo cotidiano, contradizendo o prisma marxista anterior e corroborando “a nova esquerda” (*the new left*), que “foi um movimento que a partir do final dos anos 1950, reuniu diversos intelectuais britânicos em torno de novas formas de pensar e de fazer política, interligados principalmente pelo viés dos Estudos Culturais” (Cevasco 2012, p. 82).

Retomando a cartografia dos Estudos Culturais, Hoggart, em 1975, aponta como aspectos a ultrapassar no seio do proletariado, a moralização – com relação ao sexo, à mulher, e à família –, e a idealização romântica condicionada pelos meios de comunicação de massas, criticando, simultaneamente, a nova estética, a diferença entre a nova literatura de massas democratizada – para gente de inteligência menor ou fracamente desenvolvida –, a análise essencialmente literária e, por último, os Estudos Culturais da altura, ao descrevê-los como restritivos em relação à cultura popular.

Nesse contexto, era de extrema importância acabar com moralismos e desenvolver massa crítica. Os Estudos Culturais dão, então, uma importância preponderante às comunidades subalternas, nomeadamente trazendo um pensamento crítico sobre as questões de gênero, de raça, etc., e reconhecem um valor de extremo contraponto, em contracorrente mesmo ao que se chama de movimentos de resistência: “creio que o importante são os projetos políticos de transformação, que surgem a partir dos movimentos sociais, mas também da academia crítica” (Curiel 2018, p. 235).

Na linha de pensamento de Hoggart (1973), há ainda intenção de alerta relativamente à questão da alta e da baixa cultura, usada, muitas vezes, como uma armadilha de teorização. Defende, assim, que a cultura são os sentidos e os códigos que um grupo social utiliza como expressão, sendo inclusivamente formada, cada vez mais, por culturas misturadas, além de que o que antes era considerado alta cultura, pode ser, atualmente, misturado com os sentidos populares, democratizando a própria expressão. Para Stuart Hall (2018), a “teoria da cultura” é definida como o estudo das relações entre elementos em um modo de vida global. A cultura não é uma prática, nem apenas a soma descrita dos costumes e “culturas populares [folkways]” das sociedades, como tende a tornar-se em certos tipos de antropologia. Está

perpassada por todas as práticas sociais e constitui a soma do inter-relacionamento das mesmas” Hall (2018, p. 149).

Hoggart (1995), defende que os Estudos Culturais não são uma disciplina, mas sim, uma área de estudo, que surgiram a partir da literatura da Inglaterra dos anos 1960, estudando desde o início as culturas de massa e as culturas populares. Aceita a influência inicial dos estudos dos *media*, mas mantém a posição binária entre baixa e alta cultura, mesmo com a valorização da primeira. Corroborando com esta ideia de Hoggart, e com a ideia de que os estudos dos *media* influíram bastante na consolidação dos Estudos Culturais, Moisés de Lemos Martins (2011) afirma que, “as Ciências da Comunicação têm assim a sua gênese, destino e pujança associados ao incremento dos Cultural Studies” (Martins 2011, p. 41).

Na verdade, Hoggart contribuiu bastante para uma nova percepção da cultura, tornando-a um elemento fulcral dos Estudos Culturais. No entanto, ao colocar as questões de forma binária e alternativa, Hoggart acaba por não indicar uma possível estratégia que faça uma consolidação concreta ou teórica de cultura. Claramente, este pensamento binário implicou numa leitura e análise das culturas populares de forma pouco aprofundada, mas ajudou a acentuar a necessidade da existência do enraizamento das práticas sociais. Apesar disto, Hoggart (1995), salienta a importância da teoria e da linguagem teórica nos Estudos Culturais, desde que a formalidade não faça desaparecer o sentido do problema.

A cultura era considerada como superestrutura por Marx e Althusser, como modo de produção da burguesia, cuja detenção de capital permitia fazer cultura, podendo deduzir-se a cultura de acordo com o modo de produção, pois era o produto automático e imediato daquela classe social. Neste argumento, os Estudos Culturais contradizem, diretamente, a teoria

marxista ao não aceitarem a cultura como um subproduto, mas como o coração da própria economia.

Parece-nos evidente que o enquadramento teórico dos Estudos Culturais começa a ficar mais claro, contudo há ainda uma necessidade premente de acompanhar a evolução, no séc. XX, com um campo, por um lado mais alargado, por outro, com mais consistência, naquelas que são as suas questões de fundo.

Assim, com Hoggart e com Stuart Hall, os Estudos Culturais ganham uma outra dimensão, ao serem institucionalizados dentro da universidade. Stuart Hall preocupa-se em fazer a articulação entre os três fundadores: Hoggart, Williams e Thompson, sendo o próprio Stuart Hall, o elo de ligação da herança dos três, concomitantemente com a linha de pensamento da *New Left*, ao criar inclusivamente a revista com o mesmo nome e, provocando o momento para o nascimento e a consolidação dos Estudos Culturais. No prefácio do livro “Da Diáspora” na edição de 2018, com textos de Stuart Hall, Sovik (2018) corrobora a importância destes movimentos e afirma que,

Teorizar significava responder a enigmas e lidar com o impacto de novos movimentos sociais. No CCCS [*Centre for Contemporary Cultural Studies*] tratou-se de travar uma luta com e contra teorias, como se fosse Jacó com o anjo (cf. LT). Lutar com as teorias dessa forma significava não aceitar sua autoridade como se fosse divina. O trabalho teórico é um corpo a corpo com outros teóricos, sua autoridade e seus discípulos, sua história e mudanças de rumo. (Sovik 2018, p. 13)

O *Centre for Contemporary Cultural Studies*, em Birmingham, promove, então, as novas temáticas dos Estudos Culturais, por meio da organização de atividades artísticas e intelectuais, na discussão de grandes temáticas como os *media*, a semiótica, a ideologia, o racismo e o neo-

conservadorismo, no viés político e cultural, sobretudo no que se refere às culturas produzidas pelas classes populares e trabalhadoras.

Como referência escrita, temos as obras *Cultural Studies*, de 1983, e *Theoretical History*, de 2016, de Stuart Hall que, mais do que nos fazer perceber como se construíram os Estudos Culturais em todo o mundo, nos ajudam a compreender como foi possível articulá-los no contexto britânico da década de 1970. Hall (1983), advoga os Estudos Culturais como um projeto que procura responder às exigências específicas de cada contexto cultural.

Em *Cultural Studies*, Hall (2016) redefine a forma de reflexão e análise de questões de poder e dominação, lutas contra-hegemônicas e modos de resistência, apontando um novo campo de estudo que se desenvolve paralelamente à Nova Esquerda, e que pretende dar resposta às questões que surgem num capitalismo avançado. As questões centrais desta época passam a ter um enfoque nas alterações na classe trabalhadora sobretudo no que toca à evolução econômica que surge no pós-guerra e, ainda, o impacto que esta situação teve nas relações sociais e nas atitudes políticas e culturais, bem como os efeitos do Estado como promotor de políticas públicas e sociais e, ainda, do consumismo de massa. Este novo campo de estudo responde à premissa das questões culturais e sociais, em detrimento das econômicas, colocando em causa os instrumentos anteriores de análise. Stuart Hall vem alterar o paradigma vigente até aos anos 1970, de investigação realizada individualmente, tendo sido o primeiro nos Estudos Culturais a partilhar autoria em trabalhos científicos, passando a articular todos os pensamentos e todas as matérias, através da discussão e da negociação. Hall aponta, dessa forma, um projecto político que pretende desenvolver “uma forma de analisar a cultura capitalista avançada do pós-guerra” (Hall 2016, p. 7).

A ampliação do campo dos estudos culturais a partir de Stuart Hall

Hall (1983), refere três grandes linhas na hibridização cultural: a rejeição, a integração, e a negociação parcial, apontando a fundamentação teórica forte dos Estudos Culturais como a melhor forma de estudo das práticas, assim como uma total contextualização como premissa de uma boa investigação, ao respeitar um campo de estudo em constante movimentação. Não só advoga que “no trabalho intelectual sério e crítico não existem ‘inícios absolutos’” (Hall 2018, p. 143), como também defende que “A cultura era o local de convergência” e que a “concepção de cultura é, em si mesma, socializada e democratizada” (Hall 2018, p. 147). Sendo assim, e tendo em conta o momento em que este movimento se desenvolveu (falamos aqui nas décadas de 70 e 80), inclusivamente numa época em que a culpabilização da crise em Inglaterra é atribuída ao fenómeno de imigração de população negra, à ascensão da criminalidade da população negra e a uma nova interação da juventude, logo se perspectivou algum “remexer” da sociedade. Tudo isto causou alguma angústia à sociedade inglesa estabelecida, fomentando o policiamento das ruas e uma transferência da ansiedade para dois alvos: os jovens e os imigrantes negros das ex-colônias inglesas.

Colocam-se em causa as grandes ideologias, pois deixam de conter os conceitos de economia e de cultura, tornando-se esta um elemento fundamental no jogo entre a economia e a sociedade. Byung-Chul Han (2014), sugere inclusivamente que “o sujeito sem consciência social parece ser caracterizado pela sua vontade de maximizar a produção” (Han 2014, p. 20), pelo que não haverá melhor estratégia do que manter um pensamento

acrítico, baseado nas ideologias de base conceituais da economia e de cultura.

Como instrumentos conceituais para a compreensão da natureza das mudanças culturais, surgem os processos de renegociação cultural, utilizando os símbolos impostos pela sociedade, que se erguem personalizados e como forma de resistência e de negociação. Nos elementos teóricos e conceituais utilizados na compreensão destes fenômenos, Stuart Hall mune-se da psicanálise freudiana, na linha da análise do sonho não como real, mas procurando sempre a sua origem.

Surgem divergências nos Estudos Culturais em Birmingham, gerando duas linhas: a linha culturalista – a cultura expressa nos modos de vida de uma sociedade; e a linha estruturalista – a cultura é o que nos atravessa, num encontro de sociedades e no âmbito da qual nos exprimimos.

No entanto, segundo Grosseberg (2015), “os Estudos Culturais recusam ver qualquer campo como uma batalha entre duas áreas (cada uma com sua composição homogênea ou como um sistema de equivalências garantidas). No campo histórico-político, visam articular um espaço de unidade provisória das diferenças entre as várias lutas, forças e contradições do seu momento histórico. Enfrentam-nas como guerras de posições em vez de guerras de movimentos, nos termos de Gramsci” (Grosseberg 2015, p. 27).

Emerge o estruturalismo linguístico que, posteriormente, se desenvolve abarcando diversas áreas, com Saussure e Levis Strauss, em que a língua é parte da cultura, não sendo nós que expressamos a cultura, mas sim a cultura que nos expressa a nós, passando a ver o ângulo sob o qual o sujeito se expressa por meio da cultura. Nesta linha do estruturalismo, pode-se sentir um recuo na agência, vontade e autodeterminação do sujeito, até porque segundo Steiner (1993) “a linguagem existe (..) porque existe ‘o outro’”

(Steiner 1993, p. 127), ou seja, segundo Martins (2011) “a palavra é o caminho do encontro e o outro é o nosso destino” (Martins 2011, p. 71).

Stuart Hall (2018), numa articulação entre estas duas posições teóricas, justifica o conceito de identidade como praticamente dedutível no contexto do estruturalismo, em contraposição ao do culturalismo, em que o sujeito se torna mais livre na criação de uma identidade – “A identidade é uma geometria de leis muito variáveis” (Hall 2000, p. 111).

Utilizo o termo “identidade” para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode ‘falar’”. (Hall 2000, pp. 111-112)

As transformações vividas no pós-guerra não foram tanto de índole política e econômica, mas sim cultural e social. Problemas do colonialismo e do pós-colonialismo começam a surgir, sobretudo nas questões de classes em que a visão marxista deixa de fazer sentido. A partir da *new left*, já supracitada, surgida e desenvolvida paralelamente aos Estudos Culturais, novos instrumentos teóricos podem ser criados – em Hoggart (1973), percebemos o conceito de cultura como referência à vida como um todo, incluindo padrões diferentes de organização de vida para diferentes pessoas, determinando ainda o modo como os sujeitos se relacionam uns com os outros.

Na procura dos novos instrumentos conceituais, a antropologia não serviria como modelo de análise, pois é sobretudo estruturalista, colonial e contrária à visão pós-estruturalista da *new-left*. A sociologia americana também não seria uma boa via, sendo sobretudo quantitativa – algo que não

faria sentido aos Estudos Culturais. Antecessora da antropologia, a etnografia, nascida no Portugal do séc. XV com os primeiros relatos dos descobrimentos, era formada a partir de uma base totalmente colonial etnocêntrica, que também não seria de todo adequada à nova visão dos Estudos Culturais.

Grosseberg (2015) refere que os Estudos Culturais, sobretudo britânicos, têm lutado, “dentro de e contra uma série de posições teóricas que sistematicamente os rejeitam: certas formas de humanismo, por levar a teoria demasiado a sério; a fenomenologia, por levar a estrutura social demasiado a sério; o marxismo, por levar a cultura demasiado a sério; o estruturalismo, por levar a experiência e a agência humanas demasiado a sério; o pós-estruturalismo, por acreditar na unidade e na estrutura; e o pós-modernismo, por acreditar na realidade e até mesmo na necessidade de unidades e diferenças. Ao mesmo tempo, os Estudos Culturais afirmam que frequentemente se extrapolam em suas suposições, levando a uma conclusão absurda” (Grosseberg 2015, p. 27).

Assim, pretende-se recuperar uma imagem diferente dos Estudos Culturais – uma das favoritas de Hall –, “como uma “luta com os anjos”, a fim de fazer o projeto teórico avançar, em um esforço não para encontrar as respostas certas ou apenas seguir uma teoria, mas para encontrar melhores maneiras de trabalhar de modo conjuntural” (Grosseberg 2015, p. 27).

No que toca às Indústrias Culturais e culturas de massas, a discussão é feita sobretudo entre os anos 1930 e os anos 1950, na América do Norte, em um debate que emerge dentro da sociologia, contudo, a cultura não é tratada como um assunto central. Dessa forma, um dos primeiros propósitos dos Estudos Culturais torna-se na definição de cultura. O próprio Stuart Hall clarifica que os Estudos Culturais se constituem “num novo campo

interdisciplinar de estudo organizado em torno da cultura como conceito central” (Hall 1997, p. 11).

Em suma, parece-nos que a entrada para os estudos de ócio e lazer poderá ser concretizada através dos Estudos Culturais, onde, como vimos no decorrer da nossa investigação, se intervém e investiga com um enorme foco na cultura, por conseguinte, no quotidiano, nos hábitos e nas movimentações culturais que têm vindo a movimentar-se nas últimas duas décadas a uma velocidade alucinante e que configuram, obrigatoriamente, momentos de ócio e lazer, diferentes daqueles que se viviam em meados do séc. XX.

Assim, em nosso entender, torna-se primordial para o estudo do ócio e lazer, não só perceber estes fenómenos em si, como enquadrá-los naquela que é a realidade atual que, como verificamos, está em constante mutação. Por exemplo, em plena pandemia do covid 19, no séc. XXI, continua a verificar-se a falta de interesse em apoiar o sector, faltando inclusivamente planeamento de políticas públicas que visem um futuro a médio e longo prazo para o setor cultural. As manifestações culturais de ócio e de lazer estão bastante restringidas, provocando, com toda a certeza, novas realidades, transformando as vivências culturais dos povos e do mundo.

Referências

ADORNO, T. W. *Indústria cultural e sociedade*. 11ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença, 1980.

ALVES PEREIRA, M. J. “Será o videoclipe aos olhos dos jovens a ‘Luz’ da comunicação da música?” *CECS-Publicações/eBooks*, 2016, pp. 317-328. Disponível em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/download/2392/230.

- ANGELI, J. M. “Gramsci, hegemonia e cultura: relações entre sociedade civil e política.” *Revista Espaço Acadêmico*, vol. 11, nº 122, 2011, pp. 123-132.
- BAPTISTA, M. M. “Estudos culturais: o quê e o como da investigação.” *Carnets*, n. Première Série-1 Numéro, 2009, p. 451-461.
- BAPTISTA, M. M. “Estudos de Ócio e Leisure Studies - O Atual Debate Filosófico, Político e Cultural.” *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, vol. 3, nº 1, 2016, pp. 20-30.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- CEVASCO, M. E. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo editorial, 2012.
- CUENCA CABEZA, M. e CUENCA AMIGO, M. “O Encontro entre o Ócio e a Cultura - Reflexões sobre o ócio criativo desde a investigação empírica.” *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, vol. 1, nº 2, 2013, pp. 4-27.
- CURIEL, O. “Gênero, raça, sexualidade - debates contemporâneos”, in: BAPTISTA, M. M. (ed.) *Gênero e Performance - Textos Essências 1*, Coimbra, 2018, pp. 215-237.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Mil platôs*. São Paulo: Editora 34, 1995, vol. 1.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, vol. 3.
- GROSSBERG, L. “Lutando com anjos: os estudos culturais em tempos sombrios.” *Matrizes*, vol. 9, nº 2, 2015, p. 13.
- HALL, Stuart “Teaching race.” *Early Child Development and Care*, v. 10, n. 4, p. 259–274, 1983.
- _____. “A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo.” *Educação & realidade*, vol. 22, nº 2, 1997.
- _____. “Quem precisa da Identidade?”, in: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, pp. 103-133.
- _____. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
- _____. “Cultural Studies 1983 – A theoretical History”, in: SLACK, J. e GROSSBERG, L. (eds.) Durham: Duke University, 2016.
- _____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

- HAN, B.-C. *Sociedade do cansaço*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- HESMONDHALGH, D. “Cultural and Creative Industries”, in: BENNETT, T. e FROW, J. (eds.) *Handbook of Cultural Analysis*. Oxford and Malden: Blackwell, 2008.
- HOGGART, R. *As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos*. Lisboa: Presença, 1973.
- HOGGART, R. “Unesco in crisis - the Israel resolutions.” *Higher Education Quarterly*, 1975.
- _____. *The way we live now*. Nova York: Vintage, 1995.
- MACHADO, A. *A televisão levada a sério*. São Paulo: Senac, 2000.
- MAREK WOJTASZEK. “Dreaming-machine - Diurnal Insomnia in Digital Wonderland.” *Angles New Perspectives on the Anglophone World*, vol. 7, 2018, pp. 0-18.
- MARTINS, M. *Crise no castelo da cultura – das estrelas para os Ecrãs*. Coimbra: Grácio Editor/CECS, 2011.
- MOISÉS DE LEMOS MARTINS. *Tempos Sociais e o Mundo Contemporâneo - As crises, As Fases e as Ruturas*. Braga: CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2014.
- PEDROZA, R. G. “Vida para consumo A transformação das pessoas em mercadoria.” *Cronos*, vol. 9, nº 2, 2008, pp. 485-491.
- ROSMANINHO, N. *Historiografia artística Portuguesa durante a primeira república: O dogmatismo estético*. 2010, Coimbra: Dicionário de Historiadores Portugueses, 2010.
- SANDRA LEANDRO (Ed.). *Seminários de Estudos de Arte: Estados da Forma I*. 2003, Évora: [s.n.], 2003.
- SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizontes, Brasil: Editora UFMG, 2010.
- STEINER, G. *Presenças reais: as artes do sentido*. Tradução Miguel Serras Pereira. Lisboa: Presença, 1993.
- STERNICK, M. V. DE C. A imagem do corpo em Lacan. *Reverso*, p. 31–37, 2010.
- TYLOR, E. B. *Cultura primitiva*. [S.l.]: Ayuso, 1981.
- WHITE, L. A palavra que diz mais que 1000 imagens. 2007) *A moderna diferença-A Palavra ea Imagem*, Lisboa: Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa, 2007.

WILLIAMS, R. *Problems in materialism and culture: Selected essays*. Verso, 1980.

_____. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. *The Long Revolution*. Ontario, Canada: Broadview Press, 2001.

_____. *Cultura e Materialismo*. Tradução de André Glaser. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2011.

-
1. Expressão que faz referência a Mathew Arnold, autor de *Culture and anarchy* e teórico principal de uma tradição de análise da cultura fortemente marcada por posições elitistas e hierárquicas.

LAZER E INTERDISCIPLINARIDADE: POTENCIALIDADES DO DESCONFORTO

Victor Andrade de Melo

É antigo, amplo e diverso o debate que se tem promovido sobre as noções de interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, multidisciplinaridade, adisciplinaridade, pós-disciplinaridade. Neste texto, originalmente preparado na forma de uma palestra,¹ não pretendo me arriscar por essas searas, ainda que considere uma discussão importante. Parto do princípio de que todas são concepções de diálogos disciplinares, em diferentes graus, a partir de distintas estratégias. O que espero abordar, a partir de minha experiência pessoal – uma trajetória acadêmica marcada por trânsito por muitas áreas de conhecimento –, são os limites, potencialidades e desafios que cercam a assunção de uma postura dialógica no que tange às disciplinas acadêmicas.

O que me interessa são os diálogos disciplinares, de qualquer forma que possam ser estabelecidos. Trata-se de algo que constantemente se anuncia como importante. Deveria mesmo ser uma marca de toda produção de conhecimento, algo a ser perseguido, uma postura valorizada. Deveria, mas não é. O suposto reconhecimento da relevância do estabelecimento de tais diálogos encontra muitas barreiras. Na prática, em muitas ocasiões, é mesmo uma iniciativa pouco compreendida até mesmo em função das áreas cada vez mais se apresentarem estáticas, conservadoras, pouco dadas à inovação e

recorrentes a mecanismos de autolegitimação. Não raras vezes são quase um clubinho de tão fechadas que são.

Um exemplo. A *Recorde: Revista de História do Esporte* é um periódico que publica estudos históricos. Nos seus 13 anos de existência, quase 100% dos seus artigos são resultados de pesquisas históricas. É ligado ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ. Recentemente, foi reconhecido com um verbete num dicionário internacional de História do Esporte. É o único periódico da América-Latina dedicado ao tema. Ainda assim, a área de História da Capes acaba de informar que não vai o avaliar para a composição do novo Qualis.

O motivo? A maior parte dos autores não são oriundos da área de História. Isso é, subliminarmente, está a se dizer que somente quem investiga história são os formados ou ligados a departamentos de História, desconhecendo-se os muitos estudos históricos que são desenvolvidos por pesquisadores de outras áreas. Curiosamente, alguns periódicos avaliados não parecem apresentar essa predominância ou, ao menos, por serem de outros países, não têm como assim ser verificados. Mas isso a área de História não levou em conta.

A solução encontrada? Deixaram a *Recorde* para ser avaliada na área interdisciplinar. Todavia, o periódico é claramente disciplinar. Isso não é incomum: o interdisciplinar largamente virou o lugar onde se põe as coisas que não se sabe onde por. Basta que tenha gente de várias áreas. A burocratização disciplinar, assim, constrange aquilo que não entende, aquilo que tensiona seus rígidos limites, mesmo quando, por vezes, é claramente disciplinar.

O que ocorre é que a disciplina acadêmica é quase como a noção de Estado-Nação: podem até surgir questionamentos, mas na prática parece insuperável. E isso tem se acentuado em função do excesso de

burocratização da ciência e da crescente escassez de recursos. Farinha pouca, meu pirão primeiro, diz o ditado. Ao fim e ao cabo, gera-se um ambiente cada vez mais áspero para qualquer tipo de inovação, tal como o é a busca de diálogos disciplinares, especialmente naqueles casos em que tal postura é mais profunda e ambiciosa.

O que vemos, então, é o reitar da canonização disciplinar, que se acentua com o fato de a pesquisa ser, na academia brasileira, uma atividade em certa medida marginal. Basta dizer que temos poucos institutos de pesquisa no país. A maior parte da investigação é feita dentro das universidades públicas. Mas quem faz pesquisa tem também que dar conta da graduação, extensão, administração. Além disso, raramente temos efetivamente contadas nossas horas de trabalho ligadas à investigação: bancas, pareceres, palestras, gerenciamento de projetos, produção e comunicação dos resultados em si são largamente não contabilizados. Nesse cenário, sob pressão do escasso tempo, se acentuar a busca do conforto disciplinar.

A canonização disciplinar é tão grande que mesmo áreas que poderiam e deveriam ser mais inovadoras acabam se recolhendo em mecanismos confortáveis de legitimação, isso quando não “sobreatuam”, se tornam equivocadamente mais exigentes do que a área-mãe à busca de demonstrarem que são capazes de cumprir o cânone para serem aceitas no sagrado mundo da ciência. No limite, é quase um pastiche.

Tenho vivenciado isso em algumas experiências com periódicos da área de Educação e de Educação Física. Em muitas ocasiões, os pareceres de artigos são supostamente mais rigorosos do ponto de vista da metodologia do que os da área de História. Poderiam e deveriam ser tão rigorosos quanto, mas percebe-se que, não poucas vezes, são cobranças absolutamente burocráticas ou destinadas a fortalecer um grupelho no qual todos se citam,

promovem uma circularidade de referências. Nesse cenário, novos autores, novos olhares, novas perspectivas de tratar os problemas, novas formas de fazer ciência ou qualquer tipo de inovação não são bem-vindas. E vemos a eterna repetição dos mesmos argumentos e jargões.

Sustentando-se na distribuição de cargos e de verbas, o poderio disciplinar é de tal ordem que mesmo propostas que nascem pouco disciplinares acabam por se disciplinar. Sem querer entrar mais profundamente no debate, cito o caso dos Estudos Culturais, que a princípio adotavam uma postura adisciplinar, mas foram rapidamente “disciplinando-se”, especialmente quando chegaram no cenário norte-americano e se articularam com os departamentos de Letras.

Vale lembrar que, nesse caso, o debate no cenário internacional e mesmo no Brasil foi intenso, alguns criticando o afastamento do projeto original sustentado nos olhares de Thompson, Hoggart e Willians, abandonando-se a preocupação com a base material e a expectativa de intervenção social, adotando-se um enquadramento que atenderia as coisas mais mezinhas da ciência e da universidade.²

Aqui vemos, de fato, um desafio para quem assume a postura de buscar diálogos disciplinares – como lidar com a forte postura disciplinar do campo científico? Cito algumas ocorrências:

- egressos de nossos cursos de mestrado e doutorado em Estudos de Lazer por vezes são impedidos de fazer concursos públicos em função do corporativismo das áreas, mesmo quando sua formação disciplinar e sua trajetória se alinha à área do processo seletivo.
- A Capes tem uma área “Interdisciplinar”, mas o CNPq não, o que cria problemas para pedidos de recursos e bolsas, como as de

produtividade. Isso reforça a centralidade disciplinar, fazendo que, em muitos casos, a atuação no Programa Interdisciplinar seja de segunda ordem (a primeira é na área da disciplina, que permite ao pesquisador disputar verbas e bolsas).

- Os periódicos em muitos casos exigem o uso do cânone de cada área, ainda que mesmo de forma somente burocrática. Um dia teremos que discutir como, num cenário de burocratização, os periódicos estão se tornando o oposto do que deveriam ser, não o espaço para veicular a inovação, mas sim a repetição, a reprodução, a mesmice, sustentados em decisões absolutamente contestáveis, como a repulsa à autocitação, como se fosse uma vergonha alguém ter uma trajetória de pesquisa e fazer referência a seu passado de investigação. Escrever artigo sem poder usar a 1ª pessoa, se esconder por trás do termo “Autor” e ainda deixar de citar o que já foi feito é no mínimo ridículo, além de ser um constrangimento ao desenvolvimento científico criativo. Um dia terei paciência para lançar a iniciativa “O pior duplo-cego é o que não quer ver”, para discutir esses mecanismos de constrangimento de certos pareceres que se escoram no anonimato, não raras vezes com a complacência de editores que são, na verdade, somente comunicadores de pareceres.

Há que se entender, a propósito, a peculiaridade de um estudo construído a partir de diálogos disciplinares. Faço uma analogia com a História Comparada para que fique mais claro.

Um estudo de História Comparada não é a soma de dois estudos de casos, mas sim a percepção do entrelaçamento dos casos (daí a importância das comparáveis ser maior mesmo do que a cronologia, sempre tão importante nas pesquisas históricas).³ Da mesma forma, um estudo que

pretende um diálogo disciplinar não é a soma dos olhares advindos de duas áreas de conhecimento, mas sim o resultado do entrelaçamento de duas perspectivas de entendimento do objeto. Se for julgado pelos parâmetros disciplinares, deixa-se de perceber e considerar o potencial dos diálogos promovidos.

Vejamos então que a proposta de estabelecimento de diálogos disciplinares significa mesmo assumir outros formatos de fazer ciência nos quais, inclusive, possamos correr mais riscos, fundamentalmente porque há um considerável potencial “desprovincializante”.

No decorrer de nossa carreira, vamos desenvolvendo habilidades específicas de uma disciplina. Isso nos dá alguma segurança na elaboração de nossos estudos, mas também produz certa acomodação. O diálogo com outra disciplina não raramente nos aponta caminhos que não tínhamos percebido, colocando mesmo em xeque nossas hipóteses explicativas. Balança nossas certezas, nos obriga a nos manter em movimento.

Aprendo isso muito com meu colega João Malaia, um grande pesquisador de História Econômica do Esporte. Vi várias vezes ele ponderar que certas apreensões que tínhamos inferido ao fazer uso da História Cultural não eram materialmente possíveis. Ou poder-se-iam ser enriquecidas se dialogássemos com olhares da Economia.

Meus últimos estudos têm dialogado muito com três “disciplinas do espaço”: o Urbanismo, a Geografia e a Arqueologia. Para mim, parecem incríveis os grandes contributos que elas têm para alguém que estuda mais o tempo. Os olhares delas advindos simultaneamente desestabilizam e materializam muitas de antigas e novas compreensões.

Com isso, estou dizendo que sempre que possível e dentro do possível devemos evitar preponderância de uma disciplina no encontro com outra,

como se observa nos diálogos promovidos por dentro das áreas. Por exemplo, na História Cultural, ainda que haja diálogo com a Antropologia, os parâmetros centrais seguem sendo os da História.

Se desejamos um diálogo disciplinar mais ousado, o desafio é fazer com que uma disciplina tensione a todo tempo com a outra na articulação com o que se pretende estudar, o que não é efetivamente fácil em função de nossa tradição de formação disciplinar.

A propósito, perceba-se que, obviamente, para assumirmos essa postura, precisamos romper com a visão do cientista “sabe-tudo”, assumir que a grande marca da ciência é a ignorância – aquilo que não sabemos e desejamos saber é que nos impulsiona enquanto pesquisadores. Nessa busca, descobriremos algo, mas surgem muitas outras perguntas. Trata-se de um exercício eterno, infinito, é isso que mantém a ciência em movimento.

A adoção de diálogos disciplinares, logo, também tem o potencial de ser um antídoto contra a arrogância, além de, fazendo uso das palavras do poeta, “um veneno antimonotonia”.

Acho que isso é que tem me movimentado constantemente na busca de diálogos com novas disciplinas, novos temas, novos recortes temporais e espaciais. Eu não gosto, mas sinto necessário me sentir ignorante. É o que ignoro que me move e me lembra que por mais que eu caminhe, ainda há muito a caminhar. E como não gosto de ser ignorante, vou seguir dando sequência a minhas investigações, mesmo sabendo que toda vez que curamos uma, surgem outras tantas ignorâncias. Outros olhares disciplinares nos permitem lançar novas respostas, mas também novas perguntas – novas ignorâncias.

Por isso acho que a marca do cientista não é a genialidade, mas o trabalho incessante, cotidiano, laboratorial. Vejo o cientista como um

trabalhador braçal, longe da figura idealizada do artista brilhante. Idealizada porque quem conhece arte sabe que o artista é também um trabalhador braçal.

Nesse sentido, a ciência está bem perto da arte – são trabalhadores artesanais que não cansam nunca de buscar novas motivações para dar sequência a seus exercícios. Os diálogos disciplinares fazem parte desse processo, nos tiram da zona de conforto, nos induzem a novas formas de pensar, criam desafios. Nesse processo, podem ajudar a aperfeiçoar nosso exercício de investigação.

Gostaria de citar a inevitabilidade da promoção de diálogos disciplinares que pende sob alguns casos. Vejamos que tal postura existe no interior das disciplinas, que ganham muito com tal iniciativa. Para não me estender, vale citar o caso da História Cultural, no qual o diálogo com a Antropologia trouxe uma série de novos conceitos, problemas, possibilidades de investigação.

Quando falamos de uma disciplina que se organiza não em torno de uma ciência, mas sim de um problema ou fenômeno social, a questão dos diálogos se torna ainda mais central dada a multifatorialidade do que estamos a investigar. Não é por acaso que nos denominamos de Estudos do Lazer. Cito uma fala da professora Beatriz Resende (2002, p. 11) para termos em conta que isso significa mais do que um mero termo.

A primeira coisa que me agrada nos Estudos Culturais é apresentarem-se como estudos. Instala-se, imediatamente, uma provisoriedade, uma abertura, que me parece indispensável em um momento de questionamentos, de necessariamente assumirmos as dúvidas que vivemos diante do século que se inicia.

No caso das investigações do esporte, inclusive, já há algum tempo tenho sugerido que precisamos definitivamente passar da investigação disciplinar (História do Esporte, Antropologia do Esporte, Economia do Esporte etc.) para uma perspectiva mais intensa de diálogos disciplinares – os Estudos do Esporte (Melo e colaboradores 2013).

Essa talvez seja uma orientação que valha para nós de Estudos do Lazer (ou Estudos da Diversão, como gosto mais de falar) (Melo 2013). Indubitavelmente, temos um campo cada vez mais multidisciplinar. Nos congressos, periódicos, programas de pós-graduação, cada vez mais vemos o tema tratado por gente oriunda e/ou adotando olhares de diferentes disciplinas.

Todavia, ousou dizer que isso não tem exatamente significado o aumento dos diálogos disciplinares. É importante que haja uma miríade de olhares distintos, mas talvez seja interessante assumir mais explícita e intensamente o desafio de, na esteira do que procurei apresentar neste breve artigo, promover mais diálogos entre essas perspectivas. Isso é, trata-se de ultrapassar uma abordagem mais intuitiva e ocasional por uma observação mais assumida, profunda e sistematizada.

Não tenho dúvidas de que com tal postura, ganharíamos muito não só no que tange à compreensão da complexidade de nosso objeto, como também no tocante à constituição de nosso campo científico.

A propósito, devemos lembrar algo – o campo dos Estudos do Lazer tem um compromisso com a intervenção, e isso nos apresenta outros desafios, tanto mais por estarmos falando da formação de um profissional que atua no âmbito da cultura. Henry Giroux sempre chamou a atenção para a necessidade de promover encontros mais férteis e frequentes entre educadores e estudiosos da cultura. Para ele:

embora compartilhem de certas práticas pedagógicas e ideológicas, eles raramente falam entre si, em parte por causa das barreiras disciplinares e fronteiras institucionais que atomizam, isolam e impedem que os trabalhadores culturais trabalhem em colaboração no contexto desses limites. (Giroux 2003, p. 151)

Nesse sentido, para Giroux a questão não está apenas em pensar práticas transgressoras no âmbito da cultura, mas sim em uma articulação ampla e radical entre artistas, educadores e todos os tipos de trabalhadores culturais, à busca de construção de modelos alternativos de política e de intervenção cultural. Logo, é necessário tornar o pedagógico uma característica definidora dos trabalhadores culturais:

acentuar a dimensão da ação – um trabalho contínuo, informado por uma política cultural que traduza o conhecimento novamente para a prática, coloque a teoria no espaço político ativo e revigore o pedagógico como uma prática através da qual as lutas coletivas possam ser travadas para reviver e manter a estrutura das instituições democráticas. (Giroux 2003, p. 157)

Mais uma vez, vemos a questão dos diálogos disciplinares se apresentarem como condição *sine qua non*. Não temos saída: o aperfeiçoamento de nossas iniciativas vai mesmo depender de o quanto vamos assumir tal desafio. A necessidade de buscar maior abertura, versatilidade, constante reflexão e crítica, de romper com a burocracia disciplinar universitária, tudo isso não nos deixa outro caminho possível – precisamos cada vez mais, mais intensamente, de forma mais arrojada, investir nos diálogos disciplinares.

Os diálogos disciplinares, enfim, são uma espécie de desconforto a que todas as áreas e pesquisadores deveriam de alguma forma considerar à busca de aperfeiçoar seus esforços e cumprir mais adequadamente seus

compromissos sociais. Para os estudiosos do Lazer, como procurei argumentar, esse é um caminho infável, nos dois sentidos dicionarizados dessa palavra: “a) que não se pode nomear ou descrever em razão de sua natureza, força, beleza; indizível, indescrevível”; b) “que causa imenso prazer; inebriante, delicioso, encantador”.⁴

Referências

- CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- GIROUX, Henry A. *Atos impuros: a prática política dos estudos culturais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- JOHNSON, Richard. “O que é, afinal, Estudos Culturais?”, in: SILVA, Thomaz Tadeu *O que é, afinal, Estudos Culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 7-131.
- MELO, Victor Andrade de. “Por uma história comparada do esporte: possibilidades, potencialidades e limites.” *Movimento*, vol. 13, nº 3, Porto Alegre, 2007, pp. 11-42.
- _____. “Sobre o conceito de lazer.” *Sinais Sociais*, vol. 8, nº 23, Rio de Janeiro, 2013, pp. 15-36.
- MELO, Victor Andrade de; COSTA, M. S. D.; Fortes, Rafael e SANTOS, J. M. C. M. *Pesquisa Histórica e história do esporte*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- MULHERN, Francis. “A política dos estudos culturais”, in: WOOD, Ellen Meiksins e FOSTER, John Bellamy (orgs.) *Em defesa da história: marxismo e pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- RESENDE, Beatriz. *Apontamentos de crítica cultural*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

1. Palestra proferida no XIV Encontro Internacional Científico Otium e Congresso Iberoamericano de Estudos do Lazer, Ócio e Recreação.

2. Para uma visão desse debate, ver: Mulhern (1997); Johnson (2000); Cevalco (2003).
3. Sobre a História Comparada, ver: Melo (2007).
4. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/inefavel/>.

O CRUZAMENTO COM AS INTERSECCIONALIDADES DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE: ARTEFATOS CULTURAIS E O LAZER

Cathia Alves

Apresentação

Esse texto é resultado de um relato de experiência sobre o projeto de extensão chamado “DIÁLOGOS: Artefatos culturais que atravessam a intersecção classe-raça-gênero”, realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da cidade de Salto – SP (IFSP), durante a pandemia de Covid-19,¹ no segundo semestre de 2020, coordenado por mim. Eu Cathia, mulher, filha, tia, sobrinha e prima, amiga, parceira, progressista, cristã batista, feminista, pesquisadora, extensionista e professora de Educação Física, entre outras coisas e construções que vão sendo elaboradas nos movimentos da vida, nas quais vou me formando e me constituindo, ocupo este espaço e me coloco num “entre lugar” com o objetivo de narrar como o projeto “Diálogos” se desenvolveu e as conexões entre lazer e interseccionalidade.

Em busca de promover diálogos e encontros remotos que nos fizessem discutir e refletir sobre a interseccionalidade por meio de músicas, vídeos, entrevistas, TEDs (*Technology, Entertainment, Design*), filmes e poesias, considerados como artefatos que são elaborados pelos sujeitos e produzem significações em torno do lazer, o projeto reuniu parcerias com outras ações

de extensão do campus Salto, a Banca da Ciência, Meninas nas Exatas, Núcleo Diversitas e o Colore Afro, reunindo ideias e planos sobre como fazer o cruzamento destes artefatos, com as categorias interseccionais que de alguma forma atravessam a temática de cada uma das ações e também vão de encontro aos núcleos do IFSP, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e indígenas (NEABI) e o Núcleo de Estudos sobre gênero e sexualidade (NUGS).

Desse modo, ao eleger o lazer como esfera da cultura, necessidade humana e direito social, realizamos três eventos e produzimos um podcast com temas que giram em torno da preservação da vida humana. Os temas tratados foram: visibilidade lésbica, setembro amarelo, o corpo feminino e o cuidado de si, *Podcast* – novembro azul e a comunidade trans (Aqui farei o relato dos três eventos, por escolha pessoal e também limite de páginas). O projeto contou com quatro alunas e um aluno, bolsistas do curso Técnico de Informática integrado ao médio, teve duração de cinco meses, agosto de 2020 a janeiro de 2021, foi financiado pelo edital 196/2020 do IFSP.

O desenvolvimento do projeto ocorreu com reuniões semanais de estudo, discussão, escolha dos temas e artefatos que seriam usados nos eventos/oficinas. Trago aqui a ideia de evento/oficina pois os encontros se deram no sentido de ensinar e aprender algo em torno da interseccionalidade e do lazer. Em cada reunião participavam a orientadora do projeto, os alunos bolsistas e algumas vezes a liderança das outras ações parceiras.

Os eventos² aconteceram uma vez por mês, com uma média de participação de quarenta pessoas. O público foi composto por alunos e alunas de ensino médio, de graduação, alguns pais e ou responsáveis, servidores do câmpus e convidados externos de diferentes faixas etárias da comunidade saltense e região. Os eventos duravam aproximadamente duas horas, tinham uma introdução e apresentação inicial feita pela coordenadora

do projeto, seguido pela fala e apresentação dos bolsistas no contexto dos artefatos e a abordagem de um convidado ou convidada sobre a temática. Os participantes podiam interagir a qualquer momento pelo áudio ou chat (mais usado); e ao final a palavra era aberta para dúvidas e questionamentos de maneira geral.

Na reflexão em torno dos temas, procuramos relacionar com os cruzamentos e avenidas da raça, gênero e classe social, desse modo, o projeto colaborou para uma criação de repertórios em torno destas questões com artefatos que tocam nestas temáticas, também nos ensinou sobre diferenças, identidades e justiça social. E ainda, nos provoca diariamente a resistirmos pela manutenção dos direitos sociais, principalmente nesse momento histórico que o Brasil vive de ameaças, violências e desprezo pela vida humana.

Logo, numa perspectiva dos Estudos Culturais, este texto é escrito na tentativa de tencionar e reverberar posições sobre o direito à vida e o direito ao lazer.

Maria Baptista (2009, p. 452) questiona que se houver algum ‘método’ nos Estudos Culturais ele está em contestar “... limites socialmente construídos (por exemplo, de classe, gênero, raça etc.) nas mais diversas realidades humanas. A ‘naturalização’ dessas categorias tem sido precisamente *objecto* de grande contestação a partir dos Estudos Culturais”.

Os Estudos Culturais me trouxeram para um lugar de indagação, questionamentos, perguntas sobre as diferenças. É um campo que tem me ensinado a problematizar as questões culturais associadas a diversos elementos, entre eles, o lazer, o currículo e agora de forma mais concreta, a intersecção de gênero, raça e classe. Nesse cruzamento de avenidas e de demarcação de lugares e identidades, opto aqui, por toda vez que citar uma

autora o farei apresentando seu primeiro nome junto ao sobrenome, como forma de demarcação de territórios femininos.

Dessa forma, ensinar e educar diversos conhecimentos a partir da cultura, associado as experiências de lazer e ludicidade, podem representar caminhos para um novo processo educativo se concretizar e efetivar diferentes ideias, saberes e experiências. Nesse sentido, o papel da escola vinculado a cultura, ao lazer e ao lúdico é formar um conjunto de ações que institua e fortaleça o espaço escolar como local de aprendizagens significativas, portanto, pensar um projeto como “Diálogos” é repensar novas formas de aprendizagens e ensinamentos curriculares, é tocar nos silenciamentos e nos regimes de verdade.³

Cabe esclarecer que o lazer é compreendido como cultura e que o seu conceito está associado a um tempo histórico, a fatores culturais e a uma conjuntura social, além da pessoalidade que essa experiência demanda. Há um conjunto de características que estão associadas ao lazer e que foram difundidas e estudadas por vários autores, de perspectivas e tempos históricos diferentes, que apontam aspectos em torno do caráter lúdico das práticas; da escolha individual ou coletiva para as experiências; da diversão e do prazer que as vivências demandam; da relação com o tempo (desocupado, conquistado, livre, disponível), com o espaço e do caráter educativo das atividades (Camargo 2016; Dumazedier 1976; Gomes 2014; Marcellino 2002, 2004; Melo 2013).

Interseccionalidades e os Artefatos Culturais de Lazer

Enxergando o lazer como possibilidade de formação cultural e política, vejo uma contingência entre esse elemento da cultura e a interseccionalidade, um encontro de questões que se entrelaçam no que diz respeito aos direitos sociais, igualdades, respeito as diferenças, e efetivamente sobre o ato de fazer da cultura algo político, o que vai de encontro ao campo dos Estudos Culturais.

Além disso, estabelecer essa tríade entre cultura, lazer e interseccionalidade, pode colaborar para o estabelecimento de agendas específicas em torno das desigualdades de gênero e intragênero, como aponta a Sueli Carneiro (2003, p. 118), ao afirmar a necessidade de termos uma: “perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre”, elementos que nos conduz a romper os silêncios e nos unirmos na luta antirracista no Brasil e no mundo.

E ainda, trazer a mulher negra, a latina, a indígena, a imigrante, e a branca; a mulher pobre, a mulher pertencente a comunidade LGBTQIA+⁴ para ocupar posições de liberdades e de acessos pode e deve começar por processos educativos institucionalizados que façam a estrutura do acesso ao ensino e aprendizagem se mover.

Dessa maneira, o que dizer sobre interseccionalidade? Segundo Kimberlé Crenshaw (2020) as intersecções de raça e gênero fabricaram estruturalmente, nos âmbitos político e cultural os aspectos de violências contra as mulheres negras. Existe em nossa sociedade uma interseccionalidade estrutural que envolve para além das categorias de raça e gênero, as questões de classe, de cor, orientação e identidade sexual, a pobreza, a falta de emprego, a moradia, o contexto de mulheres imigrantes, latinas, negras e ainda; a ausência de autonomia financeira da mulher e as barreiras linguísticas.

Portanto, ao refletir sobre esse termo estamos processando uma ideia das associações de poder, ser e saber, para além de fixar e manter os condenados em seus lugares. A tríade colonizadora do poder, saber e ser operam neste texto num sentido foucaultiano que procura avançar para decolonialidade do corpo aberto, com pontes que rompem as fronteiras e se aprofundam nos contatos (Maldonado-Torres 2018).

Ao considerar uma relação de interdependência entre gênero, raça e classe, surgido no final dos anos 70 em oposição crítica e coletiva a um feminismo puramente branco, de classe média e heteronormativo,⁵ a interseccionalidade surge como um olhar plural para a diversidade de múltiplas identidades com enfoque na desigualdade social (Helena Hirata 2014).

Angela Davis (2018) afirma que raça, classe e gênero são categorias que devem ser consideradas em conjunto. A autora cita o exemplo da luta das mulheres por direitos que foi ideologicamente definida como uma luta pelos direitos somente de mulheres brancas e de classe média; excluindo mulheres pobres e da classe trabalhadora, negras, latinas e de outras minorias do campo do discurso alcançado pela categoria “mulher”. Assim, diversos movimentos e contestações das próprias mulheres colaboraram na produção de poder e formaram “teorias e práticas feministas radicais das mulheres de minorias étnicas”.

No sentido de democratizarmos e avançarmos para essa produção das mulheres silenciadas e da comunidade LGBTQIA+ que foram suprimidas e sufocadas ao longo da história, produzimos o projeto, “DIÁLOGOS: Artefatos que atravessam a intersecção classe-raça-gênero”, considerando as multiplicidades que questionam o patriarcado, a heteronormatização, a opressão de classes, o binarismo, machismo, racismo e preconceitos de forma ampla.

Assim, nesse momento de pandemia, tivemos a oportunidade de dialogar on-line, por meio de uma sala (no *googlemeet*,) sobre temas que atravessam essas categorias e que são essenciais para nossa formação, para nossas lutas e resistências.

Além disso, notamos a relação que se estabelece entre os projetos de extensão e o contexto do lazer. Segundo Tereza França (2009) os programas de lazer no âmbito escolar se organizam por meio de vivências, experiências, análises, sínteses, criações de novas abordagens e iniciativas sobre valores que não são garantidos no interior da sociedade, tais como, a prática de diferentes jogos e brincadeiras, projetos com temas diversos (saúde, política, meio ambiente...) que contribuem na compreensão e possibilidade de interpretação da complexa e contraditória realidade social.

O espaço do lazer, com expressão do lúdico garantido em parte pelos projetos de extensão universitária é uma das possibilidades de tempo e espaço para os sujeitos produzirem e criarem sua própria cultura, e não serem apenas consumidores de mercadoria sem reflexão. Nesse tempo e espaço de lazer, os sujeitos criam condições de contribuir para construção e preservação de elementos ligados ao patrimônio histórico-cultural da humanidade. E, para tal fato acontecer, é necessário educar para e pelo lazer, ou seja, o lazer é um dos eixos centrais de mobilidade dos projetos de extensão que concretiza ações plurais de socialização e ensinamentos de modos de ser por meio de suas práticas, conteúdos e manifestações. O lazer está no currículo escolar, seja formalmente ou informalmente.

Segundo Silva (1999a e 1999b, 2000, 2013), no âmbito das relações sociais, o currículo em sua relação com a cultura é denominado como uma prática cultural produtora e representativa de significados sobre o mundo, e as coisas do mundo, um espaço que pode gerar contestação, conflitos e

negociações culturais, cenário de representações em contextos culturais desiguais e, ainda, um “campo em que os diferentes grupos culturais constroem suas identidades”.

Com base em Foucault (2015), compreendemos o currículo escolar e não escolar como mais um dispositivo de controle, operado pelos poderes educacionais; um mecanismo disciplinar que historicamente organizava os conteúdos e conhecimentos a serem transmitidos e que atualmente exerce poder e produz saberes relacionados aos modos de ser em várias práticas, para além da formalidade do ensino regular (Alves 2017, 2019b).

Nesse contexto, projetos, programas, atividades de contra turno escolar, tomam pra si os elementos do lazer e do lúdico e desenvolvem processos educativos baseado em práticas culturais (Alves, 2017, 2019a e 2019b; Alves, Baptista e Isayama 2017). Assim, tem sido produzidos vários projetos de extensão universitária em contextos de lazer que operam com a ludicidade e tencionam questões políticas, culturais e sociais na busca de garantir os direitos dos sujeitos.

Haja visto que, a educação não formal ou informal é aquela que diz respeito à socialização das pessoas, um processo que colabora no desenvolvendo de hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar utilizando-se de diferentes linguagens, a partir de valores e crenças de grupos que os sujeitos participam ou que pertencem. A educação não- formal orienta os sujeitos a se tornarem cidadãos do mundo e no mundo (Gohn 2006).

Portanto, ao eleger a interseccionalidade de gênero, raça e classe para iluminar o projeto “Diálogos”, indicamos que o termo classe está associado as minorias sociais e ao alargamento das oportunidades de condições de acesso para uma vida econômica menos desigual. A categoria raça, é posta como uma forma de demarcar um campo e ser antirracista; e gênero é uma

categoria que envolve os temas da sexualidade, dos desejos, da orientação sexual e das identidades. O atravessamento das três temáticas incide na valorização da vida e na igualdade de direitos.

Os cruzamentos do Projeto Diálogos: Relato de Experiência

Cathia Alves (2017, 2019b) identifica os currículos associados ao lazer como dispositivos que operam com resistências, traduzem organização e ao mesmo tempo uma desorganização, são flexíveis, munidos de micro poderes e operados para manutenção ou para movimentação dos poderes e produção de saberes. O currículo do lazer é composto por conhecimentos, atitudes, valores e sensibilizações que traduzem e marcam uma identidade, envolvido por um caráter cultural, colaborando para provocar e tencionar o status quo em busca de desnaturalizar comportamentos.

Portanto, as múltiplas vivências de lazer, chamadas de “máquinas docentes”, por Giroux (2001), ou “máquinas de ensinar”, por Marlucy Paraiso (2010), o teatro, a tv, o cinema, a rádio, a internet, os jogos, as brincadeiras, as danças, letras de músicas, as revistas, os jornais, as corporações (Disney), dentre outros, são artefatos que compõem o campo da cultura que, conseqüentemente, possuem um currículo envolvido em práticas de lazer que produzem modos de ser (Alves 2019b).

Os artefatos culturais possuem um currículo que ensinam algo sobre alguma coisa, geram saberes e processos de subjetivação, traduzem sentidos

e significados e foram eleitos como dispositivos de saber (Alves 2019a; 2019b; Michelone e Alves 2020).

Vários estudos, apresentam temáticas que perpassam o campo do lazer, da cultura e do currículo, que, por sua vez, são fundamentados nos Estudos Culturais, envolvendo valores pessoais e sociais, tais como; as investigações sobre rede social, histórias em quadrinhos, manifestações musicais, filmes, programas de TV, a produção de bonecas e objetos infantis, programas e projetos de políticas públicas, corporações, literatura infantil, entre outros elementos midiáticos. Estas investigações de alguma forma atravessam e perpassam o campo do lazer. Esses tipos de lazeres operam com artefatos, objetos e dispositivos que possuem um currículo com transmissão de sentidos, representações e significados para uma determinada comunidade e ou grupo de sujeitos (Alves 2019b).

Essas manifestações, nomeadas de “artefatos culturais” possuem significados construídos, bem como, “silêncios gritantes”, que se relacionam com as dinâmicas de classe, gênero e raça. Nessa perspectiva, a cultura, como dispositivo de poder, um processo de construção de significados, sentidos e subjetivações⁶ dos sujeitos, pode ser construída em qualquer tempo e espaço, inclusive no lazer (Alves 2019b).

Os artefatos culturais, no âmbito do lazer, não seguem em oposição antropológica e arqueológica, mas em associação as fabricações que veiculam saber e poder produzidas e elaboradas pelos sujeitos. São produtos, peças, objetos, mercadorias que ensinam, que conduzem, que veiculam valores, identidades, questões relativas a subjetividade humana. Representam-se pelas músicas, filmes, novelas, programas e projetos, imagens, jogos, dinâmicas, atividades que dispõem algo, ou seja, são dispositivos que possuem tecnologias de controle e ensinam, divulgam conhecimentos e modos de ser.

Assim, a partir de processos educativos no âmbito do lazer, os sujeitos criam condições de romper padrões estabelecidos sobre a mulher e seu papel, sobre os negros e negras, sobre a comunidade LGBTQIA+ e a olharem para as diferenças, se reconhecerem como agentes identitários que des governam a ordem social instaurada em busca de direitos igualitários para todas as pessoas.

No primeiro mês do projeto Diálogos, o tema abordado foi a visibilidade lésbica. Nesse evento/oficina, contamos com a presença de uma advogada especialista nos direitos da mulher lésbica e tivemos a participação aproximada de quarenta pessoas, predominando mulheres brancas, adolescentes e estudantes de ensino médio. Os artefatos abordados foram a poesia “Luana Presente”, os filmes “Rafik”, “Azul é a cor mais quente” e “Ammonite” e o TED “*My two mums*”.

Identificamos que esses artefatos de lazer veiculam diferentes ideias e contextos sobre as mulheres, sua orientação sexual, retratam preconceitos e violências em torno desta questão e nos chamam atenção para refletirmos sobre a condição das mulheres, o fato de serem lésbicas e como são representadas nos filmes. São produções artísticas que podem colaborar para o combate à discriminação, a desconstrução de preconceitos estruturais e fortalecer as lutas e resistências pelos desiguais, ou seja, pela igualdade daqueles que fogem à regra da heteronormatividade.

As experiências de lazer nesse tensionamento, podem contribuir para que a estrutura social se mova, quando nas suas práticas, promove reflexões que façam as pessoas se unirem, integrarem um conjunto de mulheres de todas as cores, somarem a uma comunidade não heteronormativa, aproximar o diferente e o diverso para se organizem em grupos, coletivos, associações e se inserirem politicamente, fabricando movimentos que façam o poder circular e a estrutura se mover.

No segundo evento do projeto, tocamos nas questões de valorização da vida, o tema foi “Setembro Amarelo”, contamos com a presença de um psicólogo, tivemos a média de participação de quarenta pessoas, com caráter de público mais universitário. Ouvimos e discutimos a partir das músicas: 1-800-273-8255 – Logic; do “En tu mira” - Baco exu do Blues; da Carta a Mãe África (youtube). E assistimos ao relato: *LGBTQ ‘Conversion Therapy’ Survivor ‘They Got Some Weird Joy Out of Torturing Children’*. E ouvimos um trecho da música: AmarELO, produzida pelo Emicida. Notamos que nessa oficina, aprendemos sobre a valoração da vida associada a outros fatores fundamentais para se permanecer vivo, incluindo o lazer como escolha, necessidade e direito social, além de, termos um olhar e percepção para os motivos que podem levar os sujeitos a se suicidarem e a importância de falarmos e narrarmos sobre a aceitação das diferenças.

Como aponta Angela Davis (2017), a arte e a música associadas à cultura afro-americana, podem operar como elementos sensibilizadores e catalisadores, que fazem as pessoas se envolverem em movimentos organizados para provocar mudanças sociais radicais, são produções que tem a potência de influenciar sentimentos, conhecimentos e despertar a consciência social da comunidade.

A autora, numa realidade americana e em seu contexto de luta, representa um dos pontos móveis que desestabiliza, desnaturaliza e provoca movimentos na rede de poder e saber (Mendes e Alves 2019). E no lazer brasileiro, associado as nossas raízes latinas, indígenas e afro descendentes, também podemos tocar nos elementos da arte e da música, entre outros, para colaborar com os movimentos sociais, as resistências e a redução das desigualdades.

No terceiro evento do projeto, dialogamos com uma professora de Biologia, a partir do tema “O corpo feminino e o cuidado de si”. Os

artefatos eleitos foram, a música “Uma mulher” (Zélia Duncan e Ana Costa do álbum – EU SOU MULHER, EU SOU FELIZ); um vídeo da *Influencers* (Canal Preto – youtube); algumas imagens do instagram sobre Transexuais e Transgêneros fazendo auto exame da mama e relatando sobre o auto cuidado. E assistimos um trecho do TEDx Talk: “*My mother’s strange definition of empowerment*”, “A estranha definição de empoderamento da minha mãe”. Nesse evento, tivemos a oportunidade de refletir em torno do conceito de ser mulher, de ser trans e de reconhecer a necessidade do auto cuidado, bem como, a ausência das experiências plurais de lazer na vida das mulheres e como a desigualdade silencia e tolhe direitos femininos.

Para Kimberlé Crenshaw (2020) o processo interseccional pode fornecer possibilidades para lidar com outras marginalizações. A raça, por exemplo, pode ser aliança para as pessoas heterossexuais e a para comunidade LGBTQIA+ resistirem a normalização heterossexual impregnada em determinadas culturas e religiões. Reconceituar as identidades pode colaborar para o fortalecimento de redes de poder e produzir novos saberes em torno das categorias e de suas especificidades.

Esse relato contribui diretamente e de forma objetiva nas lutas pelas igualdades e redução das violências e ainda; promove a democracia e as liberdades, que é uma das formas interseccionais de fazermos justiça (Davis 2018).

Nesse contexto, as relações de poder e saber operam no campo do lazer e da educação com mecanismos pedagógicos e políticos, por meio de suas práticas e vivências, dispositivos que são produzidos e imprimem discursos verdadeiros e modos de ser, de ensinar e conviver (Alves 2017).

Segundo Foucault (2014, 2015) poder e saber estão envolvidos nas relações humanas, são comprometidos e constroem relações. Essas relações foram construídas sob diferentes tipos de conhecimentos, os quais, foram

formados por processos e lutas, provocando um jogo de saber e poder que produz movimentos circulares, lineares e fluídos.

O projeto Diálogos também integrou esse movimento e ensinou modos de ser aos mediadores bolsistas e também aos participantes dos eventos provocando discussões e tensões sobre os temas abordados.

A manutenção do poder, diz respeito não somente ao seu peso como uma força, mas o fato dele permear, produzir coisas, induzir prazeres, formar saberes e gerar os discursos. Ele é uma rede próspera que percorre todo o corpo social para além da repressão, e ainda, Foucault (2015) questiona a importância de se ter a consciência de saber até onde o poder se exerce, por quais caminhos, alternativas e instâncias, que envolvem o controle, a vigilância, proibições, e coerções, pois: “Onde há poder, ele se exerce, [...] ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui” (Foucault 2015, p. 145). E como resistir a quem possui esse poder?

A formação dos discursos permite a veiculação e produção de poder. Segundo o autor, não existe um discurso de poder de um lado e, em face dele, outro contraposto, pois os poderes circulam (Foucault 1988). É necessário renunciar a temas que garantem a continuidade de alguns tipos de discursos e estar disposto a apoiar e recepcionar discursos que rompem em acontecimento, neste momento e nesta dispersão permitir que seja repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado, escondido, ou que venha à tona e seja reconhecido como verdade (Foucault 2008).

Segundo Ribeiro (2010, 2015), as correlações de força não existem sem movimentos de resistência e esses movimentos são inerentes às relações de poder, estão emaranhados e envolvidos nas redes. A resistência existe onde estiver o poder e se multiplica, integrando estratégias e tecnologias de condução (Foucault 2003).

As relações de poder, tais como funcionam numa sociedade como a nossa, têm, para Foucault (2005), um fundamento, um ponto de ancoragem que representa certa relação de força estabelecida historicamente na guerra e pela guerra. Nesse cenário, o poder político tem como função reinserir essa relação de força de outros modos e em outros meios, mediante uma espécie de guerra silenciosa, nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, nos corpos de uns e de outros etc.

E ainda, onde há poder, há resistência, portanto, não existe especificamente um lugar de resistência; existem pontos móveis e transitórios que se distribuem por toda estrutura social, causando e levando a movimentos e circulação desse poder (Alves 2017).

Kimberlé Crenshaw (2020) chama atenção para o fato de que se formos conscientes sobre as questões de interseccionalidade, seremos capazes de reconhecer, fundamentar e agir para as diferenças que estão marcadas entre nós e intermediaremos meios pelos quais essas diferenças colaborarão para construção de políticas que sejam comunitárias rumo a mudanças.

A autora considera o tráfego, o trânsito, para nos exemplificar sobre as reflexões em torno da interseccionalidade. Ela aponta para as ruas e seus cruzamentos, indo e vindo em todas as direções, mostrando por meio da história de uma mulher o fato de não ser contratada para uma vaga de emprego, por ser mulher e negra, já que as poucas mulheres que atuavam naquela fábrica naquele período eram brancas (Crenshaw 2019). Este exemplo, descreve uma dupla opressão, um cruzamento interseccional de gênero e raça que provoca a discriminação racial e sexual.

Os problemas de justiça social se cruzam, se interpõem com racismo, com o sexismo, entre outros, fabricando diferentes níveis de injustiça social, por não considerar as múltiplas experiências de identidade dos sujeitos, produzindo uma subordinação interseccional, ou seja, resultado de uma

opressão que está vinculada com uma vulnerabilidade pré-existente. A interseccionalidade é transitória, não totalizante e não esgota as possibilidades de fazermos justiça (Crenshaw 2019, 2020).

Joan Scott (1990) chama a atenção para o fato de que não existe paridade entre as categorias. Esclarecendo que “classe” está fundamentada num olhar marxista de determinações econômicas e de alterações históricas, não havendo acordo entre o uso do termo classe; e também essa clareza não é definitiva com os termos gênero e raça.

Ponderar o trio, gênero, raça e classe é fazer uma escolha de resistência neste momento de opressão, violência e aumento das disparidades em diferentes frentes e resistir, lutando pela liberdade e pelas mudanças.

As resistências são brechas, são estratégias, são políticas e projetos de cunho extensionista e outros, que convergem para os direitos sociais e para as igualdades, são técnicas de si, do governo dos outros e do auto governo, que elaboram saídas. Para esse exercício de resistências e fugas, recorreremos aos artefatos culturais de lazer como subterfúgios e desconstruções subversivas.

Angela Davis (2017, p. 167) indica que: “... o povo negro foi capaz de criar com sua música uma comunidade estética de resistência que, por sua vez, encorajou e nutriu uma comunidade política de luta ativa pela liberdade”.

E ainda, quanto a resistência, Duarte (2013), aponta que existe uma relação que opera com as reações e resistências nas relações de poder que se dão sempre a partir de um embate de forças, ou seja, há poderes se movimentando, fluindo e também resistências, deslocamentos contrários que escapam ao controle do poder. Desse modo, “onde há poder há resistência”,

de maneira que todo e qualquer lugar social pode ser palco de resistência, com estratégias distintas.

Considerações finais que não se encerram aqui

Portanto, é necessário refletirmos sensivelmente para percebermos as intersecções entre raça, classe e gênero e notar que entre essas categorias existem relações que são mútuas, outras que sofrem cortes e outras que são cruzadas, e ainda; não devemos assumir preferências de uma categoria sobre as outras e essa questão deve estar em pauta para tencionarmos e resistirmos aos diversos tipos de violências que ameaçam os direitos sociais, entre eles, o direito social ao lazer.

Projetos de extensão e de políticas públicas como o “Diálogos” e outros, estão a serviço das comunidades para garantir direitos e resistir contra a exploração e dominação de mulheres, crianças e pessoas em situação desafortunadas, se manter firme contra o extermínio, a naturalização da morte, das torturas e dos estupros de mulheres, crianças e da comunidade LGBTQIA+.

Consideramos que o projeto Diálogos ofereceu uma possibilidade de comunicação e experiência de lazeres não violentos, centralizados em se relacionar com diferentes públicos, produzindo significados e representações lúdicas e divertidas por meio das músicas, trechos de filmes, poemas e entrevistas utilizadas, dispostivo curiosidade, diversão, sensibilidades e reflexões sobre a condição das mulheres lésbicas, sobre

motivos que conduzem ao suicídio, a compreensão do auto cuidado e preservação da vida masculina, feminina e trans.

Referências

ALVES, Cathia. *O lazer no Programa Escola da Família: análise do currículo e da ação dos educadores universitários*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG/ Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer – EEFTO, 2017.

_____. “O lúdico como dispositivo pedagógico: formação e atuação profissional no campo do lazer.” *Rev. Int. de Form. de Professores (RIFP)*, vol. 4, nº 3, Itapetininga, 2019a, pp. 167-189, jul/set.

_____. “Provocações entre currículos e culturas: a ação do profissional do lazer.” *Conexões: Educ. Fís., Esporte e Saúde*, vol. 17, e019025, Campinas, 2019b, pp. 1-21.

ALVES, Cathia; BAPTISTA, Maria M. e ISAYAMA, Helder F. “O lazer e a atuação de estudantes como educadores universitários no Programa Escola da Família.” *Licere*, vol. 20, nº 3, Belo Horizonte, set, 2017.

BAPTISTA, Maria M. “Estudos culturais: o quê e o como da investigação”, *Carnets, Cultures littéraires: nouvelles performances et développement*, nº spécial, automne / hiver, pp. 451-461, 2009. Disponível em: <http://carnets.web.ua.pt/>.

BUTLER, Judith. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”, *in*: LOURO, Guacira Lopes *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, pp. 151-172.

CAMARGO, Luís O. de L. “O lazer e a ludicidade do brasileiro.” *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, 2016, maio.

CARNEIRO, Sueli. “Mulheres em movimento.” *Estudos avançados*, 17 (49), 2003.

CRENSHAW, Kimberlé. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.” *Estudos feministas*, 171, 1/2002.

CRENSHAW, Kimberlé. (1989). “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”. University of Chicago Legal Forum, Issue 1, Article 8, pp. 139-167. [Tradução Latif, Larissa. In: BAPTISTA, Maria M. e CASTRO, Fernanda. (orgs.) *Gênero e Performance – Textos essenciais*, vol. II. Coimbra: Gracio Editor, 2019.] Disponível em: <https://ria.ua.pt/handle/10773/27705>. Acesso em: 02/11/2020.

CRENSHAW, Kimberlé. “Tradução: mapeando as margens: interseccionalidade, políticas identitárias e violência contra mulheres de cor”, in: MARTINS, A. C. e VERAS, E. F. *Corpos em aliança: diálogos interpretativos sobre gênero, raça e sexualidade*. Curitiba: Appris, 2020.

DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. Trad. de Heci R. Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. *A liberdade é uma luta constante*. Trad. de Heci R. Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018.

DUARTE, André. “Biopolítica e resistência o legado de Michel Foucault”, in: RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, Alfredo. *Figuras de Foucault*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*, vol. I. *A vontade de saber*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *Dits et écrits*, vol. IV. *Estratégia, poder-saber*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, pp. 222-305.

_____. *Em defesa da sociedade. Curso no College de France (1975-1976)*. 4ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Nascimento da Biopolítica. Curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. *Vigiar e Punir Nascimento da prisão*. Trad. de Raquel Ramallete. 42ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. *Microfísica do Poder*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GIROUX, Henry A. *Cultura, política y practica educativa*. Barcelona: Grão, Biblioteca de Aula, 2001.

- GOMES, Christianne L. “Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura.” *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, vol. 1, nº 1, Belo Horizonte, 2014, pp. 3-20, jan/abr.
- GOHN, M. da G. “Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.” *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, vol. 14, nº 50, Rio de Janeiro, 2006, pp. 27-38, jan/mar. <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>.
- HIRATA, Helena. “Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.” *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, vol. 26, nº 1, 2014.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. “Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas”, in: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson e GROSGOUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- MARCELLINO, Nelson C. *Estudos do lazer uma introdução*. 3º ed. Campinas: Autores Associados, 2002.
- _____. *Lazer e Educação*. 11ª ed. Campinas: Papirus, 2004.
- MICHELONE, Catarina e ALVES, Cathia. “Banca da ciência e o atravessamento da diversidade cultural”, in: BAPTISTA, Maria M. e ALMEIDA, Alexandre A. *Performatividades de gênero na democracia ameaçada*. Coimbra: Gracio Editor, 2020.
- MELO, Victor A. “Sobre o conceito de lazer.” *Sinais Sociais*, vol. 8, nº 23, Rio de Janeiro, 2013, set/dez.
- PARAISO, Marlucy A. “Currículo e formação profissional em lazer”, ISAYAMA, Helder F. (org.) *Lazer em estudo: currículo e formação profissional*. Campinas: Papirus, 2010.
- RIBEIRO, Vândiner. “Os sem-terra no currículo da mídia”, in: PARAÍSO, Marlucy A. *Pesquisas sobre currículos e culturas*. Curitiba: CRV, 2010.
- RIBEIRO, Vândiner e PARAISO, Marlucy A. “Currículo e MST: conflitos de saberes e estratégias na produção de sujeitos.” *Educ. Real*, vol. 40, nº 3, Porto Alegre, 2015, jul/set.
- SILVA, Tomaz T. (org.) *Documentos de identidade: uma introdução as teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999a.
- _____. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999b.
- _____. *Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. “Currículo e identidade social: territórios contestados”, in: SILVA, Tomaz T. (org.) *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica.” *Educação e Realidade*, vol. 16, nº 2, Porto Alegre, 1990, jul/dez.

-
1. A COVID-19 é uma doença causada pelo corona vírus SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a maioria dos pacientes com COVID-19 (cerca de 80%) podem ser assintomáticos e cerca de 20% dos casos podem requerer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória e desses casos aproximadamente 5% podem necessitar de suporte para o tratamento de insuficiência respiratória (suporte ventilatório). Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>.
 2. Nessa playlist (canal-Cathia Alves) é possível acessar todos os eventos: <https://youtu.be/UixyWy0GwM4>.
 3. Foucault (2010) relata que existe todo um pacote de fundamentos, como o cuidado de si, o conhecimento de si, a arte e o exercício de si, que vão se desenhando nas relações com o outro, com o governo pelo outro e com o governo de si produzindo os regimes de verdade que se tornam discursos.
 4. Nascido inicialmente com a sigla GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), atualmente, identifica e marca politicamente a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer, intersexo, assexual, e outras possibilidades diversas.
 5. “regime da heterossexualidade [que] atua para circunscrever e contornar a ‘materialidade’ do sexo e essa ‘materialidade’ é formada e sustentada através de – e como – uma materialização de normas regulatórias que são, em parte, aquelas da hegemonia sexual (Butler 2010, p. 170).
 6. Segundo Paraiso (2010, p. 46): “Somos indivíduos disciplinados pelo poder, sujeitos produzidos pelas práticas discursivas, em diferentes processos de subjetivação”, que é formada por aquilo que vemos, ouvimos, experimentamos e vivemos. As subjetividades engendram-se de formas provisórias, não estão acabadas, definidas e fixadas, envolvem-se constantemente em processos de confronto político, social e cultural, vão se construindo nas relações consigo e no estabelecimento dos regimes de verdade, num jogo de poder e saber (Alves 2019a, 2019b, Sales 2010).

LAZER EM TEMPO DE CRISE PANDÊMICA, DISTANCIAMENTOS, O ENCONTRO COM O OUTRO E COM O FUTURO

Silvio Lima Figueiredo

Introdução

O presente texto faz parte de um conjunto de resultados provindos de diversas pesquisas e investigações acerca do turismo, do lazer, das festas e do que se convencionou chamar de sociologia do cotidiano. Esses estudos são realizados dentro do grupo de pesquisa Turismo, Cultura e Meio Ambiente, em funcionamento no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Brasil, e são direcionados para a compreensão das dinâmicas de práticas culturais geralmente associadas ao campo da cultura e do lazer. Dizem respeito também às diversas formas com as quais essas práticas são tratadas, incluindo aí a diversidade desses comportamentos e processos.

A principal característica de práticas sociais desse tipo se relaciona principalmente à arte do encontro, encontro esse que é condição para que determinados processos sejam concretizados pelos grupos sociais, com as formas de fruição e da busca do prazer na vida social. Os encontros, já dizia Erving Goffman, fazem parte de rituais de interação, situação na qual os atores sociais representam papéis sociais:

A classe dos eventos que ocorre durante a copresença e por causa da copresença. Os materiais comportamentais definitivos são olhadelas, gestos, posicionamentos e enunciados verbais que as pessoas continuamente inserem na situação, intencionalmente ou não. Eles são os sinais externos de orientação e envolvimento – estados mentais e corporais que não costumam ser examinados em relação a sua organização social. (Goffman 2011, p. 9)

O encontro é necessário para a essência do turismo como prática social existir, e se manifestar. Ao lazer, o encontro é condição para que a sociabilidade, a essência das práticas de lazer, ocorra e essas práticas alcancem seu objetivo, que é festar.

As ideias apresentadas aqui analisam o cenário do lazer e do turismo no meio da pandemia do coronavírus que assola o mundo desde março de 2020, a partir de narrativas sobre as necessidades do trabalho e do lazer em tempo de distanciamento social e de normas para garantir esse distanciamento, e frente à insistência de romper medidas restritivas em busca de... lazer. E então fica a pergunta: em tal cenário, lazer para quem? Trabalho para quem?

A praia e o trem: As armadilhas da relação trabalho-lazer entre a obrigatoriedade e a liberdade individual

O lazer e o turismo são práticas sociais e campos de investigação que possuem características próximas. Encerram um entendimento evidente como prática social e ao mesmo tempo resvalam em aparatos técnico-científicos que tentam organizá-los como atividade econômica, quer seja pelos empreendimentos hoteleiros e de agências de viagens, quer seja pela indústria do entretenimento.

Esses dois campos se interpenetram e se relacionam, podem dialogar e, também, essas duas áreas têm muito a dizer para o entendimento da sociedade que está vindo ou que já chegou, enfim, naquilo que está se transformando o mundo hoje, no ano de 2020, primeiro quartil do século XXI. A relação entre lazer e turismo é uma relação bastante evidente por dois motivos: o primeiro corresponde ao conceito clássico de turismo e o segundo se relaciona com os chamados “conteúdos do lazer”. O conceito clássico de Turismo diz respeito à realização de viagens, com intenção de retorno, com o objetivo de lazer (Figueiredo, 2010). Os conteúdos do Lazer são conceitos que detalham as funções e interesses do lazer na sociedade ocidental, cunhados por Joffre Dumazedier e identificados como conteúdos físicos, manuais, artísticos, intelectuais e sociais (Dumazedier, 1980). O turismo, como conteúdo cultural do lazer, e portanto, interesse, é introduzido em 1986 por Luiz Octávio de Lima Camargo (Camargo 1986).

Dessa forma, há uma estreita relação entre essas práticas que ora funcionam como conceitos complementares, ora como conteúdo um do outro, ora categorias de dimensões completamente diferentes. Há obviamente questionamentos sobre a inclusão da viagem, sem o objetivo central de lazer, para caracterizar o turismo, e há questionamentos sobre a centralidade do chamado “interesse” na conformação das práticas sociais de lazer.

Entretanto, o que as aproxima nesse momento é sua faceta exposta ao consumo e às práticas cotidianas. São duas práticas sociais que tem a exigência *sine qua non* do deslocamento e do encontro (turismo), do encontro e da obtenção de prazer coletivo (lazer).

Em tempo da pandemia do Coronavírus, e, portanto, de distanciamento social, são os “setores” da economia que mais sofreram e continuam acucados sem grandes possibilidades de resolução de seus dilemas, incluindo aí uma grande quantidade de profissionais que deles dependem. Da mesma forma, o

distanciamento e as normas de controle impactam muitas pessoas que, circunscritas a determinados *habitus* de classe, e, portanto, de consumo, sofrem bastante pela ausência da viagem, dos encontros em locais associados, como restaurantes, bares e festas públicas ou privadas.

A nossa análise começa destacando duas falas coletadas na “internet” que apresentam o momento do debate entre a preservação da vida, a preservação de empregos, a preservação do bem estar e a preservação do lazer. Nesse campo tivemos muito material pra estudar, porque foi um campo largamente afetado pela pandemia de Covid-19, de forma destruidora. Muitas outras práticas sociais continuaram de alguma forma, mas efetivamente o lazer e o turismo foram afetados fortemente e esse problema nesses dois campos suscitaram debates, questionamentos e luta política, nos conceitos de trabalho, de cotidiano e em ideologias diversas promulgadas pelas redes sociais.

As redes sociais, além das políticas públicas e tomadas de decisão no seio da pandemia, apresentam um material que servirá para tais pesquisas por longo tempo, porque nos colocou frente a questões que nós obviamente já tínhamos imaginado, mas nunca tínhamos presenciado. Para além disso, as narrativas das redes sociais demonstram uma disputa sobre a preservação da vida e a preservação de empregos e da renda dos trabalhadores, aspectos que serão problematizados aqui.

Iniciaremos com uma fala que viralizou em grupos de *Whatsapp* (foi coletada em grupos de família):

Se não usar máscaras, mesmo dentro do seu carro e sozinho, o vírus te pega!!! Mas em ônibus, metrô e trens, pode se aglomerar tranquilamente, pq ele não anda de transporte público.

O vírus não consegue sobreviver em bocas de fumo e bailes funk, especialmente os patrocinados pelo narcoterrorismo.

O vírus consegue sobreviver a um dia ensolarado na praia e prospera na água salgada. Até ganha mais força!!!
Ah, ele adora parques pq gosta de passear e pode pegar vc, mesmo que esteja sozinho!!! Por isso, te levam pra delegacia, pois lá ele não entra pq tem medo de ficar preso!!! Mas é tudo para o seu bem...

A mensagem é clara, e o trecho acima demonstra uma ironização de todos os protocolos de saúde que estavam sendo colocados naquele momento para que as pessoas não pegassem o vírus, e que ainda estão sendo prescritos no início de 2021. Esse tipo de texto estava (e ainda está) sendo comum nessas redes, e tais textos falam de muitas coisas, mas a principal característica é a ironia. Ironiza as pessoas que saem de máscara nos seus carros, observando que no ônibus, nos metrô e nos trens as pessoas, de máscara, estariam tranquilas pois o vírus não circula no trem, no ônibus.

O texto ironiza também, por exemplo, a proibição de se frequentar praias durante a pandemia, porque o vírus estaria na areia, na água, enfim, não é possível frequentar as praias pois elas estão cheias de vírus. Ironiza de igual forma diversas detenções, por policiais, de pessoas que no auge da primeira onda da pandemia no Brasil, do aumento de mortes e do aumento da ocupação de leitos hospitalares próximo aos seus limites, insistiam em andar em parques ou praças sem máscara (cenas deprimentes ocorridas no Brasil, Estados Unidos e Europa).

Essas frases, e o que elas questionam, nos fazem refletir sobre o lazer. Entretanto, é preciso, antes de mais nada, marcar que essas narrativas tratam de embates políticos e ideológicos presentes na disputa política em que se transformou a pandemia no Brasil. Grupos adeptos do presidente Jair B. eram e ainda são contra suspensão de atividades, políticas e normas de isolamento, vacinação etc. Um segundo dado importante é que muitas atividades não essenciais continuavam a ser realizadas, forçando

trabalhadores a se arriscarem em transportes lotados, com alto índice de transmissão de vírus, pois a “economia não podia parar”.

Entretanto, essa “guerra” nos indica, em primeiro lugar, que o lazer é sempre entendido como supérfluo. A praia lotada é chocante, e mesmo com os estudos que mostram as diferenças de classes e grupos que existem no território da praia, é ela um espaço democrático *a priori*. A praia choca porque está lotada, e quem está frequentando essa praia contamina e prejudica obviamente a engrenagem da produção/consumo. Como não é uma aglomeração por razões de trabalho, ela não deve ser frequentada e esse uso deve ser combatido.

FIGURA 1 – Turistas e visitantes da Praia do Forte, Bahia, Brasil

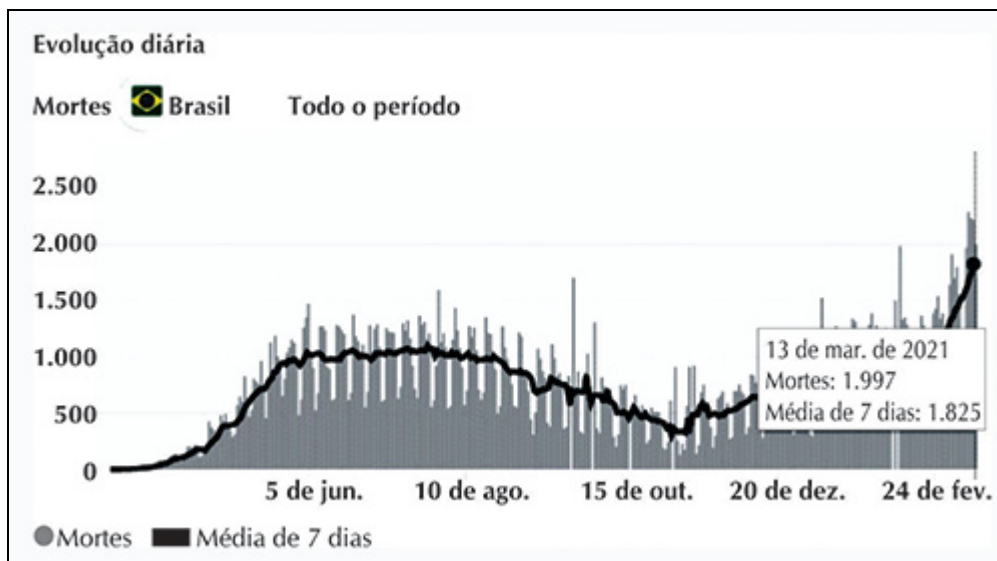
Foto de Silvio Figueiredo, Janeiro, 2021.



O trabalho é portanto obrigatório e necessário, e isso faz com que nem os trabalhadores, nem uma suposta “opinião pública”, questionem os trens lotados, porque é o trabalhador que usa, é apenas o ciclo da vida, da economia e nada demais, ou seja, não choca porque ele está sendo obrigado a trabalhar, ele está sendo obrigado a trabalhar exatamente por seus patrões que, em um dos picos da pandemia, mantiveram diversas atividades não-essenciais por uma justificativa de continuar o sistema produção/consumo ativo.

A pandemia nos mostrou muitas coisas: incompetência de governantes, passividade de populações e a sanha indescritível de marcar posições individualistas frente a um problema completamente coletivo. Mas o que ela mais mostrou é a face dos precários, da obrigação da produção e da negação do lazer. De novo. A crise perdura, com o avanço de novas cepas do vírus e pressão novamente no sistema de saúde do país.

FIGURA 2 – Mortes por Covid no Brasil



Fonte: JHU CSSE COVID-19 Data, março, 2021.

Trabalho, lazer e turismo, novas perspectivas e pós-crise

O contexto apresentado aqui tem a intenção de mostrar o estágio da relação entre o trabalho e o lazer (e também o turismo). O entendimento do trabalho como contraparte do lazer, dicotomia criada na modernidade, indica suas relações inseparáveis, uma vez que um conceito não prescinde de outro (Figueiredo, 2018).

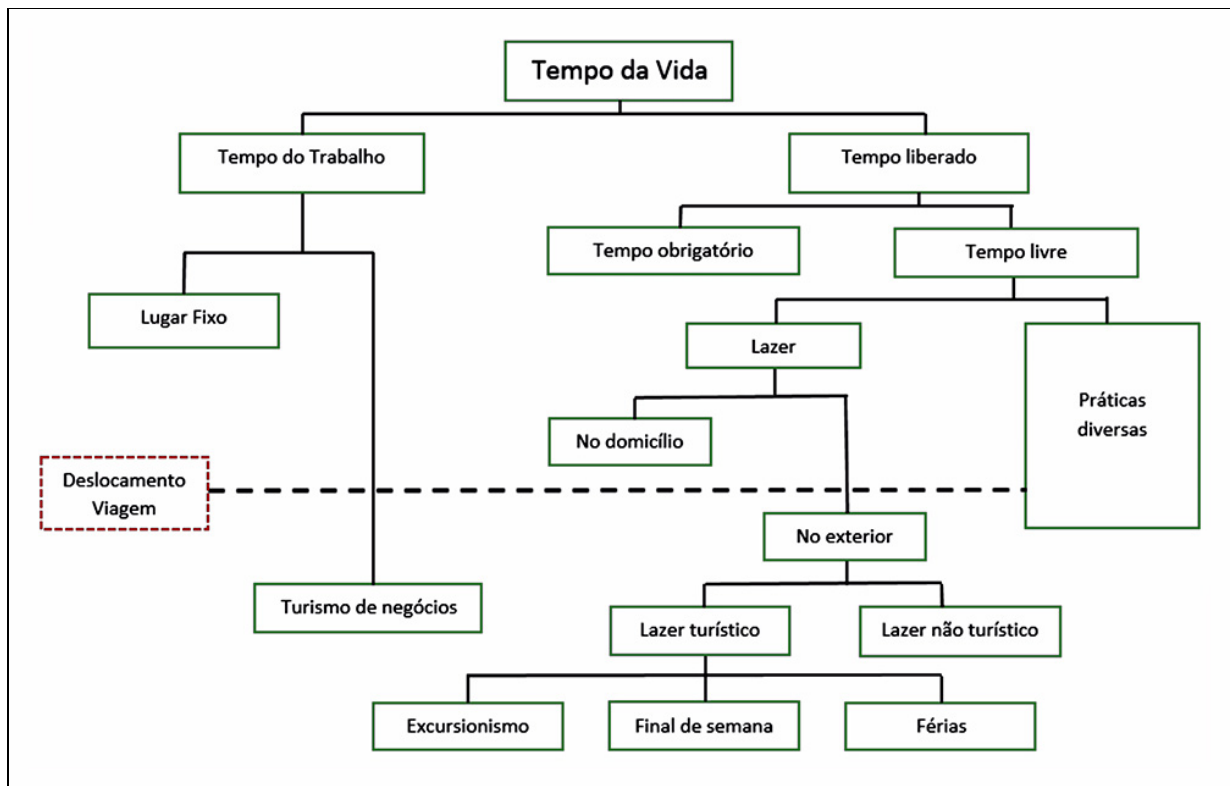
No esquema de George Cazes (1992) um geógrafo francês que produziu muitos trabalhos sobre lazer e turismo, é possível entender a situação do lazer em relação ao turismo e ao trabalho, e a relação dessas duas grandes categorias e práticas que vão estar relacionadas com o que é necessário ao mundo e às pessoas no meio de uma pandemia. E para isso é necessário debater um pouco mais essas relações.

A figura 3 (ao lado) demonstra que nós temos uma espécie de organização entre o tempo e o espaço e que esses tempos se interpenetram. Nessa relação tempo/espaço há um início, um ponto de partida, que é a divisão do tempo de vida, então essa divisão do tempo, pra ele, se daria principalmente por um tempo relacionado ao trabalho e um tempo liberado do trabalho, sendo que nem tudo é lazer e nem tudo é turismo e isso fica claro nesse esquema. Evidentemente há algumas limitações nessa projeção, ela também é da década de 1990 do século passado, e não incorpora as modificações da vida humana no século XXI com alterações substanciais nas formas de trabalho e de lazer.

Entretanto, o que é importante nesse momento é identificar que essa relação tempo/espaço nos produziria os conceitos de lazer, de trabalho e de turismo. É possível perceber a relação conceitual já entre essas três categorias e suas diferenciações. O lazer é encontrado em algumas

atividades que constam desse tempo, liberado, e não estaria no tempo do trabalho. O lazer, portanto, não se relacionaria com o trabalho como um oposto, como uma contraparte, mas como uma parte diferente. O tempo do trabalho está muito bem organizado na sua relação esquemática e ele vai produzir por exemplo o que chamaríamos de “turismo de negócios”, inclusive como uma espécie de contradição conceitual.

FIGURA 3 – Esquema Simplificado dos tempos e das categorias principais de atividades de lazer-turismo



Fonte: Adaptado de Cazes, 1992.

Mantendo-se o interesse na proposta do lazer, nós temos muito claramente os lazers que são relacionados ao deslocamento e aqueles que não estão relacionados ao deslocamento, concluindo: o lazer obviamente está em tudo, e a linha do tempo livre e do lazer se reproduz no turismo, o

que se costumou chamar de lazer turístico. Essa identificação vai ser muito importante por que vai resvalar em outras práticas diversas que fazem parte do nosso tempo livre, mas não são necessariamente lazer e estariam numa espécie de interseção, como as visitas a parentes, militanismos etc. São atividades híbridas. Assim, nós temos de forma muito bem organizada o que distingue por exemplo o lazer propriamente dito e o lazer turístico, que é aquele que pressupõe o deslocamento e o contato com outros lugares.

O esquema de Cazes vai produzir, juntamente com todas as teorias relacionadas ao turismo e ao lazer, uma espécie de equação. Essa equação é muito questionável, por diversas formas e por diversas matizes e nuances teóricas, mas nós encontramos aqui por exemplo três características muito fortes para a conceituação do turismo, que se relaciona com o lazer obviamente: a organização da viagem, a intenção do retorno, e as práticas de lazer. A presença desses três elementos é que conforma a característica moderna da prática turística e da categoria turismo, o deslocamento e o retorno (a relação tempo/espço), o lazer e a organização dessa viagem. Para ampliar um pouco essa questão, nós introduziríamos uma espécie de modificação ou ampliação do conceito do turismo e de lazer.

A ampliação do campo do turismo e do lazer significa, entre outras coisas, que algumas práticas que não são necessariamente lazer e não são necessariamente turismo estão presentes nas práticas que o campo do turismo e o campo do lazer estão começando a analisar (Figueiredo, Nóbrega, 2016). Uma série de atividades em rede, por exemplo, de turismo de base comunitária, ausências de formas tradicionais de comercialização, as trocas, os escambos, enfim, essas práticas alternativas vieram com muita força.

Desde o uso pela primeira vez da palavra *touriste* (em *Mémoires d'un Touriste*, de Stendhal, em 1838) até a primeira viagem organizada,

promovida por Thomas Cook, em 1841, constrói-se a ideia de que o turismo é a viagem de lazer. Turismo não é viajar para guerrear, nem pra resolver negócios, nem pra visitar parentes que não sejam relacionados com uma decisão mais fluida, não sendo uma obrigatoriedade.¹

O lazer também acompanha essas novas modificações, uma vez que a sociabilidade, as festas, os encontros e diversos acontecimentos em espaço público, por exemplo, apresentam características de lazer, mas também de outros interesses e objetivos que podem estar associados a atividades militantes, protestos, e encontros diversos (Figueiredo 2018). Sendo assim, a ideia da praia lotada como improvável e o ônibus lotado aceitável é exatamente a confirmação de que o lazer e o turismo são ou deveriam ser uma espécie de prática completamente desnecessária, ou secundária.

Sendo assim, durante a pandemia de coronavírus durante os anos de 2020 e 2021 ficou claro um aspecto que, juntamente com as novas perspectivas do lazer e turismo, importa na análise que fazemos aqui e que precisa ser tratada nos estudos de lazer, turismo e trabalho. O lazer e o turismo construídos como desnecessários atingem as grandes massas de trabalhadores atuais, que foram privados de seus lazers. A elas foi permitido o trabalho, aglomerado, apertado em ônibus e trens, em situações de risco pandêmico. Essa permissão foi a permissão da morte. Então bem vindos ao século XXI: a pandemia intensificou situações críticas de populações que estão perdendo casa, previdência, empregos e que se submetem a situações precárias sem outras alternativas, e assim são consideradas descartáveis (Butler, 2018). A ausência de políticas públicas representa a negligência sistemática de governos que permitem que pessoas morram, existindo ainda políticas explícitas que pretendem a morte dessa parcela descartável, como necropolítica (Mbembe 2018). Para Ailton Krenak,

Tem alguma coisa dessas camadas que é quase-humana: uma camada identificada por nós que está sumindo, que está sendo exterminada da interface de humanos muito-humanos. Os quase humanos são milhares de pessoas que insistem em ficar fora dessa dança civilizada, da técnica, do controle do planeta. E por dançar uma coreografia estranha são tirados de cena, por epidemias, pobreza, fome, violência dirigida. (Krenak 2019, p. 70)

Assim, às massas trabalhadoras não se permitem lazer, somente trabalho em tempo de pandemia. É no trabalho que o risco aumenta e o descarte se concretiza. Para as classes médias, e médias-altas, seus lazeres não chocam, pois frente às limitações de deslocamentos e distanciamentos sociais, podem viajar em seus carros particulares. Podem usar a praia do resort distante. Podem, enfim, usar as segundas residências sem preocupação.

Considerações finais

E em tempos de pandemia, de distanciamentos, em que futuro pensamos em viver nossos divertimentos e nosso festar? Novas práticas de turismo e de lazer são produzidas diariamente. Essas práticas estão fazendo com que o entendimento sobre turismo e lazer se altere. Nesse momento de isolamento, uma série de ações estão ocorrendo intermediadas por aplicativos, modificando a fruição do lazer. São inúmeros aniversários virtuais, encontros por aplicativos de grupos de amigos, *lives* de artistas com interação imediata da assistência. Isso aconteceu também no mundo do trabalho.

Esses novos formatos incidem não só na obtenção do prazer, mas também na organização das programações, pois se intensifica a necessidade de

organizarmos nosso próprio lazer, incorporando a decisão pelo que fazer, pelo que assistir etc.

Nesse quadro pandêmico, o golpe que nós sentimos foi a perda da sociabilidade, do encontro e da interação face a face, matéria que dá subsídio à prática do lazer e a prática do turismo. Privadas de tudo isso, as populações mais precárias foram quem sofreu mais, e porque não tem esses artifícios para lazeres virtuais, foram pra rua, foram pra praia, estão pegando Covid-19, e muitos estão morrendo.

Se há alguma lição de tudo isso, para a ciência, a necessidade de rever categorias estáticas constantemente confrontadas pelas práticas humanas, como lazer, trabalho e turismo. Para as políticas públicas, o retorno do enfrentamento da desigualdade, e a possibilidade da oferta, à maioria da população, de experiências de lazer importantes para essas camadas, além de trabalhos dignos e proteção social básica.

Referências

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BUTLER, J. *Corpos em aliança e a política das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMARGO, L. O. L. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CAZES, G. *Fondements pour une géographie du tourisme et des loisirs*. Paris: Bréal, 1992.

DUMAZEDIER, J. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980.

FIGUEIREDO, S. L. “O campo do lazer, festa e política nos espaços públicos urbanos”, *in*: BAHIA, M. C. (org.) *Novas leituras do lazer contemporâneo*. 1ª ed. Belém: Naea, 2018, vol. 1, pp. 151-162.

FIGUEIREDO, S. L. e NOBREGA, W. “Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro”, in: FIGUEIREDO, S. L.; AZEVEDO, F. F. e NÓBREGA, W. R. M. (orgs.) *Perspectivas contemporâneas de análise em turismo*. Belém: NAEA, 2016.

FIGUEIREDO, S. L. *Viagens e viajantes*. 1ª ed. São Paulo: AnnaBlume, 2010, vol. 1.

GOFFMAN, E. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes, 2011.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

-
1. É bom lembrar que o texto de Stendhal critica o viajante não curioso, chegando a criticar o próprio termo, e lembrar também que a viagem realizada por Thomas Cook foi organizada para a participação em um congresso antialcoólico, não sendo, portanto, um “passeio” (Figueiredo 2010).

LAZER & COVID-19: CORPOS PROIBIDOS E ALTERAÇÕES NAS DINÂMICAS DE LAZER NA CIDADE DA MAIA – PORTUGAL

*Fernanda Gonçalves de Castro
Maria Manuel Baptista*

COVID-19: “A Praga Chinesa”

Nada faria prever que a entrada na segunda década do século XXI traria uma pandemia capaz de alterar e fazer estremecer, violentamente, o quotidiano de todos, sem exceção. O mundo conheceu, neste século, a segunda pandemia, no entanto, a mais grave e com maiores implicações sociais, económicas e políticas. O COVID-19 entra para o álbum das pandemias como uma das maiores provações e testes à humanidade, desde a peste bubónica, varíola, cólera, a gripe suína (H1N1) e a gripe espanhola, esta última a quem se atribuiu também uma nacionalidade.

Embora a origem do novo coronavírus seja ainda desconhecida, a guerra ideológica, o conflito político mundial, o tráfico de influências políticas ocidentais e o movimento político de extrema direita ditam o *locus* dos mais fortes e dos mais fracos, atribuem nacionalidades a vírus, veiculam informações que dão conta de teorias da conspiração que envolvem a fabricação do vírus e menorizam a influência mortal e nefasta do COVID-19 na vida/morte da humanidade. Um ‘vírus democrático’ que não olha à idade, profissão, estatuto social e económico. Algumas agências noticiosas

veicularam que o novo coronavírus surgiu num mercado popular situado na província de Wuhan, na China. À medida que os apelos de vozes confinadas, e esperançosas no futuro, ecoavam a partir do espaço doméstico e se disseminavam por bairros, cidades, países e pelo mundo, simbolizadas por um arco-íris postulando que “Tudo vai ficar bem”/“Andrà tutto bene”, brados dissonantes e ditatoriais atribuíam, numa intensa disputa geopolítica, a nacionalidade ao novo coronavírus e às suas diversas variantes ou estirpes: “vírus chinês”, estirpe ou variante amazônica, britânica, sul-africana, californiana e mexicana. Donald Trump (*TSF*, 23/09/2020), Mike Pompeo (*Lusa*, 08/05/2020), Aleksandr Lukashenko (*Observador*, 31/03/2020), Jair Bolsonaro (*Público*, 07/07/2020) apelidaram, jocosamente, o coronavírus de “praga chinesa”, “gripezinha” fantasiosa, “vírus chinês” “criado num laboratório em Wuhan” que se cura com uma “vodka” ou com a milagrosa e prestigiada “cloroquina” messiânica. Compactuaram na propagação de desinformação e *fake news*, declinando, inclusive, qualquer responsabilidade pela gestão desastrosa, danosa e homicida da pandemia ou implementação estratégias de combate à elevada mortalidade que se registou e se regista, ainda, nos Estados Unidos da América e no Brasil: uma estratégia ou gestão necropolítica de deixar viver/morrer ou se quisermos ser mais cruamente teóricas, um homicídio indireto de que nos fala Rosi Braidotti (2020), Achille Mbembe (2018) e Michel Foucault (1998, 2010b), que serve a interesses mais obscuros e menos humanos.

A atuação e (in)ação de países com uma governação negacionista, perante o cenário pandémico, é a clara expressão de uma prática de poder soberano, tecnologicamente mediado, “capaz de ditar quem pode viver e quem deve morrer [...] Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder” (Mbembe

2018, p. 5). No contexto pandémico, não se trata de eliminar inimigos do Estado, mas, por via naturalmente biológica, eliminar, por inação, incompetência e/ou estratégia necropolítica, os sujeitos que menos interessam economicamente ou que não servem à engrenagem ou dinâmica neoliberal e capitalista dos Estados.

Durante a primeira fase da pandemia, os efeitos do COVID-19 eram claramente devastadores não só no corpo dos que foram atingidos pela enfermidade, como também nos seus entes queridos que choram, ainda, perdas irreparáveis, num processo de luto desumano, dor irracional e (ir)real, enquanto assistem a manifestações de negacionistas da pandemia.

Nos primeiros meses da pandemia, os efeitos sociais, pessoais, políticos e económicos do confinamento total dos corpos e das mentes dos sujeitos eram visíveis e de uma magnitude da qual não havia memória: recessão económica grave, instabilidade política, falências a vários níveis, aumento abrupto do desemprego e da ajuda alimentar, obesidade, depressão, divórcios, testamentos, violência de género, aumento da carga de trabalho doméstico e stress associado a uma distribuição desigual de tarefas (Bonalume 2020). É igualmente provável que o COVID-19 tenha provocado ainda muito mais mortes “indiretas” e uma pressão brutal sobre sistemas de saúde, sobretudo em países que se encontravam em franca recuperação económica e social, como Portugal, depois de anos de recessão, crise socioeconómica e intervenções troikianas sucessivas. Algo que apenas se poderá estudar, refletir e contabilizar na sua totalidade num contexto pós-pandémico.

O primeiro Estado de Emergência, em Portugal, vigorou entre os dias 18 de março e 2 de maio de 2020, encontrando-nos, neste momento, no segundo confinamento geral decretado por Estado de Emergência. O COVID-19 provocou mudanças profundas, severas e marcas nos corpos não só pela

forma como as políticas resguardaram, oprimiram e proibiram a mobilidade dos corpos dos sujeitos, mas também pela forma como estes sujeitos se apropriaram das medidas e as subverteram, decorrido apenas um mês (abril) após o decreto do Estado de Emergência, em nome do direito fundamental ao lazer que, curiosamente, se distingue pela sua ausência na Constituição Portuguesa. Com efeito, apenas nos apercebemos da ausência desse direito ao lazer como direito fundamental em pleno contexto pandémico e de confinamento. Pretendemos, deste modo, lançar um olhar atento, crítico e político às profundas alterações nas dinâmicas do lazer em parques/ecocaminhos (neste caso em particular com o exemplo do ecocaminho da Maia), as medidas implementadas, que não são mais do que expressões do poder público e controlo regulatório sobre os corpos (Foucault 1998, 2010a), e a apropriação/negociação/implosão dessas mesmas medidas pelos sujeitos seus usuários. Sob o paradigma teórico foucaultiano, tencionamos interrogar o lazer no contexto pandémico e as suas implicações nas dinâmicas do lazer.

Metodologia

Para a realização deste estudo empírico e exploratório, recorreremos à análise qualitativa (Bardin 2007, Guerra 2010) e reflexão teórica sobre uma seleção de fotografias captadas, por nós, no período de observação entre março e maio de 2020, e que abarca três contextos distintos: o pré-Estado de Emergência, a vigência do mesmo e o pós-Estado de Emergência, na sequência da pandemia de COVID-19. Aliado ao levantamento fotográfico

no ecocaminho da Maia, procedeu-se a um aporte teórico que interroga o que as fotografias expressam e não expressam.

A nossa recolha de material fotográfico foi realizada entre 10 de março e 17 de maio de 2020 (1º confinamento geral) e fevereiro de 2021 (2º confinamento geral). Captámos as performances dos corpos e as marcas deixadas por eles no *locus* do lazer: o ecocaminho da Maia, um troço do antigo caminho de ferro de Guimarães, cuja extensão é de cerca 3 quilómetros e 300 metros, num contexto de restrições extremas à mobilidade.

Procedemos à organização e divisão cronológica do material recolhido, articulando-o com as políticas e medidas adotadas no contexto pré-, durante e pós-Estado de Emergência. Evidenciou-se a importância desta articulação e configuração não só pela organização do manancial de dados recolhidos, mas também porque a hipótese inicial sugeria a possibilidade de encontrarmos resultados teoricamente relevantes e pertinentes no que à pandemia de COVID-19 diz respeito, permitindo-nos explorar teoricamente o lazer como necessidade, direito e subversão à ordem imposta de confinamento. Os dados recolhidos em dois meses de observações, durante a pandemia, permitiram-nos atingir a saturação teórica e empírica (Schnapper 2000; Guerra 2010), evidenciando uma clara e inegável articulação entre as performances observadas, a gradação ou progressão da subversão dos corpos, as políticas pandémicas e a exploração teórica de conceitos chave como a biopolítica, biopoder e extensões tecnológicas (Foucault 1998, 1999, 2002; Braidotti 2020; Haraway 1997, 2009, 2018).

COVID-19 e Biopolítica: corpos e palcos proibidos

A pandemia de COVID-19 demonstrou, de forma clara e evidente, que o lazer é fulcral na manutenção das mentes e corpos dos sujeitos e de uma certa dinâmica social. Aliás, o trabalho/emprego sempre foi hipervalorizado, conferindo uma importância essencial, e até definidora dos próprios sujeitos, situação que não pode deixar de se articular à influência neoliberal e capitalista do mercado, que compreende os sujeitos não só como objetos produtores de riqueza, mas também consumidores de produtos. Para Baptista,

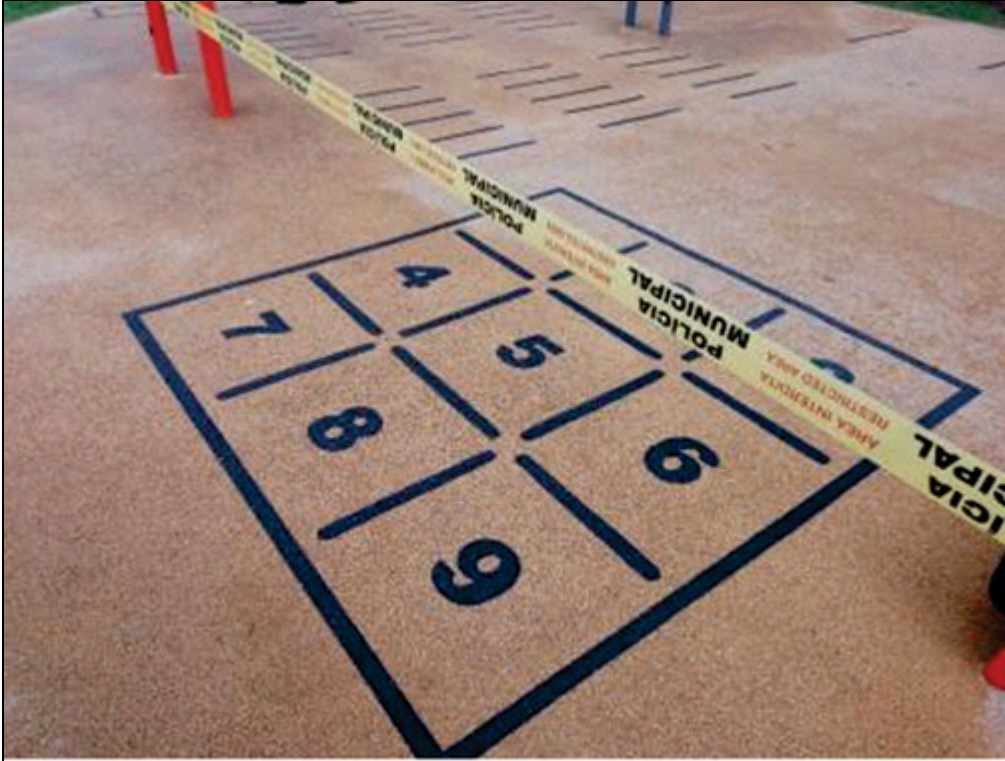
o tempo livre, tempo de não-trabalho, só passa a ter interesse para o sistema económico contemporâneo, enquanto pode ser uma atividade também económica, estando os sujeitos eterna e constantemente convocados para participar do mercado, quer enquanto consumidores, quer enquanto produtores de bens. (Baptista 2016)

Na gestão do seu tempo útil e ativo, a humanidade circula num processo vicioso e insidioso, fomentado pelo sistema económico e capitalista, que se divide entre produção e consumo. Segundo Baptista, “a razão ocidental dedicou-se a promover o trabalho como um valor indiscutível, desvalorizando o outro tempo que se lhe opõe: o tempo do lazer” (Baptista 2016).

O tempo livre permite aos sujeitos o retemperar de energias para que, logo, o homem/corpo-máquina, explorado e amestrado intensivamente (Lafargue 2011; Foucault 2010a), regresse à produção e que, nessa fração de tempo, possa ele próprio gastar o fruto do seu mister e que constitui, inclusive, uma benesse do sistema. A pandemia de COVID-19 e o confinamento regulatório a ele associado originou a supressão de hábitos e dinâmicas de lazer retemperadoras do esforço braçal e intelectual dos sujeitos, oprimindo-os, como se, uma vez que não dispõem de trabalho, ou

não se encontram nas habituais condições de produção no contexto do mercado, não tivessem qualquer direito ao lazer (Fotografias 1 e 2).

FOTOGRAFIAS 1 e 2 – Ecocaminho da Maia, 16 de março de 2020, em período de pré-Estado de Emergência (1º confinamento geral)



Com a pandemia do novo coronavírus, a tensão entre capital, trabalho e lazer, não só através da soberania política, mas também da influência do poder do capitalismo, mostra nitidamente a forma como as relações de poder afetam as nossas vidas. Entendemos que num contexto opressivo das liberdades individuais, os sujeitos agem como se, consciente ou inconscientemente, reconhecessem a importância do lazer nas suas vidas e nos seus corpos: suspender o lazer constitui uma agressão concreta à dinâmica da vida dos sujeitos, no fundo, à humanidade. Foi necessário viver com o corpo as restrições à mobilidade para entender e valorizar a importância do lazer e a forma como o biopoder e as dinâmicas de poder regulam a vida (Foucault 1998, 2010a), uma vez que a clivagem entre trabalho e lazer se diluiu com o teletrabalho e o confinamento obrigatório, por exemplo. A ideia de que o ócio e o lazer eram sinónimos de preguiça, vadiagem ou moralmente condenáveis contribuiu para a desvalorização e a imagem negativa que o tempo livre representa (Baptista 2016).

Embora se possa pensar no lazer como direito fundamental e indiscutível, sobretudo depois de um confinamento total longo e com demasiadas consequências e implicações sociais, económicas e culturais, a verdade é que o direito ao lazer, ao contrário do que postulam Gorz (2011) e Doistua (2006), não parece ser um direito universal quando analisamos a Constituição da República Portuguesa e a Carta dos Direitos Humanos, em que se exclui do direito ao lazer, especificamente no que se refere aos desempregados, grupos sociais frágeis, idosos, que não têm lugar na engrenagem produtiva, desenfreada e exploradora da estrutura capitalista, uma vez que o trabalho se constitui como valor absoluto neste sistema (Fotografia 3).



As relações de poder que atravessam a sociedade através de concepções e discursos hegemónicos docilizam, policiam, domesticam os corpos para explorar e extorquir, ao máximo, os seus recursos produtivos (Foucault 1998; Hall 2006). O direito ao lazer, especificado no primeiro ponto do artigo 59º da Constituição Portuguesa e no artigo 24º da Carta Universal dos Direitos Humanos, é, assim, apenas reservado aos trabalhadores, particularmente aos que ainda produzem, colaboram e contribuem para o mercado capitalista:

Artigo 59º

Todos os trabalhadores, sem distinção de idade, sexo, raça, cidadania, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, têm direito: d) ao repouso e aos lazeres, a um limite máximo da jornada de trabalho, ao descanso semanal e a férias periódicas pagas (CP 1976, p. 19).

Artigo 24º

Toda a pessoa tem o direito ao repouso e aos lazeres e, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho e a férias periódicas pagas (CUDH 2020, p. 5).

Embora o direito ao lazer não tenha um carácter universal na Constituição Portuguesa, a verdade é que nos vários decretos e orientações da Direção Geral da Saúde (DGS), embora controlado e, por vezes, proibido nos *locus* específicos por serem locais de potencial transmissão do vírus (parques, jardins, passadiços, ecocaminhos), o tema lazer encontrou expressividade nas políticas e medidas adotadas, mesmo dentro de um regime de medidas de restrição de direitos, liberdades e fiscalização dos comportamentos e corpos:

Os cidadãos (...) só podem circular em espaços e vias públicas, ou em espaços e vias privadas equiparadas a vias públicas, para algum dos seguintes propósitos: Deslocações de curta duração para efeitos de atividade física, sendo proibido o exercício de atividade física coletiva. (Dct N° 2-A/2020, 20/03/2020, pp. 2-3)

Passa a ser admitida a atividade física e a prática desportiva ao ar livre que não envolva contacto físico, desde que no respeito de regras de higiene e sanitárias. (RCM N° 33-A./2020, 30/04/2020, p. 10)

(...) consideram-se deslocações autorizadas aquelas que visam: (...) h) Deslocações a bibliotecas e arquivos, bem como a espaços verdes e ao ar livre em museus, monumentos, palácios e sítios arqueológicos ou similares; i) Deslocações para efeitos de atividade física e prática desportiva individual e ao ar livre. (RCM N° 33-A./2020, 30/04/2020, p. 13)

Para Foucault, o poder emerge através dos discursos: “o poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento num dispositivo estratégico de relações de poder” (2006, pp. 253-254) e “estabelece e regula o que pode ser dito em determinadas condições sociais e culturais”, mas também a autoridade de quem pode falar. Durante a pandemia, o corpo foi e continua a ser regulado e disciplinado por

orientações higiênicas e disciplinares, medidas e decretos produzidos pelo governo com a ajuda e assessoria da tecnologia (Haraway 2018, 2009) que, ao mesmo tempo que contém e protege o corpo, também o aprisiona em nome da saúde e bem coletivos, seguindo uma gestão necropolítica (Braidotti 2020; Foucault 1999; Mbembe 2018): etiqueta respiratória, lavagem recorrente das mãos seguindo um ritual temporizado, a preferência por espaços com pouca movimentação de pessoas (DGS 20/08/2020); o recolhimento ou confinamento obrigatório ou profilático dos corpos, especialmente os mais frágeis e idosos, a prática do distanciamento social, as sucessivas renovações do estado de emergência com objetivo de mitigar a transmissão da doença e objetivo último de conter a propagação do vírus (DPR N°20-A/2020, 17/04/2020) (Fotografias 4 e 5).

FOTOGRAFIAS 4 e 5 – Ecocaminho da Maia, 16 de março de 2020, em período de Estado de Emergência (1º confinamento geral)



Os corpos passam a estar refêns de extensões tecnológicas médicas (Haraway 2009; 2018) que determinam uma maior influência da medicina nos espaços públicos e privados (Foucault 2010b). Para Foucault, o corpo, historicamente construído, é resultado da convergência e cruzamento de variadas práticas discursivas de cariz disciplinar (Foucault 1998; 2006; 2002). No tempo e palco pandémicos, o corpo vê-se desapossado, temporariamente, do seu exercício de direito de circulação, podendo, inclusive, ser confinado compulsivamente, por decreto, no domicílio ou noutras instalações, por exemplo, com o objetivo de reduzir o risco de contágio e executar as medida de prevenção e combate à pandemia (Fotografias 6 e 7).

FOTOGRAFIA 6 – Ecocaminho da Maia, 23 de março de 2020, em período de Estado de Emergência (1º confinamento geral)



FOTOGRAFIA 7 – Ecocaminho da Maia, 24 de março de 2020, em período de Estado de Emergência (1º confinamento geral)



São fixadas regras de proteção da saúde individual e coletiva dos cidadãos. Os corpos, suspeitos e tendencialmente subversivos, são sensibilizados nas vias públicas por todos os meios, inclusive por drones persecutórios, para o cumprimento do dever cívico de recolhimento obrigatório e distanciamento físico (RCM N°38/2020, 17/05/2020) dentro

de um “regime em que uma das finalidades da intervenção estatal é o cuidado do corpo, da saúde corporal, a relação entre as doenças e a saúde” (Foucault 2010b, p. 171).

Os corpos veem-se em rituais viciosos, caóticos, ansiogénicos e cíclicos que implicam lavar constantemente as mãos, colocar repetidamente a máscara na cara, usar luvas, manter uma atenção ininterrupta no que concerne ao toque físico e o distanciamento relativo a ele. Não se trata apenas de uma disciplina que é imposta ao corpo pelo poder central e governativo, mas também de um processo de autocontrolo e memória que chega a ser incapacitante e opressivo, no entanto, necessário: o corpo é público e político, até e sobretudo, na pandemia (Butler 1990). Deste modo, o corpo é regulado pelo poder central, tecnologicamente mediado, e pelo sujeito, numa espécie de biopoder de responsabilidade partilhada (Foucault 1998) ou biotecnopoder (Haraway 1997). Ao mesmo tempo que o corpo repele a ordem, consente-a por necessidade, sobrevivência, autopreservação e, sobretudo, por via do medo que dociliza. Trata-se, segundo a conceção foucaultiana, de uma espécie de biopoder e docilização dos corpos e das mentes, ou seja, de técnicas, controlos e poderes disciplinares sobre os comportamentos (Foucault 1998; 2006; 2002): assistimos ao controlo da vida e ao policiamento do corpo pandémico, por se constituir um agente transmissor ou um corpo ameaçado ou ameaçador.

O corpo COnVIDa: nos corpos subversivos e em (des)opressão

É no contexto pandémico de confinamento total dos corpos que o lazer se configura e figura não só como necessidade imperativa e indiscutível, mas também como um direito que vem, tal como constatado nas imagens recolhidas, a ser reivindicado através da invasão e reapropriação do espaço público (Fotografia 8) pelos sujeitos, ávidos de mobilidade e de liberdade durante o Estado de Emergência e o Estado de Calamidade, em que ainda subsistem fortes restrições ao uso dos espaços destinados à prática de exercício físico.

FOTOGRAFIA 8 – Ecocaminho da Maia, 17 de maio de 2020, em período de Pós-Estado de Emergência e a vigorar o Estado de Calamidade



Com efeito, no período pré-pandémico era frequente ouvirmos os relatos sobre a alta dependência da tecnologia nos jovens, o tempo excessivo despendido pelas crianças nos videojogos e no computador, os convívios nos cafés e restaurantes em que tanto as crianças como os adultos intervenientes passavam a maior parte do tempo em silêncio, fitando um ecrã de um telemóvel ou de um *tablet*, numa comunicação presencial

interrompida e tecnologicamente mediada. Hoje, numa realidade pandémica, os sujeitos clamam e imploram por convívios mais humanos, embora conhecendo os riscos associados à sua prática, e reiteram a sua importância para o desenvolvimento cognitivo das crianças.

Com a pandemia de COVID-19, a tecnologia deixou de ser apenas um recurso de uso voluntário e facultativo e passou a ser, obrigatoriamente, um recurso constantemente presente, sem pausas, na vida e na saúde dos sujeitos com a implementação de um paradigma e organização do trabalho distinto do que havia anteriormente. O teletrabalho, um modo de vida tecnológico, conduziu a uma reconfiguração do tempo e do trabalho, levando os trabalhadores a uma produtividade tóxica e maquínica, com ares tayloristas numa clara associação a Charles Chaplin, em *Tempos Modernos* (1936) ou mesmo, se quisermos ser mais atuais, um episódio dantesco da série *Black Mirror*: “É obrigatória a adoção do regime de teletrabalho, independentemente do vínculo laboral, sempre que as funções em causa o permitam” (RCM N° 38/2020, 17/05/2020, p. 7).

Afinal de contas, o futuro tecnológico prometido garantia um menor esforço físico e até um menor compromisso emocional com o desenvolvimento tecnológico. A ficção deu-nos de beber à imaginação, prometendo carros voadores, teletransporte, entre outras maravilhas da tecnologia. Foi-nos apresentado o teletrabalho em contexto doméstico, que nos trouxe maleitas de igual gravidade vírica: menor humanidade; menor contacto humano; função maquínica que não está ao alcance da mão-de-obra infoexcluída; obesidade; problemas musculares, nervosos e cervicais; conflitos familiares; tensão física e corporal no espaço doméstico, por vezes, ínfimo; maior pressão, violência e stress familiar e emocional através da concentração e manutenção de sujeitos no interior do mesmo lar durante 24 horas, 7 dias por semana.

O exercício físico, o teletrabalho, as aulas, o convívio familiar, as tarefas domésticas realizaram-se dentro do mesmo espaço, entre as mesmas paredes, levando mentes e corpos ao esgotamento, muitas das vezes não só pelo confinamento, mas também pela dependência tecnológica para ser e estar: “A atividade física pode ser boa par si e para a sua família. Procure aulas online que o ajudem a fazer exercício em casa” (DGS Nº 010/2020, 16/03/2020, p. 9). Com a pandemia as relações de poder no cerne do lar articularam-se com um modo e organização de vida tecnocrática, onde a biopolítica, como mecanismo regulatório, é influenciada por dinâmicas económicas, neoliberais e capitalistas, assistindo-se, frequentemente, a uma tomada de consciência relativamente a uma dualidade pandémica: “a vida/saúde ou a economia? O que é mais importante?”

Creemos que estes factos levaram aos resultados que obtivemos na captação de imagens no espaço público: uma reivindicação do lazer enquanto necessidade e direito, sobrepondo-se, inclusive, à obrigatoriedade do cumprimento das medidas governamentais. O desejo pela eliminação das limitações físicas e dos elementos tecnológicos e simbólicos que aprisionam os corpos são visíveis: confinamento para o lixo, nenhuma ordem para parar será cumprida (Fotografias 9 e 10).

FOTOGRAFIAS 9 e 10 – Ecocaminho da Maia, 17 de maio, em período de Pós-Estado de Emergência e a vigorar o Estado de Calamidade



Presenciámos *in loco*, durante o primeiro e segundo confinamentos gerais, a práticas disruptivas, de subversão da ordem imposta e performances de resistência ao Estado de Emergência, que decretou o encerramento temporário dos espaços de passeio, desporto e lazer em todo o país, uma medida de prevenção da disseminação da doença que implica, necessariamente, o controlo das liberdades e mobilidades dos corpos por meio de performances controladas, domicializadas e domesticadas (Foucault 1998).

Apesar da autorização para a realização de passeios higiénicos curtos, dentro da zona de residência, durante o Estado de Emergência, a verdade é que os ecocaminhos, e o da Maia incluído, se encontravam interditos ao

público, de forma a evitar aglomerações. Embora o desrespeito pelas medidas resultasse na incorrência no crime de desobediência, o facto é que durante vários dias observámos corpos insubordinados e com um potencial subversivo, um mês depois da declaração do Estado de Emergência, nomeadamente abril e maio, a resistir à ordem e a reconquistar, reapropriar-se e reterritorializar-se (Deleuze e Guatarri 1997) no espaço público, frequentemente com violência, contestando a disciplina imposta aos seus corpos (Foucault 1998, 2010a). Presenciámos, inclusive, à intervenção sisífica das autoridades que fecharam ininterruptamente os ecocaminhos, parques e jardins na tentativa de controlar os possíveis agentes transmissores da doença que anseiam por mobilidade e o regresso a uma pretensa “normalidade” e, por isso, desafiam o Estado e a ordem imposta (Fotografias 11 e 12, a seguir).

Mesmo incorrendo no crime de desobediência dentro da dinâmica de *vigiar e punir*, os corpos (des)obedientes, docilizados, domesticados e medicalizados (Foucault 1998, 2010b) fizeram do exercício, do passeio ou da contemplação da natureza uma resistência política. Todos os subterfúgios são válidos para contornar a lei e fazer da regra exceção, incluindo sujeitos, ávidos pelo movimento, que simplesmente passeiam a trela ou alugam ou pedem, por empréstimo, animais para passeios higiénicos (*Público* 19/01/2021).

FOTOGRAFIAS 11 e 12 – Ecocaminho da Maia, 14 de fevereiro de 2021, em período de Estado de Emergência (2º confinamento geral)





Dia sim, dia não as fitas e as barreiras que contiveram os corpos à entrada do ecocaminho da Maia foram arrancadas ou derrubadas e logo colocadas de volta, para serem de novo subvertidas pela violência do corpo que precisa de espaço e tempo de lazer ao ar livre. Desafiou-se na Maia a ordem, a imposição da disciplina e a obediência:

Fica impedido todo e qualquer ato de resistência ativa ou passiva exclusivamente dirigido às ordens legítimas emanadas pelas autoridades públicas competentes em execução do presente estado de emergência, podendo incorrer os seus autores, nos termos da lei, em crime de desobediência. (DPR N° 17-A/2020, 02/04/2020, p. 30)

(...) A desobediência às ordens legítimas das entidades competentes, quando praticadas durante a vigência da situação de calamidade e em violação do disposto (...) constituem crime e são sancionadas nos termos da lei penal. (RCM N° 33-A/2020, 30/04/2020, p. 12)

Apesar dos corpos pandêmicos internalizarem discursos de poder (Foucault 1998) estes corpos performam práticas de resistência e subversão, conferindo importância concreta e vital ao lazer numa práxis política e performática relevante. (Baptista 2016) (Fotografias 13 e 14).

FOTOGRAFIAS 13 e 14 – Ecocaminho da Maia, 27 de abril de 2020, em período de Estado de Emergência (1º confinamento geral)





Embora fosse possível exercitar-se durante o Estado de Emergência nas proximidades do lar, atividade fundamental ao corpo e à mente, o que as imagens revelam é que estes corpos necessitam do *locus* específico do exercício, da ambiência que oferece e redireciona um certo contexto de normalidade do cotidiano pré-pandêmico: uma falsa sensação de normalidade e liberdade. Na prática, a resposta destes corpos consistiu em exercer sobre as barreiras e fitas de contenção a mesma violência simbólica e física impingida aos seus corpos que os seus corpos se encontravam a sofrer física e simbolicamente.

Aliás, saliente-se que o exercício físico de curta duração foi uma das atividades permitidas durante o Estado de Emergência e não requeria o uso obrigatório de máscara. Desapossar-se e desapropriar-se da máscara através do lazer físico conferia a possibilidade de ser, estar e sentir o corpo sem

amarras e extensões tecnológicas (Haraway 2009) (máscaras, álcool em gel, luvas ou aplicações móveis), que censuram e vigiam performances humanas em contexto de lazer, e que logo retornam ao corpo depois do exercício (Fotografias 15 e 16).

FOTOGRAFIAS 15 e 16 – Ecocaminho da Maia, 15 de março de 2020, em período de pré-Estado de Emergência





Considerações finais

As medidas implementadas, em Portugal, pelo poder central, durante a vigência da pandemia e que ainda persistem até aos dias de hoje, constituem expressões do poder público e político com o claro e nítido objetivo de regulação, controlo e disciplina dos corpos (Foucault 1998, 2010a) em face de um inimigo biológico desconhecido. Neste sentido, o lazer, atividade profundamente humana e até hoje sob o jugo simbólico da preguiça e vadiagem, parece emergir e ganhar, com a pandemia, novos sentidos na

sociedade que já eram estudados e reivindicados por nós: o lazer como necessidade, direito, resistência e performance política.

Esta aprendizagem, perpassada por um intenso e temporalmente longo processo de consciencialização, é realizada através do corpo. Longos meses de confinamento, marcados por diversos tipos de violência, física e/ou psicológica, estimularam nestes sujeitos performances e práticas que desafiam a ordem (sanitária e política implementada).

Evidenciámos, neste estudo, uma clara e inegável articulação teórica e empírica entre as performances observadas, a gradação ou progressão da subversão dos corpos dentro do espaço público, as políticas pandémicas e a exploração teórica de conceitos e temas relacionados com a biopolítica/biopoder, biotecnopoder e necropolítica (Foucault 1998, 1999, 2002; Braidotti 2020; Haraway 1997, 2009, 2018; Mbembe 2018).

Relativamente ao lazer, estes corpos sedentos, percorreram um processo que vai da passividade e indiferença à subversão: são corpos com potência subversiva na apropriação que fazem do espaço do lazer, encetando, neste sentido, uma práxis política e performática relevante (Baptista 2016). A nosso ver, levantar a bandeira do lazer é, para estes corpos, tentar recuperar e reivindicar o seu mundo, a liberdade e “normalidade” que gozavam *a priori*.

Mais do que produzir respostas, importa-nos refletir e interrogar um período, ainda vigente, conturbado e que alterou violentamente o quotidiano e as performances. Parece-nos decisivo, sob a lente dos Estudos Culturais, questionar e refletir as alterações nas dinâmicas de lazer nos espaços públicos não só durante a vigência da pandemia, mas também num contexto pós-pandémico gozando, futuramente, de um distanciamento necessário.

Afigura-se fulcral a possibilidade de pensar o mundo a partir de outra economia, onde os sujeitos não se definem a partir do seu emprego ou em função do mercado capitalista e neoliberal. O que ficará desta experiência pandémica num mundo pós-pandémico? Quais serão as implicações de um regresso à tão almejada “normalidade”? Qual será o lugar das tecnologias na nossa vida? Voltar ao normal implicará esquecer ou menosprezar todas as práticas que vivemos psicológica e corporalmente durante a pandemia? Haverá tempo, espaço e oportunidades para uma reflexão sobre o lazer enquanto direito?

Referências

- BAPTISTA, Maria M. “Estudos de Ócio e Leisure Studies – o atual debate filosófico, político e cultural.” *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, vol. 3, nº 1, Belo Horizonte, 2016, pp. 20-30, jan/abr.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Tradução L. A. Reto e A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2007.
- BONALUME, Cláudia. *O Lazer das Mulheres na Mesa de Negociações: cartografando o lazer em movimentos sociais de mulheres brasileiras*. Tese de Doutoramento. Belo Horizonte: Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.
- BRAIDOTTI, R. “O inumano: vida além da morte”, BAPTISTA, M. M. e CASTRO, F. (orgs.) *Género e performance: textos essenciais 3*. Coimbra: Grácio Editor, pp. 31-73, 2020.
- CARTA UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS*. Lisboa: Diário da República Eletrónico, 2020.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 5. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.
- DGS. *Temas da saúde: desconfinamento para espaços de lazer e desporto*, 20/08/2020. Disponível em: <https://www.sns24.gov.pt/tema/doencas-infecciosas/covid-19/desconfinamento/desconfinamento-para-espacos-de-lazer-edesporto/>.

DOISTUA, R. “Introducción a la Historia de los Estudios de Ocio en el siglo XX.” *Cuadernos de Estudios de Ocio*. Bilbao: Universidade de Deusto, 2006.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

_____. *Em defesa da sociedade: curso dado no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *História da sexualidade: A vontade de saber*, vol. 1. São Paulo: Edições Graal, 2010a.

_____. “Crise da medicina ou crise da antimedicina.” *Verve*, (18), pp. 167-194, 2010b.

_____. *Estratégia, poder-saber*. Organização de Manoel Motta. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2006.

GORZ, A. *Bâtir la Civilisation du Temps Liberé*. Paris: Monde Diplomatique, 2013.

GUERRA, I. *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Cascais: Principia Editora, 2010.

HARAWAY, D. *Modest_Witness@Second_Millennium.FemaleMan
©_Meets_OncoMouseTM*. Londres e Nova York: Routledge, 1997.

_____. “A biopolítica dos corpos pós-modernos: determinações do eu no discurso do sistema imunitário”, BAPTISTA, M. M. (org.) *Género e performance: textos essenciais 1*. Coimbra: Grácio Editor, pp. 179-195, 2018.

HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari e TADEU, Tomaz. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LAFARGUE, P. *O direito à preguiça*. Lisboa: Teorema, 2011.

LUSA. *Mike Pompeo diz que há “imensas provas” de que a covid-19 vem de laboratório em Wuhan*, 08/05/2020. Disponível em: <https://postal.pt/sociedade/2020-05-08-Mike-Pompeodiz-que-ha-imensasprovas-de-que-a-covid-19-vem-delaboratorio-em-Wuhan>.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

OBSERVADOR. *Um copo de vodka, sauna e trabalhar com trator no campo. Alexander Lukashenko, o último negacionista da Covid-19*, 31/03/2020. Disponível em:

<https://observador.pt/2020/03/31/um-copo-de-vodka-sauna-etralhar-com-trator-no-campo-alexander-lukashenko-ultimo-negacionista-da-covid-19/>

ORIENTAÇÃO DGS. *Orientação n.º 010/2020: Infeção por SARS-CoV – Distanciamento Social e Isolamento*, 16/03/2020. Disponível em: www.dgs.pt

PORTUGAL. *Decreto de aprovação da Constituição da República Portuguesa*, n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10. Lisboa: *Constituição da República Portuguesa. Decreto de aprovação da Constituição da República Portuguesa*, n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10. Lisboa: *Constituição da República Portuguesa, Diário da República Eletrónico*.

_____. *Decreto do Presidente da República n.º17-A/2020*, 02/04/2020. Renova a declaração de estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública. Presidência da República, *Diário da República*, 1ª série, N.º66. Disponível em: www.dre.pt.

_____. *Decreto do Presidente da República n.º20-A/2020*, 17 de abril de 2020. Proceda à segunda renovação da declaração de estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública. Presidência da República, *Diário da República*, 1ª série, n.º76. Disponível em: www.dre.pt.

_____. *Decreto n.º2-A/2020*, 20/03/2020. Regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República. Proceda à execução da declaração do estado de emergência efetuada pelo Decreto do Presidente da República n.º14-A/2020, 18 de março, *Diário da República* n.º 57/2020, 1º Suplemento, Série I. Disponível em: www.dre.pt.

_____. Conselho de Ministros. *Resolução do Conselho de Ministros n.º33-A/2020*, 30/04/2020. Declara a situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19. Presidência do Conselho de Ministros, *Diário da República*, 1ª série, N.º85. In www.dre.pt

_____. *Resolução do Conselho de Ministros n.º38/2020*, 17/05/2020. Prorroga a declaração da situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19. Presidência do Conselho de Ministros, *Diário da República*, 1ª série, N.º95-B. In www.dre.pt

PÚBLICO. *Da “gripezinha” à imunidade do brasileiro: dez momentos em que Bolsonaro desvalorizou a covid-19*, 07/07/2020. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/07/07/mundo/noticia/gripezinha-imunidade-brasileiro-dez-momentos-bolsonaro-desvalorizou-covid19-1923479>.

_____. *Há pessoas que alugam animais para poderem sair à rua, diz autarca de Barcelos*, 19/01/2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/01/19/local/noticia/covid19-autarcabarcelos-relatos-aluguer-animais-sair-rua-1947029>.

SCHNAPPER, D.A *compreensão sociológica: como fazer análise tipológica*. Lisboa: Gradiva, 2000.

TSF.Trump volta a culpar China por “deixar a praga escapar” e troca de Biden por usar máscara. Disponível em: <https://www.tsf.pt/mundo/-trump-volta-a-culpar-china-por-deixar-a-praga-escapar-e-troca-de-biden-por-usar-mascara-12750472.html>.

CONEXÕES E PERSPECTIVAS: REFLEXÕES SOBRE A DANÇA E LAZER COMO RESISTÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE

Elisângela Chaves

Em 2019, ao receber e aceitar um convite para compor uma mesa redonda intitulada: “Arte, Linguagem, Dança, Educação Física e Tecnologia: Conexões e Perspectivas”, no 15º Seminário Internacional Concepções Contemporâneas em Dança,¹ deparei-me com uma provocação, um desafio! E como em todo processo criativo fiz escolhas, descartes, inclusões e optei por elaborar um recorte a partir de minha atuação e investigação como professora de dança em um curso de formação de professores de Educação Física. E perante as escolhas busquei como inspiração a proposta das conexões e perspectivas como ponto de argumentação para elaboração de minhas reflexões. O presente texto é parte da arguição que apresentei no referido evento e compilações oriundas do processo de, coletivamente, projetar e realizar o XIV Encontro Internacional Científico *Otium e Congresso Ibero-Americano de Estudos do Lazer, Ócio e Recreação (CIELOR)*, em 2020.

Início ponderando que consigo pensar em perspectivas a partir de conexões. Sejam elas interpessoais, ideológicas, políticas ou artísticas. Refiro-me à conexão como ligação de uma coisa à outra, que une, que faz e proporciona sentido. As conexões que elenco para esta reflexão estão relacionadas a minha trajetória, mas, como anunciei fiz a escolha de um

recorte: a dança e o lazer como resistência na contemporaneidade. E não se trata de uma escolha aleatória! Trata-se de um percurso, de uma trajetória de envolvimento, artístico, pedagógico, científico e político com a Dança, que atualmente se expressa em meu fazer acadêmico através da pesquisa. Minha atuação nos Estudos do Lazer, ainda que recente, se estabelece sob a inspiração dos Estudos Culturais que tem me proporcionado diálogos no campo e uma fonte de acolhimento para minhas inquietações como pesquisadora e professora atuante em uma universidade pública brasileira. Como cita Jane C. Desmond (2013):

(...) há muito a se ganhar com a abertura dos estudos culturais às questões da semiótica cinestésica e a colocar as pesquisas sobre dança (e, por extensão, os estudos dos movimentos humanos) na agenda dos estudos culturais. Ao ampliar nossos estudos sobre os “textos” corporais para incluir a dança em todas as suas formas – entre elas a dança social, performances cênicas e movimentos rituais –, podemos ampliar nossa compreensão de como as identidades sociais são sinalizadas, formadas e negociadas através de movimentos corporais. Podemos analisar como as identidades sociais são codificadas em estilos performáticos e como o uso do corpo na dança reproduz, contesta, amplifica, excede ou relaciona-se com as normas de expressão corporal não dançada em contextos históricos específicos. (Desmond 2013, p. 94)

Os sentidos e significados produzidos na e pela dança são movimentos inseparáveis, pois as representações são criadas no corpo pela interconexão da objetividade e da subjetividade de quem dança. “Esses sentidos se relacionam num outro espaço discursivo de movimento, o da dança como linguagem: discursividade fluida e de memória, que relaciona o mundo real, o simbólico e o poético” (Couto 2013, p. 46). Cabe ressaltar que movimentos e gestos refletem padrões de comportamento e dependem de sua cultura, de sua posição geográfica e histórica. Marcel Mauss (1974), dentre suas várias contribuições para estas reflexões, identificou que cada

sociedade tem hábitos corporais que lhe são próprios, e a forma de movimentação das pessoas está intrinsicamente vinculada à sua matriz cultural. Por tanto, como destaca Yara Couto (2013), há necessidade de compreendermos que não somos apenas um corpo genético, herdado e que os nossos hábitos corporais constroem identidades, que não existem fora da linguagem, que também são aparência e expressividade. (...) a dança é uma maneira de expressar suas necessidades, dúvidas, angústias, alegrias, sentimentos, como também de estabelecer relações entre si, com a natureza e com a sociedade (Garaudy 1980).

Inserida no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer- PPGIEL/UFMG, as questões da multi e da interdisciplinaridade passaram a povoar minhas reflexões e problemas de pesquisa identificados por mim e pela rede de pesquisadores a qual me conecto no Grupo de pesquisa EduDANÇA e meus orientandos. Essas relações acadêmicas que envolvem estudantes em diferentes níveis de formação, artistas, animadores culturais e professores me expuseram a impossibilidade do isolamento da Dança como fenômeno independente, porque a conectividade possível no corpo dançante, que é lúdico, expressivo, representativo, identitário, histórico é um fato social.

A Dança em sua complexidade exige conexões das mais diversas, com o corpo, com o outro, com o coletivo, com a vida porque é um fenômeno sociocultural, é arte, cultura e linguagem. Ela está em nossos diversos corpos com sentidos e significados distintos, mas permanece ao longo da história da humanidade como patrimônio de identidades, revoluções, fazeres artísticos, saberes milenares e tecnológicos.

Assim retomo a inspiração deste texto, que conexões e perspectivas dança e lazer podem nos proporcionar refletir?

Conexões

Dança e lazer, apesar da óbvia ligação lúdica que envolve os ritos sociais festivos ao longo da história da humanidade, não se reduzem às conexões estabelecidas no âmbito das práticas corporais que os conecta. Como nos explicita Gomes (2014, p. 15), o lazer é uma necessidade humana e uma dimensão da cultura e como tal articula três elementos fundamentais: a ludicidade, as manifestações culturais e o tempo/espaço social. Um olhar simplista poderia reduzir-se a apenas um destes elementos, mas aqui interessa a busca de conexões que estabelecem a complexidade contemporânea da dança e do lazer em diferentes espaços sociais e sob diferentes formas e perspectivas, como: os espetáculos coreográficos, as instituições educacionais e formadoras, movimentos sociais, grupos autônomos, os ritos, celebrações, festas, brincadeiras, mídias, turismos e outros momentos que compõe a vida cultural. Ludicidade, manifestações culturais e tempo/espaço social são elementos também constituintes das danças, ao referenciar dança e lazer, seja no criar, fruir ou apreciar. A temporalidade é constitutiva, basilar, que envolve o cerne de sentidos e significados cunhados no lúdico como linguagem de produção cultural de um tempo, que sinaliza, na contemporaneidade, também a diversidade cultural das manifestações, assim como os ataques a ela, como uma problemática a ser investigada nos estudos do lazer, nos estudos culturais, nos estudos das artes, na educação, nas ciências humanas e sociais potencialmente.

No processo de elaboração do projeto e realização do Cielor, em 2020, nos deparamos perante a comunidade dos estudos do lazer com muitas reflexões. Como a complexidade destas relações evidenciam-se nas desigualdades sociais e econômicas? De como a diversidade e a pluralidade cultural demarcam as exclusões, a marginalização, mas também as práticas

de resistências e empoderamentos que podem ser produtivas e inspiradoras e suas relações com a cultura seja ela local ou global. O mercado capitalista globalizado, a geração de renda e lucro, a indústria cultural, os processos formativos e educacionais que se estabelecem por meio de práticas hegemônicas e contra-hegemônicas na contemporaneidade são conectivos impactantes e determinantes de políticas públicas e de resistências socioculturais no âmbito da dança e do lazer. Como cita Victor Melo,

Na sociedade contemporânea, o grande poder da cultura, como disciplinadora e reguladora-embora também, sejam observadas iniciativas e resistência e subversão, nos faz entender que a vida cotidiana não é mais balizada tão diretamente pelas antigas demonstrações de força dos meios de produção, algo típico nas origens da sociedade capitalista. (Melo 2006 p. 22)

As danças estão ligadas à força e a influência dos meios de comunicação na difusão cultural, que sempre esteve ligada aos interesses das camadas dominantes, mas também aos espaços de luta e identidade. Considero um fato social e político da atualidade mundial a necessidade de atenção e preocupação da academia e da ciência, em provocar e propor o debate sobre as escolhas e modos de organização do lazer, ócio e recreação de pessoas e comunidades. Que possam vislumbrar relações com a interdisciplinaridade, às políticas públicas, à produção de conhecimento e aos estudos profícuos para a compreensão da dinâmica de diferentes sociedades que englobem a inclusão de temas com marcadores sociais de classe, gênero, raça, religião.

As formas de vida em nosso tempo presente, tem sido um constante desafio de mudanças rápidas e tensionamentos de forte impacto cultural. Zigmund Bauman escolhe o “líquido” como metáfora para ilustrar o estado dessas mudanças, que segundo ele, se assemelham pela vulnerabilidade e fluidez, incapazes de manter a mesma identidade por muito tempo, o que

reforça esse estado temporário das relações sociais (2001). Ainda segundo o autor, as conexões no mundo moderno foram individualizadas, passamos pelo processo de fragmentação da vida humana e deixamos de pensar em termos de comunidade.

Bauman define modernidade líquida como um momento em que a sociabilidade humana experimenta uma transformação que pode ser sintetizada nos seguintes processos: a metamorfose do cidadão, sujeito de direitos, em indivíduo em busca de afirmação no espaço social; a passagem de estruturas de solidariedade coletiva para as de disputa e competição; o enfraquecimento dos sistemas de proteção estatal às intempéries da vida, gerando um permanente ambiente de incerteza; a colocação da responsabilidade por eventuais fracassos no plano individual; o fim da perspectiva do planejamento a longo prazo; e o divórcio e a iminente separação total entre poder e política. (Oliveira 2009, s/p)

Essa é minha escolha de leitura de quem somos nós na contemporaneidade. Em sua reconhecida trajetória como pesquisador, Bauman contextualiza, expõe e questiona que sociedade a modernidade constitui e que modernidade a sociedade vem constituindo. Ele nos alerta, constata fatos, nos leva à percepções e reflexões sobre nossa vulnerabilidade e efemeridade enquanto sujeitos de nosso tempo. Sujeitos individualizados, presos a nós mesmos e às conexões virtuais, efêmeras, rápidas, frias, distantes e pouco afetuosas.

Apesar deste texto/fala não ser um trabalho sobre a relação das concepções de Bauman e seus diálogos com a Dança, preciso registrar que foram estas leituras que me inspiraram os argumentos para dialogar com conexões e perspectivas sobre a dança e lazer. E refletir sobre o que temos em comum, e o que nos conecta, como: a ludicidade, as manifestações culturais e o tempo/espaço. A partir da constatação de tantos individualismos, dicotomias, secções e cartesianismos busco a conexão no que é comum e possibilita as perspectivas. E compreender Dança e Lazer,

como um espaço de comunidade, de relações, de encontros historicamente construídos e contemporaneamente potencializados é por onde se expandem minhas reflexões.

A dança constitui um objeto de análise privilegiado da contemporaneidade – inserida em um contexto cultural ou em um meio sujeito a práticas socioculturais específicas, como qualquer objeto de cultura, é marcada por sua época, plena de características de seu tempo. É próprio da dança representar o mundo tanto em sua totalidade quanto em sua diversidade. (Siqueira 2006, p. 209)

Sermos em parte comunidade é sem dúvida um balizador para meu pensar. Maria Medrado Nascimento (2006), apresenta na resenha intitulada “Entre segurança e liberdade: desafios da comunidade na contemporaneidade”, a seguinte definição:

As palavras têm significado: algumas delas, porém, guardam sensações. A palavra ‘comunidade’ é uma dessas”. É assim que o sociólogo polonês Zygmunt Bauman introduz a sua obra *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Com seu estilo próprio de abordar as questões da modernidade, reluzentes no mundo urbano, o autor irá centrar a sua análise na noção de “comunidade” e o paradoxo que este conceito traz: se por um lado ela emana uma sensação boa, de se ter com quem contar, tudo que um cidadão – imerso em um mundo impessoal – precisa para viver tranquilo e confiante, por outro lado limita uma das maiores conquistas modernas: a liberdade individual. O grande dilema que se abre aqui é o de que a balança entre segurança e liberdade não encontra uma média exata e, conseqüentemente, uma tende para cima enquanto outra tende para baixo. Segurança e liberdade nunca vêm na mesma proporção e por isso não podemos ter ambas ao mesmo tempo e na quantidade que quisermos. (Nascimento 2006, p. 561)

Então pergunto: e agora José? E agora Maria? E agora professora? Em meio a tantos desafios contemporâneos para vida, quais conexões e

perspectivas temos para como sugeriu Roger Garaudy (1980), para *dançar a vida!*

Se o que nos liberta nos deixa inseguros e o que nos dá segurança nos aprisiona, que caminhos trilhar? Por onde buscar refúgio para as questões que nos afligem enquanto comunidade que reconhece na Dança um poder de resistência às problemáticas avassaladoras do mundo sensível e humanístico que a arte, o lazer e a educação perpetuam culturalmente e politicamente ao longo da história?

Volto às conexões: “ligação de uma coisa com outra; união. Relação de dependência”. Marília Velardi (2019), prefaciando um livro organizado por mim e pelo professor Gustavo Côrtes, diz:

Dançar sempre foi um ato revolucionário.

E quanto mais nos aproximamos dos contextos nos quais as Danças se apresentam como entidades vivas da Cultura, tanto mais revolucionária é a sua manifestação. Dançar é, nesse sentido, ato que nos apresenta e comprova a existência de um povo, de uma cultura, de uma ancestralidade, de uma herança. E para além de nos trazer a alegria do encontro pode, ainda, nos colocar face a face com marcas de ditaduras estéticas e políticas, de silenciamentos, de indiferenças, de opressões, de colonialidades e de preconceitos. E o nosso corpo, que dança, dança e carrega, repassa e apresenta tudo isso ao mesmo tempo, tenhamos ou não consciência destas relações. (Velardi 2019, p. 11)

Façamos revoluções dançantes!

No corpo e através do corpo em movimento, a dança, manifesta identidades diversas, produz e reproduz discursos. Quando o movimento é codificado como dança, pode ser aprendido informalmente em casa ou na comunidade, como códigos cotidianos de movimento, ou estudado em escolas especiais, em danças sociais, e nas danças cênicas/teatrais. Na educação formal ou informal, vimos parâmetros de movimentos

aceitáveis/inteligíveis em contextos específicos, controlados, produzidos, num sentido foucaultiano, por práticas discursivas específicas e limitações produtivas. O que à potencializa também como fenômeno tradutor das questões étnicas, de gênero, raça, classe social e econômica, por que enquanto expressão e linguagem corporal ela se fundamenta em tradições, ludicidades, resistências e representações que através da arte, da educação e do lazer discursam ideários socioculturais. A dança produz/reproduz codificações organizadas em grande escala, atitudes específicas em relação ao corpo e aos usos do corpo individualmente ou em grupos sociais específicos. Podemos perguntar quem dança, quando e onde, de que maneira, com quem e com que finalidade? Ou ainda, quem *não* dança, de que maneira, em que condições e por quê?

Penso as perspectivas em relação à Dança e ao lazer, como possibilidades de resistências...ou seja, como um conjunto de práticas, manifestações culturais, que são veículo das formas de oposição aos poderes constituídos. Estejam eles nos governos, na sociedade, na indústria cultural, na tecnologia, nas políticas públicas, nos preconceitos ou dentro de nós.

Perspectivas

Com ou sem consciência destas relações, elas existem.. estão a todo momento sendo feitas, nutridas, revistas e desfeitas! Estamos em conexões que, se bem constituídas são resistência, força, engajamento. Em continuidade à escrita deste prefácio Marília Velardi registra:

Em tempos onde há normas rígidas – declaradas ou não – sobre o que é ou que não é arte, sobre o que deve- não deve ser ensinado, sobre quais corpos e modos podem habitar os espaços sociais, sobre o que podem fazer ou não fazer as pessoas que dançam, estudar as Danças é uma urgência. É, assim, uma quase tentativa de dançar com as palavras, de modo que se não nos permitirem estar no corpo que dança, nós estaremos corporificando esta Arte em forma de letras organizadas em relatos, depoimentos, contações de histórias, investigações e pesquisas. É por isso que esta obra que agora tenho a honra de apresentar constitui-se em um importante espaço de resistência. (Velardi 2019, p. 11)

O espaço não é uma categoria desconhecida para nós da dança. Por sinal, é uma categoria central, exploramos, estudamos, conhecemos espaços, geramos espaços, entendemos e vemos os espaços em nós e fora de nós. E podemos vê-lo de forma diferenciada perante esta modernidade líquida. Ou pelo menos poderíamos ou deveríamos ver!

Gerar espaços de resistência através e com a Dança é uma ação de continuidades e rupturas históricas de indivíduos e comunidades por todo mundo. Comunidades tradicionais, coletivos urbanos, grupos étnicos, religiosos, mulheres reprimidas, pessoas excluídas, doentes psíquicos, artistas e educadores em diferentes épocas fazem, fizeram e farão da dança atos políticos, ecológicos, revolucionários! Por mais que tenhamos percalços e desencontros, o corpo que dança é temática múltipla, por vezes valorizada, por vezes menosprezada no contexto educacional brasileiro. São muitas as violências também na contemporaneidade contra as pessoas, as ideias, as expressões, assim como são muitas as reflexões provocadas pelas danças nos palcos, nas ruas, nos terreiros, nos corpos.

São muitas as frentes de batalha que a educação e as artes vêm trilhando em nosso país para a criação de políticas públicas que possibilitem a população brasileira o acesso uma educação integral, humanística e de qualidade. E é fato que também são muitas as derrotas no âmbito dos financiamentos, propostas curriculares, políticas de incentivo,

reconhecimento sociocultural. Mas este é o jogo, disputas, estratégias e táticas no fazer pioneiro de lideranças comunitárias, arte-educadores, animadores socioculturais, professores, artistas e pesquisadores. Lutas necessárias, que exigiram e exigirão cada vez mais qualificação, para os debates. Cenário bem conhecido para nós das áreas das Artes, como a Dança, e da Educação Física, que como áreas de conhecimento, na escola, ficam por vezes a margem dos ditos conteúdos necessários à formação. Historicamente os conhecimentos sobre dança são parte constituinte do ensino de Artes e de Educação Física no Brasil. Seus conhecimentos conectam a compreensão da corporeidade, da educação do e pelo corpo. Tolher isto da educação básica é aleijá-la e condená-la ao reducionismo do corpo amorfo, reprodutivista e mecânico, que não representa a diversidade da cultura corporal e das identidades. É preciso resistência!

Ao mesmo tempo é fato que a Dança é uma área de conhecimento e como tal não se concretiza na formação em Educação Física. A formação em Dança necessita, como vem sendo feito, de formação ampla, aprofundada, identitária no campo das Artes. E como tal não entra em disputa com a apropriação temática que dela faz a Educação Física. Mas ambas possibilitam na formação a percepção e consciência do direito ao lazer. Dessa necessidade humana e dimensão cultural que possibilita liberdades de expressão, fruição e contemplação inclusive da dança como uma prática de lazer. Vislumbrar o futuro exige reflexões e debates, que sustentem ações para que mais que disputar espaços marginalizados na educação e na sociedade possamos agregar forças, conhecimentos em prol da educação do povo brasileiro. Na busca da superação dos pré-conceitos, desigualdades e desvalorização dos conhecimentos que são tão caros para a Dança e o Lazer e que se traduz no corpo em movimento que se expressa, que dá sentido e significado a vida.

Considerações finais

Assim, finalizo essa reflexão acreditando que o partilhar é um caminho fértil. Com a convicção de que as conexões precisam ser comunitárias. Conectarmos umas às outras, uns aos outros, sermos indivíduos em grupos, fortalecermos o que nos une, ainda que, identificando o que nos separa. Inclusão e exclusão são faces da mesma moeda, a velocidade de nosso tempo não está limitada ao relógio, é o nosso tempo a nossa história que se constrói ou destrói a cada minuto. As possibilidades de perspectivas não serão possíveis sem conexões. Que façamos as Redes, os Grupos, os coletivos...e nos aproximemos das minorias sociais, aquelas que tem o menor acesso aos mecanismos de poder no mundo capitalista, e por tanto, sofrem mais desigualdades e injustiças em seu viver.

Precisamos resistir, contestar, produzir novas formas, alternativas para que a dança e o lazer não sejam privilégios sem equidade social. Ou nos identificamos, conectamos e fortalecemos nossos ideais, propostas e lutas ou assumimos a incapacidade de sermos “corpo”. Estarmos numa modernidade líquida exige criar uma dança também líquida, ou pelo menos fluente, com boa capacidade respiratória para pequenos e grandes mergulhos perante os desafios que temos em nosso entorno e em nosso tempo. Prestemos atenção às perspectivas coloniais, heteronormativas, racistas, sexistas, fascistas, eugênicas, dentre outras, que se manifestam em nossas salas de aula, nas mídias, nas plataformas de governo e continuam a imprimir nos corpos histórias indesejáveis para um mundo melhor para todas e todos. Por que perante a insegurança e a liberdade o corpo e os corpos em movimento sempre serão um desafio e um caminho de compreensão e superação. Que tal uma ciranda? Dancemos juntos!

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRASILEIRO, Livia Tenório. *Dança – Educação Física: (in)ensas relações*. Tese de Doutorado em Educação. Campinas: Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2009.
- CHAVES, Elisângela; CORTÊS, Gustavo e DE PAULA, Juliana. “Projetos Sociais e Dança: Lazer, Educação e Mediação Cultural”, in: GOMES, Christianne Luce; DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira e SILVA, Luciano Pereira da Silva (orgs.) *Lazer, práticas sociais e mediação cultural*. Campinas: Autores Associados, 2019.
- CHAVES, Elisângela. “Dança e Educação Física: encontros e desencontros. visitar o passado e vislumbrar o futuro”, in: CHAVES, Elisângela; CÔRTEZ, Gustavo e DINIZ, Isabel Cristina Vieira Coimbra (orgs.) *Coletânea [do] II Fórum EduDança*. Belo Horizonte: UFMG, 2016. ISSN 2525-6637.
- DESMOND, Jane C. “Corporalizando a diferença: questões entre Dança e Estudos Culturais.” *Revista Dança*, vol. 2, nº 2, Salvador, 2013, pp. 93-120, jul/dez. Tradução de Mariângela de Mattos Nogueira, revisão técnica de Daniela Maria Amoroso.
- MELO, Victor Andrade de. *Animação Cultural: conceitos e experiências*. Campinas: Papirus, 2006.
- NASCIMENTO, Maria Medrado. “Entre segurança e liberdade: desafios da comunidade na contemporaneidade.” *Soc. estado*, vol. 21, nº 2, Brasília, 2006, pp. 561-567, ago. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext [HYPERLINK](#) . Acesso em: 25/06/2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922006000200012>.
- VELARDI, Marília. “Prefácio”, in: CHAVES, Elisângela e CÔRTEZ, Gustavo Pereira (orgs.) *Dança: Educação, Lazer e Arte nos Percursos de Pesquisa do Grupo Edudança*. Belo Horizonte: Editora Utopika, 2019.

1. Evento realizado na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional – EEEFTO, DA UFMG, criado e organizado pela professora Isabel Coimbra.

IMPORTANCIA, CARACTERIZACIÓN Y BENEFICIOS DEL OCIO EN LOS BORDES COSTEROS: EL CASO DE LA COSTANERA DE VILLARRICA (CHILE)

*Andrés Ried Luci
María Jesús Monteagudo
Josefina Cortés
Laura Benkel*

Introducción

El reto de avanzar hacia ciudades más saludables, humanas y sostenibles pasa necesariamente por preservar los espacios públicos abiertos de las ciudades contemporáneas. Estos espacios constituyen, en buena medida, el “alma de las ciudades”, en cuanto enclaves susceptibles de acoger las más diversas formas de expresión y participación ciudadana (Borja y Muxí 2003). Se trata, por tanto, de espacios esenciales para “construir” ciudadanía y, sobre todo, para propiciar una ciudadanía apegada a su territorio y satisfecha con los retornos y oportunidades que estos ofrecen.

Numerosas investigaciones han demostrado la importancia de las acciones y experiencias vividas en un espacio para el desarrollo de formas de vinculación que las personas establecen con los lugares que las acogen (Vidal y Pol 2005). Las prácticas de ocio, en cuanto experiencias satisfactorias, caracterizadas por el interés intrínseco y la libre elección que moviliza la acción, emergen como vehículos de excepción para la

conversión de los espacios utilizados en “lugares” que son resignificados y apropiados a la luz de variados procesos de construcción simbólica.

Las transformaciones del espacio público pueden contribuir, en buena medida, a estos procesos de construcción social (Monteagudo y Lema 2016) cuando, en el marco de dinámicas de regeneración urbana, habilitan nuevos espacios y oportunidades para la acción, el encuentro social y la convivencia ciudadana. Los bordes costeros son, en muchas ciudades, escenarios privilegiados de estos cambios, con un alto valor estratégico por su orientación al ocio, la participación, la salud y el bienestar de la ciudadanía.

Dada la relevancia de estos dos elementos, el ocio y los bordes costeros, en la conformación de ciudades pensadas para la ciudadanía y su bienestar, este trabajo se aproxima al caso del borde costero de La Costanera de Villarrica, comuna ubicada en la Región de La Araucanía (Chile) con un triple objetivo: conocer la naturaleza de las prácticas de ocio que acogen los bordes costeros, explorar las relaciones que la ciudadanía entabla con estos espacios a través de su ocio y esclarecer las opiniones y percepciones de la ciudadanía sobre dichos bordes costeros.

Ocio y Espacios Públicos Abiertos

Desde hace décadas, asistimos a una progresiva conquista de los espacios públicos abiertos para el disfrute del ocio en sus múltiples manifestaciones. Esta tendencia mostró sus primeros síntomas en el ámbito deportivo, mediante un creciente protagonismo de las prácticas deportivas

no estructuradas. Este deseo de la ciudadanía de practicar deporte “por su cuenta” en espacios públicos abiertos (calles, plazas, parques, ciclovías etc.) se ha consolidado como tendencia, a la luz de los resultados de numerosas encuestas sobre hábitos deportivos realizadas en Chile (Ministerio del Deporte, Gobierno de Chile 2015) y en otros países (García Ferrando y Llopis 2017; Presidencia República del Uruguay, 2016). Iniciativas ciudadanas que, en la mayoría de los países, reciben el respaldo y promoción de los gobiernos de las ciudades (Alcaldía Mayor de Bogotá 2015; Plan de Desarrollo Comunal [PLADECO] 2011). Estos datos reflejan la importancia de la autogestión en la práctica deportiva y en el ocio, en general. Así lo refrendan la ocupación y uso de espacios públicos abiertos para actividades de ocio diversas, de corte tradicional y emergente, siendo estas últimas esenciales para que la ciudadanía entable diálogos innovadores con el espacio (Bayón, Cuenca y Caride 2017). Este interés en la ocupación de espacios públicos abiertos para el ocio no emana únicamente de la ciudadanía, pues es cada vez más habitual encontrar agentes del sector del ocio (e.g. empresas, asociaciones, gimnasios, clubes, centros educativos e instituciones públicas) que entienden los espacios públicos abiertos como escenarios o complementos de sus programas y servicios de ocio.

El carácter multifuncional e inclusivo de muchos de estos espacios es una de las grandes ventajas que ofrecen, al ser capaces de acoger un amplio espectro de prácticas de ocio y también colectivos que, desde la diversidad de intereses y realidades (etarias, culturales, étnicas, socioeconómicas, familiares, educativas etc.), encuentran en dichos espacios oportunidades para dar respuesta a sus expectativas de ocio. Son, además, espacios que, a menudo, dan cabida a iniciativas de ocio intergeneracionales, subrayándose así su relevancia como puntos de encuentro para la ciudadanía y, en cuanto

tal, motores esenciales de capital social (Camino, Maza y Puig 2008; Holland, Clark, Katz y Peace 2007).

Los Bordes Costeros, como Espacios Emblemáticos para el Ocio y sus Beneficios para la Ciudadanía

Desde hace décadas, ciudades de todo el mundo son objeto de procesos de transformación urbana, que buscan nuevos modelos de desarrollo y encuentran en la reconfiguración de la geografía urbana uno de sus ejes indispensables. Ya en la década de los años 70 y 80 del siglo pasado, comenzaron a visibilizarse casos de ciudades que utilizaban sus “frentes marítimos” o “riberas fluviales” (waterfronts) como símbolo e imagen de la ciudad revitalizada (Jennings 2007; Miller 1993). Según Hall (1991), la vocación de estos espacios es consolidarse como polos, donde se concentran recursos y servicios de ocio, claves para el desarrollo económico, bienestar y calidad de vida.

Los bordes costeros representan una unidad geográfica y física de especial importancia para el desarrollo integral y armónico de un país. Tienen como fundamento la integración del agua con la tierra, a través de la configuración de áreas urbanas, donde “la arquitectura es objeto de atención [...], solamente en la medida en que contribuye a la formación y configuración del espacio urbano y a la caracterización de la imagen visual de la ciudad” (Cehopu y Cedex 1997, p. 14). Desde una perspectiva sociocultural, son espacios “de relación y de identificación, de contacto entre las personas, de animación urbana, y a veces de expresión comunitaria” (Borja y Muxí 2003, p. 46). La naturaleza híbrida de los bordes

costeros, en los que elementos urbanos se conjugan con frentes de agua y espacios naturales diversos, impulsa procesos de redescubrimiento social del valor patrimonial del agua y la Naturaleza como factores asociados al bienestar ciudadano (Di Stasio 2007; Erkok 2009).

Dentro de los espacios naturales, los cuerpos de agua surgen como elementos de imponente atractivo (Gabr 2004). En un entorno urbano, con presencia de un río, lago o mar, su borde costero se percibe como un espacio con valor estético, funcional e identitario. Representan espacios híbridos, donde lo urbano se fusiona con el espacio natural, marcando un límite que integra ambos escenarios (Abdul, Shamsudinb y Liew 2012) y ahí reside su potencial para responder a la diversidad de necesidades, intereses y realidades sociales y económicas de todas las personas y colectivos, sin menoscabar las particularidades del medio ambiente, cuidando su preservación (Jones 2017).

Los bordes costeros propician, además, nuevas formas de relación con el entorno, favoreciendo procesos de resignificación, apropiación y apego de la ciudadanía a estos espacios (Monteagudo y Morejón 2016; Páramo y Burbano 2014). Procesos que adquieren sentido, atendiendo al carácter experiencial del ocio y, en función del cual, aquello que sucede cuando se realiza una acción deseada, libre y percibida como fuente de satisfacción, posee una elevada significación y valor personal (Monteagudo y Lema, 2016). Y es que los espacios se resignifican a la luz de las acciones que en ellos se realizan (Corraliza, 2000), propiciando una construcción simbólica de los mismos que se explica mediante el concepto de apropiación (Vidal y Pol 2005). “Un proceso dinámico de interacción conductual y simbólica de las personas con su medio físico, por el cual un espacio deviene lugar, se carga de significado y es percibido como propio” (Vidal y Pol 2005, p. 287). Algunas investigaciones destacan el valor de los significados

asignados a los espacios, como indicadores de procesos de apropiación (Franck y Stevens 2013; Vidal, Berroeta, de Masso, Valera y Però 2013). Estos significados se forman al amparo de las experiencias vividas y varían, en función de las emociones, sentimientos y relaciones asociadas a los espacios.

Así, las personas establecen vínculos emocionales y afectivos con los lugares naturales que visitan (Korpela, Yle'n, Tyrvaäinen y Silvennoinen 2008) "abstract": "The study was based on the answers to a mailed questionnaire of a simple random sample of respondents from two cities (Helsinki, Tampere. De manera que estos lugares pasan a ser especiales, valorados desde otra perspectiva y protegidos de daño o destrucción por quienes así los identifican (Newell, 1997). Estos lugares se transforman en confiables para vivir experiencias restaurativas, fortalecen los vínculos existentes y la identidad con el lugar, proveyendo mejores resultados restaurativos para quienes experimentan este contacto profundo (Korpela *et al.* 2008) "abstract": "The study was based on the answers to a mailed questionnaire of a simple random sample of respondents from two cities (Helsinki, Tampere.

Los bordes costeros contribuyen al impulso de geografías urbanas más habitables y humanas, comprometidas con la salud, el bienestar y calidad de vida. Un estudio realizado en las riberas fluviales y marítimas de Bilbao y Barcelona, confirma el rol de estos espacios como promotores de hábitos de ocio y vida saludable, al propiciar la práctica deportiva entre la ciudadanía (Monteagudo y Morejón 2016). En este sentido, puede afirmarse que los bordes costeros constituyen espacios de oportunidad privilegiados para el ocio (Latip, Shamsudinb y Liew 2012).

Las características de un borde costero pueden ejercer un claro influjo en el tipo de prácticas de ocio que aloja, los modos en que éstas se realizan

(prácticas individuales o colectivas) y los perfiles de practicantes, cuya acogida privilegia. Las oportunidades que estos espacios ofrecen para sentirse en contacto estrecho con la Naturaleza, aun estando en contextos propiamente urbanos (Gabr 2004), constituye otro elemento de valor, característico de los bordes costeros y que justifica su importancia como fuente de restauración.

La Restauración como Beneficio Reseñable del Ocio al Aire Libre

La capacidad de renovación y recuperación de energía derivada del disfrute de experiencias en y con la Naturaleza es uno de los beneficios del ocio que la ciudadanía percibe de forma más recurrente (Van den Berg, Joye, y de Vries, 2018). Esta percepción coloquial de bienestar que provee la Naturaleza, denominada propiedad restauradora, ha sido efectiva y científicamente reconocida como una vía poderosa para facilitar la recuperación de las condiciones mentales y físicas, deterioradas por estresores y amenazas provenientes de la vida diaria (Berto 2005; Chang, Hammitt, Chen, Machnik y Su 2008; Kaplan y Kaplan 1989; Ulrich *et al.* 1991).

Diferentes estudios (Bonilla Hernández 2008; Korpela *et al.* 2008; Laumann, Gärling y Stormark 2001; Martínez-Soto, Montero y López-Lena 2016) "abstract": "The study was based on the answers to a mailed questionnaire of a simple random sample of respondents from two cities (Helsinki, Tampere confirman esta propiedad restauradora de los espacios naturales, evidenciando efectos beneficiosos de distinto orden: fisiológicos,

emotivos y cognitivos. De hecho, el disfrute y conexión con la Naturaleza ha sido reconocida como una capacidad necesaria para el bienestar subjetivo (Chawla 2015; PNUD 2012) y la preservación de la humanidad (PNUD 2020). En base a estas evidencias, se puede afirmar que la proximidad, uso y conexión con espacios percibidos como naturales constituye una necesidad para la salud y el bienestar.

A la luz de la reflexión teórica presentada, en esta investigación se proponen tres objetivos: 1) Conocer la naturaleza de las prácticas de ocio que acogen y facilitan los bordes costeros o waterfronts; 2) Explorar las relaciones que la ciudadanía entabla con los bordes costeros a través de sus prácticas de ocio; (3) Esclarecer las opiniones y percepciones de la ciudadanía sobre estos espacios. Para dar respuesta a estos objetivos, el estudio empírico se centra en el caso del borde costero de La Costanera de Villarrica, municipalidad ubicada en la Región de La Araucanía (Chile).

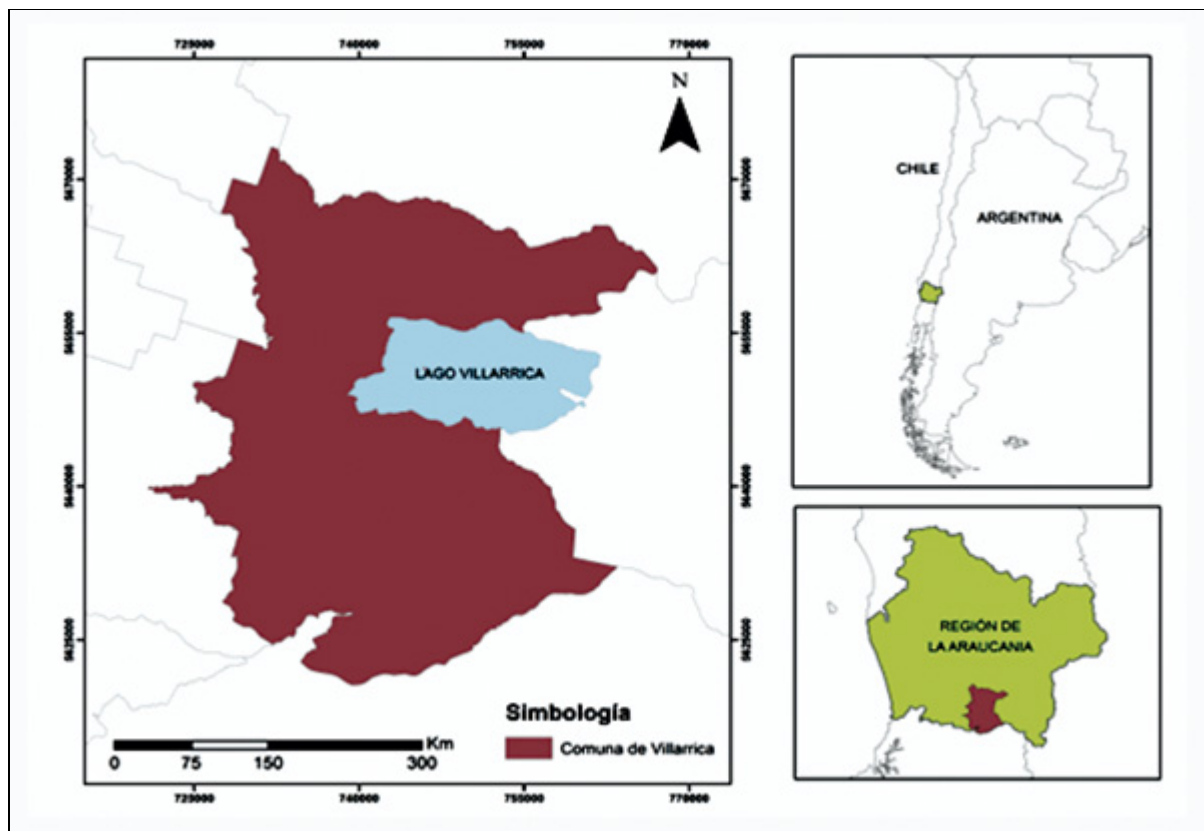
Metodología

El estudio se sustenta en una metodología mixta, que ha permitido recolectar, analizar y triangular datos cuantitativos y cualitativos en un único estudio o un programa multifase de indagación. Se ha utilizado un método mixto a dominante cuantitativo con intención de complementariedad (Hernández, Fernández, y Baptista, 2010; Tashakkori y Teddlie, 2003).

Área de Estudio

El área de estudio se concentra en La Costanera de Villarrica (Figura 1), borde de costa del Lago Villarrica o Mallolafquen de alrededor de 4 km, ubicado en la Comuna de Villarrica en la Región de La Araucanía. Esta Región está ubicada en la zona centro-sur de Chile. La Comuna de Villarrica tiene una superficie total de 1.291 km² y 55.478 habitantes, de los cuales un 34,2% es población rural, 18,2% tiene más de 65 años y el 28% se auto identifica como indígena-mapuche (Instituto Nacional de Estadísticas, 2017).

FIGURA 1 – Área de estudio en la Comuna de Villarrica en La Región de La Araucanía al sur de los Andes, Chile.



Instrumentos

Para la recogida de información, se recurrió a dos técnicas complementarias, la observación no participante y la encuesta. La observación no participante permitió un registro exhaustivo y estructurado de las prácticas de ocio realizadas, carácter individual o grupal de las mismas, número de practicantes, género, grupo etario, zona de práctica, tipo de práctica (autogestionada versus organizada) y mobiliario urbano empleado. Para el caso del grupo etario La encuesta, por su parte, fue realizada mediante un cuestionario elaborado “ad hoc” y aplicado mediante muestreo sistemático, administrando un cuestionario cada cinco observaciones realizadas. Mediante esta técnica se recabó información sobre las siguientes variables: datos sociodemográficos de la persona encuestada; opiniones, valoraciones y cuestiones subjetivas sobre las prácticas de ocio (importancia asignada, motivaciones, beneficios percibidos, frecuencia y sentimiento de identificación, entre otros); valoración general del espacio, del ocio y de las políticas públicas municipales en lo que atañe al espacio estudiado. Adicionalmente, la encuesta incorporó tres preguntas abiertas, con vocación de contraste, referidas a 1) Los significados personales atribuidos a La Costanera; 2) Beneficios percibidos de la práctica de ocio en La Costanera; (3) Sentimientos y emociones que evoca La Costanera. Dada la diversidad de variables contempladas, este texto centra la atención únicamente en las siguientes: la caracterización de las prácticas de ocio y el perfil de las personas usuarias, mediante observación; y los beneficios percibidos del uso y disfrute de La Costanera para el ocio, sentimientos de identificación, valoración general del espacio, del ocio y de las políticas públicas municipales en lo que atañe al espacio estudiado, mediante encuesta.

Muestra

Se realizaron un total de 2994 observaciones, en distintos puntos de La Costanera seleccionados con este fin. Para la administración de la encuesta, se empleó una muestra aleatoria, conformada por 173 personas de ambos sexos, que durante la administración de la herramienta se encontraban practicando alguna actividad de ocio en La Costanera. Concretamente, la muestra de la encuesta estuvo compuesta por 58,8%, hombres y 41,2%, mujeres. El 22,1% corresponde a personas indígenas y el 77,9% no indígenas. El 66,8% es residente y el 32,2% visitante.

FIGURA 2 – Zonificación en tres áreas del trabajo de registro en La Costanera de Villarrica



Procedimiento

Para la recolección de datos, se dividió La Costanera en tres zonas tipificadas (Figura 2) y se establecieron tres turnos diarios de observación entre semana y fines de semana; horario 1 (7:30 am – 12:30 pm), horario 2 (12:30 pm - 17:30 pm) y horario 3 (17:30 pm - 22:30 pm). El trabajo de campo en su conjunto se ha llevado a cabo en dos períodos de dos semanas cada uno; invierno, en septiembre del 2019 y verano, en enero del 2020. Cinco investigadores se encargaron de realizar las observaciones y encuestas requeridas en las tres franjas horarias establecidas en sendos periodos.

Análisis de Datos

Los datos recabados a partir de las observaciones y preguntas cerradas de la encuesta fueron registrados en una base de datos en el programa estadístico SPSS, para su posterior análisis. Estos reflejan de forma cuantitativa la realidad de prácticas de ocio que ocurren en La Costanera.

En el caso de las preguntas abiertas de la encuesta, se transcribieron todas las respuestas, estableciendo un texto único que contiene el total de las respuestas recibidas. Utilizando el programa Atlas Ti versión 8.4.25 se usó la herramienta de codificación y categorización de los conceptos, generando

categorías que representaran de una manera más holística la voz de las personas de la muestra.

Resultados

Este apartado dedicado a los resultados se organiza en torno a tres puntos, alineados con los objetivos del estudio: 1) Perfil de las personas usuarias de La Costanera y caracterización de las prácticas de ocio realizadas; 2) Beneficios percibidos como resultado de dichas prácticas y del uso de este espacio público; y 3) Visión de La Costanera, por parte de las personas usuarias.

Perfil de las Personas Usuarias de La Costanera y Caracterización de Prácticas de Ocio Realizadas

La Costanera de Villarrica se caracteriza por ser un espacio en el que personas y/o grupos realizan una gran variedad de prácticas de ocio. El perfil de las y los practicantes de ocio corresponde a un 55,4% de grupos mixtos de hombres y mujeres, un 27,7%, masculino, y sólo un 16,6% de mujeres. En cuanto a la distribución etaria, la gran mayoría está conformada por personas adultas (46,5%), grupos intergeneracionales (32,5%), personas jóvenes (15%) y en menor medida, personas adultas mayores (3,9%) y menores de edad (1,8%). En cuanto al tamaño de los grupos observados, el

25% eran personas individuales, 33,1%, parejas, 32,4%, grupos de 3 a 5 personas, y un 8,9% grupos de más de 6 personas.

En total, se observaron 75 diferentes tipos de prácticas, realizadas en las tres zonas de La Costanera cubiertas en el estudio, de las cuales, el 59,6% corresponden al ámbito deportivo y el 7,2% son culturales. El porcentaje restante queda representado por prácticas de consumo, de recreación o esparcimiento. Las prácticas más extendidas son aquellas que incluyen desplazamiento, como pasear o caminar (26,5%), correr (10,7%) y andar en bicicleta (7,3%). Le siguen otras prácticas que no implican, a priori, desplazamiento, tales como hacer fotografías (5,7%), pololear¹ (4,6%) y conversar (4,2%). A pesar de que estas seis prácticas son las que tienen una mayor frecuencia observada, hay otras 69 prácticas que tienen cabida en La Costanera, destacándose prácticas emergentes como *parkour* y *slackline*, entre otros.

La mayoría de las prácticas observadas se realizan de forma no organizada (86,5%), esto es, al margen de cualquier entidad o agente de ocio, frente al 12,3% correspondiente a las prácticas organizadas, y un porcentaje restante referente a prácticas lideradas o espectáculo (1,2%). Se trata, además, en la mayoría de los casos, de prácticas de ocio realizadas en grupo de dos o más personas (73,2%). Los grupos más habituales son los que congregan a familias (41,4%) y amistades (29,2%).

El género mantiene también una relación con el tipo de práctica realizada. Ciertas prácticas son más habituales entre los hombres; entre ellas, actividades con dispositivos tecnológicos (65,5%), actividades de desplazamiento con ruedas y deportes emergentes (83,3%). Otras prácticas, sin embargo, son más representativas entre las mujeres, principalmente en el caso del triatlón (50%, versus un 37,5% de hombres y un 12,5% de mixto). Y otras en las que la participación está más equilibrada, tales como las

actividades culturales, las prácticas ligadas a la Naturaleza y los animales y las prácticas de relajación y desconexión. Caminar o pasear se realiza, preferentemente, de forma mixta (78%). Cuando se trata de ejercicios de entrenamiento deportivo, la práctica tanto en hombres como mujeres es, sobre todo, de forma individual (78,5% y 81,9% respectivamente).

Atendiendo a la edad, se confirma que el colectivo infantil (menores de 12 años) practica en mayor medida, actividades de desplazamiento con ruedas (scooter, skate, bicicleta etc.) (44,5%). Una tendencia que se repite en la población juvenil, pero en un porcentaje menor (36,4%). Las prácticas más extendidas entre las personas adultas, son el entrenamiento deportivo (21,5%) y, tanto los grupos de personas adultas mayores, como los intergeneracionales, optan, en mayor medida, por las caminatas y paseos (31,6% y 44,5%, respectivamente).

Sólo el 3,9% de las prácticas se congregan en la infraestructura deportiva. Además de ser el área preferida para el ocio en La Costanera, la vereda es utilizada casi por igual por parte de todos los grupos. Los hombres, así como los grupos infantiles y juveniles, utilizan, en mayor medida, la cicloavía (29,4%, 35,2% y 30,4%, respectivamente), siendo este el espacio más utilizado de forma individual (35,2%). Los grupos escolares utilizan en mayor medida el pasto (33,3%), mientras que el 35,1% de las parejas ha sido observado en el mirador.

Aunque no son las más habituales, cabe destacar por su carácter emergente, prácticas como el *parkour* y el *slackline*. Expresiones de ocio que se caracterizan por utilizar los espacios de forma innovadora, otorgándole funciones, en este caso, deportivas, para las que no fueron creados. En su conjunto, estas prácticas representan el 0,4% de las actividades observadas y son realizadas, preferentemente, por hombres

jóvenes. Más de la mitad (58,3%) de estas prácticas emergentes se realizan en las áreas verdes (pasto) (33,3%) y en la playa (25%).

Beneficios Percibidos

Considerando La Costanera como un espacio privilegiado para el ocio, procede ahondar en los beneficios que derivan de su uso y disfrute. Los datos sobre esta variable se recaban, en primer lugar, a través de una pregunta abierta: “¿qué beneficios obtienes de tu práctica de ocio y recreación en este espacio?” y mediante una escala de Likert para conocer el grado de acuerdo (del 1 al 5), sobre la contribución del ocio en La Costanera a la percepción de salud, bienestar, satisfacción con la vida y con el ocio. Los resultados revelan una profunda conexión entre los beneficios mencionados en ambos medios. No obstante, la pregunta abierta ofrece una perspectiva más amplia y diversa de los retornos percibidos del ocio realizado en este espacio. El grueso de las respuestas se concentra en torno a la idea de tranquilidad, desconexión, relajación y conexión con la naturaleza. Estados de ánimo positivos, que hablan de desaceleración y reducción de los ritmos vitales más rápidos, a los que estamos sometidos en otros ámbitos de la vida.

Mediante el análisis hermenéutico de códigos y familias de beneficios, se refuerza la idea que La Costanera brinda la posibilidad de percibir sensaciones de paz y sosiego mental a través del ocio realizado en este espacio. Además de la Tranquilidad y Desconexión destacan otros beneficios como el Bienestar, Felicidad, Escape y Salud mental. Categorías de beneficios, que aluden a valores finales a los que la ciudadanía aspira

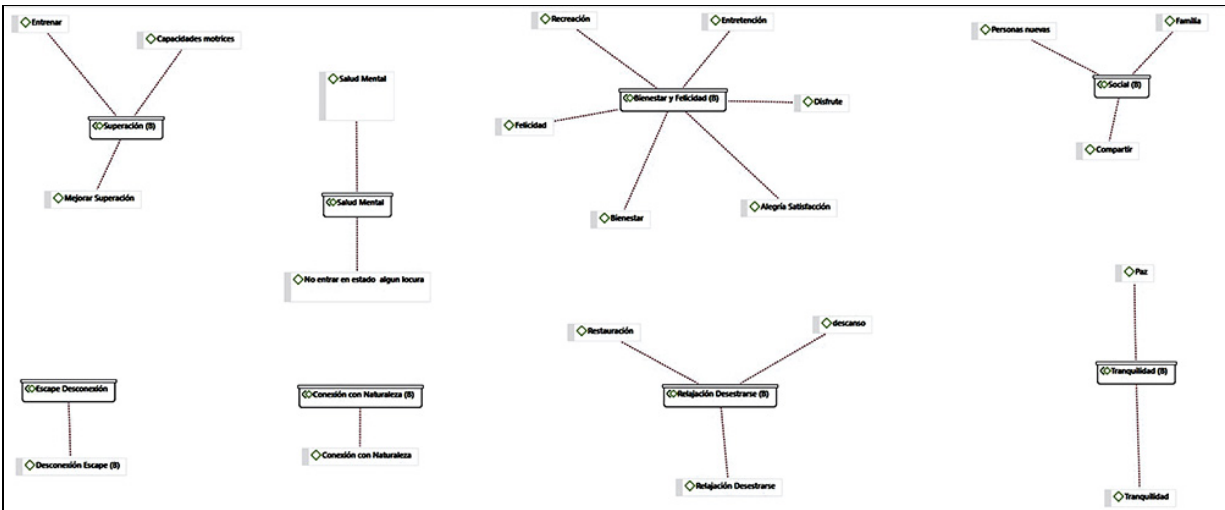
para lograr “una vida que merece la pena ser vivida” (Frey 2012) y que implican un balance o evaluación global del ocio en La Costanera, frente a los beneficios anteriores, más asociados a prácticas concretas.

Con especial significación, se manifiesta la familia Conexión con la Naturaleza, que atribuye a La Costanera la posibilidad de conectar con el mundo natural. Esta categoría puede ser considerada una afirmación del valor restaurador de la experiencia de ocio en este espacio.

Con un protagonismo menor, destaca también otro tipo de beneficios, representado por la familia Superación; constituida por los códigos asociados con la percepción de estar activo, desarrollo de capacidades motrices y sentimientos de mejora, superación y perfeccionamiento a través de la práctica físico-deportiva, en general, y en algunos casos, del entrenamiento deportivo. Se trata de beneficios que, en contraste con los anteriores, invocan estados físicamente activos, con altos niveles de gasto de energía y que, sin duda, ratifican la diversidad de necesidades a las que las prácticas de ocio pueden dar respuesta.

Resulta minoritaria la percepción de beneficios de tipo social representados en la familia Social (Figura 3). Esta categoría se construyó considerando los códigos Familia, Compartir y Personas nuevas (este último, con sólo una mención). Es interesante destacar que apenas se encuentran respuestas que aluden a la contribución del ocio en La Costanera a la vida social, siendo la familia la protagonista de dichos retornos.

FIGURA 3 – Red de Beneficios de prácticas de ocio en La Costanera



Los resultados obtenidos sobre estos beneficios, se ratifican a través de la opinión que las personas usuarias de La Costanera tienen acerca de la contribución de su ocio en este espacio a su percepción de bienestar (media de 4,53), salud (4,39), satisfacción con la vida (4,38) y vida social (3,92), en una escala del 1 al 5. Aunque se trata de puntuaciones medias muy elevadas en todos los casos, conviene resaltar, que como en las preguntas abiertas, la contribución del ocio en La Costanera a la vida social es menor que las asociadas al resto de los beneficios (bienestar, satisfacción con la vida y salud).

TABLA 1 – Beneficios percibidos del ocio y la recreación en La Costanera

	N	Promedio
A mi percepción de salud	173	4,39
A mi percepción de bienestar general	172	4,53
A la satisfacción con mi vida	170	4,38
A mi vida social	167	3,92

El análisis de estos beneficios, atendiendo al género, revela que las mujeres de Villarrica muestran puntuaciones medias inferiores a las de los hombres en todos los tipos de beneficios, siendo la diferencia especialmente notoria en lo relativo a la vida social. Lo que implica que las mujeres perciben, en menor medida que los hombres, que su ocio en La Costanera favorece sus relaciones sociales.

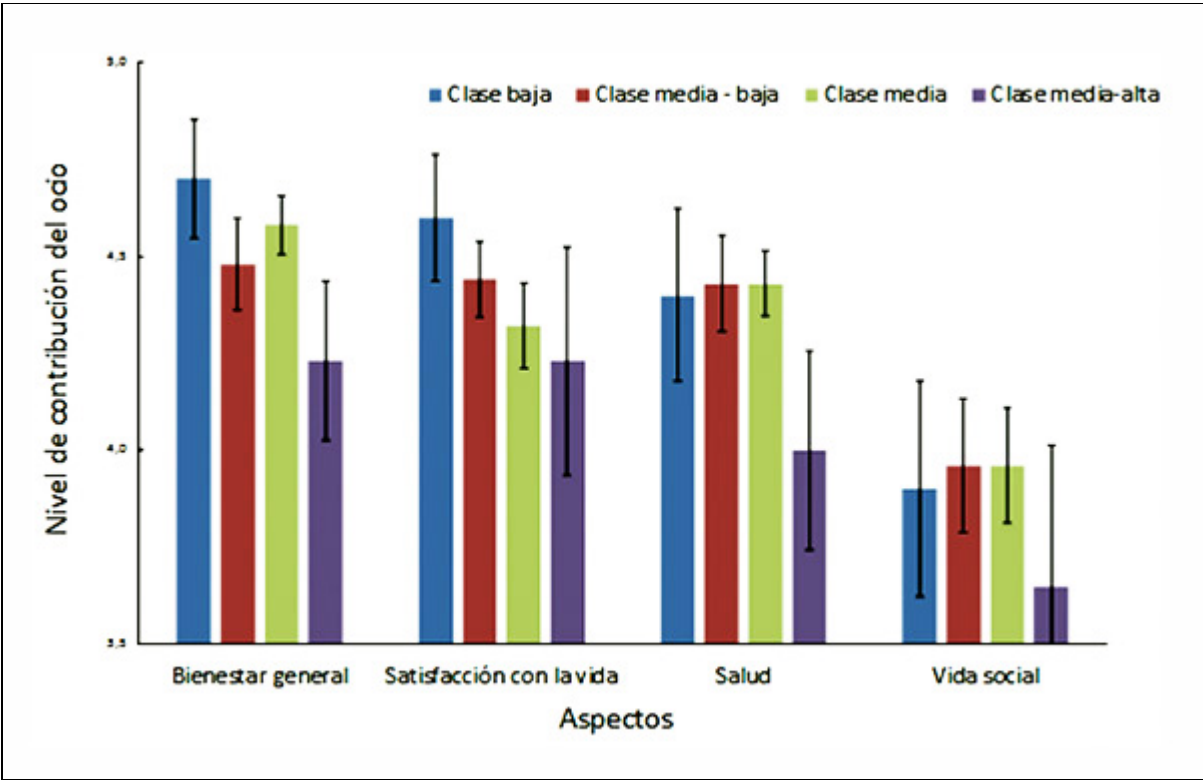
TABLA 2 – Beneficios percibidos del ocio y la recreación en La Costanera, según género

	Salud	Bienestar general	Satisfacción con la vida	Vida social
Hombre	4,42	4,56	4,45	4,03
Mujer	4,31	4,49	4,26	3,77

La etnia, lugar de residencia (ser residente o visitante) no plantean ninguna diferencia en cuanto a beneficios percibidos. Sin embargo, la clase social autopercebida deja entrever ciertas tendencias. Por un lado, las

prioridades en cuanto a tipos de beneficios se mantienen, es decir, para las y los integrantes de todas las clases sociales los beneficios más relevantes son, por orden de importancia, bienestar, salud, satisfacción con la vida y vida social. Por otro, la puntuación media tiende a crecer a medida que desciende la clase social autopercebida en todos los tipos de beneficios, siendo de nuevo, la vida social el beneficio menos percibido (Figura 4). Un dato que podría interpretarse como que el ocio en La Costanera y sus retornos son levemente máspreciados entre las personas que se autocalifican de clase baja o clase media-baja.

FIGURA 4 – Contribución del ocio y la recreación al Bienestar general, Satisfacción con la vida, Salud y Vida social, según clase social autopercebida. Las barras representan el error estándar. N=170.



Estos resultados son coherentes con los obtenidos acerca de la importancia otorgada al ocio por los distintos colectivos. El análisis de evidencia que los hombres atribuyen al ocio una importancia promedio ligeramente superior (4,6) que las mujeres (4,4). Igualmente, las personas que se autodefinen como pertenecientes a la clase baja otorgan al ocio una importancia superior que quienes se autoperciben como clase media-alta (4,8, frente a 4,53).

Visión Positiva de La Costanera

Prevalen entre las y los usuarios de La Costanera las opiniones y atributos positivos asignados a este espacio: el 93,3% está de acuerdo o muy de acuerdo con que es un lugar bonito; el 79,4% que es seguro, está iluminado, no hay delincuencia; el 66,9% que no está saturado y hay espacio disponible, mismo porcentaje de acuerdo en que es el mejor lugar de Villarrica para practicar actividades de ocio; y el 49,4% que está limpio y no contaminado. Pese a que el 52,7% de las y los usuarios está muy en desacuerdo o en desacuerdo de que está cerca de su residencia, alojamiento o lugar de trabajo, un 50,3% está de acuerdo o muy de acuerdo con que tiene buenas conexiones (transporte público, ciclovías etc.)

Otra muestra de la visión positiva que prevalece de este espacio es que el 71,4% está muy de acuerdo o de acuerdo en que La Costanera ha permitido aumentar las oportunidades de la población local para el disfrute y satisfacción con su ocio. Igualmente, el 72,6% considera que es una mejora urbanística importante que ha permitido recuperar espacios públicos de Villarrica. Si a esto se suma que el 81,1% no ha experimentado en este

espacio ningún problema derivado del uso compartido del mismo y que el 61,1% no practica la actividad de ocio que realiza en La Costanera en otros espacios del municipio, se confirma una visión profundamente positiva como espacio privilegiado para el ocio, por sus características naturales y urbanísticas.

En este estudio, se asume la variable “identificación con el espacio” como indicador de dinámicas de apropiación de los espacios que conforman La Costanera por parte de las personas que los frecuentan para el ocio. El 14% se siente nada o poco identificado, mientras que el 69,5% se siente bastante o muy identificado con La Costanera. Al considerar exclusivamente a las personas residentes, el porcentaje de identificación se eleva a 75,4%, mientras que sólo un 55,8% de los visitantes siente dicha identificación.

La percepción benigna del espacio solo se ve, en cierta medida, contrarrestada por la opinión de un 60,3% de las personas de la muestra que está de acuerdo o muy de acuerdo con el hecho de que La Costanera es un espacio turístico, orientado más a las y los turistas que a la población local. Esto, podría explicarse por la alta presencia de una población turista participante (32,2% son turistas y el 67,8%, residentes). Se suma a este dato que el 35,3% considera que la Municipalidad de Villarrica no promueve el uso de este espacio para el ocio y recreación de la población local y un 26,8% no tiene o no aporta su opinión al respecto (Ns/Nc). Además, existe una relación entre la residencia y la percepción sobre el rol de la Municipalidad de Villarrica. El 44,7% de los residentes considera que la Municipalidad de Villarrica no promueve el uso de La Costanera para el ocio y la recreación de la población local, mientras que un 17% de los visitantes tiene esta percepción.

Discusión y Conclusiones

Los resultados de este estudio coinciden con lo planteado en el marco teórico y evidencian que La Costanera de Villarrica es percibida por las personas usuarias como un lugar privilegiado para el ocio. Una percepción que resulta ampliamente justificada ante el amplio espectro de prácticas de ocio que este espacio acoge, entre las que destacan las físico-deportivas. Se suma a este protagonismo, la importancia de las prácticas no organizadas o autogestionadas (86,5%). Lo deportivo y las actividades de desplazamiento son rasgos habituales encontrados en otros frentes de agua, tales como los waterfronts de Bilbao y Barcelona (Monteagudo y Morejón, 2016; Morejón, Abadia y Pujadas, 2017; Murua 2014). Resalta la escasa presencia de actividades culturales, así como de prácticas emergentes. De hecho, más allá del *parkour* o el *slackline*, no se han identificado prácticas que conlleven cierta innovación social y en las que prevalezca el uso creativo del espacio. Queda por explorar en próximos estudios, si el peso de la funcionalidad de los espacios, es decir, usos acordes a las funciones que atienden, responde a cuestiones de falta de flexibilidad del diseño urbano existente o se trata de un rasgo, inherente a los estilos de ocio de la población usuaria de este espacio revitalizado.

Los atributos positivos asignados a este espacio: bonito, no saturado, seguro, bien iluminado y limpio, entre otros, no dejan duda del halo positivo que protagoniza la imagen social de La Costanera predominante en el imaginario colectivo. En este escenario, no sorprende el elevado porcentaje de personas que se halla bastante o muy identificada con el espacio. Estos procesos de apropiación se ven favorecidos por la percepción de una amplia taxonomía de beneficios derivados del uso de La Costanera para el ocio. En particular, destaca la percepción de la incidencia positiva del ocio en La

Costanera en la salud general, bienestar y satisfacción con la vida de las personas usuarias.

Destaca también, la capacidad restauradora de La Costanera (restauración de la fatiga mental, reducción del estrés, sensación de equilibrio y tranquilidad), un beneficio ampliamente demostrado en los espacios naturales y con el que se confirma que las prácticas de ocio desarrolladas en espacios híbridos suponen igualmente un notable aporte al equilibrio psicológico y bienestar de la ciudadanía.

En este sentido, parece recomendable que, tanto las autoridades, como la ciudadanía, tomen nota de la importancia de los bordes costeros por los beneficios que proveen, en tanto espacios híbridos que aúnan paisajes naturales y urbanos, ideales para el ocio, considerándolos en sus políticas, como aliados esenciales para la salud y el bienestar de habitantes y visitantes de la zona. Esta consideración adquiere especial sentido en un contexto, donde la preservación de estos lugares está siendo constantemente amenazado por el descuido, la contaminación y el despliegue de proyectos inmobiliarios privados.

Aunque la valoración de lo social de las prácticas de ocio en La Costanera es relevante (promedio de 3,92 en una escala de Likert de 5 puntos), conviene destacar que es el tipo de beneficio que más bajo puntúa en la encuesta. Si a esto se añade la constatación de que las personas usuarias de La Costanera no perciben este como un espacio especialmente propicio para “conocer gente nueva”, se entiende que La Costanera no se considera como un espacio privilegiado para el cultivo del mundo social a través del ocio. Los orígenes de esta apreciación pueden hallarse en dos factores: el carácter individualista de los y las ciudadanas chilenas, forjado por el modelo neoliberal predominante en el país (PNUD 2002) y el diseño de La Costanera, que no incluye espacios ni zonas específicamente

orientadas al encuentro social. La incidencia de los espacios públicos abiertos y la sensibilidad del diseño urbano para el estímulo de las interacciones y el encuentro social ya ha sido advertida en estudios previos (Holland, Clark, Katz y Peace 2007; Camino, Maza y Puig 2008). Ante esta tendencia hacia el individualismo y posibles situaciones de soledad existencial, parece relevante considerar el componente social de las ciudades y sus espacios públicos abiertos, como una estrategia primordial en las políticas urbanas, orientadas promover espacios comunitarios, preservar la salud y bienestar de la ciudadanía.

A pesar de que La Costanera se revela como un espacio en el que tienen presencia grupos etarios y sociales diversos, no todos se hallan igualmente representados. De hecho, existen dos grupos infrarrepresentados en el uso y disfrute de La Costanera como espacio para el ocio; a saber, la población infantil (menores de 16 años) y las personas adultas mayores. Por su parte, la población infantil que hace uso de La Costanera para su ocio, lo hace en compañía de personas adultas o grupos intergeneracionales. Algo que parece lógico, teniendo en cuenta las necesidades de este colectivo. Este no es, sin embargo, el caso de las personas adultas mayores, quienes utilizan La Costanera en menor medida que otros colectivos. Este grupo acude a La Costanera, preferentemente, los días laborables durante las mañanas, en el horario en que hay menos gente. Esto evidencia que prefieren aprovechar el espacio cuando hay tranquilidad y poco movimiento. No utilizan el café, como espacio de consumo y reunión, sino que optan por las caminatas en la vereda o el mirador. Además, la evaluación de la conectividad o sistema de conexión/transporte urbano para llegar a este espacio es inferior al promedio (3,57 de media en escala Likert). Esta percepción de falta de conectividad podría ser una potencial barrera para un mayor uso y disfrute de La Costanera como espacio de ocio, por parte de este colectivo. En cualquier

caso, la interpretación de estos datos requiere cierta cautela, dado que, al plantearse el análisis por grupos etarios homogéneos, sendos colectivos, a priori infrarrepresentados, podrían compensar esta ausencia como grupo sectorial, con su presencia en los grupos considerados intergeneracionales.

Destacamos, a continuación, algunas de las conclusiones fundamentales que emergen del estudio y que podrían ser relevante tener en cuenta, si el objetivo es la preservación y optimización de La Costanera como recurso para la salud y bienestar de la población y visitantes de Villarrica.

- La Costanera constituye un claro ejemplo de uso y apropiación de un espacio público abierto, percibido como ideal para el ocio, desempeñando un papel central para la salud y el bienestar de habitantes y visitantes de Villarrica.

- Se trata de un espacio polivalente e inclusivo, dada la diversidad de prácticas, personas y colectivos distintos. Sin embargo, no debe obviarse que algunos colectivos se hallan infrarrepresentados, tales como la población infantil y personas adultas mayores, aunque tienen presencia como parte de grupos intergeneracionales.

- Sería conveniente incorporar en sus políticas sociales, urbanas y de ocio, estrategias dirigidas a estimular y fortalecer la capacidad de La Costanera como motor del capital social existente en Villarrica, dado que actualmente el encuentro y la interacción social no son funciones que este espacio incorpora.

- Sería interesante incentivar la innovación social, mediante prácticas emergentes que permitan a las personas usuarias de La Costanera entablar formas de diálogo con el espacio, más ricas, flexibles y diversas a través del ocio. Para ello, sería conveniente contar con agentes de ocio diversos (e.g. ciudadanía organizada en asociaciones sin fines de lucro, empresas del

sector del ocio etc.), sin que ello conlleve una creciente mercantilización del espacio y de las experiencias de ocio que en él son posibles.

En definitiva, este estudio ratifica la importancia de los bordes costeros, como elementos emblemáticos e indispensables en la búsqueda y configuración de nuevos modelos de ciudad saludable y desarrollada. El principal reto radica en la correcta conjugación de su valor como espacios híbridos, -en los que el componente natural resulta tan valioso como vulnerable-, con su potencialidad económica y su vocación de convertirse en polos de recursos y servicios de ocio, esenciales para el desarrollo económico. Un reto que no puede nunca perder de vista que no hay ciudad saludable ni desarrollada, si su objetivo último no es el bien común.

Referencias

- ABDUL, N.; SHAMSUDINB, S.; y SHAHIR, M. "Functional Dimension at 'Kuala Lumpur Waterfront'." *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, 49, 2012, pp. 147-155.
- ALCALDÍA MAYOR DE BOGOTÁ *El Libro DUNT. Deportes urbanos y nuevas tendencias*. Bogotá: Secretaría de Cultura, Educación y Deporte. Gobierno de Colombia, 2015.
- BAYÓN, F.; CUENCA, J. y CARIDE, J. A. "Reimaginar la ciudad. Prácticas de ocio juvenil y producción del espacio público urbano." *OBETS*, Revista de Ciencias Sociales, vol. 12, Extra 1, 2017, pp. 21-41.
- BERTO, R. "Exposure to restorative environments helps restore attentional capacity." *Journal of Environmental Psychology*, 25, 2005, pp. 249-259. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2005.07.001>.
- BONILLA HERNÁNDEZ, S. *La participación local: Espacio de formación humana y desarrollo local. La dinámica comunitaria y el programa "Agua para siempre"*, 2008, pp. 33-51. Disponible en: http://catarina.udlap.mx/u_dl_a/tales/documentos/lid/bonilla_h_s/.
- BORJA, J. y MUXÍ, Z. (2003). *El espacio público: ciudad y ciudadanía*. Electa, Barcelona.

- CAMINO, X.; MAZA, G. y PUIG, N. “Redes sociales y deporte en los espacios públicos de Barcelona.” *Apunts. Educació Física i Esport*, 91, 2008, pp. 12-28.
- CEHOPU, Centro de Estudios Históricos de Obras Públicas y Urbanismo y CEDEX, Centro de Estudios y Experimentación de Obras Públicas. *La ciudad hispanoamericana. El sueño de un orden*. Madrid: Ministerio de Fomento, Secretaria Técnica, 1997.
- CHANG, C.-Y.; HAMMITT, W. E.; CHEN, P.-K.; MACHNIK, L. y SU, W.-C. “Psychophysiological responses and restorative values of natural environments in Taiwan.” *Landscape and Urban Planning*, 85, 2008, pp. 79-84. Disponible en: <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2007.09.010>.
- CHAWLA, L. “Benefits of Nature Contact for Children.” *Journal of Planning Literature*, 30(4), 2015, pp. 433-452. <https://doi.org/10.1177/0885412215595441>.
- CORRALIZA, J. A. “Emoción y ambiente”, in: ARAGONÉS J. L. y AMÉRIGO, M. (eds.). *Psicología ambiental*. 2ª ed. Madrid: Pirámide, 2000, pp. 59-76.
- DEPORTE, M. del. *Encuesta Nacional de Hábitos de Actividad Física y Deportes 2015 en la población de 18 años y más Sobre la encuesta*, 2015.
- DI STASIO, E. P. I. “Imaginaris urbanos, cultura temporalizada y espacios públicos en los frentes de agua contemporáneos.” *Revista de Artes y Humanidades UNICA*, 8(18), 2007, pp. 259-280.
- ERKÖK, F. “Waterfronts: potentials for improving the quality of urban life.” *A| Z ITU Journal of the Faculty of Architecture*, 6(1), 2009, pp. 126-145.
- FRANCK, K. y STEVENS, Q. (eds.) *Loose space: possibility and diversity in urban life*. Londres: Routledge, 2013.
- FREY, B. *Desarrollo humano en Chile 2012. Bienestar subjetivo: el desafío de repensar el desarrollo*. Santiago de Chile: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2012.
- GABR, H. S. Perception of urban waterfront aesthetics along the Nile in Cairo, Egypt. *Coastal management*, 32(2), 2004, pp. 155-171.
- GARCÍA FERRANDO, M. y LLOPIS, R. *La popularización del deporte en España: encuestas de hábitos deportivos 1980-2015*, vol. 50. Madrid: CIS-Centro de Investigaciones Sociológicas, 2017.
- GOBIERNO DE CHILE Política Nacional Uso del Borde Costero. SubSecretaría para las Fuerzas Armadas, 2015. Disponible en: <https://www.ssffaa.cl/politica-nacional-uso-del-borde-costero/>. Acceso en: noviembre/2020.

- GOBIERNO DE CHILE Ministerio del Deporte. “Encuesta Nacional de Hábitos de Actividad Física y Deporte 2018 en Población de 18 años y más” Resumen ejecutivo, 2018. Disponible en: <https://es.scribd.com/document/396994323/Encuesta-Actividad-Fisica-y-Deportes-2018>. Acceso en: diciembre/2020.
- HALL, P. H. *Waterfronts: a new urban frontier*. California: University of California at Berkeley, Institute of Urban and Regional Development, 1991.
- HERNÁNDEZ, R.; FERNÁNDEZ, C. y BAPTISTA, M. del P. *Metodología de la Investigación*. New York: Mc Graw Hill, 2010.
- HOLLAND, C.; CLARK, A.; KATZ, J. y PEACE, S. *Social interactions in urban public places*. Bristol: Policy Press, 2007.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS (INE). *Censo de Población y Vivienda, Chile. Resultados Generales*. Gobierno de Chile, 2002, 4-9.
- KAPLAN, R. y KAPLAN, S. *The Experience of Nature: A Psychological Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- KORPELA, K. M.; YLE'N, M. Y.; TYRVAÄNEN, L. y SILVENNOINEN, H. “Determinants of restorative experiences in everyday favorite places.” *Health & Place*, 14, pp. 636-652, 2008. Disponible en: <https://doi.org/10.1016/j.healthplace.2007.10.008>.
- KORPELA, K. M. y YLÉN, M. (2007). “Perceived health is associated with visiting natural favourite places in the vicinity.” *Health and Place*, 13(1), pp. 138-151. Disponible en: <https://doi.org/10.1016/j.healthplace.2005.11.002>.
- JENNINGS, G. *Water-based tourism, sport, leisure, and recreation experiences*. Londres: Routledge, 2007.
- JONES, A. “Regenerating urban waterfronts – Creating better futures – From commercial and leisure market places to Cultural quarters and innovation districts.” *Planning Practice & Research*, 32 (3), 2017, pp. 333-344.
- LATIP, N. S. A.; SHAMSUDIN, S. y LIEW, M. S. “Functional dimension at ‘Kuala Lumpur waterfront’.” *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 49, 2012, pp. 147-155.
- LAUMANN, K.; GÄRLING, T. y STORMARK, K. M. “Rating Scale Measures of Restorative Components of Environments.” *Journal of Environmental Psychology*, 21(1), 2001, pp. 31-44. Disponible en: <https://doi.org/10.1006/jevp.2000.0179>.

- MARTÍNEZ-SOTO, P.; MONTERO Y LÓPEZ-LENA, J. ; DE LA, M.; CHIAPAS, R. y MARÍA, J. “Sociedad Interamericana de Psicología.” *Interamerican Journal of Psychology*, 50(2), 2016, pp. 204-214.
- MONTEAGUDO, M. J. y MOREJÓN, S. “Ocio deportivo en los waterfronts de Bilbao y Barcelona. Un estudio comparativo.” *Revista de Psicología del Deporte*. 25 (2), 2016, pp. 15-20.
- MONTEAGUDO, M. J. y LEMA, R. *Espacios de ocio y recreación para la construcción de ciudadanía*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2016.
- MOREJÓN, S.; ABADIA, S. y PUJADAS, X. (). “Urban elements that facilitate sport and physical activity in regenerated public spaces”, in: WISE N. and HARRIS, J. (eds.) *Sport, Events, Tourism and Regeneration*. Londres: Routledge, Taylor y Francis Group, 2017, pp. 147-164.
- MURUA, J. “El fundamento social de una Ciudad Activa”, in: LLOPIS, R. (dir.) *Crisis, cambio social y deporte*. Valencia: Nau llibres, 2014.
- NEWELL, P. B. “A Cross-Cultural Examination of Favorite Places.” *Environment and Behavior*, 29(4), 1997, pp. 495-514. Disponible en: <https://doi.org/10.1177/001391659702900403>.
- PÁRAMO, P. y BURBANO, A. M. (2014). “Los usos y la apropiación del espacio público para el fortalecimiento de la democracia.” *Revista de Arquitectura*, vol. 16, 2014, pp. 6-15, ene/dic.
- PNUD. “Desarrollo Humano en Chile 2002. Nosotros los chilenos: un desafío cultural”, in: PNUD (ed.) *Perspectivas en política, economía y gestión*. Santiago, 2002.
- _____. (2012). “Bienestar subjetivo: el desafío de repensar el desarrollo (parte 6).” *Desarrollo Humano En Chile*.
- _____. (2020). *Human Development Report 2020 The next frontier Human development and the Anthropocene*. New York: PNUD.
- REPÚBLICA DEL URUGUAY Presidencia. *Encuesta sobre hábitos deportivos y actividad física*. Montevideo: Secretaría Nacional de Deporte, 2016.
- RICO MARTÍNEZ-SOTO, P.; MONTERO Y LÓPEZ-LENA, J.; DE LA, M.; CHIAPAS, R. y MARÍA, J. “Sociedad Interamericana de Psicología.” *Interamerican Journal of Psychology*, 50(2), 2016, pp. 204-2014. Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28447010004>.
- TASHAKKORI, A. y TEDDLIE, C. (2003). *Handbook on mixed methods in the behavioral and social sciences*. Thousand Oaks, CA , EEUU: Sage. California: Sage, pp. 671-702.

ULRICH, R. S.; SIMONS, R. F.; LOSITO, B. D.; FIORITO, E.; MILES, M. A. y ZELSON, M. "Stress recovery during exposure to natural and urban environments." *Journal of Environmental Psychology*, 11(3), 1991, pp. 201-230. Disponible en: [https://doi.org/10.1016/S0272-4944\(05\)80184-7](https://doi.org/10.1016/S0272-4944(05)80184-7).

VAN DEN BERG, A. E.; JOYE, Y. y DE VRIES, S. "Health Benefits of Nature." *Environmental Psychology*, 2018, pp. 55-64. Disponible en: <https://doi.org/10.1002/9781119241072.ch6>.

VIDAL, T. y POL, E. (2005). "La apropiación del espacio: una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares." *Anuario de Psicología*, 36 (3), pp. 281-297.

VIDAL, T.; BERROETA, H; DE MASSO, A.; VALERA, S. y PERÓ, M. "Apego al lugar, identidad de lugar, sentido de comunidad y participación en un contexto de renovación urbana." *Estudios de Psicología*, 34 (23), 2013, pp. 275-286.

-
1. Mantener una relación amorosa que no alcanza, en nivel de compromiso, a la del noviazgo.

O LAZER DA PERIFERIA DE BELÉM (PA): PARA ALÉM DO CONVENCIONAL E DO INVISIBILIZADO¹

*Flavio Henrique Souza Lobato
Mirleide Chara Bahia*

Introdução

Historicamente, numa perspectiva capitalista e eurocêntrica, foram projetados conceitos, espaços e práticas próprios de uma concepção hegemônica de lazer (Gomes 2011), o que instaurou formas convencionais do que seria, de como deveria ser e em que espaços e tempos deveria ocorrer o lazer. Assim, foram impostas concepções para as sociedades de quais seriam as formas legítimas de se vivenciar o lazer – inclusive seguindo a máxima: “Só tem lazer quem pode pagar por ele”. Em diversas políticas públicas foram incorporados tais entendimentos como formas únicas e exclusivas de lazer, privilegiando uns e negligenciando outros. Desse modo, como convenção social, o lazer, seus espaços e suas práticas passaram a ser vistos de modo restrito também por uma grande parcela da população.

É comum perceber em grandes e médias cidades brasileiras que, historicamente, o capital e muitos governos agiram tão somente em favor das elites. As classes populares que diariamente “fazem a cidade”, para que poucos usufruam, se encontram submersas num mundo à parte, por vezes, invisível (De Certeau 1994; Fortuna 2019) ou subalterno (Santos 2002, 2010; Spivak 1985[2010]). Nesse mundo, ações governamentais de lazer,

mesmo as mais convencionais, não têm se materializado na forma de espaços públicos, deixando nítido que o direito universal e constitucional ao lazer das comunidades, das *baixadas*,² das favelas ou dos *setores*³ vem sendo negligenciado ao longo da história.

Em várias cidades brasileiras, e não é diferente em Belém (PA), o processo de entendimento do lazer numa perspectiva convencional e hegemônica (entretenimento vinculado à indústria cultural e ao mercado; dependência de espaços e equipamentos específicos; dentre outros aspectos) comumente acaba por gerar certa invisibilização e marginalização de práticas e de espaços não convencionais de lazer das periferias.

No entanto essas questões pouco têm sido discutidas, uma vez que as investigações, em sua maioria, têm se concentrado nas áreas mais centrais da cidade. Entre as pesquisas que adentram as periferias de Belém, quase não são encontrados estudos em nível *stricto sensu* e, em muitos artigos sobre o tema, as discussões ainda partem, com recorrência, da oposição entre lazer e trabalho. Tais análises não reconhecem como lazer, por vezes, as espacialidades, as interações e as experiências cotidianamente criadas no espaço/tempo social dessas periferias.

Diante disso, é necessário dar continuidade às pesquisas nesses espaços para desconstruir a noção hegemônica de lazer, e deste como opositor ao trabalho. Afinal, tal dicotomia oblitera que o lazer seja problematizado e investigado, considerando os mais diversos contextos sociais, culturais, políticos, étnicos, ambientais e econômicos (Gomes 2014), como as realidades de comunidades tradicionais e periféricas do interior da Amazônia brasileira.

Nesse sentido, perante as lógicas excludentes do capital e da ausência ou da deficiência de políticas públicas, é emergente entrar nessas realidades para investigar como o lazer é compreendido, produzido, reproduzido e

vivenciado pelos moradores dessas comunidades. Contudo, em Belém, essas questões precisam ser analisadas a partir de noções que abarquem a Região Amazônica, tendo em vista que muitas práticas e muitos espaços de lazer são marcados por lógicas particulares, as quais se diferem – desde as denominações atribuídas até as experiências fruídas – daquelas que perfilam a vida urbana das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Destarte, pretende-se aqui pensar o lazer numa perspectiva situada (Gomes 2011), ampliada e desconstruída, a fim de romper com paradigmas clássicos que condicionam pensamentos e abordagens ainda persistentes no campo dos estudos do lazer.

Ante o exposto, o objetivo desta pesquisa foi analisar as práticas sociais de lazer da Comunidade Bom Jesus I, na periferia de Belém, para além das noções convencionais de lazer e da relação ou condição de invisibilidade. Pormenorizando, busca-se compreender os invisíveis (ou subalternos) sem focar tão-somente na condição de invisibilidade, fazendo uma leitura dessas práticas para além dessa situação social e economicamente imposta a eles. É necessário compreendê-los como sujeitos que fazem a cidade e seu lazer, com e sem, dentro e fora dessa relação e/ou condição, na qual eles não se colocaram, mas foram colocados.

Logo, analisar essa população e suas práticas de lazer unicamente como invisíveis, isto é, apenas dentro da relação dicotômica visível/invisível, é limitá-las. Em outras palavras, quando se considera somente essas relações na lente de análise, se deixa passar um universo de práticas que fogem/escapam da abrangência delas. Assim, a ideia foi considerar e, ao mesmo tempo, desconsiderar essas relações (por isso o “para além”), a fim de olhar não somente “de cima”, mas também “de baixo”.

Metodologicamente, essa investigação foi pautada numa abordagem qualitativa, com a realização de pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Como instrumentos de coleta de dados, foram empregados – junto

aos moradores da Comunidade Bom Jesus I – conversas informais, observação participante, caderno de campo e realização de entrevistas semiestruturadas. É oportuno ressaltar que estudar o lazer nessa comunidade, para além da relevância de dar continuidade aos estudos do lazer em espaços urbanos invisibilizados, se justifica em razão de um dos autores viver nessa comunidade. A proximidade com o campo e o objeto pesquisado permitiu o levantamento de dados e a realização de análises e de discussões profícuas para a compreensão do lazer nessa realidade.

À vista disso, este estudo foi conformado por meio de uma aproximação, inspiração e/ou abordagem etnográfica. Cumpre esclarecer que não foi realizada uma etnografia clássica, tendo sido apenas empregados seus princípios, sua técnica (Peirano 2014) e seus instrumentais para compreender questões que, particularmente, esse suporte metodológico pode permitir desvendar. Tal abordagem foi norteadada por um olhar, literalmente, “de perto e de dentro” (Magnani 2002), em que, mais do que a visão de pesquisadores, a investigação contou com a vivência de um deles na condição de morador do local investigado. Essa condição, embora seja vantajosa em alguns aspectos do fazer científico, em especial do fazer antropológico, trouxe alguns desafios, sendo um dos principais o de “estranhar o familiar” (Velho 1978).

Esse olhar “de perto e de dentro” buscou incorporar sujeitos subalternizados e suas histórias, a fim de conhecer a visão e a leitura que estes têm “da” e “sobre” a cidade, mas que, historicamente, são veladas ou negadas. Desse modo, o olhar também foi voltado para as “inversões” praticadas diariamente – aquelas que satisfazem a “fome de lazer” dessa população –, a exemplo do trabalho que também é lazer (Magnani 2018b), das manifestações políticas que são uma festa ou terminam em uma

(Figueiredo 2018), das conversas sérias que viram motivo de piada e de risada, dos alagamentos que se tornam momentos de diversão etc.

A construção social do lazer: breves considerações

Por ser compreendido – ainda que tacitamente – como uma necessidade indispensável à vida humana, o lazer foi conferido em várias sociedades como direito social fundamental. Trazer esse debate demanda contextualizá-lo a partir da discussão que o entende como um fenômeno moderno, que emerge das relações entre trabalho e capital, pois sua conquista como direito social foi apoiada por tal conjuntura (Lunardi 2008). Nessa visão, o lazer teria surgido com a luta histórica entre patrões e empregados, principalmente em decorrência dos registros de protestos fervorosos por melhores condições de trabalho, feriados, férias remuneradas, bem como a redução da jornada e da idade para conseguir a aposentadoria (Mascarenhas 2005). Afinal, como o trabalho industrial implicava intensa produtividade e acumulação de bens, eram longas e exaustivas as horas empregadas nessa função.

Como o “tempo para o lazer” não estava previsto na lógica racionalista do capitalismo industrial, a vivência desse tempo não pode ser vista, segundo os autores de linha marxista, como um benefício acrescentado pelos donos dos meios de produção, mas como um direito conquistado pela classe trabalhadora (Lunardi 2008; Mascarenhas 2005; Menicucci 2006). No entanto o lazer passou a ser compreendido como um mecanismo deveras importante para o próprio capital, sob uma lógica compensatória e instrumental, pois foi considerado uma “válvula de escape” capaz de

recarregar as energias de sua força de trabalho e, por conseguinte, aumentar a produtividade nas fábricas (Camargo 1986).

Ademais, no contexto das reivindicações e dos avanços do direito ao lazer conquistado pela classe trabalhadora, Parker (1978), guiado pela compreensão de oposição entre trabalho e lazer, revela que nesse cenário de aumento do “tempo livre” e do poder aquisitivo dos trabalhadores, as indústrias encontraram no lazer um mercado. Observando a necessidade pelo “tempo livre”, o capital viu a oportunidade de apropriar-se de algumas formas de lazer e iniciar um processo de transformação destas em mercadoria que, posteriormente, seria denominada como indústria do entretenimento (Werneck e Isayama 2001) e, nas denominações em estudos de Mascarenhas (2004, 2005), como mercolazer.⁴

Com efeito, se forjou socialmente uma compreensão de lazer associando-o e entendendo-o, por vezes, como produto do capital. Em meio ao processo, alguns autores (Marcellino *et al.* 2007) têm, ao longo dos anos, proposto classificações de diferentes espaços e equipamentos de lazer, inclusive separando os espaços convencionais dos não convencionais, como mostra Bahia (2012) (Quadro 1).

QUADRO 1 – Tipologias de equipamentos de lazer

Tipologias	Descrição	Classificação e Tipos	
Espaços e equipamentos específicos (públicos ou privados)	Equipamentos especialmente concebidos para a prática das várias atividades de lazer	Microequipamentos	Praças, museus, teatros, cinemas etc.
		Equipamentos médios de polivalência dirigida	Centros esportivos e recreativos etc.
		Macroequipamentos polivalentes (espaços grandes com construções variadas)	Parques urbanos, unidades de conservação, jardins botânicos, bosques, <i>shoppings</i> , <i>campings</i> etc.
Equipamentos não específicos (públicos ou privados)	Equipamentos não concebidos especificamente para essa função, mas que podem ser utilizados para tal	Ruas, residências, bares, cafés, escolas, centros comunitários e culturais etc.	

Fonte: Adaptado por Bahia (2012, p. 115), a partir de vários autores.

Nessas classificações, percebe-se que os equipamentos considerados específicos (ou convencionais) de lazer estão, em sua maioria, localizados nos centros das cidades (Bahia *et al.* 2008; Melo e Peres 2005) e são mais frequentados por pessoas com melhores condições de acesso. Por outro lado, os denominados como não específicos de lazer são mais acessados pelas camadas populares – com exceção do equipamento *café*, no caso de Belém. Diante disso, as criações, as ambiências e as práticas cotidianas das periferias e de povos e comunidades tracionais, por exemplo, muitas vezes

não são reconhecidas como lazer, pois a compreensão hegemônica foi, segundo Gomes (2011), construída em contextos econômicos, políticos, sociais e culturais longínquos.

Diversos instrumentos legislativos passaram a incorporar (e, de certo modo, incentivar) esses preceitos como formas preponderantes de lazer, impondo essa perspectiva em suas ações para a coletividade. Como consequência disso, grande parte das políticas governamentais, conforme apontam estudos que tratam da questão do direito social ao lazer no Brasil (Gomes e Isayama 2015; Lunardi 2008; Menicucci 2006), não tem promovido esse direito de maneira igualitária e com qualidade para todos, seja por ações muito pontuais e restritas, no que tange à limitada eficiência dos programas e dos projetos, seja pela omissão, pelo não reconhecimento e pela marginalização de espaços, práticas lúdicas e manifestações culturais que se diferem das temporalidades, espacialidades e culturalidades social, moral e economicamente aceitas.

Destarte, o lazer não será aqui concebido como atividade vivenciada em uma parcela reduzida de tempo disponível, que deve ser usufruída em oposição ou apartada do trabalho e das demais obrigações sociais. Ademais, tomando emprestado o posicionamento de Bahia (2012), também não será materializado como um instrumento de alienação que permite dominar e usurpar a visão crítica dos indivíduos, nem mesmo será visto sob uma perspectiva funcionalista de controle social, capaz de conter os ânimos ou ocultar os conflitos e as negligências contra a vida humana. Pelo contrário, “[...] longe de ser uma ‘tábua de salvação’ [...]”, será caracterizado como um direito social, “[...] ao assumir um aspecto educativo para além de práticas relacionadas aos padrões de consumo [...]”; podendo, inclusive, figurar como um elemento que possibilita a inversão dessa lógica (Bahia 2012, p. 21).

Por uma compreensão situada, ampliada e desconstruída do lazer

Um escritor, com o projeto do novo livro em andamento, aceitou o convite para passar uma temporada no sítio de seu amigo, o que foi visto como boa oportunidade de avançar com a escrita. Uma vez lá instalado e com algumas ideias em mente, deu uma volta pelas imediações e, diante da convidativa rede na varanda, não resistiu: acomodou-se nela e logo alguns dos personagens foram tomando forma. O caseiro, que por ali passava, comentou:

– Descansando, hein, professor?

– Não. Trabalhando!

Transcorrido algum tempo, com o primeiro capítulo já estruturado, o autor resolveu dar outra volta e viu uma enxada encostada na cerca da horta: não se fez de rogado, empunhou a ferramenta e pôs-se, concentrado, mas um tanto canhestamente, a capinar no canteiro em frente. O caseiro, de volta de sua lida, arriscou, de novo:

– Trabalhando, hein, professor?

– Não. Descansando! (Magnani 2018b, p. 13)

A breve história narrada revela que a compreensão de lazer do caseiro é a mesma que por muito tempo foi difundida no campo de estudos do lazer no Brasil, e que ainda é utilizada em outros campos, qual seja: a polarização entre trabalho – tempo de obrigação, de produção e de acumulação – e lazer – tempo disponível para o descanso, o prazer, a fruição e, entre alguns, para a preguiça, a ociosidade e a improdução (Magnani 2018a). Segundo Figueiredo (2018), romper com essa dicotomia permitirá construir categorias capazes de reconhecer o lazer nas práticas atuais – afinal, na conjuntura moderna, essas práticas estão intrincadas em híbridos e fronteiros lugares, temporalidades e culturalidades.

Para reconhecê-las como lazer – em meio a essa “névoa hegemônica” que as embaça e invisibiliza – é necessário partir de uma compreensão *situada* (Gomes 2011), considerando o contexto sociocultural da região; *ampliada*, para além do lazer convencional e oposta à lógica capitalizada do

trabalho; e *desconstruída*, a fim de desmitificar e/ou ressignificar (pré)conceitos e estereótipos que dificultam um olhar e um escutar mais sensível e menos generalista e totalizante sobre essas práticas. Entende-se, pois, que essa nova compreensão seja capaz de desvelar formas de fruição do lazer historicamente veladas, invisibilizadas e, em alguns casos, marginalizadas.

Assim, entende-se o lazer, a partir da perspectiva defendida por Gomes (2014), como um fruto da criação humana. Isto é, uma prática que compõe a complexidade de significados e símbolos da vida social, logo tem um papel significativo no contexto social e cultural de uma sociedade. Em face disso, Gomes (2008) assinala que o lazer precisa ser analisado a partir do campo das práticas humanas, que são construídas e compartilhadas subjetiva, intersubjetiva e socialmente, num emaranhado de interações dotadas de sentidos e significados. Por essa razão, tais práticas são capazes de assumir variados e particulares papéis e importâncias para quem as utiliza ou vivencia – exatamente por isso tais práticas se diferenciam conforme a cultura na qual estão inseridas.

Diante disso, o lazer, como criação e prática sociocultural, precisa ser visto como necessidade humana vivenciada na dimensão da cultura (Gomes 2014), capaz de produzir, reproduzir e ser produto dos momentos de interação e de sociabilidade entre indivíduos (Simmel 2006). O lazer é, portanto, um componente da vida social dinâmico, flexível e maleável, que varia no tempo/espaço, de acordo com a ludicidade e as manifestações culturais nele projetadas (Gomes 2014) – logo pode ser experienciado e pode estar presente em momentos, práticas e espaços considerados como os mais impensáveis do cotidiano. Por fim, é essencial olhar para o lazer como uma prática emancipatória, modificadora “[...] de valores, de atitudes e de exercício de liberdade, [...] podendo funcionar como um ‘repensar’ da vida

na cidade e sinalizar para o direito à cidade e à natureza” (Bahia 2012, p. 21).

Um olhar sobre o lazer na periferia de Belém: sem (e com) a condição de invisibilidade

Certa vez, em um ponto de ônibus, comentando rapidamente com uma moradora sobre a minha pesquisa, a seu pedido, mencionei a palavra “lazer”. Inesperadamente, recebi como resposta: “Que lazer? Aqui não tem nada”. Em uma pausa dramática, a garganta secou e mais uma vez estava eu explicando o porquê de estar pesquisando o lazer na comunidade. Em pensamento: “Calma, Flavio, é preciso entender que ela não teve as mesmas oportunidades de estudo e não consegue refletir criticamente sobre a realidade em que vivemos. Então lá fui eu – meio que me achando o privilegiado e o pensador crítico da história – explicar que era justamente em virtude dessa “falta de lazer” que estava a relevância da minha pesquisa. Mal eu sabia que ela estava coberta de razão. Ela, entendendo meu raciocínio naquele momento, disse: “Ah sim, entendi. Que legal! Tu vai fazer tipo uma crítica, né?!”.

O tempo passou e, certo dia, em minhas leituras, de imediato, meu pensamento retornou para essa rápida conversa, e finalmente entendi o motivo pelo qual ela havia me dito aquilo (Nota etnográfica de campo).

De fato, “não há lazer” na Comunidade Bom Jesus I nem em muitas outras áreas periféricas no Brasil. Não essas práticas de lazer que foram ao longo da história apropriadas pelo capital e transformadas em únicas e exclusivas. Aquelas que, veiculadas pela mídia e institucionalizadas em governos, ganharam *status* de convenção social, sendo impostas a diferentes grupos sociais, não importando o contexto, a cultura e suas criações próprias. Essas práticas, denominadas aqui de “lazer convencionais”,

estão tão entranhadas no imaginário popular que muitas pessoas são norteadas por elas e as reproduzem inconscientemente.

Esse processo, no entanto, impossibilita que, por vezes, a população reconheça muitas de suas criações e manifestações, assim como de seus espaços como possibilidades de vivência do lazer. Tal contexto é caracterizado como “lazers invisibilizados”, pois são produzidos, reproduzidos e resultam em produtos da realidade cotidiana, mas não são reconhecidos como possibilidades de fruição do lazer, nem pelo Estado, pela mídia ou pelo capital, nem pela própria população que os concebe. Tais situações são acobertadas em decorrência de sua informalidade cotidiana e de suas digressões aos processos e às práticas moralmente aceitos.

No bojo do debate concernente aos processos de invisibilização, Fortuna (2019) os entende como uma espécie de cegueira cognitiva. Esta, porém, não é total, apenas se revela intencionalmente limitada perante os critérios e os parâmetros social e economicamente definidos, cuja função é registrar apenas o que precisa ser exposto e encobrir o que foge da “normalidade”. Dentro dessa perspectiva, mas utilizando outra alusão, De Certeau (1994) assinala que “embaixo” é onde vivem os praticantes ordinários da cidade: os grupos e os espaços subalternos. Por subalternos, entendem-se como aqueles que pertencem “[...] às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (Spivak 1985[2010, p. 12]), como é o caso dos moradores da Comunidade Bom Jesus I, no Mata Fome, em Belém.

De outro prisma, seguindo a análise de Santos (2002, 2010), se busca neste estudo trabalhar também, de certo modo, com a “sociologia das ausências”, visto que ela objetiva deixar presentes as realidades que foram tornadas ausentes – por meio de silenciamentos, supressões e

marginalizações –, ou seja, “[...] que são ativamente produzidas como não existentes” (Santos 2010, p. 107). Nessa perspectiva, a preocupação principal neste trabalho é “dar cor” e “dar voz” às multifacetadas práticas sociais de lazer, especialmente aquelas subalternizadas – as quais fogem de noções clássicas que renegam e invisibilizam expressões culturais particulares.

Conquanto seja necessário, às vezes, contextualizar essas práticas de lazer invisibilizadas a partir de relações dicotômicas com as práticas convencionais, se intenciona exercitar uma investigação para além dessas relações, se concentrando igualmente “[...] nos fragmentos da experiência social não socializados pela totalidade metonímica” (Santos 2002, p. 246), isto é, nas expressões que estão além do contexto semântico dicotômico. Dito de outro modo, falhando ou acertando, a pretensão é questionar, no âmbito do lazer: O que é que na Comunidade Bom Jesus I escapa às dicotomias centro/periferia, visível/invisível e lazer convencional/lazer invisibilizado? Do mesmo modo que Santos (2002, p. 246) nos provoca em relação a: “O que é que existe no Sul que escapa à dicotomia Norte/Sul? O que é que existe na medicina tradicional que escapa à dicotomia medicina moderna/medicina tradicional? [...] É possível ver o que é subalterno sem olhar a relação de subalternidade?”. Sendo possível ou não descobrir “o que é que existe além ou o que escapa”, este será apenas um exercício: o de olhar mais para dentro das práticas sociais de lazer e menos para os processos exógenos que as envolvem e/ou as condicionam – por vezes, mas nem sempre e totalmente.

Diante disso, no que tange às práticas sociais de lazer da Comunidade Bom Jesus I, (des)considerando a ausência de equipamentos tradicionais de lazer, identificou-se que a “fome de lazer” é sanada pelos moradores com maneiras, temporalidades e espacialidades distintas, quais sejam: o igarapé,

as arenas de futebol, as igrejas, os bares, os terrenos baldios, as ruas e as próprias residências e seus quintais. São nesses espaços que ocorrem as mais diversas práticas sociais de lazer e também os contatos e as relações sociais (Simmel 2006) intencionais, despretensiosas ou aleatórias (Magnani 2018b).

Na comunidade, notou-se que os distintos estágios geracionais ocupam diferentes espaços e vivenciam diferentes práticas de lazer, ainda que por vezes haja espaços de uso comum. Assim, interpreta-se que as relações estabelecidas por meio das vivências de lazer são diferenciadas, visto que o lazer é uma prática sociocultural complexa, subjetiva e dinâmica. Desse modo, as crianças têm a rua, os terrenos baldios, as residências e o igarapé como espaços de suas práticas sociais de lazer. Os adultos, em geral, utilizam as residências e os bares; e os idosos têm as igrejas e as capelas.

Entre todos os espaços e todas as práticas sociais presentes no cotidiano da comunidade, umas parecem ter maior destaque que outras, figurando, com frequência, como momentos em que os diferentes (em idade e sexo) se encontram e socializam (Simmel 2006). Destes, chamam bastante atenção os “lazer invisibilizados” (Quadro 2), os quais parecem estar simultaneamente permeados por dicotomias e não socializados pela totalidade metonímica (Santos 2002). À vista disso, foram considerados como os mais emblemáticos na comunidade, seja pela importância, seja por não serem de imediato reconhecidos como lazer pelos moradores e mesmo pelos pesquisadores.

QUADRO 2 – Lazer da Comunidade Bom Jesus I, Belém (PA)

“Bora pro rio?”: o Mata Fome como espaço natural de lazer
Embora esteja em um estado de degradação ambiental expressivo, o Mata Fome ainda figura como

um espaço de lazer para crianças e adolescentes, principalmente quando a maré está cheia. Essa atividade, quando praticada, normalmente ocorre na desembocadura desses corpos d'água, na ponte localizada na Avenida Arthur Bernardes.

“A gente não tá falando mal, tá apenas comentando”: as conversações como momentos de lazer e de sociabilidade na/da periferia

Mulheres e homens reunidos na frente de suas casas batem o famoso “papo”, conversam, se relacionam. Enquanto uma comenta: “Mana, essa menina não *tava* grávida?”, a outra rebate: “Eu acho que ela abortou”. Mas ali “ninguém fala mal de ninguém”, “a gente apenas comenta o que o povo da rua comenta. Apenas!”. Esses momentos compreendem uma forma tradicional de conversas entre a vizinhança, sempre ao fim de tarde – momento tradicionalmente considerado “livre” das atividades sociais de trabalho e cuidados das casas e dos filhos. Ali, entre comentários ácidos da vida alheia, boas risadas e “encarnações” acontecem.

O “rock doido”

Essa prática consiste nos momentos em que mulheres e homens, entre 18 e 50 anos aproximadamente, se reúnem com amigos para “endoidar”, “ficar doidão”, “extravasar”, “beber todas” (cervejas), “dançar”, “curtir”, “viver a vida”. Sim, o “*rock doido*” é uma alusão ao ritmo musical *rock and roll*, principalmente ao estereótipo daqueles que têm afinidade com esse ritmo, que, na percepção e no imaginário da comunidade, são vistos como “malucos”, “doidões” etc.

Em razão de o “*rock doido*” envolver a ingestão de bebidas alcoólicas e até mesmo o uso de drogas ilícitas, que deixam as pessoas embriagadas ou alucinadas, considera-se que elas ficam “chapadas”, “de porre”, “louconas” ou “doidonas”, se assemelhando, em tese, ao estereotipado estado dos roqueiros quando curtem seus *rocks*. As mulheres, ainda que em seus finais de semanas degustem da tradicional “*cervejinha*” nos “*rocks*”, têm que estar cuidando das crianças, “pilotando o fogão” para o preparo do almoço ou dos chamados “*tira-gostos*” e limpando a casa.

“Hoje eu sonhei com a Maria, joga um real na vaca aí pra mim”: o jogo do bicho como lazer

Os primeiros jogadores chegam, se sentam e, com um copo de café nas mãos, contam e interpretam seus sonhos, indicam qual será o provável “bicho da cabeça”. Entre a “*contação*” do sonho e suas respectivas interpretações, é possível recordar lembranças de lugares, de pessoas e de temporalidades vivenciadas por vezes no interior da Amazônia, onde os valores, as lendas, os mitos e a magia da floresta condicionavam (e ainda parecem condicionar) a vida das jogadoras e dos jogadores. Entre os “*causos*” contados, cria-se, por meio das conversas e das gargalhadas, uma

atmosfera de completa sociabilidade entre os apostadores e a bicheira, dona Maria.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Como se pode notar, as descrições realizadas acerca dessas práticas buscaram olhar para dentro de cada uma delas e fugir de relações dicotômicas (Santos 2002, 2010) e opressoras que as transversalizam. Entretanto os dados registrados – talvez porque foram coletados dentro de outra perspectiva – sugerem problematizar a realidade, não apenas dicotomicamente, mas considerando os processos que ajudaram a conformar esse cenário de exclusões, violações e subalternidades, na busca de evitar análises romantizadas sobre a realidade investigada.

Todos esses espaços e essas práticas presentes no cotidiano da Comunidade Bom Jesus I, por vezes não são conferidos como lazer, pois são permeados por estigmas e convenções sociais que ajudam a subalternizar ou invisibilizar essa população (Fortuna 2019; Spivak 1985[2010]). O banho de rio, por exemplo, é encarado por muitos moradores como perigoso, por ser um local de uso de bebidas e outras drogas, além de certa aversão à água poluída. De outro lado, entre os praticantes do banho de rio, a diversão e os momentos de lazer são fruídos ludicamente nesse espaço, o uso ou não de drogas é uma questão moral e de consciência individual.

O “*rock doido*” também é alvo de marginalização e opressão, tanto do Estado, por meio da repressão policial, quanto de pessoas da própria comunidade, que consideram como momentos de perturbação (acima dos decibéis permitidos por lei), de pecado e de ociosidade, permeado pelo consumo de bebidas alcoólicas e uso de drogas ilícitas. Para os praticantes do “*rock doido*”, essas críticas não passam de estigmas criados por convenções morais de cunho religioso que observam “[...] a gente que é do mundo como pecador, como gente que não presta” (Informação verbal).

O “jogo do bicho”, considerado um jogo de azar, sofre constantes repressões do Estado por sua informalidade e proibição como contravenção penal. Mas para além disso e das apostas, os jogos são momentos de completa sociabilidade e lazer, em que o motivo principal da reunião dos apostadores, com frequência, são as formas de estar com o outro, em recíproca interação (Simmel 2006), não importando os processos exógenos.

As conversações compreendem outra prática muito discriminada, pois são vistas como atividade de pessoas desocupadas que “falam mal da vida alheia”, como menciona uma interlocutora em uma conversa informal. Convencionalmente, essa prática está associada à figura da mulher, pois ela é tradicionalmente vista como alguém com “tempo ocioso” (leia-se improdutivo) para estar nas rodas de conversa – entendimento que desconsidera os afazeres domésticos e os cuidados com filhos como trabalho. Essas conversas, por outro lado, se configuram, por vezes, como um dos poucos tempos/espacos em que a mulher pode falar e ser ouvida. E é exatamente por isso que essas rodas de conversa podem ser tão valorosas entre as mulheres, sendo que, para muitas delas, é uma das únicas práticas de lazer ao seu alcance – sobretudo entre aquelas que ainda têm a vida guiada por completo pelas coações da sociedade patriarcal.

Para Spivak (1985[2010, p. 15]), a situação de subalternidade da mulher é diferenciada e mais intensa, uma vez que a “[...] mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir [...]”. A condição de subalterna gera, nesse sentido, a invisibilização, a invalidade e a marginalização de falas, criações e expressões culturais, dentre elas o lazer.

Ao analisar tais postulados e relacioná-los às demais práticas de lazer da comunidade, evidencia-se que a situação de subalternidade da mulher periférica é, decerto, ainda mais crítica, afinal, sua fala é silenciada e suas

formas de fruir o lazer são restringidas, com frequência, também por aqueles que aparentemente estariam na mesma condição em relação ao estrato social dominante. Dito de outra maneira, além das violações e das exclusões do capital, as mulheres e seus lazers sofrem também o processo de subalternização por parte de homens igualmente subalternos.

Retomando a discussão anterior, entende-se que as formas atuais de fruição da cultura não são reconhecidas frequentemente como lazer, também em razão de a compreensão clássica do que é lazer ter sido construída em contextos muito longínquos⁵ (Gomes 2011, 2014), o que legitima formas convencionais do que seria e de como deveria ser o lazer. A partir dessa compreensão, nota-se que a negligência do direito ao lazer também ocorre quando os espaços/tempos, as formas, as expressões e as criações de comunidades periféricas não são validadas como lazer, sendo por vezes silenciadas e estigmatizadas diante da introjeção de lógicas totalizantes de um lazer institucionalizado, capitalizado e global. Assim, se torna cada vez mais urgente “*inverter*” (Magnani 2018b) ou “*ressignificar*” tais lógicas para, então, se despir de acepções polarizadas e dominantes que ainda permeiam as diversas áreas do conhecimento que estudam o lazer como tema central ou periférico.

Considerações finais

Ao investigar a realidade da Comunidade Bom Jesus I, ficou evidente que, (des)considerando a ausência de equipamentos de lazer tradicionais, a população concebeu ao longo dos anos diferentes espaços e práticas de lazer, as quais se distanciam das convencionais conceituações e

classificações de lazer. Nesse contexto, os próprios comunitários – norteados por uma visão hegemônica –, normalmente não enxergam ou consideram suas práticas sociais como lazer. Tal realidade faz de suas criações lúdicas, suas manifestações culturais e seus tempos/espços sociais práticas invisibilizadas, subalternizadas e marginalizadas.

Na busca por tentar estabelecer *inversões* e desconsiderar relações dicotômicas e hegemônicas, entende-se que, embora seja necessário vigiar essas relações constantemente, é preciso olhar sensivelmente cada vez mais para dentro das práticas que estão “embaixo” ou “cobertas”. Estas, pois, longe de uma visão romântica, têm muito a dizer sobre si próprias. As interações, as relações e as criações humanas têm especificidades perfiladas por significados e significações que por vezes não são compreendidos em decorrência de uma racionalidade científica que insiste mais em ler os processos “de cima” e menos em ouvir e ver as formas de organização, de resistência e de emancipação “de baixo”. No final das contas, esse processo de analisar mais as relações dicotômicas é uma forma, dentre tantas outras, de invisibilizar e subalternizar determinados tempos/espços, manifestações e grupos minoritários.

Portanto entende-se que a produção do conhecimento sobre o lazer necessita partir de conceitos forjados sobre e dentro dos contextos investigados. As realidades invisibilizadas precisam ser ouvidas, vistas e lidas exatamente como são, e não apenas como grupos oprimidos dentro de uma relação dicotômica. Essas realidades são mais do que invisíveis e têm muito a dizer! À vista disso, é emergente que o lazer seja investigado em áreas periféricas, em comunidades tradicionais e em outros grupos sociais e interétnicos, a partir de uma compreensão ampliada, situada e desconstruída, considerando os estereótipos e os estigmas sociais que historicamente recaem sobre eles.

No contexto amazônico, por exemplo, as cidades compreendem ambiências com dinâmicas fortemente marcadas por singularidades, autenticidades e particularidades. Tais especificidades, em diversos aspectos – sociais, econômicos, ambientais e culturais –, se diferem de outras realidades tanto mundiais quanto brasileiras, principalmente em relação às regiões Sul e Sudeste, nas quais normalmente os estudos sobre o lazer são mais produzidos e (re)conhecidos no Brasil. Convém ressaltar, portanto, a necessidade de se dar voz e incentivar, cada vez mais, a produção de conhecimentos realizada em outras regiões do país, bem como em comunidades e realidades historicamente invisibilizadas, pois estas têm muito a dizer e podem contribuir, com seus saberes e fazeres, para os avanços nos estudos do lazer.

Referências

- BAHIA, M. C. *O lazer e as relações socioambientais em Belém-Pará*. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2012.
- _____. *et al.* “Os espaços e equipamentos de lazer das cidades: o caso de Belém”, *in*: FIGUEIREDO, S. J. D. L. (org.) *Turismo, lazer e planejamento urbano e regional*. Belém: NAEA, ANPUR, 2008.
- CAMARGO, L. O. D. L. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*, vol. 1: *Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FIGUEIREDO, S. J. D. L. “O campo do lazer, festa e política nos espaços públicos urbanos”, *in*: BAHIA, M. C. (org.) *Novas leituras do lazer contemporâneo*. Belém: NAEA Editora, 2018, pp. 151-161.

- FORTUNA, C. “Urbanidades invisíveis.” *Tempo social* [online], vol. 31, nº 1, 2019, pp. 135-151.
- GOMES, C. L. “Estudos do lazer e geopolítica do conhecimento.” *LICERE – Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, vol. 14, nº 3, Belo Horizonte, 2011, pp. 1-26.
- _____. “Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura.” *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, vol. 1, nº 1, Belo Horizonte, 2014, pp. 3-20.
- _____. “Lazer urbano, contemporaneidade e educação das sensibilidades.” *Itinerarium*, vol. 1, nº 1, Rio de Janeiro, 2008, pp. 1-18.
- GOMES, C. L. e ISAYAMA, H. F. “Multiplicidade de olhares sobre o lazer como direito social”, in: GOMES, C. L. e ISAYAMA, H. F. (orgs.) *O direito social ao lazer no Brasil*. Campinas: Autores associados, 2015, pp. 1-6.
- LUNARDI, A. *Função social do direito ao lazer nas relações de trabalho*. Dissertação de Mestrado em Direito. Osasco: Centro Universitário FIEO, 2008.
- MAGNANI, J. G. C. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, nº 49, São Paulo, 2002, pp. 11-29.
- _____. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, Unesp, 2003.
- _____. “Do mito de origem aos arranjos desestabilizadores: notas introdutórias”, in: MAGNANI, J. G. C. e SPAGGIARI, E. (eds.) *Lazer de perto e de dentro: uma abordagem antropológica*. São Paulo: Edições Sesc, 2018 a, pp. 12-34.
- _____. “Dos adjetivos aos verbos (e outras inversões praticadas): notas finais”, in: MAGNANI, J. G. C. e SPAGGIARI, E. (eds.) *Lazer de perto e de dentro: uma abordagem antropológica*. São Paulo: Edições Sesc, 2018b, pp. 304-307.
- MARCELLINO, N. C. et al. *Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC – Região Metropolitana de Campinas*. Curitiba: OPUS, 2007.
- MASCARENHAS, F. *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer*. Tese de Doutorado em Educação Física. Campinas: Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- MASCARENHAS, F. “‘Lazerania’ também é conquista: tendências e desafios na era do mercado.” *Movimento*, vol. 10, nº 2, Porto Alegre, 2004, pp. 73-90.

- MELO, V. A. D. e PERES, F. D. F. “Espaço, lazer e política: desigualdades na distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro.” *Lecturas Educación Física y Deportes*, vol. 10, nº 93, Buenos Aires, 2005, pp. 1-27.
- MENICUCCI, T. “Políticas públicas de lazer. Questões analíticas e desafios políticos”, in: ISAYAMA, H. F. e LINHALES, M. A. (orgs.) *Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, pp. 136-164.
- PARKER, S. *A sociologia do lazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- PEIRANO, M. “Etnografia não é método.” *Horizontes antropológicos*, vol. 20, nº 42, Porto Alegre, 2014, pp. 377-391.
- RIBEIRO, K. D. e PROST, C. “Problemas socioambientais em rios urbanos na cidade de Belém”, in: ARAGÓN, L. E. (org.) *Conservação e desenvolvimento no estuário e litoral amazônicos*. Belém: Editora NAEA, 2003.
- SANTOS, B. D. S. “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 63, Coimbra, 2002, pp. 237-280.
- _____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento, 2010.
- SIMMEL, G. *Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade*. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- VELHO, G. “Observando o familiar”, in: NUNES, E. O. (org.) *A aventura sociológica*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- WERNECK, C. L. G. e ISAYAMA, H. F. “Lazer, cultura, indústria cultural e consumo”, in: WERNECK, C. L. G. e ISAYAMA, H. F. (orgs.) *Lazer e mercado*. Campinas: Papyrus, 2001, pp. 45-69.

-
1. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.
 2. Segundo Ribeiro e Prost (2003, p. 181), “Tecnicamente o termo baixada aplica-se aos terrenos com cotas de 04 metros do nível do mar e chegam a compor 40% da área mais valorizada da cidade, a

primeira légua patrimonial, próxima ao centro de Belém. No entanto, historicamente, Trindade Júnior (1993) assinala que as ‘baixadas’ são associadas à pobreza urbana. Segundo o autor, com a necessidade de capital imobiliário, essas baixadas foram saneadas para agregar valor”.

3. Ao se tomar como referência a categoria de “*pedaço*”, de Magnani (2003), e as vivências em campo até o momento, entendo “*setor*” a partir de duas dimensões: uma *física e geográfica* e outra *simbólico-cultural*. Seria o “*setor*”, então, um lugar com demarcação geográfica escalar, às vezes clara, outras não muito bem definida (ou seja, não se sabe muito bem onde começa ou termina, mas subentende-se que existe um limite). O “*setor*” pode ser a casa, a rua, a comunidade, uma parte do bairro ou ele todo. Entretanto a delimitação geográfica por si só não define um “*setor*”. O aspecto simbólico-cultural – na forma das interações e relações sociais, das lealdades, dos pertencimentos, das identidades e das culturalidades tecidas no cotidiano – é que dá sentido *ao espaço*, transformando-o em “*setor*”; e às pessoas, conferindo-as como “*os considerados do setor*” ou apenas “*do setor*”.
4. Na perspectiva do capital, “[...] os bens e serviços de lazer tornam-se acessíveis apenas para uma minoria, apresentando-se como um tipo muito específico de propriedade. Somente de posse deste ‘direito’, adquirido numa relação de compra e venda efetuada no mercado, nem sempre de modo direto, que o cidadão consumidor, como ‘proprietário’, pode valer-se do direito ao consumo, usufruindo, desfrutando, fruindo ou gozando de um determinado complexo de experiências lúdicas proporcionadas por aquilo que doravante convencionaremos chamar por ‘mercolazer’, forma contemporânea e tendencial de manifestação do lazer como mercadoria” (Mascarenhas 2004, pp. 79-80).
5. “Todo conhecimento está marcado geo-historicamente, reforçando valores condizentes com as peculiaridades locais do contexto em que é produzido. Dessa forma, o processo de produção de conhecimento envolve representações da realidade que são influenciadas por diversos elementos: compreensões de ser humano, de sociedade e de natureza; valores, princípios éticos e morais etc. Por isso, a universalidade constitui não somente uma pretensão, mas uma falácia instituída pelo pensamento cartesiano” (Gomes 2011, p. 2).

ESTILOS DE OCIO Y TURISMO EN JÓVENES DE MONTEVIDEO

*Ricardo Lema Álvarez
Roberto Volfovicz Leon
María Eugenia González Panuncio*

Encuadre teórico

La experiencia es una dimensión clave a considerar en el desarrollo turístico. Tan importante como la calidad de los productos y servicios, es la calidad de la experiencia que estos promueven. En este sentido, los estudios en torno a las experiencias de ocio y los estilos de vida desarrollados a partir de ellas, son una clave esencial para comprender el comportamiento del turista y para planificar en consecuencia.

Partimos de una concepción humanista de la experiencia de ocio, que enriquece la comprensión del turismo como un fenómeno que contribuye a mejorar el desarrollo humano tanto del turista como de la comunidad que lo recibe. De acuerdo con Cuenca (2000), “desde una mirada humanista, la experiencia de ocio refiere a una vivencia gratuita que, en tanto placentera, satisface diversas necesidades humanas y nos brinda la posibilidad de recrearnos y proyectarnos como personas”. En este sentido, el turismo es uno de los ámbitos con mayor potencial para el desarrollo de una experiencia satisfactoria, lo que estará condicionado por un conjunto de atributos tanto personales como situacionales.

La demanda turística en la actualidad se orienta cada vez más a productos personalizados que permitan desarrollar experiencias ajustadas a una diversidad de segmentos de población, los que se configuran no sólo por variables sociodemográficas. Conocer los factores psicosociales que se ponen en juego a la hora de tomar decisiones sobre el uso del tiempo libre es fundamental para el diseño de productos y servicios de turismo acordes a estos segmentos de demanda.

En este sentido, los estilos de vida en el ocio hacen referencia a un conjunto de patrones que estructuran la organización temporal, el sistema social de relaciones y las pautas de consumo y/o actividades culturales y de ocio (Olabuenaga 1994). Su relevancia radica en su capacidad estructuradora y organizativa de la mayor parte de la vida cotidiana de un grupo específico de individuos, por lo que será de suma importancia para comprender las decisiones que cada segmento de población toma en su tiempo libre y especialmente durante sus vacaciones.

Kelly y Freysinger (1999) entienden que hay diversos factores sociodemográficos – etnia, identidad de género, orientación sexual, estatus económico, ciclo de vida- que condicionan la elección de un estilo de vida en el ocio. En esta decisión operan dialécticamente dos procesos subjetivos, de pertenencia y de diferenciación. La pertenencia a un grupo social que le brinda un estatus al sujeto, implica una búsqueda de estratificación a partir del comportamiento en el tiempo libre. Y la diferenciación como construcción de una identidad subjetiva, que se da no tanto por la elección de las actividades de ocio en sí, sino a partir de cómo son realizadas estas actividades: dónde, con quién, de qué manera, en qué tiempo, etc.

Los estilos de ocio turístico han sido estudiados por varios autores poniendo el foco en los aspectos psicosociales que determinan las prácticas de consumo turístico. Valls (2005) realizó una investigación de las

preferencias en cuanto a las actividades de ocio turístico de los españoles, caracterizándoles en ocho ociotipos (hedonistas, e-inquietos, trabajo-activos, socioactivos, implicados, rutinarios, implicados y pasivos). Cada uno de estos tipos de ocio caracteriza un segmento de población a partir de su perfil sociodemográfico y sus preferencias en cuanto a actividades turísticas y la forma de realizarlas. Del mismo modo, Goytia (2006) hace un análisis psicosocial de la experiencia turística, que integra tanto variables personales, como sociales y culturales. Concluye en una tipología de turistas en base a aspectos cognitivos, emocionales, motivacionales, conductuales y culturales, al tiempo que caracteriza los rasgos predominantes del turista español.

Los jóvenes son una quinta parte de la población de Montevideo (INJU 2013), lo que supone más de 320.000 personas entre 14 y 29 años. Es necesario desarrollar una oferta de turismo orientada a este segmento de población que responda a su diversidad de estilos de ocio, para poder atender mejor a una demanda creciente. En este sentido el proyecto de investigación se propone indagar en el perfil turístico de los jóvenes montevideanos, con el fin de conocer mejor los factores psicosociales que determinan sus pautas de consumo en el tiempo libre y el turismo.

En la medida que implica un abordaje a un tema poco estudiado en nuestro país, la investigación se propuso empezar a conocer esta realidad a través de un estudio de alcance exploratorio que permitiese identificar algunos de los rasgos que aportan a una caracterización de los estilos de ocio turístico entre los jóvenes que viven en la ciudad de Montevideo. El estudio se planteó como objetivos: caracterizar el perfil de ocio de jóvenes de Montevideo atendiendo a aspectos psicosociales; identificar los factores que inciden en las elecciones de consumo turístico entre jóvenes de

Montevideo y caracterizar algunos de los ociotipos predominantes en jóvenes de Montevideo.

Diseño metodológico

Para responder a los objetivos de la investigación se realizó un estudio de alcance exploratorio y de enfoque cualitativo, mediante cinco grupos focales y entrevistas estructuradas a jóvenes de Montevideo.

Se definió una muestra por conveniencia en base a cuotas, atendiendo proporcionalmente a las variables de edad, género, ubicación geográfica y nivel socioeconómico que capturan la diversidad de los jóvenes de Montevideo. La muestra estuvo constituida por 18 mujeres y 16 varones, con edades entre los 14 y 23 años, provenientes de tres zonas de Montevideo, diferenciadas por el nivel de ingresos (familias de ingresos bajos, medios y altos). La mayor parte eran estudiantes (95%) y sólo la quinta parte tenían algún tipo de trabajo al momento de la entrevista.

Cada uno de los grupos focales se inició solicitando a los entrevistados que completaran una encuesta individual autoadministrada de 14 preguntas, las cuales inquirían aspectos sociodemográficos del participante y aspectos relacionados con su comportamiento en el tiempo libre.

Para la entrevista grupal se tomó como referencia el modelo pentadimensional de perfiles del ocio turístico (Goytia, 2006), que incluye cinco dimensiones de variables: conductas, motivaciones, cogniciones, valores y emociones.

- Las variables conductuales refieren a los comportamientos en el tiempo libre y el turismo.
- Las variables motivacionales consideran los elementos que movilizan al turista a tomar ciertas elecciones recreativas.
- Las variables cognitivas apuntan a intereses y preferencias del turista, y se manifiestan en opiniones sobre actividades y destinos.
- Las variables culturales refieren a los valores que se ponen en juego en el desarrollo de las prácticas de turismo.
- Las variables emocionales toman en cuenta los sentimientos que se generan en torno a las prácticas de turismo.

Cada una de estas dimensiones se desglosó en un listado de variables más específicas, lo que permitió desarrollar un guion que apuntara a profundizar en cada uno de estos aspectos y organizara las categorías para el análisis posterior. Dichas variables orientaron el análisis de los discursos, organizándose los hallazgos en función de los objetivos de la investigación.

Discusión de los hallazgos

Con el propósito de identificar algunos de los rasgos que aporten a una caracterización de los estilos de ocio turístico entre los jóvenes que viven en la ciudad de Montevideo, se analizan las respuestas de los jóvenes entrevistados. En primer lugar, se caracteriza el perfil de ocio de jóvenes de Montevideo atendiendo a aspectos psicosociales. Luego se identifican algunos de los factores que inciden en las elecciones de consumo turístico

entre jóvenes de Montevideo. Finalmente se caracterizan los ociotipos predominantes en jóvenes de Montevideo emergentes de este estudio.

Perfil de ocio de los jóvenes de Montevideo

De acuerdo con el modelo pentadimensional de Goytia (2006), se analiza el perfil de ocio de los jóvenes entrevistados en base a los comportamientos en el tiempo libre (dimensión conductual), los factores que movilizan las preferencias recreativas (dimensión motivacional), las opiniones e intereses que tienen los jóvenes respecto a su tiempo libre (dimensión cognitiva), los valores que asocian a sus prácticas de ocio (dimensión cultural) y los sentimientos que estas prácticas les generan (dimensión emocional).

Dimensión conductual

El análisis de la dimensión conductual puso el foco en los comportamientos de los jóvenes en su tiempo libre y en sus prácticas de turismo. En este sentido, en la encuesta inicial autoadministrada se relevó la participación en diversos tipos de actividades recreativas. De esto surge que las actividades sociales (reunirse con familias y amigos) son las que más tiempo libre se le destina. En segundo lugar, las actividades físicas y deportivas y en tercer lugar el ocio digital (navegar por internet, redes sociales, etc.). En menor medida mirar TV, descanso, hobbies y aficiones. Esto se mantiene casi sin cambios en las discriminaciones por las diferentes variables sociodemográficas (edad, sexo, nivel socioeconómico)

En cuanto a actividades sociales, la mayoría de los entrevistados mencionó la importancia del tiempo libre para reencontrarse con la familia y amigos. Esto se da especialmente en los fines de semana, cuando se dispone de un poco más de tiempo para el ocio.

La reunión con amigos es una oportunidad para desarrollar otros intereses, además del social. Además de la charla, es una oportunidad para compartir comidas y juegos.

En el caso de los mayores, donde el tiempo destinado a las obligaciones aumenta, el tiempo libre es necesario para el reencuentro con las amistades. La reunión periódica con amigos se transforma en un ritual de celebración de los afectos.

En cuanto a las actividades físicas y deportivas, éstas también fueron mencionadas por un grupo mayoritario de entrevistados, justificándolas desde el disfrute y en muchos casos también como una necesidad. La variedad de actividades en este grupo es muy diversa, con actividades más tradicionales (fútbol, bicicleta, hockey, fitness) y otras más específicas (vela, pelota vasca, etc.).

En cuanto al ocio digital, casi la mitad de los entrevistados mencionaron prácticas recreativas vinculadas a las posibilidades que da internet y las redes sociales virtuales.

Internet centraliza prácticas que antes eran desarrolladas a través de medios de tradicionales (escuchar música, ver programas de TV), permitiendo una experiencia asociada al ámbito doméstico y a espacios privados, como el dormitorio personal.

La percepción de tiempo disponible no es algo que depende del tiempo de obligaciones para esta población. En muchos casos, quienes declaran tener menos tiempo disponible no necesariamente son los que más

ocupaciones tienen. Entre quienes sólo estudian, la percepción de disponibilidad de tiempo es muy diversa, aunque tiende a la abundancia: tres declaran tener entre 5 y 10 horas semanales; cinco declaran entre 11 y 20 horas disponibles a la semana; tres entre 21 y 30 horas; y 10 reconocen tener más de 30 horas de tiempo libre. También es dispersa la percepción de tiempo disponible entre quienes trabajan medio tiempo

En muchos casos las vacaciones se vinculan a la disponibilidad de una casa (propia o de parientes). El acceso a alojamientos privados, sin embargo, en lugar de generar estabilidad en los destinos, es una estrategia que permite la variedad de destinos dentro de las vacaciones. Los jóvenes en general cambian el destino durante sus vacaciones.

En general, los jóvenes entrevistados conocen diversos destinos del interior del país. En estos casos, hablamos de familias que han incorporado prácticas de turismo interno y que transfieren a sus hijos el gusto por esta modalidad. Esto da cuenta del rol de la familia en la instalación de una cultura de turismo interno.

Dimensión motivacional

Esta dimensión considera los factores que movilizan a los jóvenes a tomar ciertas elecciones recreativas. Entre las motivaciones que destacan los jóvenes a la hora de elegir en su tiempo libre, la primera que surge es la ruptura con lo cotidiano. La necesidad de romper con la rutina moviliza sus preferencias y en el caso de los mayores se asocia con la posibilidad de hacer algo que trascienda a las obligaciones.

La amistad es otro elemento motivador, ya sea para compartir el disfrute con amigos o como experiencia que permite consolidar los afectos. El tiempo libre es así un momento para buscar nuevas actividades, pero

también para encontrar nuevas relaciones o formas diferentes de relacionarse con los vínculos cotidianos.

Otra motivación a destacar es por el descubrimiento y la búsqueda de una tranquilidad que compense a la agitación del tiempo de obligaciones. Estas motivaciones afectan no sólo a la elección del destino, sino también a las modalidades de un turismo alternativo y a escala humana.

Dimensión cognitiva

En esta dimensión se analizan los intereses y preferencias expresadas por los jóvenes, sus opiniones sobre actividades, conceptos y modalidades de turismo.

En este aspecto, en general los jóvenes entrevistados tienen opiniones positivas sobre el tiempo libre y el turismo. Al tiempo libre se le reconoce en primer lugar un sentido de compensación respecto a las obligaciones y de regeneración. Y en segundo término se vive como un componente fundamental de la humanización.

Respecto a los intereses recreativos que movilizan las opciones para el turismo, encontramos que el interés social es el predominante. A su vez los intereses ambientales, tanto naturales como urbanos, son destacadas por los entrevistados.

En cuanto a las posibilidades de hacer turismo en Uruguay, los jóvenes opinan que nuestro país tiene una oferta muy variada pero poco conocida. Pese a reconocer la riqueza de posibilidades para hacer turismo en el país, los entrevistados, sin importar su perfil sociodemográfico, declaran no estar suficientemente informados de estas posibilidades.

Si bien hay aprecio por el turismo interno, los jóvenes reclaman otras motivaciones que agreguen valor al sitio. El atractivo del sitio no es suficiente para ellos, la motivación se establece cuando existen actividades y propuestas que agregan valor al lugar, enriqueciendo la oferta.

Dimensión cultural

En esta dimensión se analizan los valores que se ponen en juego en el desarrollo de las prácticas de ocio y turismo. El disfrute y la diversión intensa es lo más destacado por los diferentes grupos de jóvenes entrevistados.

En todos los grupos se destaca el valor del ocio como experiencia compartida con amigos y familiares. También el valor de un tiempo libre bien aprovechado influye en las preferencias de ocio. Los jóvenes en general valoran la posibilidad de autorrealización en el tiempo libre y el entusiasmo por sentir que aprovechan las oportunidades en su ocio.

Dimensión emocional

Esta dimensión toma en cuenta los sentimientos que se generan en torno a prácticas de ocio y turismo de los jóvenes entrevistados. Al respecto, asocian su tiempo libre con un conjunto de emociones positivas, como placer, disfrute, autonomía, entusiasmo.

Los sentimientos manifestados por los jóvenes dan cuenta de una vivencia de ocio profunda, caracterizada por el compromiso y el enfoque. El esfuerzo a su vez conduce a sentimientos de logro, en la medida que las habilidades se desarrollan y se alcanzan desafíos cada vez mayores. La

experiencia de ocio profunda implica un estado óptimo de conciencia, lo que Csikszentmihalyi (1998) denomina experiencia de flujo.

En cuanto a la satisfacción respecto al tiempo libre, la misma es muy alta en los entrevistados. Dos tercios declaran estar muy satisfechos con su tiempo libre y el tercio restante manifiestan un nivel regular de satisfacción. Tan sólo se observó un caso de insatisfacción con su tiempo libre. Los entrevistados justifican su satisfacción en relación a la posibilidad de aprovecharlo para uno mismo, en cuanto permite romper con la rutina y por el disfrute que genera.

Entre quienes no están satisfechos, las razones tienen que ver con la forma de ocuparlo, las limitaciones para hacer nuevas actividades y la falta de tiempo.

Factores que inciden en las elecciones de consumo turístico entre jóvenes de Montevideo

De la representación anterior, se pueden destacar algunos factores que inciden en las elecciones de consumo turístico de los jóvenes.

Turismo se asocia con vacaciones largas y con viajar

El turismo para los jóvenes de los diferentes grupos entrevistados está asociado a períodos largos de vacaciones e implica una inversión que requiere tiempo para su planificación. Los fines de semana, en cambio, están

vinculados a actividades con la familia y amigos en Montevideo, no se suele planificar una actividad turística.

Cuando se aprovecha un fin de semana para salir de Montevideo, es generalmente cuando hay algún feriado que alarga el período de tiempo libre y se cuenta con un alojamiento familiar.

Las vacaciones están fuertemente asociadas a la playa

Las vacaciones están fuertemente asociadas a un turismo de sol y playa. Esta característica se repite en todos los grupos, aunque con diferencias de destinos según las posibilidades económicas. Entre los destinos más visitados se encuentran los ubicados en la costa Este del país, donde están las playas oceánicas.

Durante sus vacaciones, los jóvenes de menor poder adquisitivo disfrutan las playas y parques de Montevideo y en algunos casos de Canelones, o en balnearios del resto del interior, caracterizados por agua dulce.

Poco conocimiento de oferta alternativa de turismo

Los entrevistados consideran que en Uruguay se cuenta con una riqueza de opciones para hacer turismo, sin embargo, en pocos casos conocen propuestas alternativas a las tradicionales. Exceptuando algunos casos, en todos los grupos se identifica un desconocimiento de la oferta turística no tradicional que ofrece Uruguay. Al contrario de lo que se podría pensar inicialmente, no hay una diferencia significativa entre el conocimiento que muestran los diferentes segmentos de la muestra. En todos los grupos se

afirma que Uruguay tiene una rica diversidad de sitios y propuestas para ofrecer, pero a su vez admiten ignorar en general cuáles son esas propuestas.

Las causas de este desconocimiento son repartidas, en algunos casos los jóvenes reconocen su propio desinterés y en otros reclaman mayor difusión.

Preferencia hacia turismo alternativo, sustentable, a escala humana

En los dos grupos de mayor poder adquisitivo y en el grupo de mayores de la zona de ingresos medios, se identifica una preferencia por experiencias turísticas que permitan vivenciar la cultura local con mayor autenticidad.

Esto se vincula para los entrevistados con una mirada sustentable del turismo, lo que implica el disfrute que permite experimentar el entorno de un espacio natural o de una ciudad mediada por los residentes locales. El contacto con la población local es un juicio muy recurrente en los jóvenes entrevistados, lo que da cuenta de la búsqueda de una experiencia turística que recupere la escala humana. El turismo alternativo en Uruguay se reconoce así como una posibilidad de conocer más del país y de su diversidad cultural.

Importancia del itinerario de ocio

Principalmente en los menores de edad, se encuentra una vinculación entre las prácticas de turismo habituales en el entorno familiar durante la infancia y aquellas que ellos desean practicar.

Esto alude a la importancia del itinerario de ocio en la construcción de los perfiles de ocio juvenil. Las vivencias de ocio desarrolladas con la familia o en las instituciones educativas, son un aspecto que incide en la configuración de los perfiles, constituyendo un itinerario recreativo que influye en las motivaciones a la hora de tomar decisiones sobre el turismo.

Ociotipos predominantes en jóvenes de Montevideo

Del análisis de las respuestas surgen algunas constantes que permiten identificar ciertos rasgos comunes en algunos de los grupos de jóvenes entrevistados. Es así que hemos definido cuatro categorías que aluden a la diferenciación socioeconómica establecida en la muestra: los dos primeros se corresponden con los dos grupos de jóvenes que viven en barrios de mayor nivel socioeconómico, sin distinción de sexo, aunque con rasgos diferenciales entre mayores y menores de edad. El tercero se corresponde con los jóvenes que viven en los barrios de nivel socioeconómico medio, sin distinción de edad ni sexo. Y el último con los jóvenes que viven en los barrios de nivel socioeconómico bajo, sin distinción de edad ni sexo.

Distintivos fragmentados

Entre los jóvenes mayores de 18 que viven en barrios de perfil socioeconómico alto, encontramos prácticas de ocio distintivas y una

búsqueda por aprovechar un tiempo libre que consideran limitado.

El tiempo libre es para ellos un bien escaso, por lo que intentan aprovechar cada momento de tiempo disponible, incluso el que se da en los intersticios del tiempo de obligaciones. La dinámica del joven universitario lleva a una modalidad de estudio más autónoma, que permite intercalar las obligaciones con actividades recreativas, generándose un ocio intersticial (Igarza 2009).

La elección de sus actividades está condicionada por barreras temporales y experienciales (falta de propuestas de actividades, cansancio), guiada por intereses sociales y motivada por el descubrimiento, la ruptura con lo cotidiano y la tranquilidad, así como beneficios del tipo psicológico. Estos jóvenes tienen un concepto humanista de ocio, que pone el foco en su potencial para el desarrollo personal, siendo exigentes en sus opiniones.

En cuanto a las actividades que desarrollan, se nota en este grupo una búsqueda distintiva en la elección de las actividades de ocio. No es una diferenciación en cuanto estatus social, sino como construcción identitaria a partir de elecciones que le permiten distinguirse incluso entre sus pares. En las prácticas sistemáticas de ocio que eligen estos jóvenes se busca un nivel de microdistinción. Así encontramos que estos jóvenes semanalmente practican deportes muy específicos, asisten a espectáculos para un público más especializado (cine independiente, jazz, stand up). Algunos se involucran en causas sociales concretas o apuntan a experiencias estéticas singulares (mirar el atardecer siempre que pueden).

Estas experiencias de ocio les permiten a los jóvenes de este grupo explorar alternativas de identidad personal, afirmando la pertenencia a un pequeño grupo que comparten la misma experiencia. En este sentido hay una tendencia a la ritualización de estas prácticas distintivas, que permiten

construir una identidad social. Valoran la autonomía, la amistad y la posibilidad de superación.

Si bien hay una valoración muy positiva del tiempo libre, coexiste con una barrera intrínseca hacia el disfrute de ese tiempo. La transición hacia la vida adulta lleva a poner en tensión a las actividades de ocio frente a las obligaciones.

Esta población valora las posibilidades de viajar al exterior en sus vacaciones y hace uso de diversas aplicaciones móviles que facilitan la experiencia del turista. Sin embargo, no encuentran oportunidades para su uso en el caso del turismo interno.

Distintivos saturados

En cuanto a los jóvenes menores de 18 años que viven en barrios de perfil socioeconómico alto, se repite el comportamiento distintivo de sus respectivos mayores, aunque con una percepción de saturación respecto a un tiempo libre que lo consideran demasiado abundante.

En el caso de los estudiantes de bachillerato, la dinámica escolar lleva a que en muchos casos se cuente con cuatro meses corridos de vacaciones. En esta población, la institución escolar tiene fuerte influencia en las amistades (los amigos suelen ser en su mayoría compañeros del liceo) e incluso, en algunos casos, en las actividades recreativas a las que destinan buena parte del tiempo disponible (muchas son propuestas por la propia institución educativa). Por ello las vacaciones son vistas como una amenaza para el desarrollo de un ocio de calidad.

Este volumen de tiempo libre acumulado en un solo período es visto como perjudicial para una experiencia de calidad. Para este grupo la distribución del tiempo libre en el año permitiría un uso cualitativamente superior.

En cuanto a las prácticas de tiempo libre, al igual que en el caso de los mayores se evidencia un comportamiento distintivo, aunque más centrado en el deporte y la actividad física. La mayoría hacen deporte y actividad física en forma sistemática, aunque son diversas las disciplinas; algunas más tradicionales como fútbol, hockey, pilates y natación, pero incluso vela o danzas. Estas actividades se realizan en la institución educativa a la que asisten, pero también en clubes y academias del barrio.

El propio liceo es uno de los lugares donde destinan buena parte del tiempo libre, en tanto que la casa es otro ámbito para prácticas de ocio digital como mirar series, videos musicales o jugar videojuegos.

Al igual que en el grupo de los mayores, los jóvenes menores de 18 años de este grupo encuentran motivaciones de descubrimiento y ruptura con lo cotidiano a la hora de decidir sobre su tiempo libre y especialmente sus vacaciones, aunque no necesariamente esto supone tranquilidad.

En cuanto a sus opiniones sobre el tiempo libre, hacen una diferenciación entre prácticas, que refiere a la calidad de las experiencias de ocio. Muchas de las prácticas que se dan en los ratos libres de obligaciones no son asociadas con un buen aprovechamiento del tiempo libre. Si bien reconocen el sentido autotélico del ocio, el exceso de tiempo libre los lleva a cuestionarse su utilidad. Esta crítica de la utilidad de un tiempo libre en exceso lleva a buscar un uso exotélico del mismo como el estudio o el ejercicio físico.

Aún así, valoran la posibilidad de autorrealización en el tiempo libre y el entusiasmo por sentir que aprovechan las oportunidades que les da su ocio. La posibilidad de realización está asociada a beneficios que se perciben en las prácticas de ocio, la mejora y superación de las propias habilidades o la pertenencia a un grupo de pares que comparte la misma actividad.

Pragmáticos inquietos

En cuanto a los jóvenes que viven en barrios de perfil socioeconómico medio, no se evidenciaron diferencias en las respuestas según edad. Este grupo tiene una visión más instrumental respecto al tiempo libre, pero demuestran inquietudes sobre su aprovechamiento a través de prácticas que no son homogéneas. Estos jóvenes vinculan al tiempo libre con el descanso, es un tiempo de no obligaciones y para uno mismo.

En el tiempo libre se realizan actividades diversas que van desde leer hasta pintar y cantar, hacer deportes y hip hop, participar en un voluntariado e incluso tocar música.

Los lugares y actividades de tiempo libre de los jóvenes que viven en barrios de contexto socioeconómico medio están mayoritariamente vinculados a una oferta privada, tanto en los mayores como en los menores. Los clubes deportivos, talleres de plástica y las instituciones educativas son lugares de referencia para las actividades de tiempo libre. También el hogar es un espacio para el cultivo de los afectos.

Tanto los mayores como los menores encuentran motivación para sus preferencias de ocio en la amistad y en romper con la rutina. En el caso de los mayores también destacan la motivación por descubrir nuevos lugares y experiencias, en tanto que la motivación por el conocimiento y poner a prueba las habilidades es mencionada en el grupo de menores.

Entre las cosas que ambos grupos valoran en sus prácticas de ocio, se mencionan el disfrute, el entusiasmo que genera sentir que se aprovecha en forma adecuada el tiempo libre y la posibilidad de compartirlo con los afectos. Este valor del disfrute en los menores está asociado no tanto a las actividades, sino más bien a las personas con las que se comparten las prácticas de ocio.

En ambos grupos se destaca el valor del ocio como experiencia compartida con amigos y familiares, y el valor de un tiempo libre bien aprovechado.

Pragmáticos dependientes

Por último, los jóvenes que viven en barrios de perfil socioeconómico bajo tampoco evidenciaron diferencias en las respuestas según la edad. Al igual que el grupo anterior, tienen una visión instrumental respecto al tiempo libre y un comportamiento recreativo muy dependiente de la oferta pública.

Los jóvenes que viven en barrios de contexto socioeconómico bajo hacen una valoración instrumental de su tiempo libre, como un tiempo de compensación asociado al descanso, la ausencia de obligaciones y el tiempo para uno mismo.

Las prácticas recreativas en esta población están fuertemente asociadas a la oferta de diversos programas públicos (centros juveniles, programas comunitarios del municipio, etc.). Es así que la experiencia de ocio de estos jóvenes está condicionada por barreras de acceso y experienciales. Exceptuando la oferta pública, son pocas las oportunidades de acceso a infraestructura de ocio en su barrio y eso limita comportamientos diversos en el tiempo libre.

Aún así, estos jóvenes se movilizan en su tiempo libre motivados por aumentar el conocimiento, el descubrimiento de nuevas propuestas y lugares, y compartir momentos de amistad. Destacan, a su vez, el disfrute y el reconocimiento de su entorno como valores relevantes de su tiempo libre, y en menor medida, la seguridad y el respeto mutuo.

A modo de conclusión

Del análisis de las respuestas surge información muy relevante para comenzar a conocer los perfiles de ocio de los jóvenes de Montevideo. Sin embargo, dado el alcance exploratorio de este estudio, se debe ser prudente con los hallazgos obtenidos.

Si bien se reconocen las limitaciones de este primer estudio, se considera que la particularidad de su abordaje aporta pistas para la orientación de políticas de turismo dirigidas al segmento juvenil. La caracterización en base a variables psicosociales ha permitido configurar los primeros borradores de oclotipos juveniles, aspecto que podría explicar algunas de sus pautas de consumo en el tiempo libre.

Se identifican algunas oportunidades para el desarrollo de políticas y productos turísticos. En primer lugar, la necesidad de poner en valor los sitios de interés turístico a través de una oferta de actividades dirigida especialmente para la población juvenil. El atractivo natural o cultural no es suficiente para convocar a este segmento de población.

En segundo lugar, la oportunidad de diseñar propuestas específicas para los jóvenes liceales de contexto socioeconómico alto, que cuentan con un período extenso de vacaciones y una oferta de actividades reducida. Se sugiere generar nuevos productos turísticos para menores en noviembre, diciembre y febrero, asociados a sus grupos de referencia. Dado que estos expresan tener un excesivo tiempo libre que puede ser aprovechado con su grupo de amigos de los ámbitos recreativos o educativos que frecuentan durante el año, modelos turísticos como colonias de verano podrían generar nuevas oportunidades de negocio.

Una tercera oportunidad radicaría en ofertas de circuitos turísticos de verano, que aprovechen la volatilidad de los jóvenes durante sus vacaciones. Paquetes que incluyan varios destinos, con estadías de bajo costo y dinámicas de transporte innovadoras. Estas ofertas deberían reconvertirse en el resto del año, para reposicionar el fin de semana como un período apto para un turismo de cercanías.

Por último, se destaca la importancia de continuar trabajando en los planes de turismo social para que los jóvenes de menores recursos puedan acceder al disfrute del turismo como derecho humano. En este caso, los jóvenes muestran interés por productos de turismo rural y de sol y playa, que pueden ser brindados como herramienta de desestacionalización para el proveedor de la oferta turística.

El estudio, aunque exploratorio, permite conocer algunos rasgos de la realidad del ocio juvenil y su valor radica en que logra visualizar la

importancia de este tipo de investigaciones y la necesidad de seguir indagando con herramientas más potentes. Los resultados permitieron un primer acercamiento al fenómeno, que sin duda requerirá mayor profundización en el futuro, pero que constituyen el germen para una línea de investigación que no tiene antecedentes en nuestro país. La exploración de esta temática puede ayudar a la proyección hacia un estudio de carácter cuantitativo que permita construir un mapa representativo de los ociotipos predominantes, no sólo enfocado a jóvenes y a Montevideo, sino que también incluya todas las generaciones y departamentos del país.

Consideramos que la definición de ociotipos predominantes en el Uruguay sería, a futuro, una herramienta valiosa para el diseño de productos y políticas, no sólo orientadas al turismo sino también al consumo cultural y a las prácticas de ocio en general.

Referencias

CUENCA, M. *Ocio humanista*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2000.

_____. *Ocio valioso*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2014.

CSIKSZENTMIHALYI, M. *Fluir: una psicología de la felicidad*. Madrid: Kairós, 1997.

DOMINZAIN, S.; RADAKOVICH, R.; DUARTE, D. y CASTELLI, L. *Imaginosos y consumo cultural*. Tercer Informe Nacional sobre Consumo y Comportamiento Cultural. Montevideo: FHCE, 2014. Disponible en: http://cultura.mec.gub.uy/innovaportal/file/66060/1/imaginosos_y_consumo_cultural_-_tercer_informe_-_2014.pdf.

GOYTIA, A. *Modelo para el análisis de turistas en función de la experiencia de ocio*. Tesis Doctoral. Bilbao: Universidad de Deusto, 2006.

IGARZA, R. *Burbujas de ocio, nuevas formas de consumo cultural*. Buenos Aires: La Crujía, 2009.

INE. *Principales Resultados 2014: Encuesta Continua de Hogares*. Montevideo: Instituto Nacional de Estadística, 2014.

INJU. *Tercera encuesta nacional de adolescencia y juventud*. Montevideo: INJU, 2013. Disponible en: <http://www.inju.gub.uy/innovaportal/file/45835/1/informe-tercera-enaj-final.pdf>.

KELLY, J. y FREYSINGER, V. *21st Century Leisure*. Londres: Allyn & Bacon, 1999.

RUIZ OLABUENAGA, J. I. “Los estilos de vida como empatías de participación política”, in KAIERO URÍA, A. (ed.) *Valores y Estilos de Vida*. Bilbao: Universidad de Deusto, 1994.

VALLS, J.-F. *Revisión ociotipos españoles*. Barcelona: Centro Dirección Turística, ESADE, 2005.

SOCIABILIDADE E JUVENTUDES: O LAZER NOTURNO EM ESPAÇOS URBANOS

*Saulo Kuster
Heloisa Heringer Freitas
Ana Carolina Capelini Rigoni
Liana Romera*

Introdução

Este capítulo analisa as manifestações de lazer noturno de jovens que frequentam uma região boêmia da cidade de Vitória, no estado do Espírito Santo. As reflexões aqui utilizadas partem da análise conjunta de duas observações etnográficas distintas, realizadas entre 2018 e 2020, cada uma em um espaço diferente da cidade, mas ambas com a intenção de investigar as práticas de lazer noturno de parcela da juventude capixaba. Além dos relatos etnográficos, utilizamos os dados coletados por aplicação de questionário nos dois locais de pesquisa. Os espaços investigados foram a Rua da Lama e a Praça do Carone, ambientes que estão geograficamente próximos, mas apresentam dinâmicas distintas de sociabilidade e consumo, marcadas, principalmente, pela diversidade dos grupos que as frequentam.

É preciso deixar claro que a intenção não foi elaborar uma análise comparativa entre os dois espaços, mas, antes, refletir sobre suas características, pois ambas as pesquisas contribuem com o debate sobre as formas de sociabilidades das juventudes nas cenas noturnas e as

transformações produzidas nos espaços de lazer nas cidades. Isto acontece justamente pela presença dos jovens, que marcam estes locais, principalmente, por suas práticas relacionadas ao divertimento, ao prazer e por sua heterogeneidade. Tais práticas marcam a construção de suas identidades e estilos de vida, expõe experiências de socialização, divertimento e consumos.

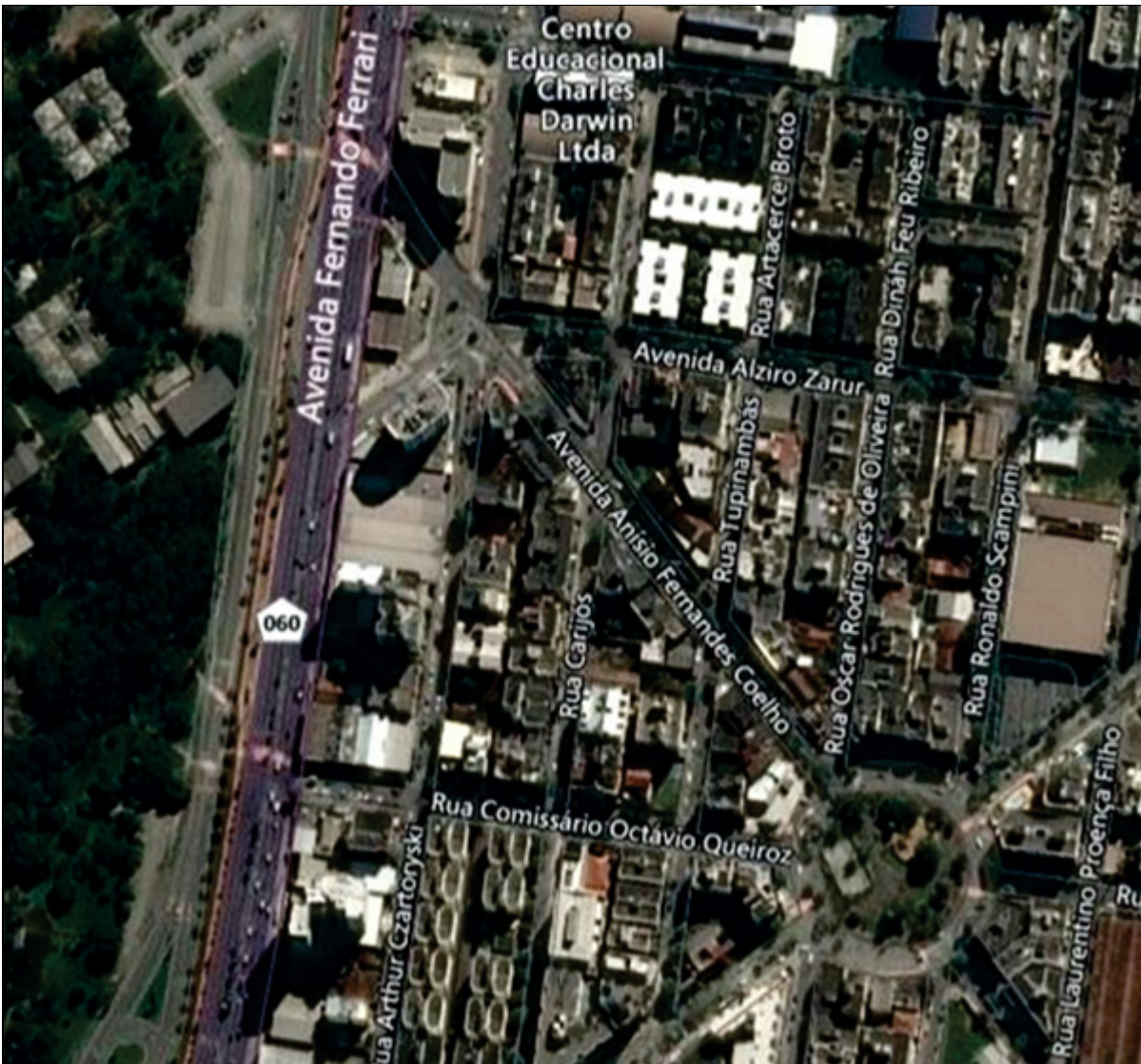
As reflexões elaboradas estão pautadas em alguns conceitos apresentados por Goffman (2010) e Chatterton e Hollands (2003), utilizados para analisar os espaços e práticas realizadas no lazer noturno. Da obra de Goffman, merece destaque o conceito de *representação*, que é uma metáfora teatral utilizada pelo autor para descrever as interações sociais a partir de grupos. De Chatterton e Hollands, o conceito de espaço *central* e espaço *alternativo* de lazer. O primeiro (central) é marcado pela elevada frequência de jovens, pelo reconhecimento do poder público e, por vezes, pela gentrificação do ambiente, enquanto o conceito de espaço *alternativo* de lazer é aquele que margeia em termos sociais e geográfico o *central*, assumindo autonomia e características próprias no que concerne o divertimento.

Os cenários

Os dois locais investigados se localizam na cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, em um bairro de classe média que abriga, entre outros públicos, um grande contingente populacional universitário e escolar,¹ vindos do interior e de outras localidades do estado. O primeiro lócus, conhecido como “*Rua da Lama*”, abrange um trecho da avenida Anísio

Fernandes Coelho, bem próximo ao *campi* central da Universidade Federal do Espírito Santo, de escolas particulares, lojas e escritórios que movimentam o comércio diurno das redondezas dos diversos restaurantes, copiadoras, papelarias e lojas de roupa. Com a chegada da noite, a paisagem comercial ganha outro tom e com o fechamento dos estabelecimentos diurnos ocorre a abertura massiva de bares e lanchonetes que oportunizam outro tipo de experiência, marcadamente atrelada ao divertimento e à boemia (Bertoli 2019). O segundo lócus observado é oficialmente chamado de Praça Wolghano Neto, no entanto, ela é popularmente conhecida pelo público local como “*praça do Carone*”, devido a sua proximidade com um grande supermercado com o mesmo nome.

O plano arquitetônico do bairro torna estes dois locais interligados, já que a praça do Carone está localizada no centro de uma rotatória que tem como função conectar os transeuntes e motoristas às diversas ruas e avenidas do bairro, dentre elas a Rua da Lama. No interior da praça, de aproximadamente oitenta metros de diâmetro, há um espaço público arborizado, com canteiros bem cuidados e floridos, parque infantil de terreno arenoso, bancos e mesas de concreto dispostos ao largo de sua extensão, além de uma quadra poliesportiva com pequena arquibancada.



Fonte:² Google Maps (2020).

Durante o dia a praça é o cenário da passagem de pedestres, de pessoas caminhando sozinhas ou com animais domésticos, de pessoas idosas descansando em seus bancos, de atividades diversas realizadas na quadra poliesportiva, entre outras práticas de lazer. No período noturno, sobretudo nos finais de semana, além dos grupos de jovens que se juntam para praticar atividades físicas e os transeuntes, a praça recebe, ao anoitecer, grupos de

jovens que se reúnem entre as mesas e cadeiras de concreto para conversar, consumir bebidas alcóolicas e se divertir.

A Rua da Lama e a Praça do Carone se aproximam tanto por seu entrecruzamento espacial, quanto por serem palco de diversão jovem à noite. A percepção da Rua da Lama como ambiente de lazer noturno pode ser constatada a partir da presença de pessoas se divertindo nas mesas dos bares durante a noite e também na ocupação de calçadas e canteiros nas proximidades desses estabelecimentos, onde a diversão é notada no entrecruzamento das conversas e risadas. De forma semelhante, a Praça do Carone também reúne pessoas durante a noite, que utilizam conjuntamente este espaço de diferentes formas, mas sempre marcada pela dimensão do encontro e da diversão.

A Rua da Lama, pela sua organização, parece se assemelhar ao que Chatterton e Hollands (2003) interpretam como sendo um *espaço central noturno*, uma vez que abriga atividades comerciais como restaurantes, bares, boates voltadas para um nicho populacional na busca de lazer noturno. São espaços que têm um fluxo maior de frequentadores nas noites de fim de semana, mas mesmo nos chamados dias úteis, após o expediente de trabalho, o consumo de bebidas alcoólicas e comida ganha centralidade. Ainda que o movimento maior ocorra de quinta a sábado, é possível frequentar a Rua da Lama quase todas as noites, com exceção da segunda-feira, período em que é concedido folga aos trabalhadores dos bares. Essas características estão presentes ao longo de décadas na Rua da Lama, e sustentam o imaginário boêmio que circunda o bairro Jardim da Penha (Oliveira 2018).

Outro ponto de semelhança é que esses espaços são normalmente sancionados pelo poder público como zonas de entretenimento urbano à noite, como pode ser notado na página eletrônica oficial do município (Vitória 2018). Por isso a Rua da Lama é tratada como um dos redutos

boêmios da cidade, especialmente nas noites de quinta, sexta-feira e sábado, quando tanto os estabelecimentos comerciais (bares), quanto a via, o canteiro central e as calçadas são ocupadas por diversos grupos (em sua maioria jovens) em busca de diversão. Inclusive, em certas ocasiões, como em dias de jogos importantes de futebol ou em período carnavalesco, é comum que a rua seja fechada com cones e o trânsito de carro e motocicletas seja impedido, tamanho é o fluxo de pessoas.

Nesse contexto, as calçadas são tomadas pelas mesas e cadeiras, criando uma grande movimentação de garçons e garçonetes que vão de um lado para o outro servindo comidas e bebidas. Essa atmosfera parece conferir uma sensação de quebra da rotina e das obrigações do dia de trabalho, já que se configura como um local onde há a flexibilização das regras comportamentais comuns aos espaços formais. Flexibilização mobilizada, principalmente, pela busca do divertimento e pelo consumo boêmio. Essa dinâmica culmina em uma noite com variado público nos diversos bares do trecho da avenida, que parecem se estruturar para responder a necessidade de socialização e divertimento dos grupos frequentadores.

Mas, se a Rua da Lama pode ser entendida como um espaço central, a praça do Carone compõe, no contexto deste estudo, o espaço alternativo, o qual margeia em termos geográficos, físicos e sociais a economia da noite. Advertimos que a adoção desse termo não carrega consigo a estigmatização dos sujeitos sociais através de associações negativas, mas busca apontar para uma liberalização das regras sociais que não acontecem em outros espaços, ainda que não signifiquem a ruptura completa com os aspectos centrais de lazer. Frequentar o espaço alternativo, implica, nesse contexto, necessariamente, estar próximo de um ambiente “badalado” -na terminologia local-, e ter a possibilidade de se comportar de outra maneira

Outro ponto que diferencia os espaços é o fato da frequência da praça não estar subjugada a uma organização anterior, como é o caso da Rua da Lama, em que é preciso todo um arranjo logístico e de trabalhadores para abrir os estabelecimentos que iniciam suas atividades ainda durante a tarde. A praça do Carone, nos termos analíticos que estamos tratando aqui, começa sem a intervenção de pessoas (sem a oferta de serviços profissionais) ainda durante o dia: a ressignificação do ambiente se dá alheia à lógica organizativa advinda dos bares, fazendo com que a apropriação do ambiente seja feita sem regras comuns de estabelecimentos comerciais, como proibição de bebidas compradas em outros locais.

Deste modo, os espaços alternativos que funcionam como margens têm uma relação de correspondência com os espaços centrais de lazer, dado que sem elas não haveria a centralidade e vice-versa. Longe de serem termos excludentes, dualistas e/ou maniqueístas, funcionam, como sugerem Chatterton e Hollands (2003), como categorizações que nascem empiricamente e são operadas a partir de questões relacionadas ao reconhecimento simbólico, econômico e cultural dos jovens que, frequentando o espaço de lazer em busca de diversão, interagem em complexas redes sociabilidade.

As fronteiras geográficas e simbólicas entre a Rua da Lama e a Praça do Carone são percebidas pelos participantes da pesquisa e podem ser notadas nos perfis dos empreendimentos comerciais ao longo do território. Contudo, essas fronteiras entre os ambientes são fluidas, porque há circulação de pessoas de um espaço para outro sem qualquer constrangimento e não existe padronização de um só tipo de estabelecimento comercial. Ao se caminhar da rua da Lama em direção à Praça do Carone, o conglomerado de bares e lanchonetes que marcam o “centro” vai ficando cada vez mais espaçado, até o limiar geográfico dos dois ambientes, onde se vê um número reduzido de

bares e elevada ocupação de comércios de outras naturezas como farmácias, floriculturas, *trailers* de comida de rua e supermercado.

A mudança da paisagem comercial não impede que haja ligação com a atmosfera da Rua da Lama. Além da conexão geográfica, observamos um elevado número de grupos de jovens que frequentam a praça nas noites em que o espaço central (a rua da Lama) tem maior ocupação. Portanto, as experiências de lazer noturno representam um ponto de partida para compreender as várias formas de sociabilidade das juventudes que frequentam esses dois espaços, visto que juntos formam o complexo de lazer noturno para muitas juventudes.

A procura por diversão, pertencimento e ocupação do cenário noturno urbano são elementos que demarcam o modo como o campo do lazer é atravessado por uma progressiva atenção às experiências de construções de identidades, estilos de vida e socialização nos contextos recreativos urbanos, especialmente referindo-se aos estudos sobre as juventudes. Deste modo, a cidade e o lazer jovem são eixos fundamentais para compreender o fenômeno da Rua da Lama e da praça do Carone, espaços de lazer que, sobretudo no contexto da noite, representam ambientes que recebem um público jovem diversificado que, em toda sua heterogeneidade, interage com esses territórios a partir de diversas manifestações coletivas e individuais (Chatterton e Hollands 2003).

Estas características podem transmitir a ideia de que essa proximidade dos espaços é configuradora da formação de um complexo de lazer noturno homogêneo. O que vemos, no entanto, são variações no que tange certa “unidade” nesses locais, fato que a antropologia tem reiterado há décadas ao demonstrar que uma das marcas fundamentais da vida urbana é a falta de padrões de grandes generalizações (Velho 2012). A proximidade

socioespacial se dilui em distanciamentos que nascem da variação dos modos de lazer em cada ambiente.

O distanciamento nesse contexto, pode ser compreendido pela mudança de comportamento dos grupos em um local com maior grau de segurança, número de pessoas e institucionalização, materializado na Rua da Lama como espaço central, para um ambiente onde é possível desenvolver formas de sociabilidades com menos regras sociais, e que seja distante –mais simbolicamente do que geograficamente- do grande fluxo de pessoas. Portanto, esse movimento de diferenciação dos ambientes resguarda diferenças de sociabilidade que advém de aspectos de classe econômica dos frequentadores (Gimenes 2004), da idade e do desejo do indivíduo para com o espaço.

Sociabilidades no lazer noturno

Sair à noite é uma marca de parcela das juventudes e quando tratamos do momento de encontro de jovens durante a noite em seu tempo de lazer, é preciso considerá-los coletivamente, ainda que saibamos como podem ser díspares seus interesses e ações coletivas. Mesmo sendo concebível que jovens aproveitem seus momentos de lazer em espaços públicos ou semipúblicos sozinhos sem haver prejuízos, autores como Magnani (2005), Margulis (1996), Souza (2006) e Sposito (1993) tem apontado para a característica de formação de grupos ou tribos (Silva 2002) no momento de lazer.

Um dos aspectos relevantes da discussão sobre apropriação dos espaços é a urgência de trata-los como algo que ultrapassa o plano material/geográfico propriamente dito. Os ambientes de lazer aqui estudados são físicos, portando existem materialmente, mas a forma como as pessoas se apropriam deles, lhes conferindo significados passa por outras dimensões como, por exemplo, pelo modo como se relacionam, se divertem, criam vínculos e se apropriaram dos espaços em seu interior. Para autores como Goffman (2011) e Magnani (2005), que estudaram abundantemente ambientes citadinos, é nas interações humanas ocorridas nesses lugares que se estabelece a sociabilidade.

É nesse sentido que os comportamentos dos sujeitos podem nos dar pistas sobre as formas de sociabilidades nos espaços de lazer observados. A partir de Goffman (2010) é possível explorar como os atores (jovens) se apresentam diante dos espectadores (outras pessoas) a partir de interações e formam cenários de grupos de lazer. Isto é, as relações estabelecidas com os outros nos momentos de lazer equivalem a uma teatralização com diversos componentes que interagem com expressões explícitas, ou seja, facilmente verificáveis como, por exemplo, a verbalização. Além das explícitas, os atores também fazem uso de expressões indiretas, como os gestos e posturas corporais que se apresentam como performances da experiência de lazer sobre um determinado espaço geográfico, socialmente lapidado, que compõe todo o quadro de experiência social.

A partir das reflexões do autor percebemos que ao interagirem em seu momento de lazer, as pessoas acabam criando representações do seu divertimento. A representação, para Goffman, não pode ser confundida com um tipo de atuação falsa ou simulada. Antes de tudo a representação é uma metáfora que ajuda a explicar a dimensão do comportamento dos atores nos momentos de encontro. Aqui, o comportamento individual é

mobilizado/influenciado pelo coletivo, como um fenômeno que é construído e compartilhado de modo conjunto por pessoas que não necessariamente participam da ação de maneira direta, mas que compõem o ambiente e, por isso, refletem no modo de agir e interagir de todos os outros. Por assim dizer, o quadro de experiências de lazer, vivenciado diretamente por alguns, sofre influência daqueles que estão “fora” do grupo, mas compartilham o ambiente concomitantemente.

Tais questões foram parcialmente contempladas por Barral (2012) ao estudar o público dos bares da cidade de Brasília. Os mecanismos sociais que compuseram os *ilustres frequentadores*³ mostram como a interação do grupo naquele contexto estava atrelada ao condicionante geracional, aos aspectos socioeconômicos, mas, também, às relações indiretas entre eles e os que estavam “fora” do próprio grupo. Podemos ver semelhanças entre os bares estudados por Barral (2006; 2012) e aqueles que compõem o complexo de lazer informal da Rua da Lama no que diz respeito ao público frequentador, já que ambos são repletos de jovens estudantes de Universidades Federais, compõem o circuito de lazer noturno das respectivas cidades e são historicamente conhecidos pela vida noturna.

No caso da Rua da Lama, espaço central de lazer do lócus deste estudo, além dos bares estarem cheios com frequência, as ruas e calçadas também ganham contornos analíticos importantes pois são amplamente utilizadas como espaço de diversão, fato que não é explorado por Barral (2006, 2012). As partes exteriores aos bares também compõem a boemia histórica da Rua da Lama e parecem impactar diferentemente no modo como as pessoas se socializam. Sua localização central faz com que os grupos de jovens incorporem certas regras e normas tácitas válidas no interior dos bares, validando parcialmente a dinâmica institucionalizada dos estabelecimentos

no que diz respeito aos modos de sociabilidade que são tidos como adequados ou toleráveis.

Enquanto na praça do Carone, espaço entendido como alternativo, observamos sua apropriação através de práticas de lazer que parecem se manifestar somente ali. É possível notar, principalmente a partir de observações empíricas, que alguns grupos preferem se colocar na margem para conseguir conversar reservadamente com as pessoas, escutar um tipo de música (com sua própria caixa de som) que não tocaria nos bares nos espaços centrais noturnos, além de conseguirem paquerar sob menos olhares. Esses jovens ocupam os bancos da praça ou se sentam no chão, alguns cantam e gritam, o que nos parece uma forma de expressão de identidades que não se encaixaria tão bem na Rua da Lama.

Esses grupos parecem ter a praça como único ponto de lazer durante toda a noite e parecem não estar preocupados em seguir para outros ambientes, mesmo que esporadicamente isso possa ocorrer. Percebemos que a relação de sociabilidade e da escolha desse espaço como “início e fim” da noite de lazer pode ser mobilizada por diversas questões, como o desejo de frequentar outro evento, quantidade de dinheiro disponível (Bertoli 2019) e o limite de regras sociais que são colocadas no ambiente.

No caso da praça do Carone, o que chamamos de “distanciamento” da institucionalização dos espaços centrais de lazer é a nítida diferença do modo de sociabilidade e interação que podem ser vistas entre os jovens, em cada local. As condições de interação produzidas na Praça do Carone fazem com que as normas sociais sejam flexibilizadas em relação à Rua da Lama, existindo mais descontração por parte dos grupos durante os encontros e possibilitando criação de identidades menos rígidas dentro de uma atmosfera mais íntima (Goffman 2011).

No entanto, há grupos que subvertem as fronteiras geográficas e simbólicas dos espaços da Rua da Lama e da Praça do Carone, abrindo possibilidade para a fluidez que habita entre o que Chatterton e Hollands (2003) designam como o centro e a margem de lazer. Por isso, os jovens que fazem o trajeto de lazer (Magnani 2005), saindo de um ponto mais “distante” para o “central” estão dispostos a rearranjar sua forma de sociabilidade e se divertir em um espaço onde, a partir das interações sociais diretas e indiretas, conseguem compreender as regras e acordos tácitos de sociabilidade.

Portanto, não podemos tratar as categorizações apresentadas de modo dualista e enrijecido, dado que essas fronteiras dos espaços são (re) criadas por vários grupos, sob uma série de circunstâncias. Deste modo, mesmo que visualmente não seja possível traçar características suficientemente sólidas sobre o “perfil” dos grupos, nota-se uma unidade pela busca de diversão noturna, pautada na ruptura da vida cotidiana (Margulis 1997) a partir de formas de divertimentos que podem ser mais ou menos institucionalizadas.

Consumo de álcool e outras drogas

Como territórios vinculados à boemia, não podemos explorar as sociabilidades jovens sem falar dos consumos de álcool e outras drogas. As saídas noturnas no espaço-tempo de lazer dão possibilidade aos jovens de estabelecerem relações com os outros (amigos e desconhecidos), terem maior liberdade e autonomia nas experiências vividas, além de possibilitar a desinibição pela ingestão de bebidas alcoólicas e consumo de outras drogas. Esses consumos estão enlaçados na trama cultural e social, nas percepções,

desejos, identidades e estilos de vida. Portanto, o uso não é uma decisão exclusivamente pessoal, mas uma junção da influência das várias facetas da vida social, dos contextos recreativos e dos grupos dos quais os jovens fazem parte (Calafat *et al.* 2001; Espinheira 2004).

Constatamos que o consumo de bebidas alcoólicas representa prática comum entre os frequentadores tanto da Rua da Lama quanto da Praça do Carone, entretanto algumas diferenças são notadas. Na Rua da Lama, os consumos se concentram principalmente nos bares e estabelecimentos frequentados por grupos diversos de jovens. Há ingestão frequente de cervejas geladas em copos de vidro oferecidos pelos bares e servidos a partir de garrafas de 600ml e de 1 litro. Prática acompanhada, em menor frequência, de coquetéis e doses de destilados que são disponibilizados nos cardápios de bares, juntamente com aperitivos, chamados popularmente de comida de boteco (Barral 2012).

Há no interior dos bares uma mistura de sons das vozes, dos copos e garrafas sendo brindadas e da música interna, que cria um espaço ruidoso e muito característico da noite urbana na Rua da Lama. Em alguns estabelecimentos as luzes são amenas e em outros mais fortes, dando aos ambientes a atmosfera que lhe convém. Nesse sentido, a decoração também chama atenção pois podemos observar desde locais mais simples, com mesas de materiais plásticos e sanitários baratos, até aqueles que são mais refinados e cuidadosamente pensados para atrair nichos populacionais.

A dimensão espacial é relevante para entender as formas de consumo no lazer noturno, pois os contextos são marcados pelos aspectos físicos do espaço, que trazem conformações distintas. Os ambientes ricos em estímulos visuais (decoração, luzes), sonoros (música, conversas informais) e afetivos, no que tange à atmosfera de mudança de atividade realizada durante o dia, marcam as formas de sociabilidade e de consumos de bebidas dos espaços

centrais de lazer (Duff 2008). Além desses aspectos, os tipos de consumo de bebidas podem ser determinados por promoções e divulgações midiáticas dos produtos oferecidos nesses estabelecimentos, direcionado a grupos específicos (Supski, Lindsay e Tanner 2017).

Há, ao redor desse cenário, grupos que atrelam seu consumo à centralidade do espaço de lazer, mas, observando o território simbólico da Rua da Lama, parecem ao mesmo tempo se descolarem do mesmo através das margens. Como é o caso dos frequentadores da Praça do Carone. Esses grupos se juntam para beber ocupando os bancos de concreto da praça ou se dispõem no chão de paralelepípedo característico da praça, longe da vigilância de adultos ou somente observados por quem transita pelo local.

Diferente da Rua da Lama, não há uma mistura de muitas vozes desconhecidas, mas conversas entre os membros dos grupos, risadas altas e gritos. Alguns levam suas próprias caixas de som e tocam músicas de sua escolha, dançam de forma descomprometida e brincam. Em relação aos seus consumos, as bebidas são de marcas baratas com teor alcoólico elevado, geralmente cachaças ou *vodkas* saborizadas, retiradas diretamente de sacolas de supermercados ou mochilas. O consumo é feito diretamente das garrafas, sem o acréscimo de gelo e muitas vezes compartilhado entre as pessoas presentes. Observamos, nesse contexto, a mistura de vários tipos de bebidas e a ingestão de uma grande quantidade de álcool de forma mais concentrada.

Essas características, segundo Chatterton e Hollands, são próprias dos espaços à margem, nos quais os consumos e comportamentos dos grupos são menos moldados pelas regras pré-existentes no ambiente ao seu entorno e mais pelo que o grupo entende como adequado e prazeroso. Observamos também que as distinções sobre usos de bebidas alcoólicas da Rua da Lama e da Praça do Carone se aproximam daquilo que Freitas (2019) apresenta

sobre a relação dos locais de consumo e os modos de beber entre uma parcela da juventude universitária moradora da Grande Vitória no Espírito Santo.

A autora aponta que entre os jovens que bebiam à noite em espaços públicos de lazer como ruas e praças, os usos em *binge drinking*, que segundo o *National Institute on Alcohol Abuse and Alcoholism* (NIAAA) (2004) representa quatro ou mais doses para mulheres e cinco ou mais para homens, consumidas em um curto espaço de tempo, parece ser mais intenso se comparados aos padrões de consumos de bebidas daqueles jovens que frequentam e bebem em bares e *pubs*.

Freitas (2019) sugere que os modos de beber em locais públicos são moldados pelas relações entre as pessoas do grupo, no que tange aos comportamentos de consumo adequados ou não. Entretanto, nos estabelecimentos, além das questões de maior custo financeiro para se beber, as normas e regras de conduta já estão postas em certa medida e há o compartilhamento desses espaços com pessoas desconhecidas, aumentando a percepção de constrangimento através de um comportamento possivelmente inadequado.

Estas questões colocadas por Freitas (2019) vão ao encontro da ideia das dinâmicas relacionais dos espaços periféricos e centrais de Chatterton e Hollands (2003), no que concerne ao modo de consumo de álcool aceito socialmente. O mesmo acontece em ambientes compartilhados somente entre os pares, como é a praça, e com estranhos, como são os estabelecimentos na Rua da Lama, se tornando espaços de sociabilidade jovem com características peculiares.

Essa relação nos parece mais acentuada quando focamos o olhar sobre os consumos de drogas ilícitas. Diferente do consumo de álcool feito a plena vista nos dois espaços, observamos algumas relações sobre consumos de

drogas ilícitas que estabelecem formas de sociabilidade distintas. Alguns grupos, por exemplo, fumam maconha entre os demais frequentadores da Lama sem parecerem receosos sobre qualquer interpelação ou estigma, enquanto outros se direcionam para as ruas que inter cruzam a avenida principal, normalmente menos movimentadas ou vazias, para fumar.

Os grupos que fumam maconha permanecem por mais tempo nas margens que aqueles que consomem cocaína, potencialmente pelo fator de compartilhamento que a *cannabis* tem (passando de pessoa em pessoa que traga várias vezes o mesmo cigarro), enquanto o uso da cocaína cheirada, como foi observado, é normalmente realizado de forma mais rápida (em uma ou duas aspiradas) e reservada a espaços com menos luminosidade e fluxo de pessoas.

Essas movimentações do espaço central para as margens parecem corroborar com as observações das cenas de lazer noturno da investigação de Duff (2005). Uma parcela dos jovens pesquisados consumia bebidas alcoólicas nos estabelecimentos entendidos como destino recreativo da noite e drogas ilícitas nos arredores mais escusos desses ambientes, como estacionamentos e ruas pouco movimentadas. O autor aponta que há um receio por parte dessas pessoas do olhar de estranhos sobre seus consumos, no sentido de um estigma dessa prática, além do receio de interpelação por parte de forças de segurança presentes nos contextos noturnos de lazer.

Considerações finais

A partir do olhar sobre os espaços de lazer propostos neste texto, pudemos observar que a Rua da Lama e a Praça do Carone são territórios de sociabilidade para juventudes plurais. Sendo que a Rua da Lama, por suas características sociais e econômicas, se assemelha a um *espaço central* de lazer, enquanto na Praça do Carone apresentou-se como um *espaço alternativo* (e até marginal/periférico).

Estas características ultrapassam meros rótulos, pois conformam a sociabilidade local através de aproximações e distanciamentos simbólicos e sociais no modo como cada grupo se organiza, consome e se relaciona no momento de lazer. Apontando, dessa maneira, para a necessidade de estudos sobre as manifestações juvenis em contextos de lazer noturno como espaços-tempo de sociabilidade.

A sociabilidade jovem no contexto do lazer noturno se mostrou atravessada pelos desdobramentos da centralidade ou não do espaço, como o grau de fiscalização pública e acordos tácitos criados no ambiente. Podemos analisá-la, também, através da forma com que as juventudes fazem uso de drogas lícitas e ilícitas no momento de ruptura de atividades diárias. Precisamente por isso observamos o uso mais elevado de substâncias psicoativas ilícitas e bebidas destiladas (sempre mais baratas) no espaço alternativo de lazer, enquanto no espaço central a bebida mais consumida é a cerveja.

Compreendemos, por fim, que direcionar a discussão do lazer noturno, sociabilidade e uso recreativo de álcool na dimensão do espaço urbano é tratar das formas com que estas questões podem se manifestar a partir de tensionamentos e reivindicações das juventudes nos cenários de lazer e esta pode ser uma das chaves para analisar o fenômeno do lazer noturno entre jovens.

Referências

- BARRAL, Gilberto Luiz Lima. *Espaços de lazer e culturas jovens em Brasília: o caso de bares*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Urbana. Brasília: UnB, 2006.
- _____. *Nos bares da cidade: lazer e sociabilidade em Brasília*. Tese de Doutorado em Sociologia. Brasília: UnB, 2012.
- CALAFAT, A.; JUAN, M.; BECOÑA, E.; FERNÁNDEZ, C.; GIL, E. e LLOPIS, J. J. “Vida social de la cocaína.” *Adicciones*, vol. 13, nº suplemento 2, 2001, pp. 61-104.
- CHATTERTON, Paul e HOLLANDS, Robert. *Urban nightscapes: Youth cultures, pleasure spaces and corporate power*. Londres: Routledge, 2003.
- DUFF, Cameron. “‘Charging’ and ‘Blowing Out’: Patterns and Cultures of GHB Use in Melbourne, Australia.” *Contemporary Drug Problems*, vol. 32, nº 4, 2005, pp. 605-653. ISSN: 00914509. DOI: 10.1177/009145090503200406.
- _____. “The pleasure in context.” *International journal of drug policy*, vol. 19, nº 5, 2008, pp. 384-392.
- ESPINHEIRA, Gey. *Os tempos e os espaços das drogas. Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo*. Salvador: EDUFBA, 2004, pp. 11-26.
- FREITAS, H. H. (2019). *Vivências de lazer das juventudes universitárias*. Dissertação de Mestrado. Vitória: Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Espírito Santo.
- GIMENES, Maria Henriqueta Sperandio Garcia. “Bares e casas noturnas: um estudo exploratório sobre consumo e sociabilidade.” *Revista Turismo em Análise*, vol. 15, nº 1, 2004, pp. 73-88.
- GOFFMAN, Erving. *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- _____. “A representação do eu na vida cotidiana”, in: *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2011, pp. 231-231.
- HOBBS, D.; LISTER, S.; HADFIELD, P.; WINLOW, S. e HALL, S. “Receiving shadows: governance and liminality in the night-time economy.” *The British Journal of Sociology*, 51(4), 2000, pp. 701-717.
- MAGNANI, J. G. C. “Os circuitos dos jovens urbanos.” *Tempo social*, 17(2), 2005, pp. 173-205.

MARGULIS, M. *A cultura da noite: a vida noturna dos jovens de Buenos Aires*. Buenos Aires: Editora Biblos, 1996.

NATIONAL INSTITUTE ON ALCOHOL ABUSE AND ALCOHOLISM. *National Institute of Alcohol Abuse and Alcoholism Council approves definition of binge drinking*. NIAAA Newsletter, 2004. Winter. Disponível em: http://pubs.niaaa.nih.gov/publications/Newsletter/winter2004/Newsletter_Number3.htm.

OLIVEIRA, P. S. *Memória social do bairro de Jardim da Penha do município de Vitória-ES*. Tese de Doutorado em Psicologia. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo Centro de Ciências Humanas e Naturais Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2018.

SOUZA, F. C. *Condicionantes de escolha de localidade e de modo nos deslocamentos a lazer*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ.

SPOSITO, M. P. (1993). “A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade.” *Tempo social*, 5(1-2), pp. 161-178.

SUPSKI, S.; LINDSAY, J. e TANNER, C. (2017). “University students’ drinking as a social practice and the challenge for public health.” *Critical Public Health*, 27(2), pp. 228-237.

VELHO, Gilberto. *O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

-
1. É preciso apontar que com a pandemia de Covid-19 a frequência de jovens estudantes na Rua da Lama mudou radicalmente, pois como escolas de nível médio e universidades tiveram aulas presenciais suspensas temporariamente ou realizadas de maneira virtual, houve um esvaziamento desses espaços durante meses do ano de 2020 e início de 2021.
 2. Imagem completa de satélite da região da pesquisa: <https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=1WNCFPYxr6WgKjEk5Gt7S69uz2mr5iLW&hl=pt-BR&ll=-20.28167567273531%2C-40.29888760391102&z=18>.
 3. Grupo social proeminente da pesquisa do autor, formado majoritariamente por homens que se reuniam nos bares de Brasília durante as tardes.

OCIO Y NEGOCIO: FESTIVAL HIP HOP AL PARQUE DE BOGOTÁ¹

John Jairo Uribe Sarmiento
Astrid Bibiana Rodríguez Cortés

Introducción

Lo cierto es que no asistimos tan solo a la confusión entre un ocio que eleva y ennoblece y otro que disipa y embrutece –por exagerar los polos–, sino a un solapamiento y hasta coincidencia de los tiempos y los espacios del ocio y del trabajo, de una industrialización, racionalización y comercialización del ocio y de una mirada lúdica, dúctil, informal sobre el trabajo. (Rodríguez 2010 p. 151)

En efecto, las fronteras entre el ocio, el negocio y el trabajo se desdibujan. Las nociones griegas que asociaban la libertad con la construcción de sí mismo y que entendían el ocio como un proceso que lleva al gobierno de sí (Foucault, 2002) se han reconstruido a través de nuevas relaciones y dinámicas históricas. De un lado, el ocio emerge hoy como un espacio de consumo. Carreño, Rodríguez y Uribe (2014) han señalado algunas complejidades de este fenómeno, en el que el llamado tiempo libre se ha destinado en espacio para las compras, la diversión y las industrias del entretenimiento. Dicho fenómeno se asocia, además, con la manera como los sujetos construyen sus identidades, cada vez menos vinculadas al lugar de

nacimiento, a la posición en la estructura social o al tipo de actividad productiva, y más articuladas al modo como cada quien, apelando a sus gustos y a su capacidad de pago, construye una imagen de sí mismo. En una dirección similar, Lipovetsky (2009) anota que la moda permite a los sujetos en la vida cotidiana aproximarse al ideal moderno, esto es, que cada quien sea su propia obra. Así que este universo de experimentación alrededor de la identidad y el consumo, ofrece entonces, nuevos contenidos a la experiencia de ocio.

De otro lado, la frontera entre la actividad autónoma y el trabajo se han reconfigurado. Como lo plantea Virno (2003), ha emergido lo que denomina como “trabajo inmaterial”, una práctica productiva en la que no se producen objetos, sino información, emociones o ideas, por ejemplo, la educación, la publicidad, la música, el diseño, la recreación. Este tipo de trabajo no demanda sólo de la fuerza del trabajador, sino que “explota” habilidades propiamente humanas, como la comunicación y la creatividad. Por esta vía, los trabajadores no sólo venden su capacidad de trabajo, sino que comprometen su ser. Ya no se trata, podemos agregar, de fabricar y vender, por ejemplo, carros, sino de producir y comercializarse a sí mismos. De este modo, los vehículos se venden menos como medios de transporte y más como objetos que “hacen deseable” a su propietario. En este escenario, los horarios de trabajo se flexibilizan, pero las exigencias se complejizan: capacidad de autorregulación, de autoexigencia, disciplina, pero también, innovación, coordinación, cooperación. Las empresas buscan reclutar aquellos que pueden trabajar bajo presión y que son capaces de liderar nuevos procesos. Algunas de las características que se atribuyen al ocio (autonomía, creatividad) se articulan a los procesos productivos, lo que desdibuja la tradicional separación entre éste y el trabajo.

Finalmente, el ocio ha sido objeto de múltiples regulaciones lo que lo conecta con múltiples dinámicas de poder (Carreño, Rodríguez y Uribe, 2014). Múltiples políticas se afanan por promover un “buen uso del tiempo libre” y por controlar formas de ocio que son consideradas nocivas. En una dirección complementaria, el hecho de que los juegos, el cine, la televisión, la música, entre otros, promuevan estilos de vida y subjetividades, modos de ser niño, niña, joven, hombre, mujer o adulto mayor, despliegan relaciones de poder que, por ser invisibles, son muy eficaces, que pueden reproducir estereotipos, generar exclusiones, o, por el contrario, facilitar dinámicas de expresión y resistencia ante las diferencias generando procesos de inclusión.

En este escenario complejo se ubica el hip hop. Como una propuesta de movilización cultural que pretende crear una revolución mental (Uribe, 2017) y que enfrenta su propuesta crítica, autónoma y autotélica, a las dinámicas del mercado cultural. Lugar privilegiado para abordar estas tensiones, el festival de Hip Hop al Parque, el evento más importante del país.

El Hip Hop en el contexto bogotano

El Hip Hop se entiende aquí como una práctica popular de ocio que surge en Bogotá en los años 80 y 90. Por aquel momento, la situación de la ciudad se encontraba enfrentando múltiples situaciones de indiferencia social y complejas problemáticas de orden económico y político, además del constante flujo migratorio al que se veía sometido desde los años 70. Con el ánimo de encontrar otras formas de organización los jóvenes bogotanos exploran nuevas formas de expresión y resistencia, en ello, sin lugar a dudas

las prácticas artísticas son un catalizador de la rabia, el dolor y la injusticia social que agolpaban la realidad bogotana de miles de ciudadanos:

El movimiento Hip-Hop en Bogotá es uno de los mejores ejemplos de este fenómeno: personas que nacieron y crecieron en barrios populares de Bogotá, migraron a los Estados Unidos en donde se encontraron con el fenómeno cultural del Hip Hop en los años 80, y al volver al país, todas aquellas prácticas artísticas y culturales de propias de este movimiento fueron apropiadas y adecuadas al contexto local, entre otras razones, por la similitud de los contextos de los barrios populares en Bogotá con la dinámica de exclusión en Estados Unidos y por el ímpetu contestatario de los jóvenes negros y latinos que existía por esos años. (Andrade y Ojeda, 2010, p. 20)

En un contexto de narcotráfico, ilegalidad, corrupción empieza hacer presencia el Hip Hop en Bogotá. Discotecas y programas de televisión promovían el Break Dance para atraer al público juvenil que se identificaba con películas como Breakin' o Flasdance. Campeonatos urbanos, regionales y nacionales se transmitieron, al mismo tiempo que algunos grupos lograron cierta notoriedad (como los Bone Breakers) y grabaron comerciales de gaseosas, ropa juvenil y dulces (Uribe 2017).

Unos años después de este fenómeno mediático, el hip hop se convirtió en una expresión de jóvenes populares que emprendieron un proceso creativo y de expresión de sus realidades, sentires, problemas y visiones de futuro. Ahora bien, a finales de la década de 1980 el país vivió una intensa violencia alrededor de la lucha entre los extraditables y el gobierno nacional.

En este contexto surgen proyectos y programas como las casas de la juventud y los clubes juveniles. Uno de estos, el Club Activos, de la mano de la Unidad Coordinadora de Prevención Integral y de la Cruz Roja, estableció una estrategia participativa de prevención del consumo de sustancias

psicoactivas, estrategia que llevó a los hoppers a desarrollar conciertos y actividades de visibilización de los jóvenes que venían siendo exterminados a través de las mal llamadas operaciones de “limpieza social” (Uribe 2017).

El hip hop ha desarrollado varias vertientes: el rap conciencia, que denuncia la exclusión y critica a los gobernantes; el denominado gangsta rap, que ofrece las voces de la calle. finalmente se encuentran algunos proyectos que intentan acceder al mundo del espectáculo, sonar en las emisoras y aparecer en los programas de televisión. Puede decirse que el hip hop se encuentra atravesado por varias tensiones que a un tiempo lo limitan y lo potencian: la relación problemática entre el arte político (de denuncia y de construcción de propuestas sociales) y las industrias culturales que tienden a desactivar el carácter transgresor de su estética (Uribe 2017).

Tensiones y resistencias en el Hip Hop: entre la práctica cultural y el espectáculo

Como se podrá ver, un importante grupo de trabajos latinoamericanos asumen al hip hop como una resistencia: se trata de jóvenes que encuentran en el rap, el break dance, el grafiti y el dj, una posibilidad de expresión que confronta las posiciones dominantes. En efecto, este “género” logra cuestionar el modo cómo se representa la marginalidad, así como las lógicas de exclusión que se viven en las ciudades de la región. No obstante, este argumento no da cuenta de las tensiones que lo atraviesan y, por tanto, terminan reduciendo su análisis a una dinámica dualista en la que el hip hop se encuentra del lado progresista, transgresor e, incluso, revolucionario. Por ejemplo:

La cultura hip hop confronta el mundo establecido, caracterizado por las instituciones, los valores tradicionales, las mass medias y las industrias culturales; gracias a sus expresiones aparecen unos mundos juveniles diferentes a las formas de ser previamente constituidas y determinadas. (Garcés *et al.* 2006, p. 14)

El hip hop se define como una resistencia y una contracultura que recompone el tejido social destruido por la violencia, de modo que su acción, como afirma Rodríguez (2005): “tiene implícito en sí misma lo mínimo para abrir paso a la construcción de tejido: motivan a emplear el tiempo en actividades distintas a la guerra” (p. 56). Por esta razón, los hoppers son capaces de confrontar los valores de la sociedad moderna, socavando sus bases éticas, tal como lo plantea Moraga y Solorzano, (2005): “La cultura urbana hip-hop ejerce una acción contracultural consciente y reflexiva [...] que abarca la utilización de espacios públicos y privados, la creación de micromedios de difusión alternativos y/o ilegales y algunos delitos” (p. 90).

De otro lado, estos análisis aluden a una subjetividad juvenil que se opone a la sociedad “adulta”, de tal suerte que del lado de los hombres y mujeres jóvenes se tejen las resistencias, mientras que el mundo de los adultos promueve la adhesión conformista al capitalismo contemporáneo. Así, como es enunciado por Garcés *et al.* (2006), “[e]n la pertenencia a la cultura hip hop los jóvenes asumen elecciones particulares y diferenciales que les permiten situarse en un contexto” (p. 12). En efecto, esta diferenciación les permite lograr “satisfacción psíquica y emocional, al ligar su deseo de “salir adelante” con el visibilizarse desde ‘la expresión de su verdad’” (Garcés *et al.* 2006, p. 12). Desde una perspectiva como esta, de oposición entre el hip hop y el mundo adulto inscrito en la cultura dominante, es imposible leer tanto la multiplicidad de posicionamientos subjetivantes

con sus negociaciones y complicidades, como la diversidad de relaciones que efectivamente construyen al movimiento.

Los autores definen la cultura popular como una expresión de quienes al no poseer un poder se valen de tácticas (actividades desarticuladas que dependen de las oportunidades) más que de estrategias (acciones que buscan crear las oportunidades) para fabricar su vida cotidiana. Los hoppers despliegan un “arte de hacer” (siguiendo a De Certeau), que es entendido como una “producción dispersa y silenciosa que, inversamente a la dimensión espectacular de lo que se produce oficialmente, es un uso productor de nuevos sentidos, nuevos comportamientos, lenguajes y representaciones” (Tijoux *et al.* 2012, p. 445). Para estos autores, las resistencias (polimorfos) se oponen a los espectáculos (homogenizadores). Ahora bien, el hip hop como expresión enmarcada en el arte popular, replantea la noción de “imperialismo cultural” pues, aunque se trata de una práctica que tiene su punto de partida en Nueva York: “esta ha sido reapropiada y reinventada en diversas latitudes y contextos, teniendo como denominador común su ejecución por parte de jóvenes urbanos marginalizados que buscan contestar por distintos medios artísticos un orden social que los excluye” (Tijoux, *et al.* 2012, p. 447).

Castiblanco (2005) presenta un panorama matizado de la resistencia hopper reconociendo que las industrias culturales han incidido en su desarrollo. Para ella, el abordaje de las culturas juveniles pasa por el análisis de cómo se posicionan “frente a las relaciones de poder y los ordenamientos sociales, las rupturas de tales ordenamientos y las formas como inventan estrategias para transgredir y ampliar sus espacios de autonomía, es decir, las formas o prácticas de resistencia” (p. 256). Tales prácticas responden al modo particular como los jóvenes reconocen su

posición en el mundo, crean sus lenguajes y otorgan sentido a las interacciones cotidianas.

En esta dirección, es importante reconocer que Tijoux *et al.* (2012) matizan la definición del hip hop como cultura popular cuando reconocen que una parte del quehacer hopper ha sido “recuperada por las lógicas del capital a través de su incorporación a los circuitos comerciales y publicitarios” (p. 447). Para ellos el hip hop no es, en todo tiempo y lugar, un arte popular.

Soares (2004) define al hip hop como una propuesta crítica frente a categorías tales como “periferia” y “exclusión”. Los hoppers, asumen la periferia como el resultado de un proceso de exclusión producida por la ausencia del Estado, la presencia del crimen, la corrupción policial y la discriminación racial: “El rap denuncia la ausencia del Estado en la periferia, [ausencia] que contribuye a construir una imagen de lo que sería la vida en esta, imagen que también es difundida por los medios” (p. 979).²

Un conjunto de estudios aborda al hip hop como una resistencia, definiéndolo como una expresión de oposición al poder: el hip hop, como voz de los excluidos, confronta la dominación y al capitalismo. Algunos de estos trabajos problematizan la relación entre las resistencias y los espectáculos, ya sea porque el hip hop debe enfrentar las industrias culturales que pretenden capturar su creatividad, o porque dicha relación es agónica, es decir, compleja y dinámica, en la que los poderes y las resistencias se producen mutuamente a partir de su lucha. Como se ha señalado, se requiere profundizar en el papel de las industrias culturales y del espectáculo, pues se encuentran en el centro de las tensiones a partir de las cuales se construye el hip hop.

Festivales Hip Hop al Parque

Hip Hop al Parque es un festival que surge en 1996 y pretende recoger la diversidad de expresiones y propuestas culturales del hip hop de la ciudad. De acuerdo con la publicación *Soñando se resiste. Hip hop: en la calle y en el parque* (Fundación Grupo Liebre Lunar y Orquesta Filarmónica de Bogotá, 2010), varios eventos se constituyen en precursores de Hip Hop al Parque. En 1992 se realizó el Festival de Parches y en 1994 Rapeando por La Vida. Estos, junto con otros encuentros locales y los Rap and Roll dieron como resultado Rap a La Torta en 1996,³ que se constituye como el primer Festival al Parque de Hip hop. Este proceso lleva a los jóvenes a convertirse en protagonistas de espectáculos como Rapeando por la Vida (1994) en la Plaza de Bolívar, y Hip Hop al Parque, espacio que se convierte en una importante clave de lectura de las articulaciones, ambigüedades y tensiones que atraviesan la relación entre el hip hop, el espectáculo y la movilización cultural.

Para asistir al festival los grupos preparan sus presentaciones, participan en las audiciones y si ganan el concurso se presentan en el evento. Las entidades fijan las reglas del juego y abren espacios de discusión con las organizaciones. Los patrocinadores y empresarios apoyan el Festival como parte de sus estrategias para lograr una buena imagen. El público se divierte, se actualiza, compra CD o camisetas, comenta las presentaciones, critica los grupos y se queja de la situación actual.

Debe destacarse que Hip Hop al Parque es un evento en el que se presentan los ganadores de un concurso, lo que termina debilitando su vínculo con la movilización social. En efecto, en eventos como Rapeando por la Vida y Rap al Velódromo existió una continuidad (no exenta de

conflictos entre los grupos y las entidades organizadoras) entre la movilización cultural y el espectáculo. Esta continuidad se debilita cuando el dispositivo de concurso termina definiendo quiénes suben al escenario: no se presentan aquellos que han construido el evento como una propuesta de acción, sino los que cuentan con las habilidades para convencer a los jurados.

Desde 1996, con la organización de eliminatorias para Hip Hop al Parque, los asistentes son tratados como espectadores pasivos que acuden a satisfacer un gusto musical, a pesar de los llamados a la conciencia. Es evidente que estos eventos masivos no permiten la lógica del ruedo en la que los espectadores pueden convertirse en artistas. Pero debe subrayarse que no solo se establece una distancia infranqueable entre espectadores y artistas, sino que los objetivos y eslogan de los festivales obedecen a las dinámicas de las instituciones organizadoras y no a las problemáticas planteadas por los hoppers, aun cuando estos han participado en mesas de trabajo para la organización del mismo y de las actividades vinculadas a este (talleres, encuentros, etc.).

Para Mathiz este evento es importante porque concreta los recursos estatales para la cultura, pues “ninguna de las empresas de hip hop que existen en Colombia tiene la capacidad para decir que independientemente va a hacer un festival como ese” (Mathiz, comunicación personal, 27 de septiembre de 2011). Este es un tema clave en torno al cual se articulan diversas tensiones del hip hop: las limitaciones que tiene el movimiento para producir eventos de gran impacto y por esta vía, su dependencia de otros actores para acceder a espacios distritales, nacionales o internacionales. No debe olvidarse que existen festivales locales que han logrado articularse a dinámicas barriales y reivindicaciones urbanas como una herramienta de

movilización social (como los Rap-asaltos⁴), sin embargo, estos esfuerzos no han logrado coordinarse entre sí.

Entonces, los espacios de discusión y de trabajo que se han dinamizado a partir de diferentes políticas públicas responden a los afanes propios de las instituciones promotoras, a sus ritmos, a sus lógicas de financiación, a sus discursos. Aparece aquí cierta ambigüedad del hip hop como espectáculo: de un lado, el deseo de hacerse visible, de lograr notoriedad y obtener ingresos, del otro, la posibilidad de que esa visibilidad desdibuje el carácter crítico del movimiento.

Puede decirse que este conjunto de elementos se conjuga con la lógica propia del evento: se trata de una vitrina, de una exhibición de productos y no de un espacio de expresión que se articule a la movilización cultural. Esto quiere decir que quien se presenta en el Festival ha sido capaz de “superar” a grupos rivales, así que, si bien en la ciudad se desarrolla un circuito de eventos colectivos, hechos con las uñas, Hip Hop al Parque se organiza como un concurso-espectáculo en el que los grupos compiten por premios: publicidad, fama, algo de dinero, etc. Y, sin embargo, en esos espectáculos el *gueto* alza su voz, habla de sus aventuras, de sus críticas, de sus experiencias. El deseo de reconocimiento y expresión se conmuta en exhibición: si Hip Hop al Parque es una vitrina, los hoppers son un producto en exposición.

Entre el Ocio y el Negocio: Negociaciones Claves

Para profundizar en esta cuestión es necesario revisar cómo se definen los mecanismos de participación de los grupos de hip hop en el Festival. La cartilla *Programa Distrital de Estímulos 2013. Premio Festivales al Parque* (Instituto Distrital de las Artes, 2013) establece dicho proceso del siguiente modo: los aspirantes deben asistir a reuniones informativas, inscribirse⁵, preparar su presentación, asistir a la audiencia el día y la hora definida por la organización del evento y esperar los resultados. Ese documento establece el monto de dinero que obtendrían los grupos ganadores, mencionando que se presentarán en el Festival correspondiente (además de Hip Hop al Parque se desarrollan eventos como Rock al Parque, Colombia al Parque, Salsa al Parque y Jazz al Parque, actividades con formatos similares).

Los grupos que se presentan en Hip Hop al Parque son ganadores de un estímulo para promover su creatividad artística, y por supuesto, para promover sus carreras. En la cartilla citada se define el Programa de Estímulos así:

Es una estrategia de la Administración Distrital para el fomento de las prácticas del arte, la cultura, el patrimonio, el deporte y la recreación, que otorga recursos económicos o en especie mediante concursos, para promover propuestas realizadas o por realizar de personas naturales, agrupaciones o personas jurídicas (Instituto Distrital de las Artes, 2013, p. 5).

Los propósitos de esta estrategia se relacionan con la ampliar las oportunidades para los creadores de todas estas expresiones. El documento no hace mención alguna al sentido social, cultural o político de las propuestas artísticas que allí se presentan. Una queja recurrente de los participantes que se entrevistaron se refiere al hecho de que los hoppers perdieron protagonismo. Esta situación se ha presentado a pesar del

reconocimiento que varias instituciones organizadoras del Festival hacen del carácter crítico y transgresor del movimiento, por “tanto desde la comunidad hip-hop como desde las instituciones que intentan escucharla y potenciarla, las acciones no pueden reducirse a la celebración de un evento artístico”. En efecto, las instituciones plantean que este evento no se limita a un espectáculo, así que: “La historia del festival Hip Hop al Parque es la historia de la definición de una política cultural con los jóvenes hoperos, una historia en la que tanto el movimiento como las instituciones se han ido formando y entendiendo recíprocamente” (Grupo Liebre Lunar 2010, p. 121).

La dinámica de construcción colectiva de los eventos distritales se rompió: nuevos actores institucionales, nuevos equipos de funcionarios y la debilidad institucional resultante, contribuyó a cambiar las condiciones del encuentro entre unos y otros. De otro lado, se debilitaron las estrategias de coordinación de los grupos cuando esas condiciones de diálogo institucional cambiaron. Así que los grupos debían adaptarse para enfrentar las nuevas circunstancias: Hip Hop al Parque prioriza la rapidez y el producto, la canción, a diferencia de lo que ocurre en los barrios, donde se articula el entretenimiento, el proceso de aprendizaje de los artistas y el vínculo con los problemas locales, es decir, experiencias de ocio que conducen a encontrar en la expresión artística una opción para resistirse a la homogenización y el consumo.

El formato de las audiciones abrió una brecha entre los procesos locales y el espectáculo distrital. Además de esta situación, Mathiz entiende que Hip Hop al Parque “tiene unas falencias y es que es un recurso que está ahí y que no se sabe para qué sirve, para qué se distribuye realmente” (comunicación personal, 27 de septiembre de 2011). En efecto, para él los recursos se manejan institucionalmente, “y el gremio no está con la madurez de coger

esos recursos y manejarlos por sí mismo” (Mathiz, comunicación personal, 27 de septiembre de 2011). Para estos hoppers la administración del dinero coloca el control del festival en manos de las entidades organizadoras. “Entonces a partir de ahí es la pelea (...) Las instituciones hacen lo que les toca hacer, que es ejecutar, pero el gremio no está en la suficiente madurez para aceptarlo, para cogerlo y para hacerlo” (Mathiz, comunicación personal, 27 de septiembre de 2011). Así que el hip hop de Bogotá tiene el reto de “apropiarse” del Festival.

Poeta: tenemos como ejemplo el Festival Revolución sin Muertos en Medellín que tiene grupos contestatarios de fuerza muy respetada, también el festival Alta Voz, ¿sí me entiendes? A diferencia de eso, Hip Hop al Parque se ha convertido aquí en un monopolio de las empresas como ETB o Coca-Cola, ¿sí? Eso genera que los grupos que ya venimos de procesos diferentes simplemente no queramos participar, porque no vemos aquí un desarrollo del hip hop, sino que nos convertimos en una propaganda de esos medios. (Poeta, comunicación personal, 27 de octubre de 2011)

Para Mathiz, uno de los problemas se refiere a que “nuestro público en general es un público de escasos recursos”. Entonces, ellos no compran los CD ni pueden pagar las entradas a los conciertos, así que “el tema no es el Festival, el tema es que la gente no tiene plata, y ¿qué es más fácil?, pues es más fácil esperarme hasta Hip Hop al Parque y no me cuesta. No es culpa del Festival que el movimiento no crezca” (Mathiz, comunicación personal, 27 de septiembre de 2011).

En contraste, el Festival Revolución Sin Muertos, es la expresión de un proceso de varios años en el que las diferentes organizaciones sociales se movilizan contra las violencias que azotan este territorio: disputas entre combos (por el control territorial, por el control de rutas, etc.), o de las guerrillas y las autodefensas que han hecho de este lugar un territorio de

batalla, para algunos de sus organizadores el hip hop fue la voz que empezó a denunciar lo que ocurría en los barrios. Se puede afirmar que Hip Hop al Parque terminó constituyéndose en una oportunidad para ingresar a la farándula. En este sentido, el espectáculo de Hip Hop al Parque contribuye a desactivar la capacidad transgresora hoppers, sin embargo los grupos no desaprovechan la oportunidad para planear sus demandas y protestas durante las presentaciones. Con todo, la administración distrital reconoce (al menos parcialmente) el carácter político y transgresor del movimiento en sus publicaciones.

Como resultado de una compleja concertación, la programación de Hip Hop al Parque de 2013 incluyó eventos de discusión sobre el quehacer hip hoppers así como talleres de producción musical: “Adicionalmente se llevarán a cabo eventos académicos y de emprendimiento, así como un diplomado con la Universidad Pedagógica y la alianza sectorial con escuelas de hip hop, en donde se desarrollarán temas como composición y lírica, tornamesismo, producción musical, técnica vocal y el negocio de la música” (Instituto Distrital de Recreación y Deportes, S.F.).

Puede decirse que el desarrollo de estos eventos y los objetivos de Hip Hop al Parque, expresan la tensión entre la farándula (expresada en las nociones de emprendimiento musical y el negocio de la música), y el carácter movilizador de los hoppers, pero a pesar de las mesas de concertación y de los propósitos de reconocimiento del movimiento, continúan las luchas por acceder a la tarima.

Conclusiones

De algún modo, la discusión que aquí se presenta articula dos aspectos: el Hip Hop como expresión artística popular cooptada por la industria del entretenimiento y el ocio como resistencia. En este sentido, los planteamientos de Shaw (2006) muestran cómo comprender el ocio en tanto campo que se encuentra imbuido en una tensión permanente con la industria que intenta convertirlo en consumo y comercialización. Por ende, no se trataría de entender al ocio como una experiencia salvadora, sino más bien como experiencias que permiten focalizar su atención sobre el cambio y la transformación social, permitiendo la equidad y el empoderamiento individual y colectivo. Por tanto, el análisis realizado al Hip Hop entendido como revolución mental da cuenta de experiencias de crítica social que visibilizan problemáticas cotidianas de los jóvenes, en este caso, bogotanos quienes narran su forma de ver el mundo, de movilizarse y proponen otras maneras de vivir contemporáneamente.

Sin duda estas experiencias de ocio que se movilizan entre las construcciones colectivas que se dan en el rap de la calle y las canciones elaboradas para presentarse a los concursos y obtener un cupo para entrar en el callejón de la fama, permiten reflexionar sobre la complejidad de abordar las diferentes formas y tipos como se puede entender y ejercer la resistencia (Shaw 2006), en este caso, el espectáculo también se convierte en un espacio para resistir a la reproducción del orden social, se convierte entonces en un escenario de disputa cultural que articula procesos de identidad (construcción de un nosotros), de visibilización, de movilización, de comercialización y supervivencia. Ciertamente que las voces críticas *hoppers* se han asociado a cierta publicidad (como el de la ETB durante los Festivales de Hip Hop al Parque, o de Red Bull), sin embargo esas voces no logran acceder al mercado musical con el mismo éxito que otros géneros, de hecho ninguno de los *hoppers* entrevistados vive de la música, a pesar de

que muchos de ellos han grabado y/o producido videos musicales y cuentan con reconocimiento en su medio.⁶

Así el hip hop se constituyó en una vía de acceso a diversas entidades y organizaciones públicas, privadas y comunitarias, para las dinámicas de calle, se convirtió en una herramienta para intentar el desarrollo de otras lógicas de hacer y vivir en Bogotá. Es decir, el hip hop alimenta el deseo de expresarse, de hacerse real en un mundo amenazante. Ahora bien, en el contexto de pobreza y exclusión que se ha constatado para Bogotá, este hablar, este hacerse oír, no solo expresa un interés por hacerse parte de la ciudad tal y como ella es, sino que implica un esfuerzo por construir una urbe distinta, una forma diferente de hacerla y de hacerse a través de ella. Ocio-negocio, arte-política-sobrevivencia, se constituyen en series a partir de las cuales se construyen otras formas de ser y estar en la ciudad.

Referencias

ANDRADE, E., y OJEDA, S. *Rebeldes en tránsito memorias del Hip Hop en Bogotá*. Bogotá: Editorial Alcaldía Mayor de Bogotá, 2010.

CARREÑO, J.; RODRÍGUEZ, A. y URIBE, J. *Recreación, ocio y formación*. Armenia: Editorial Kinesis, 2014.

CASTIBLANCO, G. "RAP y prácticas de resistencia: una forma de ser joven. Reflexiones preliminares a partir de la interacción con algunas agrupaciones bogotanas." *Tabula Rasa*, (3), 2005, pp. 253-270.

FOUCAULT, M. *La hermenéutica del sujeto*. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

GARCÉS, A.; TAMAYO, P. y MEDINA, J. "Como Un Tatuaje... Identidad y Territorios en la Cultura Hip hop de Medellín." *Educación física y Deporte-Universidad de Antioquía* 25(2), 2006, pp. 11-25.

INSTITUTO DISTRITAL DE LAS ARTES. *Programa Distrital de Estímulos 2013. Premio Festivales al Parque*, 2013. Disponible en: <https://www.yumpu.com/es/document/view/10987214/programa-distrital-de-estimulos-2013-premio-festivales-al-parque>.

_____. Hip Hop al Parque 2013, s/f. Disponible en: <http://hiphopbta.com/cartilla-hip-hop-al-parque-2013/>.

LIPOVETSKY, G. (2009). *El imperio de lo efímero. La moda y su destino en las sociedades modernas*. Barcelona: Anagrama.

RODRÍGUEZ, F. R. “De industrias culturales a industrias del ocio y creativas: los límites del “campo” cultural comunicar.” *Revista Científica de Educomunicación*, vol. XVIII, (36), 2011, pp. 149-156.

RODRÍGUEZ, V. “La Bogotá Breaker”, in: BELTRÁN, A.; CASTILLO, L. y RODRÍGUEZ, V. *Memorias de Danza*, Tomo I. Bogotá: Alcaldía Mayor de Bogotá/Instituto Distrital de Cultura y Turismo, 2005, pp. 51-98.

SHAW, S. “Resistance”, in: ROJEK, C.; SHAW, S. y VEAL, J. *A handbook of Leisure studies*. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

SOARES, B. “As mensagens sobre drogas no rap: como sobreviver na periferia.” *Ciência y Saúde Coletiva*, 9(4), 2004, pp. 975-985.

SCHWARZ, P. *Acerca de la noción de género en tanto abordaje y sus devenires y potencialidades epistemológicas y políticas en los estudios sobre juventudes. Juventudes y género. Sentidos y usos del cuerpo, tiempos y espacios de los jóvenes de hoy*. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2012.

TIJOUX, M., FACUSE, M. y URRUTIA, M. “El Hip hop: ¿Arte popular de lo cotidiano o resistencia táctica a la marginación?” *Revista de la Universidad Bolivariana*, 11(33), 2012, pp. 429-449.

URIBE, John. *Movimiento, calle y espectáculo. El hip hop en Bogotá*. Tesis doctoral para optar al título de Doctor en Estudios Políticos y Relaciones Internacionales. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2017. Disponible en: <https://repositorio.unal.edu.co/bitstream/handle/unal/63032/Tesis%20John%20Uribe%20Final%20II.pdf?sequence=1>

VIRNO, P. (2003). *Gramática de la multitud. Para un análisis de las formas de vida contemporáneas*. Madrid: traficantes de sueños

Entrevistas citadas

Mathiz, comunicación personal, 27 de septiembre de 2011.

Poeta, comunicación personal, 27 de octubre de 2011.

-
1. Este documento hace parte de la investigación: *Movimiento, calle y espectáculo. El Hip Hop de Bogotá*.
 2. O rap denuncia a ausência de Estado na periferia o que contribui também para caracterizar o que seria a vida na periferia, informação também disseminada pela mídia. (Traducción propia).
 3. Asistieron 5000 personas (Grupo Liebre Lunar 2010, p. 212).
 4. Estos eventos fueron realizados por Poeta, un líder hoppers que denunciaba la presencia de grupos paramilitares en los barrios marginales de la ciudad y que invitaba a los jóvenes a evitar el reclutamiento que adelantaban dichos grupos. Por esta actividad fue amenazado de muerte y debió irse de su localidad (Uribe, 2017)
 5. Para la inscripción los interesados deben presentar documentos sobre la agrupación, agregar un CD que contenga tres temas y un video de sus presentaciones en vivo, deben también plantear su distribución en tarima –stage plot– y los requerimientos técnicos –rider técnico–.
 6. Algunos entrevistados como Franco y Cloe viven de su trabajo como grafiteros (Uribe 2017)

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE LAZER NO CONTRATURNO ESCOLAR EM BELO HORIZONTE/MG¹

*Marcília de Sousa Silva
Hélder Ferreira Isayama*

Introdução

Em meados dos anos de 2007, no campo da Educação Brasileira houve uma intensificação do debate sobre a ampliação da jornada escolar. Naquele momento, esta discussão encontrou um contexto político favorável com a instituição da Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania (DEIDHUC) vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC)² (Moll 2011). Considerando esta agenda política, o Ministério da Educação passou, então, a orientar para que o aumento do tempo de permanência dos estudantes nas escolas fosse concretizado por meio do desenvolvimento de atividades culturais, esportivas e de lazer efetivadas no contraturno escolar.

Naquele ano de 2007, o governo federal instituiu o Programa Mais Educação (PME)³ com o objetivo de induzir a ampliação da jornada escolar por meio de ações educativas nos campos definidos como Acompanhamento Pedagógico, Meio Ambiente, Esporte e Lazer, Direitos Humanos na Educação, Cultura e Artes, Inclusão Digital, Prevenção e Promoção da Saúde, Educomunicação, Educação Científica, Educação Econômica e Cidadania (Manual PDDE 2009). É importante ressaltar que nos anos de

2016, o PME sofre alterações pela Portaria nº 1.144/2016 do Ministério da Educação e passa a ser denominado Programa Novo Mais Educação (PNME). Nessa nova configuração, o PNME prioriza o ensino da matemática e língua portuguesa no contraturno escolar em detrimento do tempo dedicado às práticas culturais e de lazer.

Dessa forma, o macrocampo Acompanhamento Pedagógico torna-se obrigatório e privilegia as ações educativas de Língua Portuguesa e Matemática como conhecimentos hierarquizados em relação aos outros saberes. Os demais macrocampos são selecionados a partir dos interesses da instituição escolar e suas temáticas são desenvolvidas, por meio de oficinas, abarcando diversas práticas de lazer.

A prioridade estabelecida para os conhecimentos de Língua Portuguesa e Matemática expõe uma valorização histórica de saberes científicos enquadrados numa matriz curricular que desconsidera que a vida que corre fora dos muros da escola se constitui como currículo (Moreira e Candau 2007). O Programa Novo Mais Educação oferece pistas para compreendermos que a escola brasileira tem enfatizado determinados conhecimentos científicos, por vezes, desconsiderando que existem saberes construídos em diferentes esferas, como as universidades, o mundo do trabalho, o universo das tecnologias, das práticas de lazer, da saúde, dos movimentos sociais e da própria escola. Esta perspectiva nos apresenta a existência de diferentes esferas de aprendizagens nas quais circulam diversos saberes, sendo o Lazer compreendido como uma delas. Dessa forma, há uma compreensão de que o contraturno escolar se constitui como local de produção e convivência de saberes, de cultura e de práticas de lazer que articulam e (re)desenham a vida e a sociedade.

Sob esta perspectiva, percebemos a necessidade de olhar para a educação escolar como esfera importante na formação cultural e política dos

sujeitos. Desse modo, essa instituição precisa ser vista como uma esfera de aprendizagens que potencialize a participação dos sujeitos na sociedade e na história. Partimos do pressuposto que é necessário debater sobre os conhecimentos presentes na escola que, por vezes, embalam as lógicas de desigualdades e homogeneidades e mascaram as demandas de pluralidades acirradas nos tempos atuais. E, trilhando esse caminho, considerar que o Lazer e Escola, produzem interfaces importantes visto que a educação escolar em jornada ampliada deve constituir-se de matrizes políticas e culturais que contemplem demandas sociais. Assim, torna-se possível a interação da educação com o lazer o qual é reconhecido como veículo e objeto daquela.

Consideramos que as ações desenvolvidas no contraturno escolar promovem uma interface entre educação e lazer. E, que o lazer pode ser entendido como manifestações culturais, como mecanismos de controle e proteção social e como objeto com potencialidades educativas. Nesse sentido, esse estudo visa compreender as representações de lazer no contexto da prática do contraturno escolar, especificamente das instituições municipais de ensino da cidade de Belo Horizonte em Minas Gerais. O olhar volta-se para as ações educativas possibilitadas no contraturno escolar visto que suas práticas interferem na dinâmica e reconfiguram práticas escolares. Assim, a questão que norteia esse estudo visa entender quais representações de lazer se inscrevem na dinâmica social pela implementação do contraturno escolar, considerando as ideias dos sujeitos da comunidade escolar.

*Construindo o objeto de estudo: o contraturno escolar,
seus contextos e evidências*

No cenário político no qual ocorre a indução da ampliação da jornada escolar, surge na cidade de Belo Horizonte (BH), capital do Estado de Minas Gerais, o Programa Escola Integrada (PEI) e Programa Segundo Tempo (PST). O primeiro, uma ação política da Secretaria Municipal de Educação/BH constituída em 2007 visando o atendimento de crianças e adolescentes de 06 a 15 anos matriculados nas instituições municipais de ensino fundamental e em situações de riscos e vulnerabilidade social. O segundo, uma política de esporte instituída pela Portaria Interministerial nº 3.947 de 24 de novembro de 2003 a qual envolvia o Ministério do Esporte e da Educação. Resultante de uma ação ministerial conjunta, o PST chega nas escolas municipais belorizontinas por meio da indução do Programa Mais Educação e, posteriormente, Novo Mais Educação. E, se concretiza nas escolas a partir de conveniamento entre o governo federal e a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Belo Horizonte.

De forma crescente, o PEI e PST passaram a ser desenvolvidos nas escolas municipais de ensino fundamental concretizando o contraturno escolar, em Belo Horizonte/MG. Nesse modelo de contraturno, o estudante permanece na escola por um tempo ampliado e com a garantia de espaço, atividades do âmbito do lazer e refeições diárias. Nas proposições dos programas de contraturno há orientação para o complemento da jornada diária escolar com propostas pedagógicas para o desenvolvimento de ações educativas que visam a formação integral dos estudantes. O PST e o PEI objetivam, respectivamente

Implantar ações de esporte educacional e outras ações para o desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social, financiando e capacitando recursos humanos, adquirindo e distribuindo material didático e didático-esportivo e outras despesas, por meio da implantação de núcleos esportivos. (Brasil 2014, p. 6)

Propor atividades de diferentes áreas do conhecimento, formação social e pessoal, lazer,

esportes, cultura e artes, acompanhamento pedagógico, desenvolvidas em oficinas que completam o currículo de forma a integrar as diversas dimensões formadoras do ser humano. (Belo Horizonte 2008, p. 22)

Para além do fomento, o PEI e PST fundamentam suas práticas nos macrocampos do Programa Novo Mais Educação e, com isso, apontam pistas de interlocução com o lazer. No núcleo escolar, o PST objetiva democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social (Brasil 2014). Desse modo, o PST, ainda que política de esporte, aproxima-se conceitualmente de política educacional por conta de seu vínculo com os tempos escolares, proposições de integração com a educação escolar e estabelece uma relação com o lazer com vistas ao universo das práticas culturais desenvolvidas no espaço social.

O PEI se articula com a dinâmica escolar por meio de oficinas desenvolvidas no contraturno e referendadas pelos macrocampos das diretrizes do Programa Novo Mais Educação. Dessa maneira, a partir da implementação do PEI as escolas assumem a execução de oficinas de Acompanhamento Pedagógico (Língua Portuguesa e Matemática) e demais macrocampos considerando os interesses da comunidade escolar. Todavia, o macrocampo Esporte e Lazer é escolha unânime das escolas municipais o que articula a presença do PST para o desenvolvimento do esporte.

No caso de Belo Horizonte, é necessário destacar que todas as escolas municipais de ensino fundamental desenvolvem o Programa Escola Integrada, porém essa não é a realidade dos núcleos de PST. Em anos anteriores, o PST estava inserido em 76 escolas municipais, totalizando 151

núcleos. Para o biênio 2014/2015 foi proposto o atendimento para todas as 173 escolas municipais de ensino fundamental, ampliando para 247 núcleos. Contudo, o processo de inserção de núcleos de PST junto ao Programa Escola Integrada das escolas municipais de Belo Horizonte não atingiu ao quantitativo proposto em função dos processos de contratação de recursos humanos para a execução. Em 2016, foram efetivados 195 núcleos de PST em 143 escolas da rede municipal de ensino.

Para além do vínculo com a instituição escolar e com o macrocampo Esporte e Lazer, o PEI e PST apresentam outras aproximações. Uma refere-se ao atendimento de crianças e jovens inseridos, prioritariamente, em regiões de elevado Índice de Vulnerabilidade Social⁴ (IVS) e escolas com baixo Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).⁵ Outro ponto comum diz respeito à proposição da formação integral dos atendidos, visando a inclusão social e melhoria do rendimento escolar. Cabe destacar que a precariedade na seguridade e proteção social, nas questões econômicas e a instabilidade laboral acentuam a noção de vulnerabilidade caracterizando e reforçando a exclusão. Segundo Algebaile (2010) a exclusão social apresenta-se como essa situação ou estado de privação no que se refere às prerrogativas e condições objetivas e subjetivas de constituição da efetiva participação econômica, social e política em uma determinada sociedade.

Ainda que os programas de contraturno escolar apoiem-se no indicador da vulnerabilidade social é preciso repensar em que medida o acesso às suas práticas no contraturno escolar possui dimensão transformadora, ou seja, que direcione para a constituição das diferentes nuances da participação na sociedade. As ações no âmbito do lazer exigem problematizar a estrutura organizacional da escola e seus processos educativos e a efetividade na alteração da realidade social.

O procedimento metodológico

Esse estudo baseou-se numa abordagem qualitativa destinada a perceber as possibilidades de construção de imaginário de lazer no contexto da prática do contraturno escolar. Para o estudo de caso, a determinação do *locus* da pesquisa baseou-se no princípio da vulnerabilidade social e do desenvolvimento educacional, os quais são indicadores relevantes para implementação dos programas de contraturno escolar na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais/Brasil. Como o Programa Novo Mais Educação estabelece como critério para a adesão das escolas os Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), averiguamos as instituições municipais de ensino de Belo Horizonte localizadas em territórios vulneráveis e com baixo IDEB para constituir o cenário da investigação.

A partir da definição da escola a ser investigada, foi iniciado o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos nos Programas Escola Integrada e Segundo Tempo com a expectativa de observar, conhecer, identificar práticas e participar das dinâmicas de organização das ações cotidianas do contraturno. Essa ancoragem empírica permitiu observar e conhecer os processos, as práticas escolares e as pessoas; compreender os contextos de ação dos responsáveis pela execução das ações e identificar as linguagens buscando avançar no entendimento daquilo que se concretiza na vida social e que é intermediado pelas intervenções.

A observação no campo, iniciada em novembro de 2015 e finalizada em junho de 2016, foi utilizada como estratégia de coleta de dados que complementam aqueles produzidos a partir da entrevista. Esse processo empírico, concretizado por visitas semanais em dias e turnos alternados,

contribuiu para conhecer o quadro social e cultural necessários à interpretação dos conteúdos das falas e significações construídas pelos sujeitos da escola. Considerando o quantitativo de sujeitos envolvidos nos programas de contraturno na escola foram definidos alguns critérios. O grupo dos sujeitos participantes da pesquisa foi composto a partir das seguintes questões: os atores escolhidos podem ter ideias distintas uns dos outros? A idade e escolaridade influenciam as ideias? A profissão, experiências ou exposição às vulnerabilidades/riscos possibilitam ideias diferentes? Essas questões foram relevantes para definir os sujeitos da pesquisa porque a história, o contexto e a posição social concorrem para a produção do discurso. E, assim, o grupo de sujeitos selecionado para fazer emergir as ideias foi composto por trinta e sete pessoas de diversas formações acadêmicas, estudantes dos diferentes ciclos de aprendizagem, pais estudantes, pais trabalhadores, educadores com diferentes atribuições na escola.

Nesse sentido, os estudantes que tinham mais de um ano de participação nos programas PEI e PST foram convidados à participação com a autorização dos pais e termo de assentimento assinados. Foram dezessete estudantes participantes com idades e ciclos de aprendizagens variados e identificados da seguinte forma: letra E em caixa alta acrescida de número que indica seu ciclo de aprendizagem e sua idade, por exemplo, E1 – 7 anos. Os educadores foram eleitos a partir dos papéis que exercem no contraturno escolar, ou seja, participaram dois professores de Educação Física (Coordenadores PST matutino e vespertino); o estagiário universitário do Segundo Tempo (turno matutino, no vespertino não havia estagiário); seis monitores responsáveis pelas intervenções nos campos de esporte, lazer e cultura; um professor coordenador setorial do Segundo Tempo que acompanha os núcleos do PST da regional administrativa a qual a escola

pertence; a monitora de apoio à coordenação do PEI que organiza o cotidiano dos programas; a professora coordenadora do PEI que pertence ao quadro de professores efetivos da escola e a diretora da escola. No nível da coordenação geral dos programas, foram selecionadas as duas coordenações gerais, do PEI e PST, ligadas, respectivamente, à SMED e SMEL, totalizando 13 entrevistados. Os professores e coordenadores foram identificados pelas letras maiúsculas EP referindo a educador professor e os monitores foram identificados pelas letras EM que são os educadores monitores, por exemplo EP1 e EM1.

E, finalmente, as pessoas da comunidade foram selecionadas a partir da observação de suas presenças na escola. Ao longo do processo de observação foi percebido que alguns pais tinham uma relação de proximidade com a escola e com os profissionais que atuavam nos programas. Esses pais levavam seus filhos nos horários de início das ações dos programas e demonstravam familiaridade com os espaços da escola e com as pessoas. Dentre os convidados a participar da entrevista, doze pais aceitaram agendar um momento para a conversa e sete compareceram aos dias e horários combinados. Os pais são identificados pelas letras CO por serem representantes da comunidade, dentre eles, uma pessoa tinha formação em nível superior (CO4), duas com formação em ensino médio (CO1 e CO3) e quatro com formação no ensino fundamental (CO2, CO5, CO6 e CO7). Consideramos interessante a observação da trajetória de formação escolar, pois esta pode ser influenciadora na construção de formações discursivas.

Ao abarcar essa diversidade de atores que, em certa medida, envolvem-se na implementação, voltamos o olhar para os diferentes atributos/posições e variáveis como faixa etária, escolaridade, experiências que podem estar associadas às representações e significações que constroem em suas

trajetórias de vida e, mais precisamente, por meio das experiências escolares.

Para compreensão da produção dos discursos foi construído o referencial com base nos estudos do discurso e a interface com as representações sociais visto que estas manifestam-se nas atitudes e condutas do cotidiano e constituem os modos de pensar, fazer e sentir que se acomodam ou modificam a partir das relações e vivências possibilitadas na vida prática. Tal constructo é reforçado pela ideia de que as representações sociais de lazer podem ser matéria prima para a análise dos programas de contraturno escolar, considerando suas proposições e ações pedagógicas. Nessa abordagem, a representação social foi mediada pela linguagem, ou seja, a fala constituinte dos discursos dos sujeitos participantes e utilizando-se da metáfora teatral que estabelece gênero (formação discursiva), cena englobante (lugar de produção discursiva) e cenografia (representações produzidas) (Maingueneau 2015).

O lugar de atividade é o espaço social da escola que apresenta uma rede de gêneros discursivos oficiais, mas outros tantos caracterizados nas atividades das falas que fogem ao ‘oficial’, entretanto, importantes para o funcionamento dela. Como exemplo, uma conversa de corredor ou uma intervenção na sala de professores. Cogitando sobre esses elementos da atividade social, a investigação por meio do gênero de discurso representa o conjunto de formações discursivas no cotidiano escolar que permite interpretar o enunciado a partir do local de produção da prática social.

Dessa forma, na compreensão das representações de lazer foram anunciadas as categorias formação discursiva e percurso considerando, na primeira categoria, o conceito de interdiscurso e, na última, os conceitos de fórmula e pequenas frases. Essas categorias são geradas na observação da prática e nas falas dos sujeitos na dinâmica das ações do contraturno escolar

e consideram os locutores coletivos, ou seja, a imersão em sistemas de valores e crenças comuns. E os conceitos mobilizados são os dispositivos analíticos que me permitiram abarcar os processos discursivos para a compreensão da produção das representações sociais.

Em síntese, o traçado da pesquisa apresentado traz a ideia de examinar o discurso no contexto da fala e da ação, ou seja, um artefato produzido no e pelo procedimento integrativo. E a interpretação das formações discursivas foi construída por via das fontes da entrevista individual e dados da observação. E, dessa forma, permitindo o estudo de práticas não verbais, como o lazer, que se articula à formação social e integra diversas manifestações e linguagens como dança, capoeira, artesanato, jogos esportivos, contemplados no contraturno da escola pesquisada. Com isso, procuramos compreender os discursos que se materializam nas representações de lazer produzidas nas práticas escolares.

A escola e seu contraturno: cena de produção dos discursos de lazer

Na análise de discurso, os gêneros discursivos assumem a noção de cena que implica em papéis, em contratos entre os interlocutores e no tempo e espaço sociais e históricos. Os gêneros discursivos dizem a respeito da situação de comunicação que é definida como lugar de produção do discurso, ou seja, as condições que estruturam as práticas sociais (Maingueneau 2015). Desse modo, torna-se necessário compreender e dar atenção às palavras proferidas pelos sujeitos da comunidade, pois contribui

para a compreensão do contexto em que são produzidos os discursos sobre a comunidade, a escola e os programas que dela fazem parte.

As escolas podem ser um dos lugares de produção ou reprodução de discursos que reforçam desigualdades e ou discriminações. Contudo, entendemos que sendo um espaço de educar pode desempenhar um papel ativo no estabelecimento de resistências e denúncia de discursos e práticas que legitimam a marginalização e exclusão.

Partimos do princípio que o discurso não é somente fala é, também, prática e existência de uma realidade o que leva a descortinar elementos presentes na comunidade e que se revelam no cotidiano das práticas escolares. Essa lógica permeia a análise da cena englobante porque consideramos que o tipo de tratamento educativo contribui para que a realidade não seja contemplada de forma ‘absoluta’, despolitizada e neutra. E, que é necessária a atenção aos problemas de desigualdades sociais, políticas e culturais e às diversidades.

A ideia é que eles tenham respeito porque aqui tem meninos da ocupação e eu percebo que há discriminação entre os moradores antigos e o pessoal que chegou. Então, os meninos estão em busca de identidade e estão em pé de guerra a todo momento. (EP3)

Minha inserção nessa comunidade foi no processo da ocupação. Moro aqui há 1 ano e meio. Nessa região há também o conjunto que nasceu como ocupação, mas ganhou um espaço melhor. Temos também mais duas ocupações aqui próximas. (EM2)

O conjunto tem o nome do meu pai porque na verdade viemos de uma ocupação. Aí meu pai faleceu e deram o nome para homenageá-lo. A região que eu moro é de ocupação. (EM3)

Eu moro na comunidade do bairro mesmo, eu moro na favelinha, nas casas coloridas. (E3-14 anos)

Eu moro perto da escola, mas não é na invasão. (E3-12 anos)

A partir da diversidade dos sujeitos e das falas sobre o contexto da comunidade presumimos que a ideia que se tem da realidade social é construída em função do lugar e posicionamento desse ator e das condições de produção do contexto em que ele se encontra. O educador professor (EP3) expressa a relação ocupação e comunidade a partir de tensões percebidas, por exemplo, do mercado imobiliário no qual atuou como profissional de venda. Entre os educadores monitores (EM2 e EM3) e estudante 3º ciclo (E3-14 anos) existe uma relação de identificação com o lugar social e o estudante 3º ciclo (E3 – 12 anos) apresenta a alternativa de que a comunidade é formada pelos moradores próximos da escola e, mas, também os da ‘invasão’. Interessa-nos os termos ocupação/invasão, pois a partir de cada sujeito pode ser determinada uma compreensão para tais palavras. Pensamos que elucidar os termos não tem o propósito de definição, mas de atentarmos para representações que a comunidade elabora para si.

A escola da pesquisa está inserida, segundo um dos educadores professores, “geograficamente, culturalmente e socialmente” (EP1) em um conjunto habitacional da regional administrativa Norte e faz divisa com dois municípios da região metropolitana de Belo Horizonte. O referido conjunto foi destinado às famílias de áreas de risco geográfico das regionais Norte, Pampulha e Venda Nova ou de percursos de desapropriação para obras públicas. A escola atende aos estudantes moradores do conjunto habitacional, alguns poucos das cidades vizinhas e, em sua maioria, aos moradores das ocupações que se formaram no entorno do conjunto habitacional.

Na narrativa de uma educadora professora (EP6) e de uma estudante (E2 – 10 anos) são retratadas as condições vividas pelas famílias da comunidade

É uma comunidade formada por pessoas do movimento sem-terra, sem casa. E quando eles vieram para cá, *invadiram* e fizeram *ocupação* do espaço. Eles moravam em barracos de lona e, nesse período, houve incêndio e queimaram muitas barracas, muitas pessoas foram feridas. (EP6, grifo nosso)

Eu moro na *invasão*. Na verdade, eu morava na roça, mas meu pai veio para cá para trabalhar porque lá o trabalho é muito difícil. Aí minha tia *pegou* um pedaço dessa terra e meu pai construiu. (E2 – 10 anos, grifo nosso)

O destaque em relação à forma de apresentação da comunidade pelas entrevistadas tem o desdobramento nas relações estabelecidas entre as pessoas na dinâmica escolar. Entre as crianças e adolescentes entrevistadas houve o uso do termo *invasão* para designar seus posicionamentos e a representação de si. Ao elencar esse elemento na cena corroboramos com Charaudeau e Maingueneau (2014) que a “cena de fala não pode, portanto, ser concebida como um simples quadro, uma decoração, como se o discurso sobreviesse no interior de um espaço já construído e independente desse discurso. Ela é constitutiva dele” (p. 95). As formações discursivas sobre a comunidade produzem o imaginário da cena carente, ou seja, reforçam a relação assistencialista da escola e seus tempos.

Assim, compreendemos que os papéis linguageiros permitem legitimar o lugar social e estabelecer estratégias de fala (ocupar invés de invadir) no curso da produção discursiva. Essa operação discursiva pode processar recepção diferenciada nos diversos sujeitos e resultar em produções de representações e efeitos. Nesta perspectiva, torna-se relevante a compreensão dos discursos da cena de implementação do contraturno escolar visto que a interpretação dos sujeitos sobre sua comunidade pode visibilizar processos de resistências, acomodações e recontextualizações.

Considerando a cena de “ocupação” e *invasão*”, é necessário refletir a naturalização das condições vulneráveis dos estudantes que residem nas ocupações sob o discurso da carência e necessidade de assistência social.

Em outras palavras, entendemos a escola como espaço de uma educação caracterizada por planos, processos educativos e prática social que se realizam em condições diferentes de tempos e espaços. Compreendemos, também, a multiplicidade de relações que a constitui e produz, ou seja, reconhecemos que elementos sociais, culturais, econômicos, políticos constituem, também, sua função e processos educativos. Contudo, a realidade social da comunidade necessita ser ressignificada para que a interpretação do contexto não o legitime como ele existe sem questioná-lo.

A fala da educadora professora, que segue, reflete tais considerações na medida em que percebe a escola como espaço social a ser reinventado “Considero a instituição escola um espaço demarcado por códigos sociais fortemente estabelecido por valores que marcam uma determinada cultura(s). Existe pouca abertura para uma nova forma de se fazer educação” (EP7). A possibilidade de extrapolar ou dinamizar sua convenção ou tradição faz da escola um lugar ‘vivo’, no qual as culturas se encontram e/ou são produzidas. Desse modo, a escola constitui-se por um dinamismo que vai para além de um ordenamento conservador oficialmente instituído e se constitui como espaço social onde diversas aprendizagens e experiências são possíveis, inclusive as práticas de lazer.

As representações de lazer no contexto do contraturno escolar

A aproximação do lazer e os programas de contraturno é produzida numa interface com a dinâmica escolar e a partir de suas práticas constituídas no universo da cultura. A compreensão do lazer numa dimensão cultural permite

relacioná-lo à escola por meio das vivências e manifestações culturais. Ademais, o lazer estabelece relações dialéticas e dialógicas com outras dimensões humanas, com o tempo e espaço social.

O lazer vem se constituindo como campo complexo de estudo e intervenção caracterizado pela relação estabelecida com outras faces da vida. O lazer como fenômeno social e cultural estabelece uma relação estreita com as práticas do contraturno escolar possibilitando diversas experiências e apresenta uma dimensão que pode traduzir normas, valores, interesses, representações, formas de organização e modos de vida.

A problemática das representações sociais está implicada das noções de teorias, doutrinas, ideologias e sendo denominadas de sistemas de pensamentos, sistemas de crenças, sistemas de ideias e sistemas de valores (Charaudeau 2013). Elegemos a noção de representações sociais que permite aos sujeitos construir estilos de vida, valores e significações mediante discursos que produzem saberes e, conseqüentemente, sistemas de pensamento. Estes resultam de ordenamento de saberes (conhecimento e crenças) que tem como objetivo buscar explicação sobre o mundo e as pessoas e, então, produzir imaginários de lazer que podem reforçar o *status quo* ou podem instigar seu reconhecimento como direito social e como objeto de educação.

No cotidiano escolar foi possível perceber diversas práticas que compõem o campo do lazer, mas que são pouco exploradas nas suas possibilidades educativas. Os estudantes frequentam as quadras poliesportivas, vão ao laboratório de informática com acesso à internet, utilizam a sala de multimeios (televisão, vídeo, sistema de som), têm contato com acervos de jornais, revistas, gibis, livros, brincam com jogos de tabuleiros, de mesa (tênis, tamancobol, futebol). Porém, seus usos podem ficar limitados, na maioria das vezes, se considerar que essas práticas são,

somente, um tempo de descanso das atividades tradicionais de ensino e enfatizar apenas seu conteúdo recreativo. Esse imaginário de lazer se faz presente na condução da vida na comunidade, conforme a narrativa:

O lazer contribui muito porque, às vezes, a pessoa trabalha a semana toda e não tem aquele momento de diversão. Aí, se já trabalhou muito tem que descansar também. Tem que ter lazer para repousar um pouco, descansar a mente para começar a semana mais leve, com pensamentos mais positivos, mais claros. (CO2)

Essa perspectiva simplista tanto resulta do consenso social de que o lazer confronta com o trabalho e funciona como descanso e compensação quanto da ausência de planejamento ou investimento na ação para explorar suas potencialidades.

Os meninos têm muito interesse, eu apresentava os vídeos e eles treinavam os passos. Quer dizer, às vezes, a gente passa uma formação para eles que a gente nem tem. Os meninos precisam de incentivo e quem está trabalhando na escola precisa de uma revigorada, uma balançada para fazer as coisas diferentes. Às vezes, até trocar o monitor de oficina para que ele saia do lugar de conforto. Muitas vezes, as pessoas só vêm para a escola trabalhar, ganhar o dia, sem acrescentar muita coisa. Faz sempre a mesma coisa, ficando sossegado. (EM5)

A fala da educadora (EM5) não se reduz a uma descrição da realidade, porém este discurso nos provoca a reflexão de como os artefatos culturais podem produzir impactos no cotidiano e, conseqüentemente traçar novos imaginários. Ao propor que que é preciso “uma balançada para fazer as coisas diferentes” e “faz sempre a mesma coisa”, o sujeito nos leva a refletir sobre quais representações de lazer são produzidas. A lógica da atividade com fim em si mesma, do descanso e da compensação é uma das noções produzidas, mas concebemos que as práticas e os conteúdos culturais do

lazer devem provocar sensibilidades para sua compreensão e vivência na vida. A construção de representações será potencializada por meio das relações sociais e ações educativas que tais práticas permitem.

Naquela realidade social, a desconstrução de ideias que o lazer é somente descanso de um trabalho é essencial para produzir novos olhares para as dimensões da vida. Ainda que considere que o ‘trabalho’ dos estudantes no processo de ensino seja árduo e que a comunidade se constitua de diferentes formas de trabalho (formal e informal), entendemos que a representação de lazer deve transcender o descanso na trilha do divertimento, desenvolvimento e construção de saberes que dão sentido à vida e aos posicionamentos críticos na sociedade.

Os pais trabalhadores definem em suas falas a relação conflituosa entre lazer e as atribuições da escola que eles demonstram serem, prioritariamente, acadêmicas. Seus discursos impelem às ações do contraturno a tarefa de oportunizar o lazer imaginado por eles. Acreditamos que em decorrência da dicotomia entre a escola regular e contraturno, alguns discursos são veementes no sentido de reforçar o ensino como algo sério e as demais ações de lazer como desprovidas de seriedade.

O lazer é fora da escola porque na escola ela não está para brincar, ela está para aprender. E o lazer é do portão para fora, na hora que a criança está na casa dela ou em outro lugar. Aí ela tem o horário dela de lazer, na escola não. Não existe relação da escola com o lazer porque na escola a criança está para aprender, o lazer não. Ela não virá para escola para brincar, ela tem que vir para aprender. (CO3)

O enunciado manifesta que o brincar é um elemento externo ao processo de ensino escolar por não permitir a seriedade necessária à atribuição da escola. Essa visão remete às representações construídas num tempo de rigor

escolar que, por vezes, foram experimentadas por muitos pais. Esse modelo de escola traduzia processos pedagógicos corporificado pelo domínio do conhecimento, ou seja, tinha quem ensina e quem era o ‘depósito’ do conteúdo transmitido, e julgamos que tais pedagogias não se adequam às práticas escolares contemporâneas. Outro enunciado de uma mãe “O lazer tem até demais para esses meninos. Ao invés de ter mais estudo, tem lazer demais” (CO7) instiga a pensar que há um afrouxamento da escola naquilo que é seu papel social.

Esta perspectiva, traduz em conflito as práticas que não são primordiais no universo escolar, além de fazerem alusão aos comportamentos que os estudantes assumem nos tempos da escola gerando algumas intervenções disciplinares de alguns educadores. Tais expressões reverberam nos discursos dos estudantes que entendem a escola a partir da lógica de tempo de estudo e tempo para brincar, conversar, jogar: “Quando estou na escola eu estudo pela manhã e à tarde eu gosto de queimada ou ficar conversando com as colegas” (E3 – 11 anos). A educadora monitora (EM3) discursa sobre a separação entre as ações do cotidiano da escola: “O PEI é importante porque a criança não vem para escola só para aprender a matemática e o português, ela vem porque tem oficina de esporte, de matemática” (EM3).

Analisamos que as representações apresentadas acima que tratam o lazer como espaço do brincar ou atitude de quem brinca podem contribuir para a construção de pedagogias que recuperem a autenticidade e autonomia necessárias às relações sociais estabelecidas no âmbito da instituição escolar e que potencializam os processos educativos da/na escola.

A interface entre lazer e outros processos de aprendizagem na escola é percebida por educadores monitores e educadores professores ao circularem os seguintes discursos no contexto da prática:

E os alunos têm oportunidades de verem outros conteúdos que fazem parte dos saberes escolares, mas que não dá tempo de ver e também aproveitar esses conteúdos de outras formas e refletir sobre eles e de como se aplicam em outros lugares da vida dos meninos fora da escola. Penso que os programas auxiliam os *saberes circularem de forma diferente* na escola e não de forma autoritária que, muitas vezes, se mostra na sala de aula. (EM4, grifo meu)

Então, o momento de uma aula por mais que ela seja técnica e não esteja dando prazer e realização pessoal, que o professor para e vai ensinar alguma coisa, mas se o *aluno conseguir interpretar aquilo e apropriar do conhecimento* básico para vivenciar aquilo em outro espaço em outro momento, eu acho que pode levar o aluno a concretizar o lazer. Acho que uma das contribuições é essa, é contribuir com a emancipação, com a criatividade, com a ludicidade para que a pessoa possa vivenciar em outros espaços quando estiver com tempo disponível, interagir em outros grupos. (EP4, grifo meu)

Os interlocutores acima indicam em seus discursos princípios que consideramos relevantes para uma reflexão crítica sobre a relação lazer e escola porque os saberes circulam de forma diferente em um tempo possível para que aconteça tendo em vista que há uma outra organização de conhecimentos necessários à educação dos estudantes. Existe um potencial educativo que caminha para recontextualização da realidade vivida na medida em que as formas e conteúdos das intervenções permitam a interpretação, apropriação, elaboração, rejeição, criticidade sistematizando em (re)criação das manifestações culturais presentes na escola.

Nesse sentido, pensamos que a relação entre lazer e escola se aproxima das discussões das condições de prática, cuja potência está em manifestar e produzir culturas, ter acesso a bens culturais, problematizar a indústria cultural, construir autonomia, conviver, socializar, além de divertir, brincar e ter prazer.

Então eu acho que os programas são um universo de possibilidades. Eu acho que a maioria tem o desejo de estar aqui, não necessariamente de participar de uma aula de

esporte ou de oficina. O desejo é estar incluso nesse processo da Escola Integrada, do Segundo Tempo, da escola, de vivenciar. Acho que eles (estudantes) esperam ser respeitados, de poder ter voz, de contribuir e organizar algo e *não ser controlado* o tempo todo. (EP4, grifo meu)

Entendemos que refletir sobre uma outra forma de educar e repensar os ‘governos’ da instituição escolar é uma lógica que permite abrir-se a novas conexões, e dentre tantas possíveis, o lazer. Ao longo do processo investigativo, a perspectiva de conexão entre práticas escolares e lazer foi contemplada nas falas dos sujeitos da escola, ora traduzido numa abordagem que o restringe a atividade em si, ora manifestado nos discursos sob a forma de oportunidade de aprendizagem focada no ‘aprender a fazer’. E, por vezes, o conferiam como vetor de formação cidadã na qual o sujeito estudante protagoniza em sua realidade.

Nossas considerações

Considerando essa cena de enunciação, em Belo Horizonte/MG é proposto a ampliação da jornada escolar por meio de programas que aproximaram-se no ambiente escolar como oportunidade de vivências culturais as quais denominamos como experiências de lazer. As narrativas produzidas pelos sujeitos da pesquisa contribuem para construção de imaginários de lazer permeados de uma concepção instrumental e, conseqüentemente, simplificada. O lazer é instrumento de permanência dos estudantes no contraturno visto que é constituído de práticas privilegiadas neste tempo. Interpretamos que a ênfase na permanência pode contribuir para

uma noção de atividade com fim em si mesma que pode desqualificar a ação. Isso pode levar a uma restrição nas oportunidades de vivências e aprendizagens.

No entanto, o contexto da prática, também, deu pistas de uma construção de discurso de lazer com o propósito de prescrever e informar aos estudantes sobre as experiências, em outras palavras, os sujeitos da ação produzem o enunciado de saber/fazer e os estudantes apoiam-se no dever/fazer. Nesse sentido, as representações de lazer no contexto do contraturno requerem categorias conceituais que avancem na constituição dessas práticas sociais a caminho de aprendizagens significativas.

Partimos do princípio que tais aprendizagens são resultantes de ações educativas no âmbito do lazer, cujo propósito é problematizar os significados atribuídos aos fenômenos sociais e construir uma outra relação com esses saberes. Pensamos que a escola tem função educativa importante no sentido de conduzir seus participantes para um diálogo que provoque consciência cidadã e compreendemos o lazer como uma das possibilidades de potencializar tal relação.

A produção dos imaginários de lazer, considerando a cena englobante e a cenografia do contraturno, precisam ser refletidas criticamente e aproximadas do currículo escolar a partir da noção de que as vivências ensinam, formam e constituem as práticas escolares e, conseqüentemente, o posicionamento dos sujeitos envolvidos nelas. As representações sociais de lazer produzidas no contexto do contraturno escolar podem auxiliar nas reflexões sobre a interpretação dos processos de ensino e aprendizagens na escola visto que abordam formas de sentir e ver a realidade e criam possibilidades para o debate da prática cotidiana e a formação política.

Referências

- ALGEBAILLE, E. *Escola Pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos*. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.
- BRASIL. *Manual de Educação Integral*. Brasília: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/pdde/manual_pdde_2009_escola_integral.pdf. Acesso em: 28/04/2011.
- _____. *Programa Segundo Tempo*. Brasília: Ministério do Esporte, 2014. Disponível em: www.esporte.gov.br/segundotempo. Acesso em: 23/09/2014.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2013.
- CHARAUDEAU, P. e MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2014.
- MAINGUENEAU, D. *Discurso e Análise de Discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MOLL, Jaqueline. “Educação Integral no Brasil: itinerários na construção de uma política pública possível”, in: MOLL, J. (org.) *Tendências para a educação integral*. São Paulo: Fundação Itaú Social, CENPEC, 2011.
- MOREIRA, A. F. B. e CANDAU, V. M. “Currículo, conhecimento e sociedade”, in: MOREIRA, A. F. B. e ARROYO, M. G. (coord.) *Indagações sobre Currículo* (versão preliminar). Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2007, nov.
- NAHAS, M.; RIBEIRO, C.; ESTEVES, O.; MOSCOVITCH, S. e MARTINS, V. L. A. B. “O Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte: metodologia de construção de um instrumento de gestão urbana.” *Cadernos de Ciências Sociais*, vol. 7, nº 10, 2000, pp. 75-88.
- SAVIANI, D. “O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC.” *Educação & Sociedade*, vol. 28, nº 100 Especial, Campinas, 2007, pp. 1.231-1.255, out. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 24/09/2013.

1. Este artigo foi produzido a partir de estudo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer da Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG e finalizado em 2017.

2. A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) foi, posteriormente, denominada Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) que se configurou como unidade administrativa do Ministério da Educação (MEC) durante o governo do Partido dos Trabalhadores. Na reforma governamental bolsonarista de 2019, o trato da avaliação e temas dos programas da Educação Integral é instituído na Secretaria de Educação Básica (SEB) que possui a Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Básica.
3. O PME foi instituído pela Portaria Interministerial nº. 17/2007 e regulamentado por Decreto Presidencial 7083/2010 e previa o financiamento para operacionalização do contraturno por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), cujo objetivo é o repasse de recurso de forma direta aos Caixas Escolares (Manual PDDE 2009).
4. O IVS tem correlação com o Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) que articula uma variedade de aspectos relacionados à Meio Ambiente, Cultura e Serviços Urbanos. O IQVU tem como base avaliar a distribuição de serviços e recursos urbanos públicos e privados e a acessibilidade da população a eles, para torna-los equânimes (Nahas *et al.* 2000).
5. IDEB é um instrumento calculado com base em dois tipos de informações: a) as informações sobre rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono) do Censo Escolar da Educação Básica; e b) as informações sobre o desempenho dos estudantes em exames padronizados elaborados pelos sistemas Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep), Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e Prova Brasil. É a partir do índice alcançado pelos entes federativos que a União oferece apoio técnico e financeiro, previstos na Constituição (Saviani 2007).

DETERMINAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS NA CONSTITUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NO BRASIL

Shaiane Vargas da Silveira

Introdução

O lazer moderno está diretamente relacionado com a forma das relações de produção e com as concepções de liberdade e tempo vigentes em cada época. Da sociedade pré-tecnológica à sociedade industrial foi uma distante caminhada, incessantemente marcada pela ruptura, especialização, divisão e separação funcional que caracterizaram a constituição da sociedade moderna, tornando quase unânime, entre os teóricos dos anos 50, que o lazer se tratava de um fenômeno da modernidade, com objetividade e foco na organização e funcionalidade do tempo livre.

A tendência unilateral e conformista de oposição do lazer ao tempo do trabalho, vigente no século XX, pressionou o entendimento do fenômeno como uma válvula de escape, compensação e meio para recomposição das forças dos trabalhadores, enfim, algo útil mediante a racionalização de alguma atividade.

Podemos interpretar também que o intervalo, denominado tempo livre, reproduz ideologias e condições de dominação sob a forma de entretenimento coletivo e alienado, muitas vezes promovidos pelo próprio

Estado. Neste aspecto reside nossa problemática de estudo, pois se concebemos o lazer como fenômeno da sociedade moderna, cujo atributo envolve a extensão do direito às classes populares ao mesmo tempo em que condiciona esta liberdade ao que lhe impõem as classes dominantes, vamos nos deparar com um conceito bem contraditório, que ora se expressa como direito, ora como instrumento de manipulação das massas, seguindo as mesmas regras de padronização e funcionalidade do trabalho (Adorno 2002).

Em *Leisure and Culture*, Rojek (2000), explora a ideia de cultura como algo performativo, sustentado pela forma como as pessoas aprendem a desempenhar papéis sociais. Papéis sociais estes que mudam constantemente e são afetados pelas oscilações na conjuntura, contrariando, por vezes, o pensamento hegemônico.

É assim que ao tratar de políticas públicas, no âmbito do lazer, observamos que o modelo de análise, avaliação e desenho da intervenção política se estabelece a partir do entorno social e contexto teórico emergente de cada época e dos antecedentes da experiência política prática (San Salvador 2000).

Já anunciando esta tendência de análise, Oliveira (1993) ao iniciar o debate sobre “a explosão das diferenças”, analisa que na tradição da análise sociológica, estamos acostumados a dar um encaminhamento que vai do Estado até chegar à sociedade. E propõe: vamos inverter, vamos partir da sociedade para chegar ao Estado.

Como a centralidade do lazer, portanto, está no sujeito mas também na sua identificação como indivíduo e ser coletivo, buscamos compreender neste ensaio as determinações sócio-históricas que caracterizam as políticas públicas de lazer implementadas pelo Estado Brasileiro, na primeira metade do século XX.

Determinante, na concepção da palavra e sua origem, relaciona-se com aquilo que indica uma causa. Apesar do uso da expressão “determinações sócio-históricas”, nossa proposta não é de apresentar causas e efeitos mas sim indicar contextos sociais característicos de seu tempo que não devem ser ignorados, pois também fazem parte de escolhas determinantes na trajetória das políticas públicas de lazer no Brasil. O próprio conceito de determinismo é absorvido de formas diferentes por teóricos de nossa época, aplicado tanto ao aspecto da física e da lógica como na perspectiva causal, que seria útil para nos explicar sobre eventos do passado.

Dar visibilidade aos sujeitos da ação pública até a metade do século XX, utilizando a perspectiva sócio-histórica, nos permite questionamentos e uma possível compreensão dos contextos e comportamentos da época. Empréstamos assim a teoria sócio-histórica do desenvolvimento ou abordagem sociointeracionista, de Vygotsky (1984), que busca “caracterizar os aspectos tipicamente humanos do comportamento e elaborar hipóteses de como essas características se formaram ao longo da história humana e como se desenvolveram durante a vida do indivíduo” (Vygotsky 1984, p. 21).

Assim, o ensaio trata de um resgate histórico abstrato realizado a partir dos acervos digitais de jornais publicados no período compreendido entre os anos 1910 e 1950. Foi realizado o rastreamento dos termos “preguiça”, “recreio”, “recreação” e “lazer” publicados e divulgados pelo acervo dos jornais “O Estado de São Paulo”, “Jornal de Notícias”, “Classe Operária” e “Semanário Fon-fon”, com o cuidado de selecionar meios de comunicação “porta-vozes” de diferentes concepções ideológicas, como a elite burguesa brasileira e o operariado organizado. Foram mais de 1.000 matérias pesquisadas, nas quais encontramos aproximadamente um total de 422 textos sobre preguiça, 645 textos sobre recreio, 280 sobre recreação e 522 sobre lazer.

A pesquisa foi essencial para o resgate da memória e história da ação pública no que se relacionava ao lazer, uma vez que a apreciação desse material jornalístico revelou determinações sócio-históricas nas quais cada tempo apresentou sujeitos próprios do lazer, assim como políticas públicas que lhe atenderam (ou não).

Sobre a escolha dos textos jornalísticos, que refletiram o pensamento de convicções sociais distintas, representadas pela mídia impressa da época, cabe dizer que:

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (Foucault 1996, p. 08).

Os sujeitos das Políticas Públicas de lazer no Brasil

Os donos do poder

A obra de Veblen, Teoria da Classe Ociosa, publicada em 1899 analisa as condições do surgimento da classe ociosa norte americana e sua ostentação, desenrolando uma crítica sobre seus costumes. Costumes nos quais prevalece a demonstração ao público de que o tempo não ocupado com atividades laborais ou produtivas evidencia o status de cada indivíduo, ou seja, a pantomima simbólica de dominação de um lado e subordinação do outro.

No Brasil, enquanto o não trabalho simboliza o status para os ricos, a “aversão ao trabalho” (significado do vocábulo preguiça nas primeiras enciclopédias da língua portuguesa) crescente entre os pobres logo se transformou numa ameaça, que prejudicava o progresso nacional e a civilidade. A partir dessa perspectiva vamos notar que a problemática do lazer, tem sua primeira aparição no âmbito estatal, pois é chegada a hora de ocupar o tempo livre dos que trabalham e dos que não trabalham, “de forma saudável e civilizatória”. No ideário das elites, que tinham o direito a se beneficiar com o tempo livre e o deleite dos prazeres do ócio, se propaga a expressão do recreio.

Apesar da manutenção hegemônica, as mudanças da elite brasileira, de uma configuração patriarcal rural, figurada como “Os Donos do Poder” por Raymundo Faoro (1977), para uma patrimonialista urbana, capitalista e liberal, marcaram as transformações que se sucederam em vários aspectos: político, econômico e social e cultural, inclusive no lazer.

Altamente influenciada pelos costumes culturais europeus, essa elite burguesa inicia um processo de importação de hábitos, como a realização de viagens de recreio, a criação de sociedades esportivas, culturais e de recreio, a frequência aos espaços públicos (parques, jardins, passeios) e privados de lazer. Além de utilizado para designar viagens, o recreio também era empregado nos passeios e excursões locais desde 1911, organizados principalmente por grupos escolares sob a supervisão de professoras empenhadas na interação prática entre indivíduos e natureza.

Ao tratar da recreação no Brasil convém assinalar que o termo já era utilizado no século XIX, associado ao aspecto moral e higiênico, cuja primeiro objetivo era a recreação esportiva por meio do incentivo à ginástica, ou seja, uma experiência ativa.

Relatos curiosos, de experiências na Itália e Estados Unidos, noticiados nos meios impressos estudados, enalteciam a recreação como meio de assegurar a obediência e o bom comportamento. Disseminando que a atividade deveria seguir o modelo de disciplina militar, quando o esporte se tornou um bom aliado nessa proposta.

Seguindo tal perspectiva, cada vez mais se aproximavam os princípios da educação com a funcionalidade da recreação, ficando claros os benefícios da atividade lúdica, organizada e condicionada para o desenvolvimento integral da criança.

O recreio também foi utilizado como designação de clubes e sociedades que tinham por finalidade a formação de confrarias para prática esportiva ou divulgação artística. Se nas viagens a exibição do prestígio só era possível por meio do noticiário, é o clube que vai dar visibilidade aos valores, padrões e glamour da sociedade com seus hábitos importados do exterior.

Presentes desde a segunda metade do século XIX, os clubes tinham um papel primordial para a nobreza brasileira, pois foram concebidos para a reprodução do mundo civilizado europeu. E não eram apenas os espaços privados dos clubes e sociedade utilizados como lugar para “ver e ser visto” como relatam Marzano e Melo (2010).

Intelectuais e autoridades defendiam que as diversões da cidade – não só nas praças como também nos teatros e outros espaços – deveriam atestar o seu grau de civilização, enquanto vários segmentos sociais insistiam em (re)afirmar, principalmente nos momentos de lazer, suas escolhas, preferências e visões de mundo. (Marzano e Melo 2010, p. 13).

Ao mesmo tempo em que se amplia o gosto da burguesia pela frequência aos espaços de lazer, notamos que o poder público passa a ser exigido na qualificação dessa oferta, por meio da criação, manutenção e acessibilidade

a estes equipamentos. A iluminação, o paisagismo, a acessibilidade, a segurança e o mobiliário urbano serão itens fundamentais nesse processo de abertura democrática dos parques, jardins e passeios, constando em muitos jornais da época a reivindicação do povo contra o gradeamento das praças públicas.

Desde os tempos do Império já existia a preocupação do Estado em garantir a manutenção dos espaços ao uso restrito, como podemos evidenciar na *Constituição Política do Império do Brasil*, datada de 25 de março de 1824 que, no artigo 115, declara que a Nação cuidará das aquisições e construções, que julgar convenientes para a decência e recreio do imperador e sua família.

Sempre contraditório, o fenômeno do lazer conseguiu se expressar tanto pela ostentação do luxo e da riqueza da burguesia como pela manifestação da alegria e da diversão do povo brasileiro com seu futebol de várzea, banho de mar, folclore e carnaval. Paralelamente, os clubes de dança ou clubes carnavalescos também foram tomando vulto, tornando-se uma importante manifestação cultural de trabalhadores operários.

Aos poucos o lazer deixa de ser uma possibilidade para se tornar a própria manifestação da liberdade, permitindo a expressão “na rua” daquilo que só era possível “dentro de casa”.

Os jecas, macunaímas e preguiçosos

Nada melhor para figurar a concepção do lazer no início do século XX do que a presença literária de Macunaíma que, designado como homem sem

caráter e moral, se torna “herói do povo brasileiro”. Num contexto onde homens e mulheres atendem ao “apito da chaminé de barro” (como musicou o compositor Noel Rosa , na letra de *Três Apitos*), pensar numa vida ociosa e de lazes, ou “fazer versos no piano”, era praticamente um deleite inaceitável, marcado pela crença na centralidade do trabalho.

O personagem Macunaíma não se encaixa na modernidade desse novo Brasil, que está rumo ao desenvolvimento pela via da industrialização. Mas o desconforto dessa estranheza nada mais é do que a negação da identidade nacional, que Mário de Andrade ironiza ao criar um sujeito autônomo do modelo europeu importado pela elite brasileira.

Até 1950 a população brasileira era predominantemente rural, com 64% dos habitantes vivendo junto à produção agrícola, contra 36% vivendo nas cidades. É um dado de grande influência acerca dos hábitos de lazer, pois mesmo com o processo de migração para as cidades no início do século, o homem do campo e a nova geração de negros filhos da escravidão, ainda traziam referências, costumes e ritmos próprios, bem mais coerentes com as nossas raízes multiculturais.

É assim que, na *Belle Epóque* brasileira, a mesma “classe ociosa” que Veblen (2002) identificou nos Estados Unidos, vai instituir costumes a partir da necessidade de construir uma sociedade letrada e de identidade própria. Mas, como divaga Holanda (1984):

Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar à perfeição o tipo de civilização que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem. (holanda 1984, p. 3)

Ou seja, ainda assim a evolução está condicionada às nossas raízes culturais e características ambientais, realidades que resistem à ideologia dominante do sistema social estabelecido.

No contexto da colonização, ou como denomina Prado Jr. (1985), do “povoamento”, marcado por um sistema de relações sociais caracterizado pela escravidão, formado por senhores e escravos, os privilégios do tempo livre e do ócio se dirigem apenas à classe dominante dos homens livres. Mesmo com a substituição dessas relações de produção, a supremacia das elites rurais continua, sustentando a visão de que o País não pode crescer com suas próprias forças naturais e deve formar-se de fora para dentro, com a aprovação dos outros, em resposta ao que os outros esperam de nós (holanda 1984).

É assim que, para ajustar-se ao modelo ideal de sociedade, desde o início do século podemos verificar a presença de anúncios curativos para males do corpo e da mente, como indigestão, prisão de ventre, dor de cabeça, mentira, confusão de ideias, obsessão, indecisão, aversão ao trabalho etc. No meio de todos estes “males”, avisos comerciais divulgavam o vermífugo Neo-necatorina, a sangria branca, o Poder Magnético do Dr. Marx Doris, as pilulas antidyspepticas do Dr. Oscar Heinzelmann ou do Abbade Moss e o Instituto Psychotherapico do Dr. Eduardo Guimarães, dentre outros, que prometiam a cura rápida e radical da preguiça e da “preguiça psychica”.

FIGURA 1 – Neo-necatorina



**Preguiça
≡ é Doença!**

A falta de vivacidade, ou a tristeza, ou sobretudo a indolencia que torna o trabalhador incapaz de produzir o que se espera d'elle e que elle de resto pode dar, não é a *Preguiça-vicio*, é peor - é a *Preguiça-doença*, a doença da preguiça, a *Opilação*.

A *Opilação* ou *Amarellão* cura-se com

NEO-NECATORINA

Vermifugo poderoso, acondicionado em capsulas roseas contendo tetrachloreto de carbono em soluto solido e optimamente tolerado pelo organismo humano.

UNICOS DEPOSITARIOS: DAUDT. OLIVEIRA & CIA.

Fonte: Acervo Digital. *O Estado de S. Paulo*, edição de 19 de novembro de 1929, p. 13.

FIGURA 2 – Vanadiol



Fonte: Acervo Digital. *O Estado de S. Paulo*, edição de 16 de novembro de 1939, p. 14.

A preguiça, considerada pela sociedade como um vício e doença, assume vários adjetivos, tais como: preguiça psychica, preguiça psicológica, preguiça do raciocínio, preguiça mental, preguiça do corpo, “preguiça semi-activa” e preguiça congênita.

A doença, conforme é relatada em uma notícia do dia 1 de junho de 1911, do jornal *O Estado de São Paulo*, sobre a pesquisa do psicólogo Sr. Ribot, atinge aqueles que embora são, apresentam uma invencível aversão pelo trabalho, sendo mais do que um efeito negativo na sociedade. O Sr. Ribot afirma que os preguiçosos apresentam várias anomalias em seu organismo, com pulsações débeis do coração, pressão arterial baixa, circulação do sangue lenta e por isso seu cérebro é insuficientemente nutrido, dificultando a concentração e atenção.

Não é à toa que a busca pela cura se instalou na sociedade, que tomava de exemplo o estilo europeu de viver, e que andava assustada com notícias

duvidosas, como a condenação de um homem na Inglaterra (Robert Chiloot) pelo delito de “não fazer coisa nenhuma”. Com isso se propagava a preguiça como um vício ou crime, que as famílias, a saúde pública e a Lei tinham a missão de extirpar da sociedade.

Um exemplo dessa ideia foi a proposta de proibição das festas populares, apresentada Camilo Prates à Câmara dos Deputados Federais, no ano de 1926. O projeto de Prates indicava suprimir as comemorações oficiais não previstas em lei, pois a maioria dos “países cultos” tem apenas um ou dois dias de festas nacionais, com exceção das comemorações universais. Além disso, tais festividades não legais geravam “excesso de tempo dedicado à preguiça”, dentre outros inconvenientes. Em 1941, a vadiagem,¹ que já constava como crime no Código Criminal do Império, de 1858, entra na lista de contravenções penais, assim como os “jogos de azar” e apostas sobre corrida de cavalos fora do hipódromo ou local autorizado.

Numa verdadeira campanha de “redenção moral e civil” para mudança de costumes e higiene social, veremos que até o fim da década de 20 ainda será constante a pressão midiática sobre os hábitos do homem do campo, que começa a se instalar no espaço urbano das cidades e não tem permissão para trazer junto consigo as “doenças” típicas do latino-americano, que tem preguiça mental e não se compara a intelectualidade das admiradas sociedades portuguesa, inglesa e francesa.

Relembrando a “preguiça colonial” de Sobrados e Mocambos, escrito por Gilberto Freire em 1936, podemos assinalar que, se a preguiça caracterizava o homem do campo, foram as sequelas da colonização e seu prestígio com a escravidão que a trouxeram, criando a antipatia pelo trabalho e pelas formas opressoras de produção. É nos anos 20, por exemplo, que surgem as primeiras propostas de legislação nacional

impeditivas ou restritivas à liberdade de imprensa, da festa, da diversão e da reunião de pessoas.

Num contexto marcado pela fixação na moral e higiene social, Monteiro Lobato e Mário de Andrade utilizaram o referencial da preguiça, cada um a seu estilo, na criação e caracterização de seus personagens históricos, “Jeca Tatu” (1914) e “Macunaíma” (1928). Ambas as personagens apresentam intenção totalmente diversa e além disso se propagaram em ritmos diferentes no imaginário do brasileiro.

Nascido da perspectiva de um intelectual fazendeiro indignado com a crise do café, Jeca, considerado pelo autor “um ser a margem da evolução”, serviu de instrumento da campanha em favor do saneamento, esclarecendo a população sobre o amarelão, doença tropical comum na década de 20. Outra campanha que Jeca representou foi da centralidade no trabalho, fortalecendo a concepção da elite burocrática de que um País vale pelo trabalho que realiza e pela qualidade da sua gente trabalhadora.

FIGURA 3 – Personagens Jeca Tatu e Macunaíma (na rede)



Fontes: <http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=1035&sid=7>[acima]

<https://notaterapia.com.br/2016/09/27/5-trechos-deliciosos-de-macunaime-para-se-ler-em-voz-alta/>

Mas a crença de que a centralidade no trabalho redime o homem do pecado da preguiça, começou ser assombrada por um perigo eminente, quando os ideais do socialismo passam a ser reconhecidos pela massa trabalhadora e surge a perspectiva de que o anseio pelo bem-estar é uma das causas da evolução humana.

A partir daí, no início dos anos 30, vamos perceber um redirecionamento quanto à “cura” da preguiça, que passa para a sugestão do uso saudável do tempo livre, por meio da educação e de ocupações mais nobres. Com a crise de 1929 nos Estados Unidos e suas consequências nos mercados exportadores, como o desequilíbrio das finanças públicas, diminuição da produção e do poder aquisitivo dos salários, forças patronais e Governo precisavam reagir para garantir seus lucros, e subjugar os momentos de tempo livre como meros instantes de preguiça, seria um grande desperdício.

As lojas, os cafés, os teatros, os circos, os conservatórios de música, as corridas de *turf*, os encontros amistosos de pingue-pongue, os clubes de regatas, as lutas e demonstrações de pugilismo e boxe, os concursos de hipismo, os clubes de tênis e *football*, o rádio e o cinema falante, os discos *phonographicos*, constantes nas matérias jornalísticas, estão em pleno vapor numa oferta cultural e de entretenimento sem precedentes, cujo mercado está apto e disposto a atender.

A preguiça encontra um ressignificado nos anos 40, declarada até, quando ocasional, como um indício de bem-estar. O homem do campo deixa de ser castigado como indolente e preguiçoso, a identidade nacional e sua linguagem cultural se reforçam após o movimento modernista (que demorou para atingir o imaginário popular).

Ainda assim, para a elite social a preguiça deixa de ser doença contagiosa mas se torna um reflexo de má educação, física e intelectual, ou falta de orientação e boas condições para o trabalho, dado que para a elite

burguesa brasileira os reflexos de um tempo livre, sem objetivo definido, muitas vezes encaminhariam ao vício do jogo e da bebida. É fácil perceber aqui, o que Antunes (2009, p. 172) declara como controle opressivo do capital no tempo de vida, formulação que vem da conclusão de que a pressão exercida sobre o tempo do indivíduo é mais tensa do que o autocontrole sob a forma de horários e calendários, pois envolve também a coerção a partir dos aparelhos ideológicos tão onipresentes no dia-a-dia quanto o ponteiro do relógio.

A Classe Operária

Enquanto vai se estruturando uma proposta de educação que absorve a funcionalidade da recreação para a formação infantil vão se estabelecendo também novos sujeitos, que a partir da ampliação de seu direito ao tempo livre, passam a ocupar significativa importância para o Estado. É aí que o papel da recreação passa por uma ampliação, com a justificativa da melhoria do bem-estar do trabalhador.

Esse novo sujeito, alvo da recreação organizada, surge da necessidade de contenção e controle social de um coletivo de indivíduos que se identifica como classe e como tal passa a se organizar na luta por direitos vislumbrados a partir do seu papel político.

Com a chegada de imigrantes operários, se inicia uma tendência à organização de classe, sindicalização e criação de clubes associativos, que fortaleceram o sentimento de identidade, pertencimento e resistência desse coletivo – o que não impediu que muitos estrangeiros fossem expulsos do

Brasil, por conta da intolerância do Governo com as greves alavancadas pelo movimento operário.

Em pleno processo de industrialização do país, urbanização acelerada e exploração do trabalho infantil e feminino, a década de 30, com o início da “Era Vargas”, que perdurou 15 anos, vem marcada por profundas transformações, mais especificamente no âmbito da educação e do trabalho. O inchaço das cidades, a falta de moradia adequada e a exploração dos trabalhadores, com salários baixos e jornadas de trabalho elevadas, traziam consigo conflitos urbanos que deveriam ser contidos pela ação do Estado controlador.

A crise gerada a partir desse quadro, delicado em função de um governo autoritário, foi de sufocamento do tecido urbano e de derrame da população de baixa renda para áreas cada vez mais distantes do centro urbano, gerando no aspecto urbano a ocupação ilegal de terrenos, a criação de cortiços e a formação de favelas, entre outros cenários.

É sob este panorama que se consagram as primeiras iniciativas federais de políticas públicas, direcionadas a uma classe específica, reestruturando e intervindo no âmbito da regularização da jornada de trabalho, da regulamentação do trabalho infantil e feminino, da padronização de um salário mínimo e da normatização dos sindicatos.

Assim, o setor público, primeiramente no âmbito municipal, passa a investir em espaços específicos de lazer com a intencionalidade de atender o público caracterizado pelo menor trabalhador. São praças, parques e clubes, localizados próximo às fábricas e vilas operárias, cujo objetivo era o aproveitamento físico e a difusão de uma cultura de disciplina e obediência dos recém-iniciados ao mercado de trabalho.

Os clubes de menores operários se espalharam em vários bairros operários de São Paulo e a presença feminina também foi atendida com o Clube de Moças Operárias. De acordo com as frequentes publicações jornalísticas da época, realizavam atividades diárias e periódicas, como os encontros em festivais e campeonatos, que contemplavam jogos esportivos, jogos de tabuleiro, acrobacias, danças, coral, enfim, uma programação variada onde cada clube poderia treinar e demonstrar as habilidades de seus sócios.

FIGURA 4 – Foto do Club de Menores Operários



Fonte: Acervo Digital. *O Estado de S. Paulo*, edição de 20 de outubro de 1939, p. 7.

Do ponto de vista político, os clubes representaram uma excelente oportunidade de criação de um espaço institucional de representação popular mas a verdade não foi esta e, como o Brasil vivia no “mundo da fantasia” (Oliveira 1947), podemos dizer que acabaram se revertendo em

mecanismos de manipulação do poder patronal em favor do projeto de desenvolvimento pela industrialização, que mais tarde foram chancelados e patrocinados pelos mesmos, com vistas à conformação moral e ideológica da classe trabalhadora e suas famílias (Peixoto 2007; Gomes 2003).

FIGURA 5 – Exaltação das Atividades do Serviço de Recreação Operária

**FON
FON**

APRESENTA NESTE
NUMERO:

CONTOS

...

NOVELAS

...

ROMANCE
HISTÓRICO

...

MODAS

...

MÚSICA E HOBBADES

...

CINEMA

...

RÁDIO

...

TEATRO

...

CRÍTICA MUSICAL

...

CRÍTICA LITERÁRIA

...

NOTAS SOCIAIS

...

VARIEDADE

...

UM SUPLEMENTO
COM OS MOLDRES DO
TOURING AO LADO
APRESENTADO POR
ELAINE RILEY

EM TODOS
C\$ 9,50
O BRAS

REVISTA
FUNDADA EM 1917
UM BARRO DE LITRA



SERVIÇO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA

NO dia 4 de corrente está realizando, no Teatro Fock, o primeiro espetáculo organizado pelo Serviço de Recreação Operária do Ministério de Trabalho Indústria e Comércio. Celebrou este festival de representação da peça em três atos «O Rei dos Tecidos», da autoria dos conhecidos esportistas Mário Domingues e Mário Magalhães, classificada no concurso permanente de Teatro que o Ministério de Trabalho instituiu em 1943.

Tocaram parte no espetáculo os seguintes elementos, na sua grande maioria proletária e posando a pácor quase que pela primeira vez: José, Geraldo de Carvalho; Luis Alberto, Nelson Barbosa; Pedro Castro, Salvação Serrai, Edeia, Didi Pereira; Lia, Maria Feres; Álvaro, Nestor Fialto; Ferreira Prado, Adhemar Barbosa; Ed. Dutra, Frederico Viôla; Lasser, Marina Medina; Raquel, Nicetas Costello.

Como coetra coetra trabalhou Silvestre Passa Leme; Magalhães, Aldeu Verginô; poeta, Olegário Ribeiro. A peça foi traduzida pelo PHD-3, Dificença da Prefeitura do Distrito Federal.

A representação transcorreu num ambiente de franca simpatia, sendo é uma iniciativa que deve merecer os mais francos aplausos. Os intérpretes atuaram relativamente bem considerando-se que não se trata de profissionais. Não menos o esforço, a dedicação, a vontade do professor Ernesto Francisco poderiam nos dar uma interpretação boa de uma peça levada à cena por artistas cultos.

A finalidade do Teatro Operário vai aqui exposta pelo sr. Arnaldo Sussekind, presidente do Serviço de Recreação Operária:

«O Serviço de Recreação Operária, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que objetiva o melhor aproveitamento individual e social das horas de lazer dos trabalhadores, difundindo entre estes a cultura do filme e do esporte, apresenta, com este espetáculo, a primeira manifestação do Setor Teatral, com a singularidade de serem os papéis da peça representada interpretados por elementos típicos de proletariado brasileiro.

Cumpre, contudo, salientar que o Serviço de Recreação Operária, com a generalização da arte teatral, não pretende a formação de profissionais dessa especialidade, pela seleção dos valores da mesma operária, onde há vocações artísticas impressionantes. É certo que



FON·FON ^{no} TEATRO

multas dessas vocações incontinentes podem surgir, sendo recreadas pelas empresas teatrais; mas não é esse o nosso desejo.

Também não se estabelece uma concorrência com o Teatro profissional; ao contrário, o «TEATRO DO TRABALHADOR BRASILEIRO», difundindo o gosto e o hábito do espetáculo teatral entre pessoas de pouco contato com essa arte, concorrerá para o crescimento das nossas platéias.

Estamos, assim diante de um notável e louvável esforço, na manutenção do teatro de idéias, no qual o palco é uma tribuna divertida e sensando, pelas vias emotivas, fecundos pensamentos no meio do proletariado nacional. Suscetível de constantes aperfeiçoamentos, está ele destinado a concorrer para a melhor formação intelectual e artística do povo brasileiro.»

Apois a representação da peça «O Rei dos Tecidos», o ministro do Trabalho, dr. Marcóides Filho, foi, pessoalmente, aos bastidores, para cumprimentar o professor Francisco e os artistas — operários que interpretaram o trabalho de Mário Magalhães e Mário Domingues.

A iniciativa do Serviço de Recreação Operária merece todo o apoio. E' preciso, porém, que surjam, paralelamente ao desenvolvimento do Teatro Operário, peças boas, de autores nossos, dignas de representação e acurado estudo. Parece, entretanto, que este problema também será resolvido a contento pois o próprio Ministério do Trabalho realiza um concurso Permanente de Teatro. O critério que vai presidir à seleção das peças será fator decisivo do bom êxito do Teatro Operário que tão auspiciosamente iniciou suas atividades.

PEDRO BLOCH



O movimento operário só vai ter liberdade de usufruir do poder de cooperação e associação numa outra conjuntura política, quando “surgem de forma fragmentária e defensiva vários movimentos de base, originários, em boa parte, do desenvolvimento de relações de vizinhança, parentesco e amizades; ou seja, do desenvolvimento de relações entre pessoas que confiavam umas nas outras e se organizavam por elas mesmas” (Cardoso 1985, p. 174), ambiente favorecido nos encontros proporcionados pelo lazer, em locais como associações comunitárias, clubes culturais, clubes de mães, grupos de jovens e estudantis, movimentos femininos, entre outros.

No âmbito federal verificamos, em 1943, a criação do Serviço de Recreação Operária – SRO, que de acordo com o editorial do jornal “O Estado de São Paulo”, teve o objetivo de “proporcionar divertimento espiritual e físico que retempere as energias dos soldados da produção”, evidenciando o objetivo de salvaguardar a “ordem” e a “harmonia social”. Por se autodeclarar um “boletim elogioso ao Governo” em função da intervenção política que tomou o jornal no período entre 26 de março de 1940 e 6 de dezembro de 1945 acreditamos que a publicação tem total concordância com o discurso do Governo, já que, nas palavras do próprio Getúlio Vargas “Quem não estiver conosco está contra nós”.²

Podemos observar que várias iniciativas foram executadas pelo SRO, o que deu destaque à iniciativa de Vargas durante o Estado Novo e o foco na política trabalhista, que beneficiou os trabalhadores em termos de legislação, formação profissional, política de saúde, habitação e organização sindical, ainda que os sindicatos tutelados fossem uma grande operação de silêncio, de roubo da fala, que se sintetiza na busca da “harmonia social”, signo da anulação política (Oliveira 1999).

Em diversos registros jornalísticos, os principais grupos beneficiados eram os trabalhadores e trabalhadoras de empresas de utilidade pública, da

indústria têxtil e metalúrgica, empregados da saúde, bancários e demais servidores sindicalizados. Um operariado que compreendia um conjunto composto, fundamentalmente, por imigrantes, mestiços, negros pobres, trabalhadores no comércio, trabalhadores da indústria, trabalhadores sem qualificação, vendedores ambulantes, trabalhadores rurais, donas de casa, malandros; havendo, nesse grupo heterogêneo, um altíssimo percentual de analfabetos (Brêtas 2010).

Na obra de Acácio Ferreira, “Lazer operário”, publicada em 1959, o autor vai além dessa personificação do operário e faz uma abordagem dos hábitos de lazer dos trabalhadores assalariados em Salvador/BA, aplicando entrevistas com 205 famílias e um total de 597 trabalhadores que recebiam em média um salário mínimo e para os quais eram consideradas atividades de lazer o jogo de dominó e até mesmo a prática religiosa do candomblé.

Mantendo-se ativo após a extinção do Governo Vargas, o SRO, passada a fase denominada de experimental, tenta ampliar seu espaço geográfico de atuação mas não consegue abranger outros centros urbanos, fora a capital Rio de Janeiro e a cidade de São Paulo (Gomes 2003). Para isso é ampliada à iniciativa privada, em 1946, a preocupação com o bem-estar dos trabalhadores do comércio e da indústria.

A insistência em atribuir à recreação o papel de desenvolver “elementos de interesse social e moral, que no caso são as virtudes cívicas propiciadas pela atividade *physica*” fez com que os discursos estatal e privado da época também se tornassem homogêneos, pregando que as atividades recreativas orientadas “estimulam a cooperação e moldam o indivíduo aos padrões da cultura”, trabalho que vinha alcançando sucesso nos projetos de ajustamento e conformação aplicados nos Estados Unidos.

O discurso, entretanto, não coincidiu com as necessidades reais do operariado, cujo perfil estava condicionado a um trabalho rotineiro e

mecanizado, decorrente da especialização das funções e subdivisão de tarefas (Ferreira 1959), que caracterizam a rigidez e os limites do fordismo.

Ainda presente na vida do trabalhador, o SRO ampliou e diversificou suas atividades até 1964, mesmo com a destituição do Estado Novo e a criação do Sistema “S”, em 1946. Neste meio tempo, entretanto, distanciou-se da sua original proposta, conservando, entretanto, as mesmas finalidades.

De uma proposta de recreação funcional, mesmo que impregnada pelo discurso patronal em busca da produtividade, passou para um instrumento de alienação do povo, cuja abordagem nos jornais da época se limitava a relatar o Serviço como promotor de shows e espetáculos que foram perdendo a qualidade e conteúdo, campeonatos esportivos que privilegiavam apenas o futebol e outras atividades amplamente criticadas por trabalhadores e, que não deram continuidade à vivência de outras linguagens.

A insatisfação do trabalhador também se fundamentou na falta de repercussão positiva do recolhimento do imposto sindical para a classe, já que o desconto de um dia de trabalho se revertia em banquetes de confraternização e homenagens aos dirigentes das recém-criadas Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. Num dos trechos da matéria sobre o “imposto da corrupção”, o Jornal “Voz Operária”, primeira publicação do Partido Comunista Brasileiro, manifesta indignação e convoca a classe operária a se mobilizar contra o luxo e a ostentação bancada pelo esforço e privação dos trabalhadores. Seis anos depois o semanário carioca “Careta” ainda faz retumbar várias críticas à destinação do dinheiro investido pelos trabalhadores na arrecadação sindical, denominando o Serviço de Recreação Operária como filho rico do imposto sindical e tecendo comentários irônicos a respeito das atividades promovidas.

FIGURA 7 – Chamada para a matéria “Insulto aos Trabalhadores”



Fonte: Acervo Hemeroteca Digital Brasileira. *Jornal A Voz Operária*, edição de 19 de fevereiro de 1949, p. 7.

Como enfatizou Milton Santos (2000, p. 31) “lazer tanto é distrair-se como ser distraído”. Mesmo com alguns alertas, com a vigília constante dos estudantes, trabalhadores e intelectuais de esquerda mobilizados pela causa da liberdade e dos direitos universais, o povo distraiu-se e foi distraído das mais variadas formas, como a euforia que precede os últimos momentos de vida, para logo então tê-la dominada pela Ditadura Militar.

Determinações sócio-históricas para a compreensão das Políticas Públicas de Lazer

Concluída a nossa investigação, podemos afirmar que os sujeitos das políticas públicas de lazer no Brasil do século XX se caracterizam por diferentes perfis, “selecionados” em função de ideais e paradigmas sustentados pela elite dominante e burocrática estatal.

Tais sujeitos podem ser descritos como “jecas e macunaímas”, por representarem os preguiçosos, os vadios, vagabundos, desempregados,

negros e mulatos sem oportunidades e direitos civis, que se tornaram alvo da polícia ou da política moralista e higienista.

Aplicada a política higienista, o espaço do lazer é exclusivo da elite burocrática e proprietária. Eram os “Donos do Poder”, que foram contemplados com a política que evidenciava a estética do lazer e o embelezamento das cidades, promovendo o status e a visibilidade de valores, padrões e glamour da sociedade.

Com sua política pública centrada no controle social e na recreação pautada no modelo disciplinar, os sujeitos do lazer foram também os integrantes da “Classe Operária”, consagrando uma nova onda de intervenção estatal, onde o Estado se estabelece como mediador de interesses corporativos.

Essa breve caracterização dos sujeitos nas políticas públicas de lazer nos aponta contradições que caracterizam determinações sócio-históricas, que se expressam:

1. Na repulsa ao trabalho que caracteriza a “classe ociosa” vebleniana e ao mesmo tempo na moral civilizatória de que o trabalho dignifica o homem, justificando a necessidade de higiene social, diretamente focada nas classes marginalizadas e “preguiçosas”.
2. No padrão estético e privado dos espaços de lazer das cidades em detrimento da democratização dos lugares públicos, num incentivo à segregação dos espaços com discursos da qualificação urbana e intencionalidade na difusão da disciplina para jovens e crianças.
3. E, por fim, na modelagem dos sujeitos do lazer, constituintes da classe trabalhadora, como forma de promoção do bem-estar social, mas com objetivo produtivista e funcionalista onde o que menos

importa é a liberdade de expressão e desenvolvimento autônomo – elementos fundamentais para uma experiência valiosa de lazer.

Considerações finais

Ao analisar os sujeitos a partir da perspectiva sócio-histórica observamos que a ação do Estado esteve em sintonia com os discursos hegemônicos revelados pela mídia impressa no período estudado, de 1910 a 1950. Exemplos concretos vamos encontrar na defesa dos espaços, estilo de vida e segurança dos lazeres ofertados aos donos do poder, no cerceamento das práticas da população de mais baixa renda, considerada preguiçosa e no controle do tempo livre em prol da produtividade, ordem e distração do trabalhador.

Romper essa lógica nas intervenções do Estado ainda é um desafio atual e representa a quebra de paradigmas, mediante o fortalecimento do sentido do lazer, enquanto direito e necessidade, a partir da compreensão de sua essência, a partir da observação da vivência coletiva e popular, que o Estado deve estar atento para inserir como objeto de intervenção, incorporando as bases de um lazer inclusivo e humanista.

Referências

ADORNO, Theodor W. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002

- BRÊTAS, A. “O Serviço de Recreação Operária (1943-1945): uma experiência do Governo Vargas no campo do não trabalho.” *Cadernos AEL*, vol. 16, nº 28, Campinas, 2010.
- CARDOSO, F. G. *Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social*. São Paulo: Cortez Editora, 1985.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Editora Globo, 1977
- FERREIRA, A. *Lazer operário: um estudo da organização social das cidades*. Rio de Janeiro: Editora Progresso, 1959.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996
- GOMES, C. L. *Significados de recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1984.
- MARZANO, Andrea. MELO, Victor Andrade de. *Vida Divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- OLIVEIRA, F. “Privatização do Público, destituição da fala e anulação da política”, in: OLIVEIRA, F. e PAOLI, M. C. (orgs.) *Os sentidos da Democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999
- PEIXOTO, E. M. M. *Estudos do lazer no Brasil: apropriações da obra de Marx e Engels*. Tese de Doutorado. Campinas: Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PRADO JR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ROJEK, Chris. *Leisure and Culture*. Nova York: St. Martin's Press INC, 2000.
- SAN SALVADOR DEL VALLE, R. *Políticas de ocio*. Bilbao/Espanha: Universidade de Deusto, 2000.
- SANTOS, M. “Lazer popular e geração de empregos”, in: *Lazer numa sociedade globalizada*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.
- VEBLÉN, T. *Teoría de La Clase Ociosa*. Madrid /Espanha: FCE, 2002.

VYGOTSKY, L. *S.A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

1. De acordo com o Código Criminal do Império não tomar, qualquer pessoa, uma ocupação honesta e útil que possa subsistir, depois de advertido pelo juiz de paz, não tendo renda suficiente, tinha como punição a prisão com trabalho por oito a 24 dias (capítulo IV, art. 295).
2. Trecho final do discurso pronunciado no estádio do “Vasco da Gama”, por ocasião das comemorações de 1 de maio de 1943.

SOBRE OS AUTORES

Ana Carolina Capelini Rigoni – Mestre e doutora em Educação Física e Sociedade pela Unicamp. Professora do Departamento de Ginástica do Centro de Educação Física e Desportos, da UFES e do Programa de Mestrado Profissional em Educação Física (PROEF). Vice-líder do Grupo de pesquisa Andaluz e membro do Laboratório de Antropologia das Religiões (LAR). E-mail: anacarolinarigoni@yahoo.com.br.

Andrés Ried Luci – Doctor en Ocio y Potencial Humano por la Universidad de Deusto, actualmente es académico e investigador del Centro de Estudios para el Desarrollo Local CEDEL-UC de la Pontificia Universidad Católica de Chile. Sus intereses de investigación se han focalizado en; la experiencia de ocio al aire libre, sus beneficios, los sentidos del lugar que a partir de ella se construyen en áreas silvestres protegidas y en entornos urbanos híbridos. E-mail: rried@uc.cl.

Astrid Bibiana Rodríguez Cortés – Doctor en Estudios Sociales. Universidad Externado Nacional. Docente de planta investigador Universidad Pedagógica Nacional. E-mail: abrodriguez@pedagogica.edu.co.

Cathia Alves – Doutora em Estudos do Lazer pela UFMG, docente do Instituto Federal de Educação (IFSP) – campus Salto. Integrante do grupo de pesquisa Oricolé (UFMG); LIMC (IFSP) e investigadora da Rede Otium. Colaboradora nos grupos, Interfaces (EACH – USP) e do GECE (UA – Aveiro). E-mail: alves.cathia10@gmail.com.

Christianne Luce Gomes – Doutora em Educação com Pós-doutorado em Ciências Políticas e Sociais. Professora Titular da Universidade Federal de Minas Gerais e Pesquisadora do CNPq. Líder do Grupo de Pesquisa LUCE – Ludicidade, Cultura e Educação. E-mail: chris@ufmg.br.

Coriolano Pereira da Rocha Junior – Pós-doutor em História pela Universidade de Lisboa, doutor em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Educação Física pela Universidade Gama Filho, Licenciado em Educação Física pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, professor associado da Faculdade de Educação e

orientador no Programa de Pós-graduação em educação na Universidade Federal da Bahia e líder do grupo de pesquisa corpo. Na gestão 2018-2020 foi membro da diretoria da ANPEL. E-mail: coriolanojunior@uol.com.br.

Elisângela Chaves – Graduada em Educação Física UFRV, mestre e doutora em Educação pela FaE/UFMG. Professora da área de Dança na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional- EEEFOTO/UFMG. Docente do Programa de Pós- graduação em Estudos Interdisciplinares do Lazer- PPGIEL. Líder do Grupo de Pesquisas EduDança. E-mail: elischaves@hotmail.com.

Fernanda Gonçalves de Castro – Doutoranda no Programa Doutoral em Estudos Culturais, na Universidade de Aveiro. Bolseira de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) (ref. SFRH/BD/124507/2016). Apoio financeiro da FCT no âmbito dos Fundos Nacionais do MCTES e FSE. Investigadora e colaboradora no Centro de Línguas, Literaturas e Culturas (CLLC), da Universidade de Aveiro, e no Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (CLEPUL), da Universidade de Lisboa. Investigadora e membro do Grupo de Estudos de Género e Performance (GECE) do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas (CLLC) da Universidade de Aveiro. E-mail: castrofernanda@ua.pt.

Flavio Henrique Souza Lobato – Mestrando em Planejamento do Desenvolvimento do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Brasil. E-mail: flavihslobato@gmail.com.

Hélder Ferreira Isayama – Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais e do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer. Líder do Oricolé – Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer. Editor da Revista Licere e Representante da UFMG nas Redes Otium e RIEC (Rede Internacional de Estudos Culturais). Presidente da ANPEL na gestão 2013-2014. Apoio da CAPES – Código de Financiamento 001. E-mail: helderisayama@yahoo.com.br.

Heloisa Heringer de Freitas – Mestre em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e doutoranda no programa de Pós-graduação em Educação Física na mesma instituição. É membra do grupo de pesquisa Andaluz, vinculado ao Centro de Estudos em Sociologia das Práticas Corporais e Estudos Olímpicos (CESPCEO/UFES). E-mail: .

John Jairo Uribe Sarmiento – Doctor en Estudios Políticos y Relaciones Internacionales Universidad Nacional Colombia. Docente e investigador Universidad de Ibagué. Magister en Ciencia Política y Especialista en Desarrollo Regional. E-mail: john.uribe@unibague.edu.co.

Josefina Cortés – Socióloga de la Pontificia Universidad Católica de Chile. Investigadora del Centro de Desarrollo Local (CEDEL UC) y del Co-Laboratorio Ecosistema-Complejidad-Sociedad (ECOS). E-mail: jfcortes@uc.cl.

Junior Vagner Pereira da Silva – Doutor em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília, atua como docente no curso de Educação Física e Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Saúde e Desenvolvimento da Região do Centro Oeste, com estudos relacionados a política de esporte, lazer e promoção da saúde. Na gestão de 2018-2020 foi presidente da ANPEL. E-mail: jr_lazer@yahoo.com.br

Laura Benkel – Socióloga de la Pontificia Universidad Católica de Chile y Máster en Dirección de Proyectos de Ocio de la Universidad de Deusto. E-mail: lbenkel@uc.cl.

Liana Romera – Mestre e doutora em Educação Física pela Unicamp, tem Pós-Doutorado em Estudos do Ocio pela Universidad de Deusto – Espanha. Professora titular da Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenadora da ABRAMD Educação Espírito Santo (Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos Sobre Drogas), membro da ANPEL (Associação Nacional de Pesquisadores em Lazer) e membro da OTIUM (Red Iberoamericana de Estudios de Ocio). Líder do grupo de pesquisa Andaluz. E-mail: liromera@uol.com.br.

Lupe Aguilar Cortez – Profesora de educación física, especialista en Recreación. Ciencias políticas, Administración Educativa. Posgrado Maestría en Recreación y estudios sobre ocio y doctorado en Administración en Parques y Recreación y en Ocio y Potencial Humano. Experiencia laboral en niveles del sector público, en educación física y deporte. A nivel de experiencia académica en posgrados en universidades de México, Venezuela, Ecuador. Actualmente es profesora de licenciatura, maestría y doctorado, y Decana de administración del tiempo libre en la UNYMCA y decana de la Línea Social UFD. En organizaciones no gubernamentales es Presidente de la Academia de la Administración del Tiempo Libre de la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística y Representante de la UFD ante OTIUM, asociación Iberoamericana de estudios de ocio. E-mail: lupeaguilar@hotmail.com.

Marcília de Sousa Silva – Docente do Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de Viçosa (UFV/FLORESTAL/Brasil) e Pós-Doutora do Programa de

Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG/Brasil. Subcoordenadora do Oricolé – Laboratório de Pesquisas sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer da UFMG. E-mail: marcilia.silva@ufv.br.

María Eugenia González Panuncio – Licenciada en Dirección de Empresas Turísticas (Universidad Católica del Uruguay), Especialización de Postgrado en Marketing y Producto Turístico (Universitat Oberta de Catalunya y Organización Mundial del Turismo) y Analista en Tecnologías de la Información (CUTI). Docente en la Licenciatura en Dirección de Empresas Turísticas y consultora en gestión de empresas turísticas, marketing e innovación para diversos organismos y emprendimientos de Uruguay. E-mail: eugenia.gonzalezp@ucu.edu.uy.

María Jesús Monteagudo – Doctora en Ocio y Potencial Humano y profesora de la Facultad de Ciencias Sociales y Humanas de la Universidad de Deusto. Investigadora asociada al equipo oficial “Ocio y desarrollo humano” (Ref. IT 587), adscrita actualmente a Deusto Cities Lab de la misma entidad. Su línea de interés principal gira en torno al fenómeno del ocio desde un enfoque psicosociológico que profundiza en el estudio de los beneficios y barreras para el ocio, los espacios para el ocio y los itinerarios de ocio. E-mail: mjmonte@deusto.es.

Maria Joana Alves Pereira – Doutoranda do Programa Doutoral em Estudos Culturais (PDEC) da Universidade de Aveiro (UA). Investigadora do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas (CLLC) da Universidade de Aveiro, onde participa no Núcleo de Cultura e Ócio e no Núcleo de Estudos de Género e Performatividades. Foi bolsista-estagiária do programa ERASMUS na Universidad de Deusto (Bilbao) e na universidade de Salamanca, ambas em Espanha. Foi coordenadora de projectos na área de Igualdade de Género, nomeadamente no projeto Unlove/Unpop financiado diretamente pela Secretária de Estado para Cidadania e Igualdade (Governo Português). Sócio-fundadora da IRENNE, Associação de investigação, prevenção e combate à violência e exclusão. Atua como gestora de diversos projetos artísticos relacionados, especialmente, à área da música. E-mail: joanapereira.ua@gmail.com.

Maria Manuel Baptista – Professora Catedrática do Programa Doutoral em Estudos Culturais, do Departamento de Línguas e Culturas (DLC), e investigadora do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas (CLLC), da Universidade de Aveiro. E-mail: mbaptista@ua.pt.

Mirleide Char Bahia – Docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Brasil. E-mail: mirleidebahia@gmail.com.

Olívia Cristina Ferreira Ribeiro – Licenciada em Educação Física pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Especialista em Recreação e Lazer pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre e Doutora em Educação Física pela Unicamp. Atualmente é docente nos cursos de bacharelado e licenciatura em Educação Física da Unicamp. Na gestão 2018-2020 foi membro da diretoria da ANPEL. E-mail: ocff@unicamp.br.

Raquel da Silveira – Possui graduação em Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestrado e doutorado em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Na gestão 2018-2020 foi vice-presidente da ANPEL. E-mail: raqufrgs@gmail.com.

Ricardo Lema Álvarez – Doctor en Ocio y Desarrollo Humano (Universidad de Deusto - España) Licenciado en Comunicación Social, con Postgrado en Educación en Valores (Universidad Católica del Uruguay – UCU) Docente en la Licenciatura en Recreación Educativa y coordinador de la línea de investigación en Lúdica y aprendizaje del Departamento de Educación (UCU). E-mail: rlema@ucu.edu.uy.

Roberto Volfovicz Leon – Doctor en Recursos Naturales – Biometría (University of Georgia, USA). PostDoc en Biometria (University of Idaho, USA). MSc en Estadística (University of Georgia, USA) y Matemáticas Aplicada (Iowa State University, USA). Profesor Asociado de Data Science, Estadística, Econometría y Bioestadística en la Universidad Católica del Uruguay. Consultor privado en Data Science. E-mail: roberto.volfovicz@ucu.edu.uy.

Saulo Kuster – Bacharel e licenciado em Educação Física pela Universidade Velha. Mestrando no programa de pós-graduação em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Membro do grupo Andaluz, vinculado ao Centro de Estudos em Sociologia das Práticas Corporais e Estudos Olímpicos (CESPCEO/UFES). E-mail: saulokust@hotmail.com.

Shaiane Vargas da Silveira – Bacharel em Turismo. Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, com sanduíche realizado na Universidad de Deusto/Bilbao/Espanha. Professora adjunta da Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr e integra o corpo docente do Programa de Pós-graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Tutora-bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET/Grupo “Ecoturismo de Base Comunitária no Delta do Parnaíba” e líder do Grupo de

Pesquisa “Coletivo Nordestino de Atenção ao Tempo Livre e Lazer” – CONTEMPLAR. E-mail: shaiane@ufpi.edu.br.

Silvio Lima Figueiredo – Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Brasil. Doutor em Comunicação (USP) com estágio Pós-Doutoral em sociologia (Université René Descartes, Paris V – Sorbonne, França). E-mail: [:silviolimafigueiredo@gmail.com](mailto:silviolimafigueiredo@gmail.com).

Victor Andrade de Melo – Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenador do Sport: Laboratório de História do Esporte e do Lazer. Vice-presidente da ANPEL na gestão 2013-2014. Editor da Revista Licere. E-mail: victor.a.melo@uol.com.br.